

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I

ANO LXXXI — N. 109

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 13 DE MAIO DE 1942

ATOS DO GOVERNO

LEI CONSTITUCIONAL N. 6 — DE 13 DE MAIO DE 1942

Emenda o parágrafo 1.º do artigo 143 da Constituição.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. O parágrafo primeiro do artigo 143 da Constituição fica assim redigido:

"A autorização só será concedida a brasileiros, ou empresas constituídas por acionistas brasileiros, podendo o Governo, em cada caso, por medida de conveniência pública, permitir o aproveitamento de quedas d'água e outras fontes de energia hidráulica a empresas que já exercitem utilizações amparadas pelo § 4.º ou as que se organizem como sociedades nacionais, reservada sempre ao proprietário preferência na exploração, ou participação nos lucros."

Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1942; 121.º da Independência e 54.º da República.

GETULIO VARGAS.

Vasco T. Leitão da Cunha.

A. de Souza Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha.

Apolonio Sales.

Gustavo Capanema.

Alexandre Marcondes Filho.

J. P. Salgado Filho.

Ministério da Educação e Saúde

DECRETO DE 30 DE ABRIL DE 1942

O Presidente da República resolve

TORNAR SEM EFEITO:

Tendo em vista o que consta do processo n. 11.932, de 1942, do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde:

O decreto de 14 de janeiro de 1942, que nomeou, de acordo com o art. 1.º do decreto-lei n. 145, de 29 de dezembro de 1937, Carlos Hasche, ocupante do cargo da classe G, da carreira de Escriturário, (decreto-lei n. 145, de 1937) do Quadro Suplementar do Ministério da Educação e Saúde, para exercer o cargo da classe H da carreira de Oficial Administrativo, do mesmo Quadro e Ministério, vago em virtude da promoção de José Gonçalves Colona, à vista da classificação obtida na prova a que se submeteu.

Ministério da Guerra

DECRETOS DE 4 DE MAIO DE 1942

O Presidente da República resolve

DECLARAR:

Tendo em vista o que consta dos processos ns. 23.502, de 1939 e 8.613, de 1942, da Secretaria Geral do Ministério da Guerra:

Que a aposentadoria de José Galvão no cargo da classe E, da carreira de Operário de Material Bélico, do antigo Quadro III do Ministério da Guerra, por decreto de 4 de novembro de 1939, deverá ser considerada nos termos do artigo 196, item II, do decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939.

Tendo em vista o que consta dos processos números 25.328, de 1939 e 8.612, de 1942, da Secretaria Geral do Ministério da Guerra:

Que a aposentadoria de João Rodrigues Pereira, no cargo da classe D, da carreira de Operário de Material Bélico, do antigo Quadro III, do Ministério da Guerra, por decreto de 10 de novembro de 1939, deverá ser considerada nos termos do artigo 196, item II, do decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

DECRETOS DE 30 DE ABRIL DE 1942

O Presidente da República resolve

PROMOVER, POR MERECEMENTO:

De acordo com o art. 47 do decreto-lei número 1.713, de 28 de outubro de 1939:

Dalva Vasconcelos da Cunha do cargo da classe H da carreira de Oficial Administrativo, do Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ao cargo da classe I dessa carreira, vago em virtude do falecimento de Antenor Itagiba.

Oswaldo Carijó de Castro do cargo da classe H da carreira de Oficial Administrativo, do Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ao cargo da classe I dessa carreira, criado

pelo decreto-lei n. 2.874, de 16 de dezembro de 1940.

PROMOVER, POR ANTIGUIDADE:

De acordo com o artigo 46 do decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939:

Luiz Augusto Ferreira de Abreu do cargo da classe I da carreira de Oficial Administrativo, do Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ao cargo da classe J dessa carreira, vago em virtude da aposentadoria de Castelar de Oliveira Borges.

Appius Fabrizzi do cargo da classe H da carreira de Oficial Administrativo, do Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ao cargo da classe I dessa carreira, vago em virtude da promoção de Luiz Augusto Ferreira de Abreu.

Georgina Ferraz Deschamps Cunha do cargo da classe H da carreira de Oficial Administrativo, do Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ao cargo da classe I dessa carreira, criado pelo decreto-lei n. 2.874, de 16 de dezembro de 1940.

Rui Moreno Maia do cargo da classe H da carreira de Oficial Administrativo, do Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ao cargo da classe I dessa carreira, criado pelo decreto-lei n. 2.874, de 16 de dezembro de 1940.

Raquel Macedo do cargo da classe G da carreira de Examinador de Marcas, do Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ao cargo da classe H dessa carreira, vago em virtude da exoneração de Maria de Castro Barbosa.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores

DECRETO DE 12 DE MAIO DE 1942

O Presidente da República resolve

TRANSFERIR, A PEDIDO:

De acordo com o art. 227 do decreto-lei n. 2.035, de 27 de fevereiro de 1940:

Francisco da Costa Maia, Escrevente juramentado do Tabelião do 19.º Ofício de Notas da Justiça do Distrito Federal, para o 21.º Ofício de Notas da mesma Justiça.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Departamento Administrativo do Serviço Público

Divisão de Orientação e Fiscalização do Pessoal

Processo n. 727-42 — Bichat de Almeida Rodrigues — proposta de admissão como contratado para a função de Médico da Divisão de Organização Hospitalar — Ministério da Educação.

Despacho: — À D.P.E. para que seja devidamente comprovada a capacidade do indicado para a referida função.

Em 9 de abril de 1942. — Moacir Briggs, presidente substituto.

Processo n. 2.685-42 — Jason Chianca Barbosa Cordeiro, auxiliar de escrita do Ministério da Guerra, julgado incapaz por uma Junta Militar de Saúde e apto por outra do S.B.M., solicita exame do seu caso.

Despacho: — O requerente não pode dirigir-se diretamente ao D.A.S.P.

Submeto o processo à consideração do Sr. ministro da Guerra, para os devidos fins, à vista da declaração falsa que fez o requerente, como se lia o parecer do I.N.E.P.

Em 9 de abril de 1942. — Moacir Briggs, presidente substituto.

(Continúa na pág. 7.815)

EXPEDIENTE**IMPrensa NACIONAL**

Diretor

RUBENS PORTOChefe S. Publicações
MURILLO FERREIRA ALVESChefe S. Redação
EUCLYDES DESLANDES**DIÁRIO OFICIAL**
SECÇÃO I

Impresso nas Oficinas da Imprensa Nacional

Avenida Rodrigues Alves n. 1.

EXPEDIENTE

A matéria destinada aos jornais deverá ser endereçada ao Serviço de Publicações (S. Pb.).

O disposto no decreto-lei n. 1.705, de 27 de outubro de 1939, deverá ser, na feitura do expediente das repartições públicas, invariavelmente observado.

As repartições públicas deverão remeter o expediente destinado aos jornais oficiais até às 15 horas.

Os originais deverão ser devidamente autenticados.

As rasuras e emendas deverão ser sempre ressalvadas por quem de direito.

Os originais devem ser datilografados, evitando-se sempre escrever no verso.

A matéria paga deverá ser entregue de véspera; o seu recebimento é feito das 9 às 20 horas e, aos sábados, das 9 às 18 horas.

As reclamações, constatada a existência de erros ou omissões, pertinentes à matéria retribuída, deverão ser formuladas à Secção de Redação, das 9 às 20 horas, e no máximo até 48 horas após a saída dos órgãos oficiais.

ASSINATURAS**Repartições e Particulares:**

Capital e Interior	70\$000
Exterior	110\$000

Funcionários:

Capital e Interior	56\$000
Exterior	88\$000

As assinaturas não vão além do exercício financeiro

A assinatura semestral só será deferida aos funcionários públicos.

As assinaturas tomadas posteriormente a 31 de dezembro e 30 de junho não dão direito aos números atrasados.

O custo do número atrasado será acrescido de \$100 e, por exercício decorrido, cobrar-se-á mais \$500.

Assinaturas:

CAPITAL — Secção de Vendas — Avenida Rodrigues Alves n. 1.

INTERIOR — Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional — Alfândegas e Mesas de Rendas — Coletorias Federais.

O registo da assinatura é feito à vista do comprovante de recolhimento.

Os cheques e valores postais deverão ser emitidos em favor do tesoureiro da Imprensa Nacional.

SUMARIO**ATOS DO GOVERNO**

LEI CONSTITUCIONAL n. 6 de 13 de maio de 1942	7.813
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE — Decretos de 30 de abril de 1942	7.813
MINISTÉRIO DA GUERRA — Decretos de 4 de maio de 1942	7.813
MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decretos de 30 de abril de 1940	7.813
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de maio de 1942	7.813

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO — Expediente da Divisão de Orientação e Fiscalização do Pessoal, da Divisão de Seleção e do Serviço de Administração	7.813
COMISSÃO DE DESPESA DA ECONOMIA NACIONAL — Portaria n. 280	7.818
MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA — Expediente do Sr. Ministro e da Diretoria de Aeronáutica Civil	7.818
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA — Expediente do Departamento Nacional da Produção Animal, do Departamento Nacional da Produção Mineral e Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil e do Serviço Florestal	7.819
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE — Expediente da Divisão do Pessoal, do Departamento Nacional de Educação e da Divisão de Educação Física	7.819
MINISTÉRIO DA FAZENDA — Expediente do Gabinete do Sr. Ministro, da Diretoria Geral da Fazenda Nacional, do Serviço de Comunicações, do Serviço de Pessoal, da Diretoria das Rendas Internas, da Diretoria das Rendas Aduaneiras, da Diretoria da Despesa Pública, da Recebedoria do Distrito Federal, da Divisão do Imposto de Renda, do Segundo Conselho de Contribuintes e da Caixa de Amortização	7.820
MINISTÉRIO DA GUERRA — Expediente do Gabinete do Sr. Ministro e da Secretaria Geral	7.823
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Expediente — do Gabinete do Sr. Ministro, da Imprensa Nacional e da Polícia Civil do Distrito Federal	7.825
MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Expediente do Departamento de Administração e do Serviço de Comunicações, da Divisão do Pessoal, do Departamento Nacional do Trabalho, do Departamento Nacional da Indústria e Comércio, do Conselho Nacional do Trabalho e do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado	7.826
MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Expediente do Departamento de Administração, do Serviço de Comunicações, da Divisão do Pessoal, da Divisão do Orçamento, da Divisão do Material, do Departamento dos Correios e Telégrafos, da Diretoria Regional do Distrito Federal e do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem	7.831
TRIBUNAL DE CONTAS	7.833
TERMOS DE CONTRATO	7.836
NOTICIÁRIO	7.836
RENDAS PÚBLICAS	7.836
PARTE COMERCIAL	7.836
EDITAIS E AVISOS	7.839
SOCIEDADES ANÔNIMAS	7.843
SOCIEDADES CIVIS	7.858
ANÚNCIOS	7.859

(Continuação da primeira página)

Processo n. 3.329-42 — Polinís Dutra, médico sanitário, classe K do Q.S. do Ministério da Educação, pede seja certificado qual o curso estabelecido pela legislação para efeito de transferência.

Despacho: — O requerente não pode dirigir-se diretamente ao D.A.S.P. e não será possível passar-se certidão de dispositivo da legislação.

A D.P.E. para arquivar.

Em 9 de abril de 1942. — Moacir Briggs, presidente substituto.

Processo n. 3.578-42 — Lourival Batista Bittencourt, escriturário G do Q.IV do Ministério da Viação — transferência, ex-offício, para classe e carreira idênticas do Q.P. do Ministério da Fazenda.

Despacho: — Em face do disposto no decreto n. 6.222, de 4-9-40, e tendo em vista o entendimento firmado na exposição de motivos n. 833, de 9-5-41, deste Departamento, aprovada pelo Senhor Presidente da República, não cabe, no caso, a audiência deste Departamento, mormente depois de já autorizada a transferência, quando não se pode invocar, sequer, o art. 66, do Estatuto dos Funcionários que, a prevalecer, determinaria fosse prévia a mesma audiência.

Restituo ao Sr. ministro da Fazenda.

Em 9 de abril de 1942. — Moacir Briggs, presidente substituto.

Processo n. 3.664-42 — Tertuliano dos Reis Príncipe solicita providências para que o I. P. A. S.: E. restitua quantia cobrada a título de resíduos.

Despacho: — Não é o D.A.S.P. o órgão competente para apreciar o assunto.

Submeto à consideração do Sr. ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, a quem diz o interessado ter se dirigido em 1941.

Em 9 de abril de 1942. — Moacir Briggs, presidente substituto.

Processo n. 1.642-42 — Carivaldino Martins Billé, aprovado na prova para servente do Ministério da Guerra e Marinha, solicita sua admissão na Alfândega de Niterói.

Despacho: — A admissão do requerente, como extranumerário diarista, deverá ser processada de acordo com a legislação vigente, cabendo ao inspetor da Alfândega julgar de sua oportunidade.

O D.A.S.P. não interfere no assunto.

Ao S.P.E., em 8 de maio de 1942. — Moacir Briggs, presidente substituto.

Processo n. 3.299-42 — Demetrio Calmon de Siqueira, escrivão de paz no município de Santo Amaro, Estado da Bahia, solicita aposentadoria com vencimentos integrais.

Despacho: — Não é o D.A.S.P. o órgão competente para apreciar o assunto. Submeto ao Senhor ministro da Justiça.

Em 8 de maio de 1942. — Moacir Briggs, presidente substituto.

Processo n. 3.336-42 — Guilhermina Soares da Rocha — proposta de admissão para, como extranumerário mensalista exercer a função de Tecnologista XIX, em vaga que há no D.F.C. — Ministério da Fazenda.

Despacho: — Julga o D.A.S.P. que deverá ser aguardado o resultado da prova de habilitação para tecnologista do D.F.C., já em realização, a que concorre a interessada, afim de que promova, então, o S.P.F. o preenchimento da função a que se alude. Restituo ao Sr. ministro da Fazenda.

Em 8 de maio de 1942. — Moacir Briggs, presidente substituto.

Processo n. 1.924-42 — Zádie Ramos Poiares — sua admissão na função de Auxiliar de Escritório — Divisão de Educação Física — em virtude do pedido de reconsideração de desistência.

Despacho: — Foi dado conhecimento à interessada.

Restitua-se à D.P.E.

D.F., 11 de maio de 1942. — Paulo Lira, D.D.

Processo n. 3.256-42 — Roberto Mauricio Quidet Muniz e Cid Faria Ognibene, candidatos indicados para preenchimento de vagas de Merceologista na D. M. do M. da Fazenda — encaminhamento de folhas corridas.

Despacho: — Foi proposta a admissão dos interessados, pela exposição de motivos n. 741, de 30 de abril de 1941, do D.A.S.P. ao Senhor Presidente da República.

Independeu a mesma da juntada da documentação anexa, à vista do esclarecimento prestado pelo Ministério, na respectiva proposta de que já se encontrava devidamente registrada no S.P.F., por

terem sido admitidos, anteriormente, em outra função. Restitua-se ao S.P.F.

D.F., 11-5-42. — Paulo Lira, diretor da Divisão.

Processo n. 3.396-42 — Pena de repreensão por haver desobedecido o modelo oficial de decreto de designação.

Despacho: — Ciente. À D.P.E.

D.F., 11-5-42. — Paulo Lira, diretor de Divisão.

Processo n. 2.066-42 — Considerações sobre alterações feitas pelo decreto-lei n. 3.761, de 25 de outubro de 1941.

Parecer — A Inspeção da Alfândega (I.A.) de Santos submeteu à apreciação deste Departamento (D.A.S.P.) o anexo processo em que fazendo considerações sobre o decreto-lei n. 3.761, de 25 de outubro de 1941, focalizou vários assuntos ligados ao cumprimento do mesmo, solicitando que, pelas autoridades competentes, sejam recomendadas as medidas que se afigurem mais acertadas.

2. De início, salientou a I.A. a necessidade de um maior número de polícias fiscais, para que se pudesse dar uma conveniente organização ao serviço que lhes cabe, ex-vi do art. 110 da Nova Consolidação das Leis das Alfândegas e Capítulo VII da mesma Consolidação (fls. 2).

3. Acrescentou, ainda, que os polícias fiscais se recusam a trabalhar mais do que 8 horas de serviço e que, após o decurso desse lapso de tempo, exigem a rendição por outros funcionários (folhas 3).

4. Antigamente, diz a informação, com o regime das gratificações pagas pelos agentes de vapor, o polícia fiscal fazia questão de que o seu serviço fosse prorrogado e, como ia auferir proventos extraordinários, subordinava-se a trabalhar o número de horas que fosse necessário (fls. 3).

5. A referida I.A. salientou, outrossim, a falta de um serviço de assistência social em Santos, organizado em bases convenientes (fls. 4).

6. Referindo-se a uma reclamação do Presidente da Comissão de Marinha Mercante (C.M.M.); dirigida à Diretoria das Rendas Aduaneiras (D. R. A.), em que foi solicitada a supressão do serviço de folhas de descarga, informou a I.A.:

“Mas o serviço de folha de descarga não constitui a principal função do Polícia Fiscal? Não constitui a única defesa de que lança mão a Fazenda Nacional para a defesa dos seus interesses?”

e terminou concluindo que não se poderá determinar a suspensão de um serviço estabelecido por lei.

7. É preciso, jiz a I.A.,

“que a administração, reconhecendo as necessidades do serviço, habilite os seus elementos de confiança a contornar as dificuldades momentâneas e se digne de promover os meios necessários ao estabelecimento de um serviço sempre melhorado” (fls. 6).

8. Analisando a redação dos arts. 17 e 18 do mencionado decreto-lei, entendeu a I.A.:

a) que a princípio poderia parecer a existência de colisão entre os dois dispositivos citados;

b) que, entretanto, a seu ver, o parágrafo único do art. 18 esclarece a questão da não exigência de qualquer onus para o importador, parecendo-lhe que a proibição se refere ao funcionário aduaneiro e não ao técnico, que só poderia funcionar nos processos de tal natureza, mediante a paga de honorário pelos interessados (art. 17 citado);

c) que essa interpretação conseguiu convencer a maioria de que o nenhum onus para o importador só se poderia referir às quantias anteriormente depositadas para os funcionários públicos e que, para os técnicos que não são funcionários públicos e poderiam recusar-se a executar os trabalhos, era devida a remuneração por força do art. 17, mencionado;

d) que há, porém, um reduzido grupo de importadores que se recusa a admitir essa interpretação e, forçados a recolher as importâncias devidas, negam-se a fornecer passagem, estadia ou transporte aos técnicos, sob o fundamento de que tais importes deveriam ser retirados da própria remuneração para o desempenho do serviço técnico; e

e) que, assim, torna-se necessária a expedição de uma circular que venha definir convenientemente, e quanto antes, os deveres dos importadores (folhas 7).

9. Nesse decreto-lei, esclareceu a I.A., não ficou, também, claramente positivado se se deve continuar ou não a arbitrar as importâncias até então exigidas dos que pleiteiam a abertura do Armazém de Bagagens fora das horas de expediente normal. E pergunta se continua a cobrança e em que bases.

10. Em seguida, a I.A. fez referência ao serviço de arqueação de cargas a granel, que não foi objeto de estudo no referido decreto-lei, parecendo-lhe indevido que se continue a cobrar dos importadores os honorários dos técnicos que funcionam conjuntamente com os conferentes.

11. Não há nenhuma lei, acrescentou a informação, que mande o inspetor das alfândegas arbitrar honorário para o técnico que funciona em descargas de petróleo ou seus derivados. Estas, contudo, não se podem fazer sem que se meçam previamente, e após a descarga, os tanques que irão receber o produto, aplicando-se as regras e as cautelas indicadas nas tabelas A.P.I. (American Petroleum Institute), consolidadas na circular n. 154 do “Bureau of Standard” dos Estados Unidos e que só podem ser tomadas em consideração por um técnico ou por quem as conheça.

12. Assim, entre a alternativa de designar sem amparo legal um técnico, mediante o honorário de 400\$00 pelo 1.º tanque e de 200\$00 pelos excedentes, ou deixar de o fazer, optou a I.A. pela 1.ª hipótese.

13. Surgindo, porém, certas dúvidas a respeito desse procedimento, torna-se necessário seja a questão submetida a um exame atento e a uma solução prática, oportuna e pronta (fls. 8 e 9).

14. Outra questão sobre a qual se tem suscitado controvérsias é se a proibição estabelecida pelo decreto-lei n. 3.761, nos seus arts. 20 e 21, examinados em confronto com o decreto-lei n. 3.764, de 25 de outubro de 1941, veda a percepção das percentagens estabelecidas no art. 124 da lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915, por parte dos funcionários que esta lei discriminou.

15. Finalmente, aborda a I.A. a questão sobre se se pode mandar entregar, ou não, a percentagem de 10% atribuída ao revisor de despachos de importação, vantagem que é regulada pelo art. 83 do decreto-lei n. 300, de 24-2-1938. E pergunta se deve ou não, continuar a ser paga, à vista da legislação vigente, a referida percentagem ao funcionário que faz o serviço de revisão de despacho fora das horas de expediente. Em caso negativo, indaga se deve ser paralisado esse serviço com prejuízo para a Fazenda ou se se deve manter o *statu-quo* até que, em cada alfândega, exista um corpo permanente de revisores.

16. O presente processo prende-se, como se vê, ao estudo de várias questões.

17. Esta Divisão (D.F.) passará, assim, a examinar as que lhe dizem respeito.

18. Quanto à necessidade de um maior número de polícias fiscais, trata-se, apenas, de uma questão de lotação, o que deverá ser objeto de apreciação pelo órgão competente.

19. A recusa de os polícias fiscais trabalharem além das 8 horas que lhes são exigidas poderá ser apreciada à vista do que dispõe o Estatuto dos Funcionários, tratando das gratificações.

20. De fato, prevê aquele Estatuto que poderá ser concedida gratificação ao funcionário

“pela prestação de serviço extraordinário”.

21. Se este, no entanto, se recusar, sem justo motivo, à prestação desse serviço, deverá, na forma do que estabelece o item II do art. 128 do aludido Estatuto, ser punido com pena de suspensão e, na reincidência, com a demissão a bem do serviço público.

22. Examinando, em seguida, os arts. 17 e 18 do decreto-lei n. 3.761, citado, entende está D.F. que esses dispositivos se referem a assuntos diversos.

23. De fato, dispõe o referido art. 17:

“As importâncias que competirem aos técnicos deverão ser recolhidas previamente à Tesouraria das Alfândegas, pelos importadores, e escrituradas em depósito”

e o art. 18:

“Os inspetores das Alfândegas providenciarão para que sob pena de responsabilidade seja feita, no primeiro trimestre de cada ano, sem qualquer onus para o importador, a verificação da aplicação dada ao material importado com

isenção ou redução de direitos aduaneiros, no ano anterior"

e o seu parágrafo único:

"Aos funcionários designados para a verificação de que trata este artigo só poderão ser concedidas as vantagens previstas no Estatuto dos Funcionários".

24. Interpretando-se essas disposições em confronto com as demais do mencionado decreto-lei, chega-se à conclusão de que o art. 17, transcrito, se refere às importâncias que competem aos técnicos pelos trabalhos prestados, ex-vi do art. 16, verbis:

"Os inspetores das Alfândegas deverão escolher os técnicos a que se refere a alínea c do art. 24 do decreto-lei n. 300, de 24 de fevereiro de 1938, dentre os profissionais que se encontrarem registrados no livro especial a que se refere o art. 85 do mesmo decreto-lei"; ; ;

o outro, o art. 18 e seu parágrafo único, determina, acertadamente, que não deverá haver qualquer onus para o importador, pois se refere, apenas, à verificação da aplicação dada ao material importado com isenção ou redução de direitos aduaneiros, no ano anterior, trabalho esse que deverá ser executado por servidor do Estado, ao qual competirá, se assim se tornar necessário as vantagens previstas no Estatuto dos Funcionários.

25. Quanto às percentagens estabelecidas pelo art. 124 da lei 2.924 e à de 10% atribuída aos revisores de despachos de importação pelo art. 83 do decreto-lei n. 300, de 1938, esclarece esta D.F. que o D.A.S.P. está procedendo aos estudos necessários, no sentido de ser revista toda a legislação referente a percentagens atribuídas aos funcionários públicos, afim de imprimir ao assunto maior uniformidade, convido, assim, pois, que seja aguardada a solução final desse estudo o que, no momento, nenhuma percentagem, a título de vantagem, poderá ser paga.

26. Com referência às outras questões de que trata o anexo processo, opina esta D.F. por que as mesmas deverão ser devidamente apreciadas pelos competentes órgãos técnicos.

27. Nessas condições, deve o anexo processo ser encaminhado ao Ministério da Fazenda (M.F.) para os devidos fins.

D.F., em 5 de maio de 1942. — Paulo Lira, diretor de Divisão. — Despacho. — Aprovado. Em 9-5-42. — Moacir Briggs, presidente substituto.

CIRCULAR DF-26

Senhor diretor

Este Departamento tem verificado que os documentos anexados às propostas de admissão de extranumerários, e exigidos por lei para instruí-las, não estão sendo examinados convenientemente pelos órgãos que interferem no respectivo processamento.

2. As omissões, enganos e divergência que, frequentemente, são observados, retardam as admissões propostas, exigindo que estas sejam examinadas respeitadas vezes, o que prejudica os interesses do serviço e aumenta o volume de trabalho.

3. Nestas condições, este Departamento solicita de Vossa Excelência que se adotem providências imediatas, afim de que a documentação justificativa da admissão de extranumerários seja cuidadosamente examinada, verificando-se se atendem às formalidades da legislação vigente, geral e específica, devendo ser punido o servidor que, por falta de cumprimento do seu dever, for o responsável pelas divergências, retificações e omissões verificadas no processo de admissão de extranumerários.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Senhoria, os protestos da minha distinta consideração. — Moacir Briggs, presidente substituto.

Rio, 8 de maio de 1942. — Moacir Briggs, presidente substituto.

Ao Sr. diretor da Divisão de Pessoal do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Nos mesmos termos aos diretores das Divisões do Ministério da Aeronáutica, Agricultura, Educação, Fazenda, Guerra, Marinha, Relações Exteriores, Trabalho, Viação, Imprensa Nacional, S.R.P.-1, S.R.P.-2.

CIRCULAR DF-27

Senhor diretor geral

Este Departamento, tendo em vista diversas consultas que lhe tem sido dirigidas, sobre como devem ser pagos dos seus salários os tarefeiros, quando afastados das respectivas funções, por efeito de aposentadoria, ou em virtude de serviço obrigatório, previsto na legislação vigente, esclarece a Vossa Exce-

lência que, em casos tais, deverá o mesmo salário ser pago na base da produção mínima, indicada no ato de sua admissão.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais distinta consideração.

Rio, 9 de maio de 1942. — Moacir Briggs, presidente substituto.

A Sua Excelência o senhor diretor geral do Pessoal do Ministério da Marinha.

Nos mesmos termos aos diretores de Divisões e Serviços de Pessoal dos Ministérios da Aeronáutica, Agricultura, Educação, Guerra, Justiça, Fazenda, Relações Exteriores, Trabalho, Viação, S.R.P.-2, S.R.P.-1 e Imprensa Nacional.

OFÍCIOS

N. 1.090-42 — Ao diretor geral do Departamento dos Correios e Telégrafos — Solicitando seja, com urgência, solucionado processo administrativo referente a ex-escriturário desse Ministério.

N. 1.142-42 — Ao ministro de Estado da Marinha — Esclarecimentos sobre o § 3.º do art. 103 do Estatuto dos Funcionários.

N. 1.143-42 — Ao secretário geral do Ministério da Guerra — Restituindo processos relativos à admissão de engenheiros.

N. 1.156-42 — Ao chefe do Serviço de Administração do Departamento Nacional de Saúde do Ministério da Educação e Saúde — Indicando candidato para a vaga de praticante de escritório VI, existente no R. G. do Norte.

N. 1.157-42 — Ao ministro de Estado da Aeronáutica — Reitera solicitação constante do ofício DF-699, de 20-3-42.

N. 1.158-42 — Ao chefe do Serviço de Pessoal do Departamento dos Correios e Telégrafos — S/ admissão de praticante de tráfego na tabela de extranumerários mensalistas, da D. R. do Espírito Santo.

N. 1.160-42 — Ao diretor da Divisão de Pessoal do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura — Solicitando esclarecimentos sobre o expediente relativo a concessão de ajuda de custo a agrônomo de plantas textéis designado para diretor de Divisão.

N. 1.161-42 — Ao diretor geral do Departamento de Imprensa e Propaganda — Indicando nome de candidato para a função de tradutor XIII para uma das vagas existentes na tabela de extranumerários mensalistas.

N. 1.166-42 — Ao procurador geral da República no Distrito Federal — Acusando recebimento da comunicação sobre a instalação dos trabalhos relativos a Comissão de Inquérito de que é presidente.

N. 1.176-42 — Ao diretor da Divisão do Pessoal do Ministério da Viação e Obras Públicas — S/ admissão de auxiliar de escritório VII em vaga do Departamento Nacional de Estradas de Ferro.

N. 1.177-42 — Ao chefe do Serviço Regional de Pessoal da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas — Solicitando esclarecimento sobre os atos de licenças concedidas por prazo indeterminado, a extranumerários que se invalidaram para o serviço público.

N. 1.161-42 — Ao diretor geral do Departamento do Ministério da Viação e Obras Públicas — Reiterando solicitação constante do ofício DF-763, de 30 de março de 1942.

N. 1.179-42 — Ao diretor do Serviço de Pessoal do Ministério da Fazenda — Indicando candidato para preenchimento de uma vaga de topógrafo existente na Diretoria do Domínio da União e Serviços Regionais.

N. 1.180-42 — Ao diretor da Divisão de Pessoal do Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Reiterando solicitação constante do ofício DF-761, de 30-3-42.

N. 1.181-42 — Ao diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil — Reiterando solicitação constante dos ofícios DF-289-D-42 e DF-764-42, sobre abono provisório.

N. 1.182-42 — Ao diretor da Divisão de Pessoal do Ministério da Educação e Saúde — Reiterando solicitação constante do ofício DF-759, de 30 de março de 1942.

N. 1.183-42 — Ao chefe do Gabinete do ministro da Viação e Obras Públicas — Reiterando solicitação constante do ofício DF-758, de 30 de março de 1942.

N. 1.184-42 — Ao diretor geral do Departamento dos Correios e Telégrafos — Reitera solicitação constante do ofício DF-757, de 30 de março de 1942.

Divisão de Seleção

Processo n. 863-42 — Trata o presente processo das provas de habilitação para a função de Inspetor Auxiliar VIII, realizadas, por delegação deste Departamento, pelo Serviço de Economia Rural no Estado de São Paulo.

2. Verificada a regularidade do processamento das provas e modificados, para uniformização do critério, alguns dos graus atribuídos, esta Divisão propõe a homologação dos resultados que habilitam ao exercício daquela função os seguintes candidatos.

Nome	Média final
Manoel Diegues Gonçalves	82,0
Armando Costillas	61,0
Antonio da Costa	60,1

D.S. do D.A.S.P., em 21 de março de 1942. — Murilo Braga, diretor de Divisão. — Despacho: Homologado. Em 21-3-42. — Luiz Simões Lopes, presidente.

Processo n. 1.006-42 — Trata o presente processo das provas de habilitação para a função de Inspetor Auxiliar VIII, realizadas, por delegação deste Departamento, pelo Serviço de Economia Rural, no Estado do Paraná.

2. Verificada a regularidade do processamento das provas e introduzidas algumas modificações nos graus atribuídos, esta Divisão propõe a homologação dos resultados que habilitam ao exercício daquela função os seguintes candidatos:

Nome	Média final
Elíbio Bonat	86,8
Alceu Xavier Penteado	82,6
Antonio Bonifacio Gaidus	81,4
Claudio Lafuente	78,4
Amplício Doin Cordeiro	76,6
Alceu Vilela de Oliveira	74,6
Anizio Barboza Saboia	72,2
Jefferson Figueira de Souza	71,2
Reinaldo Langeman Novay	70,2
João Manoel Ramos Neiva de Lima	69,0
Duílio Ranciaro	64,4
Altamir Richter	63,8
José Warpechoski	62,8
Jaesson Ogg	61,4

D.S. do D.A.S.P., em 21 de março de 1942. — Murilo Braga, diretor de Divisão. — Despacho: Homologado. Em 21-3-42. — Luiz Simões Lopes, presidente.

Processo n. 3.745-42 — Edna Rodrigues de Souza, candidata inscrita na prova de habilitação para Auxiliar e Praticante de Escritório, sob o n. 1.580, solicita revisão de sua prova de Matemática.

Despacho: Mantenho o julgamento. Compareça à Secção de Comunicações deste Departamento para tomar conhecimento do parecer do examinador, pelo qual verificará que a questão a que se refere no recurso, foi, de fato, respondida com acerto e computada no julgamento.

Em 12-5-42. — Astério Dardeau Vieira, diretor substituto da Divisão.

Processo n. 3.754-42 — Nancy Soares, candidata inscrita sob o n. 1.518, na prova de habilitação para Auxiliar e Praticante de Escritório de qualquer Ministério, solicita revisão de sua prova de Matemática.

2. O examinador da matéria deu o seguinte parecer:

"Atendendo a que foi omitido na prova o aviso no sentido de não serem corrigidas as questões cujas respostas não figuram no lugar indicado, julgo que, excepcionalmente, pode ser atendido o recurso acima, atribuindo-se 2 pontos à questão resolvida pela candidata no Rascunho, perfazendo, então, a mesma o total de 10 pontos".

3. De acordo com o parecer, eleve-se a nota de matemática, de 8 para 10.

D.S. do D.A.S.P., em 12 de maio de 1942. — Astério Dardeau Vieira, diretor substituto da Divisão.

Processo n. 3.744-42 — Gualter Caminha Gonçalves, candidato inscrito sob o n. 1.545, na prova de habilitação para Auxiliar e Praticante de Escrição, de qualquer Ministério, solicita revisão de sua prova de Matemática.

2. O examinador da matéria deu o seguinte parecer:

"Atendendo a que foi omitido na prova o aviso no sentido de não serem corrigidas as questões cujas respostas não figuram no lugar indicado, julgo que, excepcionalmente, pode ser atendido o recurso no verso, atribuindo-se 2 pontos à questão resolvida certa no Rascunho, perfazendo, então, o candidato o total de 11 pontos na prova de Aritmética".

3. De acordo com o parecer, leve-se a nota de matemática, de 9 para 11.

D.S. do D.A.S.P., em 12 de maio de 1942. — *Ástério Dardeau Vieira*, diretor substituto da Divisão.

Processo n. 3.687-42 — João Augusto da Silva solicita inscrição no concurso para Escrivão de Coletoria.

Despacho: Indeferido.

Em 12-5-42. — *Ástério Dardeau Vieira*, diretor substituto da Divisão.

Processo n. 3.730-42 — Francisco das Chagas Machado solicita inscrição no concurso para Escrivão de Coletoria, independente da apresentação do certificado de reservista.

Despacho: Indeferido.

Em 12-5-42. — *Ástério Dardeau Vieira*, diretor substituto da Divisão.

Processo n. 3.728-42 — Luiz Telles de Miranda solicita inscrição no concurso para Coletor, apesar de já se acharem encerradas as inscrições.

Despacho: Indeferido.

Em 12-5-42. — *Ástério Dardeau Vieira*, diretor substituto da Divisão.

Processo n. 3.727-42 — Cezar Vasconcelos da Silva solicita inscrição no concurso para Coletor, apesar de já se acharem encerradas as inscrições.

Despacho: Indeferido.

Em 12-5-42. — *Ástério Dardeau Vieira*, diretor substituto da Divisão.

Processo n. 3.750-42 — Hilda Souza Nogueira da Gama, candidata inscrita no concurso já realizado por este Departamento, para a carreira de Técnico de Administração, pede a devolução dos exemplares de sua tese.

Despacho: Restituam-se dois exemplares.

Em 12-5-42. — *Ástério Dardeau Vieira*, diretor substituto da Divisão.

Processo n. 3.749-42 — Ilma Moreira Côrtes, candidata inscrita nos concursos para Auxiliar e Datilógrafo do I.P.S., solicita revisão de suas provas de Matemática e Datilografia.

Despacho: Indeferido por estar fora do prazo.

Em 12-5-42. — *Ástério Dardeau Vieira*, diretor substituto da Divisão.

Processo n. 1.861-42 — Guilherme Bibiani, candidato inscrito sob o n. 249 no concurso para Agente Fiscal do Imposto de Consumo, em Belo Horizonte, solicita revisão de sua prova de Direito Comercial e Administrativo.

Despacho: Revista a prova, verificou-se que haviam escapado à correção as respostas dadas a quatro questões. Completado agora o julgamento, o candidato obteve mais 9 pontos, ficando a sua nota elevada de 65 para 74.

Em 7-5-42. — *Ástério Dardeau Vieira*, diretor substituto da Divisão.

Processo n. 1.859-42 — Amari Rodrigues da Cunha, candidato inscrito sob o n. 294, no concurso para Agente Fiscal do Imposto de Consumo, realizado em Belo Horizonte, solicita revisão de sua prova de Direito Comercial.

Despacho: Verificou-se, na revisão:

a) que houve erro de soma, prejudicando o requerente em 1 ponto;

b) que deixou de ser computada a resposta à 3.ª questão de Direito Comercial, por haver sido lançada em lugar impróprio. A essa resposta o examinador atribui 2 pontos.

Assim, fica elevada a nota, de 71 para 74.

Em 7-5-42. — *Ástério Dardeau Vieira*, diretor substituto da Divisão.

Processo n. 1.797-42 — Osvaldo Alves Corrêa, candidato inscrito sob o n. 35, no concurso de Agente Fiscal do Imposto de Consumo, solicita revisão de sua prova de Direito Administrativo e Comercial.

Despacho: Houve erro na contagem dos pontos. Leve-se a nota de 62 para 64, que é a soma dos graus atribuídos a cada questão.

Em 7-5-42. — *Ástério Dardeau Vieira*, diretor substituto da Divisão.

Processo n. 10.432-41 — Jader Rezende, candidato inscrito no concurso para Agente Fiscal do Imposto de Consumo, sob o n. 289, em Belo Horizonte, solicita revisão de sua prova de "Direito Comercial e Administrativo".

Despacho: Ao contrário do que supõe o candidato, as questões não têm todas o mesmo valor.

Na revisão da prova atribuíram-se dois (2) pontos à 3.ª questão de Direito Comercial, cuja resposta passara despercebida por haver sido lançada em lugar impróprio.

Fica a nota da prova elevada de 60 para 62.

Em 7-5-42. — *Ástério Dardeau Vieira*, diretor substituto da Divisão.

Processo n. 2.067-42 — Felipe Ferrucci Cagno, candidato inscrito no concurso para Agente Fiscal do Imposto de Consumo, sob o n. 184, em Belo Horizonte, solicita revisão de sua prova de Português e Matemática.

2. O examinador de português deu a seguinte informação:

"Revendo a prova de português do Sr. Felipe Ferrucci Cagno, reconheço o meu engano na contagem dos pontos e opino pelo deferimento do pedido. De acordo com o critério de julgamento, a nota do ofício não deve ser 17, e sim 25, pois o candidato perdeu apenas 15 pontos, como passo a demonstrar:

Pela omissão do número do ofício...	1 ponto
Pelo mau emprego da frase "Atendendo ao" onde conviria "Tendo em vista o"	5 pontos
Por não estar entre vírgulas a data "de..... de 1941"	2 pontos
Uso inadequado do parêntese	2 pontos
Impropriedade na substituição da palavra decreto pela palavra lei....	2 pontos
Por não declarar a função do remetente (não por deixar de assinar)	3 pontos
Total.....	15 pontos

3. De acordo com o parecer, leve-se de 53 para 61 a nota do recorrente.

D.S. do D.A.S.P., em 12 de maio de 1942. — *Ástério Dardeau Vieira*, diretor substituto da Divisão.

Processo n. 2.870-42 — Osvaldo Barbosa de Pinho Louzada, candidato inscrito no concurso para Agente Fiscal do Imposto de Consumo, sob o n. 241, em Porto Alegre, solicita revisão de sua prova de Direito Comercial e Administrativo.

Despacho: De acordo com o parecer do examinador, mantenho a nota.

Em 7-5-42. — *Ástério Dardeau Vieira*, diretor substituto da Divisão.

Processo n. 3.788-42 — José Corrêa Pimenta solicita inscrição na prova de habilitação para Assistente de Seleção.

Despacho: A prova já foi realizada. Arquite-se.

Em 11-5-42. — *Ástério Dardeau Vieira*, diretor substituto da Divisão.

Processo n. 2.246-42 — O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, propõe a transferência, ex-officio, no interesse da administração, do oficial administrativo, classe H, do Quadro Único, Antonio Lopes de Carvalho, para a carreira de Contador da mesma classe e Ministério.

Despacho: Convido o Sr. Antonio Lopes de Carvalho a apresentar títulos e trabalhos que comprovem o seu tirocínio na profissão correspondente à carreira para onde se propõe a sua transferência.

Em 12 de maio de 1942. — *Ástério Dardeau Vieira*, diretor substituto da Divisão.

Processo — Concurso de provas para provimento em cargos da classe inicial da carreira de — Químico — de qualquer Ministério, C. 67 — Trata-se o presente processo do concurso que se acaba de realizar para provimento em cargos da classe inicial da carreira de Químico de qualquer Ministério.

2. O presente concurso se processou de acordo com as Instruções Especiais anexas à Portaria número 1.528, de 2 de dezembro de 1941, atendidas as condições de ordem geral previstas nas Instruções aprovadas pela Portaria 661, de 2 de julho de 1940, e mais recentemente, pelas estabelecidas na de número 1.411, de 6 de outubro de 1941, todas expedidas pela Presidência deste Departamento.

3. As inscrições, abertas por edital publicado no *Diário Oficial* de 31 de dezembro de 1941 e de 30 de janeiro de 1942, encerraram-se às 17 horas do dia 5 de março do ano corrente.

4. O número de candidatos inscritos atingiu a 9, sendo 4 do sexo masculino.

5. A banca examinadora foi composta pelos senhores Djalma Hasselmann (presidente), Rubens Carvalho Roquete (substituto eventual do presidente) e Eumenes Marcondes de Melo.

6. Dos 9 candidatos convocados para a prova escrita de seleção, compareceram 8, sendo habilitados 5.

7. Para a prova Prática Geral, também de seleção, foram convocados os 8 presentes à primeira prova por ser esta identificada somente depois de realizada a prática geral. Nesta prova do concurso foram aprovados 5 candidatos.

8. Para a prova de habilitação — Prática — foram convocados somente os aprovados nas de seleção, isto é, 4 candidatos, sendo todos do sexo feminino.

9. A classificação feita pela banca examinadora está anexa ao presente processo.

10. Tendo em vista o ofício n. 244 do Serviço de Biometria Médica do I.N.E. foram habilitados, em sanidade e capacidade física todos os candidatos classificados.

11. Feito o presente resumo, esta Divisão opina pela homologação do referido concurso, e consequente aprovação da classificação a que procedeu a Banca Examinadora.

D.S. do D.A.S.P., em 8 de maio de 1942. — *Ástério Dardeau Vieira*, diretor substituto da Divisão.

Despacho: Homologado — Em 11-5-42. — *Luiz Simões Lopes*.

Processo — Concurso de provas para provimento em cargos da carreira de Datilógrafo do Quadro Permanente do Departamento Administrativo do Serviço Público. — C. 65 — Trata o presente processo do concurso que se acaba de realizar para provimento em cargos da carreira de Datilógrafo do Quadro Permanente do Departamento Administrativo do Serviço Público.

O concurso se processou de acordo com as Instruções Especiais anexas à Portaria n. 1.504, de 12 de dezembro de 1941, atendidas às condições de ordem geral previstas nas Instruções aprovadas pelas Portarias ns. 661, de 2 de julho de 1940 e 1.411, de 6 de outubro de 1941, todas expedidas pela Presidência deste Departamento.

As inscrições, abertas por edital publicado no *Diário Oficial* de 28 de novembro de 1941, encerraram-se às 17 horas do dia 30 de dezembro de 1941.

O número de candidatos atingiu 467, sendo 289 do sexo masculino.

A Banca Examinadora foi constituída pelos senhores: Elpidio Pimentel (presidente), Pedro Calheiros Bomfim (substituto eventual do presidente), Jacir Maia e Otavio Lopes de Castro.

As provas de "Nível Mental e Aptidão" e "Português" foram realizadas em 27 de janeiro de 1942. A prova de Português foi anulada de acordo com a Portaria n. 1.636, do Sr. presidente deste Departamento, sendo o senhor Elpidio Pimentel destituído da presidência da Banca (Portaria n. 1.637, de 4-2-42), bem como da função de examinador de Português.

O Sr. Alvaro Kilkerry foi designado para substituir o Sr. Elpidio Pimentel, pela portaria n. 1.651, de 24-2-42.

Dos 467 candidatos convocados para a prova de Português, compareceram 259, sendo 173 habilitados.

Tendo sido o Sr. Pedro Calheiros Bomfim comissionado pelo Governo do Estado da Paraíba, foi substituído pelo Sr. Mauricio Baronto: Portaria número 1.734, de 24-3-42.

A prova de datilografia, para a qual foram convocados os candidatos habilitados na de Português, compareceram 162.

Para a realização da prova de Conhecimentos Gerais, foram convocados os 162 candidatos que compareceram à prova de Datilografia. Deixaram de comparecer 9 candidatos.

Para a realização da prova de habilitação complementar, referida no item 8 das Instruções Especiais, foram convocados os 5 candidatos que haviam declarado, no ato da inscrição, o desejo de prestar as referidas provas.

Os candidatos inscritos sob o n. 282 — Hélio de Pereira Marques tendo a nota 95 na prova de francês e 60 na prova de inglês, obteve a bonificação de 5,2, deslocando-o do 36.º para o 22.º lugar. Os de-

mais candidatos obtiveram notas inferiores a cinquenta, não obtendo, portanto, bonificação.

A candidata 305 — Maria Felício dos Santos recorreu do julgamento das suas provas complementares. Esta Divisão manteve o julgamento recorrido.

A classificação final apresentada pela Banca Examinadora está anexada ao presente processo e foi publicada no *Diário Oficial* de 27-4-42.

Pelos ofícios ns. 236, de 20-4-42, e 302, de 8-5-42, o Serviço de Biometria Médica do I.N.E.P. comuni-

cou que foram habilitados nas provas de sanidade e capacidade física todos os candidatos classificados.

Feito o presente resumo, esta Divisão opina pela homologação do referido concurso, e consequente aprovação da classificação a que procedeu a Banca Examinadora.

D.S. do D.A.S.P., em 11 de maio de 1942. — *Astério Dardeau Vieira*, diretor substituto da Divisão. — Despacho: Homologado — Em 11-5-42. — *Luiz Simões Lopes*.

Serviço de Administração

Folha de pagamento de diárias por serviços prestados fora da sede, durante os meses de abril e maio de 1942, de acordo com a Portaria n. 1.687, de 2-3-42, publicado no D.O. de 4-3-42.

Nome	Cargo ou função	Vencimento	Dias	Diárias	Local	Líquido a pagar	Prazo	Natureza do Serviço
Paulo de Lira Tavares..	Dirt. Divisão	5:000\$0	16	50\$0	S.Paulo	800\$0	19/4 a 4/5	Procederem a reorganização dos serviços públicos locais.
Eduardo Pinto Pessoa Sobrinho	Téc. Admt. I	2:300\$0	30	38\$0	S.Paulo	1:140\$0	1 a 30/4	

D.A.S.P., em 12 de maio de 1942. — *Armínio Peixoto de Lima*, oficial administrativo. — Confere: *Anísio Storry dos Santos*, chefe Sec. Orçamento. — Visto: *Gildásio Palhano de Jesus*, diretor substituto do Serv. de Administração.

Comissão de Defesa da Economia Nacional

PORTARIA N. 280, DE 9 DE MAIO DE 1942

O presidente da Comissão de Defesa da Economia Nacional, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo decreto-lei n. 1.641, de 29 de setembro de 1939, e

Tendo em vista a decisão da Junta Reguladora do Comércio de Fios e Tecidos, no sentido de facilitar-se a exportação de fios de algodão, depois de assegurado o abastecimento do mercado interno, resolve:

1.º — Não é permitida a exportação de fios de algodão de título acima de número 40.

2.º — A quantidade exportável de fios de algodão, para cada fábrica, não poderá exceder 25% do total da sua produção anual, enquanto não se concluírem os respectivos estudos sobre produção e consumo.

3.º — Os pedidos de licença para exportação deverão ser dirigidos diretamente à Comissão de Defesa da Economia Nacional pela empresa industrial in-

teressada, acompanhados de atestado do sindicato de empregadores da indústria textil a que estiver filiada, no qual se certifique a veracidade das declarações feitas pelo solicitante relativas ao número de fusos da fábrica, o número de horas de trabalho, quantidade da produção e qualidade do fio.

4.º — Os pedidos de licença, quanto ao número ou título do fio, serão apreciados de acordo com as necessidades do mercado interno.

5.º — As fábricas deverão obrigatoriamente, enviar cópias das "Declarações de Venda à Secretaria da Junta".

6.º — As licenças concedidas e não utilizadas caducarão dentro de 3 meses da data da concessão.

7.º — Desde que se não verifique o aproveitamento das quotas de exportação de fio de algodão, caberá à Junta a faculdade de sua redistribuição e estabelecimento fabris, que demonstrem capacidade além das permissões já obtidas.

8.º — Ficam sem efeito as resoluções que contrariem o disposto na presente Portaria.

Rio de Janeiro, 9 de maio de 1942. — *Joaquim Eutálio*.

Paulo Ernesto Tolle, reservista do Exército, solicitando transferência para a reserva da F. A. B. — Sim.

Hilton Calazans Rodrigues, solicitando subvenção de 20 horas de voo. — Sim, oportunamente no Aero Clube do Brasil.

Levy Benevides de Oliveira, solicitando reconsideração do despacho que indeferiu o seu pedido de transferência para o Ministério da Aeronáutica. — Mantenho o despacho em virtude de sua conduta.

Panair do Brasil S/A., solicitando autorização para importar dos E.E. U.U., 1 armação para a carlinga de avião "Faichild". — Autorizo.

Oswaldo Fernandes Pimentel, cabo reservista do Exército, solicitando sua inclusão em uma das Cias. de Guarda. — Sim.

Domingos Soares Filho, solicitando a devolução dos documentos que juntou ao requerimento de inscrição no Curso de Especialistas de Aeronáutica. — Atenda-se.

Fernando d. Barros Morgado, solicitando devolução dos documentos que apresentou por ocasião de sua inscrição para o exame na Escola de Aeronáutica. — Sim.

Serviços Aéreos Condor Ltda., solicitando que o Major Aviador Franklin Antonio Rocha, continue prestando serviços técnicos à requerente. — A requerente deve promover o aperfeiçoamento de aviadores civis para o seu serviço, pois, só concederei permissão por mais um ano ao oficial aviador militar para continuar fora da F. A. B.

Antonio de Rezende Furtado, capitão aviador, solicitando autorização para continuar prestando serviços técnicos nos Serviços Aéreos Condor Limitada. — A Empresa deve cuidar da substituição dos oficiais aviadores dentro do prazo de um ano, dentro de elementos de nacionalidade brasileira, porem civis. Concedo a prorrogação por mais um ano.

Ulysses Farias de Magalhães, solicitando auxílio do Ministério da Aeronáutica afim de que possa obter o "brevet" de aviador. — Arquive-se diante das providências já tomadas pela Diretoria de Aeronáutica Civil.

Adriano Antonio Leal, sargento, reformado solicitando uma colocação no Ministério da Aeronáutica. — Não há o que deferir.

Augusto Pinto de Mesquita Filho, major Intendente de Aeronáutica, solicitando 3 meses de licença para tratamento de saúde. — Concedo, em vista do laudo da Junta, três meses de licença.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

EXPEDIENTE DO EXMO. SR. MINISTRO DE ESTADO DA AERONÁUTICA

Aviso n. 71 — Tendo a Comissão por mim designada para organizar as instruções para o Arraçoamento de Aeronáutica em tempo de paz, concluído o seu trabalho, aprez-me louvar os senhores: Tenente-coronel médico Dr. Angelo Godinho dos Santos, Capitão de Corveta Intendente Naval Jayme Freire de Andrade, Capitão médico Dr. Benjamin Ferreira Bastos e o Capitão Intendente de Aeronáutica Heitor Larraury Melleu que, ob a esclarecida e proficiente orientação do primeiro desses oficiais, deram cabal desempenho à missão que lhes foi atribuída, apresentando um estudo objetivo, original e completo, de cunho científico e que bem evidencia a competência profissional e a sólida cultura de seus autores.

Rio de Janeiro, em 12 de maio d. 1942. — *Salgado Filho*.

Em 9 de maio de 1942

Atos:

A designação do Sargento ajudante Q. Av. — Jeronimo Machado de Castro e do 3S — AT. CE. Fogo Madeira, para monitores da Escola de Especialistas de Aeronáutica, publicada no *Diário Oficial* de 13 de abril último, foi autorizada a partir de 5 de fevereiro findo.

Foi designado o Capitão Ary Vaz Pinto, para instaurar um inquérito sobre desastre de caminhão ocorrido no Aeroporto de Belo Horizonte.

Em 9 de maio de 1942

Requerimento:

Aldemar Muniz, Antonio Gaborim, Benvenuto Meneses de Ataíde, Paulo Ramazzini e Murilo de Noronha, reservistas do Exército, solicitando transferência para a reserva da F. A. B. — Sim.

Accureio D. Carneiro da Câmara, solicitando o teor das informações que lhe livram o indeferimento de seu requerimento anterior. — Declare o fim.

Miguel São Felipe, reservista do Exército, solicitando transferência para a reserva da F. A. B. — Sim. Faça-se o expediente.

Iraré da Silva Pereira, solicitando permissão para assentar praça na Força Policial do Distrito Federal. — Sim.

José Ferreira da Silva, TA-CO 3.ª classe n. 569, solicitando seu aproveitamento em uma das Companhias de Infantaria de Guarda do Ministério da Aeronáutica. — Sim.

José Saad, reservista do Exército, solicitando sua inclusão em uma das Cias. de Guarda do Ministério da Aeronáutica. — Sim.

Luiz de Otero Porto Alegre, 1.º tenente do Exército, solicitando sua transferência para a Infantaria de Guarda da Aeronáutica. — Indeferido por infringir o texto legal.

Djalma de Azevedo, 2.º tenente da Reserva Remunerada, solicitando sua convocação para o serviço ativo da Aeronáutica. — A convocação depende da necessidade reconhecida pela administração. Arquite-se.

Izaura Salles Bricidio, solicitando a promoção post-mortem de seu filho, 3.º sargento aviador Silvino Bricidio, morto em serviço em 27-7-33. — Indeferido em face dos pareceres.

Alvaro Burgos Carneiro de Campos, autor do livro "Direito Público Aéreo", propondo a venda de 20 exemplares do aludido livro. — Adquiram-se vinte volumes.

José Silvino dos Santos, 2.º tenente da Reserva Remunerada do Ministério da Aeronáutica, solicitando sua convocação para o serviço ativo. — Atenda-se.

Ilka Soubre Leite, viúva do sargento Cyro Leite, solicitando melhoria da pensão deixada por seu esposo. — Indeferido em face dos pareceres.

Jean Gueriot, proprietário de um terreno sito à Estrada Intendente Magalhães s/n., solicitando pagamento da parte do referido imóvel que foi anexada ao Campo dos Afonsos. — Complete a instrução do processo, provando com documento idôneo qual a situação atual do processo expropriatório a que se alude na escritura pública de fls. 40.

Diretoria de Aeronáutica Civil

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL

Requerimentos despachados

Dia 6 de maio de 1942

Bruno Rolla — requerendo carta e licença de mecânico de aeronave. — Deferido, à vista dos pareceres. Ref. 2.671-42.

O mesmo — solicitando carta e licença de mecânico de aeronave. — Prejudicado, em face do despacho em outro requerimento sobre o mesmo assunto. Ref. 2.389-42.

João Gonçalves Carneiro — requerendo carta de piloto de recreio ou desporto, e licença para conduzir aeronaves de diversos tipos. — Deferido. Ref. 2.836-42.

Panaíro do Brasil, S. A. — requerendo licença de aeromoço para o Sr. Cicero Campos. — Deferido. Ref. 2.720-42.

Alberto Costa Lima — solicitando carta de piloto de recreio ou desporto, e licença para pilotar diversos tipos de aeronaves. — Deferido, de acordo com os pareceres. Ref. número 2.511-42.

Dia 7 de maio de 1942

Cid Prado Amaral — requerendo carta de piloto e licença para conduzir aeronaves de diversos tipos. — Deferido. Ref. 4.233-42.

Dia 8 de maio de 1942

Armando Natali — requerendo carta de piloto de recreio ou desporto e licença para pilotar aeronaves de vários tipos. — Deferido, nos termos do parecer. Ref. 2.757-42.

Oswaldo Miller Barlem — requerendo carta de piloto de aeronave, e licença para conduzir aviões dos tipos "Piper Cub" e "Aeronca". — Deferido. Ref. 2.889-42.

José Pedro de Carvalho — solicitando carta de piloto de recreio ou desporto, e licença para pilotar aviões de diversos tipos. — Deferido, nos termos do parecer. Ref. 2.755-42.

Casemiro Gabardo — solicitando carta de piloto de recreio ou desporto, com licença para conduzir aeronaves do tipo "Fleet". — Deferido. Ref. 2.888-42.

Arnaldo Vissoto — solicitando carta de piloto de recreio ou desporto, bem como licença para pilotar aeronaves de vários tipos. — Deferido, nos termos do parecer. Ref. número 2.806-42.

Ely Antonio Mascia — requerendo concessão de carta de piloto de recreio ou desporto, com licença para conduzir aeronaves de vários tipos. — Deferido. Ref. 2.817-42.

Advanzil de Oliveira Cabral — requerendo carta de piloto de recreio ou desporto, com licença para conduzir aeronaves do tipo "Cub Coupé". — Deferido. Ref. 2.709-42.

Milton Dreyer — requerendo licença de piloto de turismo. — Deferido, nos termos do parecer. Ref. 2.822-42.

Eraslo Lopes Conceição — pedindo carta de piloto de recreio ou desporto, com licença para conduzir aeronaves de diversos tipos. — Deferido. Ref. 2.698-42.

Dia 11 de maio de 1942

Aldo Batalha Paiva — requerendo carta de mecânico de aeronave. — Deferido. Referência 2.670-42.

Dia 11 de maio de 1942

Dario Pessoa Cavalcante — requerendo autorização para pilotar aviões de diversos tipos. — Deferido. Ref. 2.914-42.

Alfredo Fernandes Soares — solicitando licença para conduzir aeronaves de vários tipos. — Deferido. Ref. 2.913-42.

Pan American Airways, Inc. — requerendo modificação de horário. — Atenda-se. Referência 3.014-22.

Dia 12 de maio de 1942

Vicente Wolski — requerendo licença para conduzir aviões de diversos tipos. — Deferido. Ref. 2.915-42.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Departamento Nacional da Produção Animal

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Requerimento despachado

Costa e Irmão, firma estabelecida com fábrica de produtos suínos em Borda da Mala, no Estado de Minas Gerais, solicita dilatação do prazo para instalação, no seu estabelecimento, de tacho de fundo duplo e, em consequência, caldeira à vapor. (P. A. 251-42). — Indeferido.

Departamento Nacional da Produção Mineral

SECÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 18-4-42

Werner Arthur Conrado Bathelmess — Pedido de autorização para pesquisas. Indeferido, de acordo com a informação. DGMP. 297-42.

Dia 24-4-42

Sindicato de Indústria, Fiação e Tecelagem — Reclama contra a cobrança indébita feita por Ceará Tramway Light & Power Co. Ltd. Aprovo a informação do diretor geral, impondo as penalidades por ele sugeridas. DGPM. 3.552-42.

Dia 25-4-42

Antonio Sabino — Pedido de autorização para pesquisa. Indeferido, nos termos da informação. DGPM. 978-42.

João Peres Junior — Pedido de autorização para pesquisa. Indeferido nos termos da informação. DGPM. 896-42.

Rio, 7-5-42. (assinatura ilegível), do escritário.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL

Dia 5-5-42

Castro Lopes & Tebiriá — Pedido de devolução de guias de embarque que lhe foram fornecidas pelo Estado de Minas Gerais. Reconheça a firma. DGPM. 3.621-42.

Serviço Florestal

AUDIÊNCIA PÚBLICA NO SERVIÇO FLORESTAL

O diretor do Serviço Florestal concede audiência pública todas as quintas-feiras, das 15 às 17 horas, na sede da repartição, sita à rua Jardim Botânico n. 1.008, Gávea.

Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil

RETIFICAÇÃO

Na ata deste Conselho publicada a pág. n. 7.603 do *Diário Oficial* de 8 de maio corrente, na vigésima segunda linha, onde se lê paleontológicos, leia-se paleontológicos.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Departamento de Administração

Divisão do Pessoal

SECÇÃO ADMINISTRATIVA

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 11 de maio de 1942

Despacho:

Mario Batinga de Araujo Lessa, pedindo pagamento de funeral. — Requeira, querendo, por exercício findo (45.091-11).

Departamento Nacional de Educação

Divisão de Educação Física

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL DO D. N. E.
Portaria n. 337 de 27 do abril de 1942. — O diretor geral do Departamento Nacional de Educação, resolve designar o Dr. Paulo Frederico de Figueiredo Araujo, assistente XXI, para o fim especial de verificar as condições apresentadas pelas instalações destinadas à prática dos exercícios físicos no Ginásio

D. Macedo Costa em São Salvador, no Estado da Bahia, ficando sem efeito a Portaria n. 615, de 4 de dezembro do ano p.p. — *Abgar Renault*.

Portaria n. 338 de 27 de abril de 1942. — O diretor geral do Departamento Nacional de Educação, resolve designar o Sr. Tarso Coimbra, assistente XXI, para o fim especial de verificar as condições das instalações destinadas à prática dos exercícios físicos no Colégio Imaculada Conceição, na Capital do Estado de São Paulo. — *Abgar Renault*.

Portaria n. 349 de 5 de maio de 1942. — O diretor geral do Departamento Nacional de Educação, resolve designar o Sr. Tarso Coimbra, assistente XXI, para o fim especial de verificar as condições apresentadas pelas instalações destinadas à prática dos exercícios físicos no Ginásio Santa Teresa, no Distrito Federal. — *Abgar Renault*.

Divisão de Educação Física

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR DA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

N. 34.036-11 — Ivo Augusto de Macedo. — Aguardo a solução geral já proposta para o caso.

N. 21.932-42 — Clovis Roxo Guimarães. — Faça prova de estar registado na D. E. Sup. seu diploma de médico.

N. 22.552-42 — Maria do Rosario Sampaio Costa. — Promova a retificação do título.

N. 22.754-42 — Nair dos Santos. — Promova a retificação do título, pague o selo por verba e complete o selo do diploma.

N. 22.755-42 — Genny Ramos. — Promova o pagamento de selo por verba, complete o selo do diploma e providencie a retificação do título.

N. 22.822-42 — Maria da Conceição Valente. — Promova a correção do título.

N. 23.007-42 — Antonietta Ramos. — Providencie o pagamento por verba.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Gabinete do Ministro

EXPEDIENTE DO SR. CHEFE DO GABINETE

Dia 12 de maio de 1942

Offício:

Ao Sr. diretor da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil.

N. 403 — Comunicando que o Sr. ministro proferiu o seguinte despacho no processo relativo ao requerimento em que a firma Comércio e Representações Mesbla S. A., pede seja a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil autorizada a permitir a venda de carros de seu estoque, até que seja regulamentado o decreto-lei n. 4.272, de 17 de abril p. findo:

"Deferido. Comunique-se à Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil que não deve ser cerceado o comércio de automóveis até que seja expedido o regulamento de que trata o decreto-lei n. 4.272, de 17 de abril último".

Serviço do Pessoal

SECÇÃO ADMINISTRATIVA

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR DO PESSOAL

Despacho:

Dia 8 de maio de 1942

No processo n. 31.508-42, em que Maria Augusta Levasseur Maya, pede pagamento do salário de abril próximo passado, a que fez jus seu marido, Rômulo Seve Maya, ex-extraneário do Departamento Federal de Compras, falecido em 26-4-42, o Sr. diretor do Pessoal deu o seguinte despacho:

Não havendo sido encontrada neste Serviço a certidão de casamento a que se alude no requerimento de fls. 4, convida-se a interessada a completar a instrução do seu pedido de pagamento apresentando o referido documento.

Dia 7 de maio de 1942

No processo n. 20.804-42, em que Maria da Gloria Coelho, na qualidade de viúva do ex-official administrativo, classe II, do Tribunal de Contas, Augusto Coelho, pede pagamento de vencimentos, correspondentes a dias de novembro de 1941, o Sr. diretor do Pessoal deu o seguinte despacho:

Não tendo sido apresentado ainda o atestado a que se refere a circular n. 1 de janeiro de 1935, deste Ministério, convida-se a interessada, novamente, a satisfazer essa exigência.

Dia 7 de maio de 1942

No processo n. 28.344-42, em que Raimundo Sirilo Dantas, solicita uma colocação na Casa da Moeda, o Sr. diretor do Pessoal deu o seguinte despacho:

Não existindo vaga na tabela de extraneário diarista daquela Repartição, conforme está esclarecido, não é possível o atendimento do pedido. Arquive-se.

Dia 11 de maio de 1942

No processo n. 17.949-42, referente a proposta de admissão de Ana Taciana de Macedo Costa, o Sr. diretor do Pessoal deu o seguinte despacho:

Tendo em vista o item 3 da exposição de motivos n. 626, do Departamento Administrativo do Serviço Público, no qual se esclarece que a prova de habilitação prestada para a função de praticante de escritório não mais poderá suprir a exigida para a função de auxiliar de escritório, conforme nova orientação sobre o

assunto, convida-se a candidata Ana Taciana de Macedo Costa a comparecer a S. A. deste Serviço, afim de lhe serem entregues, mediante recibo, os documentos de seu interesse, os quais se acham instruindo o processo número 17.949-42.

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 7 de maio de 1942

Despacho:

No processo n. 31.439-42, em que José Carlos Caires, escrivão da classe E, do extinto Quadro II, do Ministério da Viação e Obras Públicas, solicita transferência para igual classe e carreira, deste Ministério, o Sr. ministro deu o seguinte despacho:

A transferência solicitada não atende à conveniência do serviço neste Ministério. Arquive-se.

Dia 6 de maio de 1942

No processo n. 14.707-42, em que Nessim Behor Alhadeh, pede nomeação interina para o cargo de escrivão da coletoria federal, ou outro emprego qualquer, o Sr. ministro deu o seguinte despacho:

A vista do disposto no § 7.º, art. 17, do decreto-lei n. 1.743, de 28 de outubro de 1939, arquive-se.

Dia 7 de maio de 1942

No processo n. 32.330-42, em que a Associação Comercial de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, pede o provimento do cargo de escrivão da coletoria federal naquela localidade, e o Sr. diretor geral informou que, segundo se esclareceu no processo, a Suprema Autoridade, no processo n. 85.177-41, autorizou a promoção do escrivão da coletoria federal em Jaquari, Atilio Capizani, ao cargo em questão, opinando por isso, pelo arquivamento do processo, o Sr. ministro deu o seguinte despacho:

De acordo com o parecer, arquive-se.

Dia 6 de maio de 1942

No processo n. 26.122-42, em que Lamartine Moreira, ex-coletor federal em Uberlândia, no Estado de Minas Gerais, pede, novamente, a sua readmissão, e o Sr. diretor geral informou que o requerente foi exonerado, a pedido, por decreto de 21 de setembro de 1925, e que na época da exoneração, não era o interessado considerado funcionário público, qualidade que, somente em 1931, foi atribuída aos escrivães e coletores federais por força do decreto número 24.502, de 29 de junho, opinando por isso, pelo indeferimento do pedido, o Sr. ministro deu o seguinte despacho:

A vista do que consta do parecer, arquive-se.

Dia 7 de maio de 1942

No processo n. 91.988-42, em que a Interventoria Federal na Baía, solicita seja a coletoria de Lençóis desanexada da de Andaraí, o Sr. ministro deu o seguinte despacho:

Já tendo sido tomadas as providências solicitadas, arquive-se.

Dia 9 de maio de 1942

No processo n. 99.790-42, em que Joaquim Francisco Moraes pede seja autorizada a posse de seu filho, Benedito Silva Moraes, no cargo de escrivão da coletoria federal em Barra da Estiva, no Estado da Bahia, o Sr. ministro deu o seguinte despacho:

A vista do decreto de 8 de janeiro último, que tornou sem efeito a nomeação do interessado, arquive-se.

Diretoria Geral da Fazenda Nacional

PROCESSOS DESPACHADOS PELO SR. DIRETOR GERAL

N. 19.318-42 — Hime & Cia., solicitando autorização para fazer uso de uma máquina "Multi-Valor", do estampar selo, para pagamento do imposto de Vendas Mercantis. — Tendo sido assinado o termo, expeça-se a necessária carta de autorização.

D. Geral da Fazenda Nacional, em 9 de maio de 1942. — *Romero Estellita*.

N. 3.029-42 — Casa Bancária Crédito Comercial de São Paulo Ltda., pedindo autorização para funcionar. — Deferido, como propõe a Procuradoria Geral da Fazenda Pública.

2. Expeça-se a necessária carta-patente de autorização.

D. Geral da Fazenda Nacional, em 9 de maio de 1942. — *Romero Estellita*.

Os pareceres são os seguintes:

I. Requer a "Casa Bancária Crédito Comercial de São Paulo, Limitada", que terá a sua sede na Cidade de São Paulo, autorização para exercer, pelo prazo de vinte anos, o comércio bancário, excetuadas as operações de câmbio e de títulos da dívida pública.

II. A firma organizou-se sob a forma de sociedade por quotas, de responsabilidade limitada, encontrando-se o título constitutivo de acordo com as normas do decreto n. 3.708, de 10 de janeiro de 1919; e as do Código Comercial, aplicáveis à espécie (fls. 2).

O capital será de 250.000\$0, mínimo exigido pelo decreto-lei n. 1.880, de 14 de dezembro de 1939, e se acha subscrito por três sócios de nacionalidade brasileira, vedando uma das cláusulas contratuais a admissão de sócios estrangeiros, o que atende aos preceitos do decreto-lei n. 3.182, de 9 de abril de 1941.

Alem do recibo do depósito de 125.000\$0, ou sejam 50% do capital social, feito no Banco do Brasil (fls. 3), conforme determina o artigo 21 do decreto n. 14.728, de 16 de março de 1921, e de atestados sobre a idoneidade moral e financeira dos componentes da firma (fls. 4 a 6), foram apresentadas as certidões de nascimento dos mesmos (fls. 7 a 9), de que não respondem por dívida perante a Fazenda Federal (fls. 10 a 15), de que não são negociantes falidos (fls. 25 a 27), de que não figuram entre os indicados em processos do Tribunal de Segurança Nacional (fls. 16 a 18), de que não foram condenados na extinta Justiça Federal (fls. 19 a 24), e a folha corrida de cada um deles nas varas e pretorias criminais (fls. 28 a 33).

III. Revelando o presente processo a satisfação das exigências legais, opinamos pelo deferimento do pedido de fls. 35, expedindo-se, em consequência, a necessária carta patente.

Procuradoria Geral da Fazenda Pública, em 29 de abril de 1942. — *Haroldo Renato Ascoli*, adjunto do procurador geral.

Pelo deferimento, como acima se opina.

Procuradoria Geral da Fazenda Pública, em 30 de abril de 1942. — *Sá Filho*, procurador geral.

N. 23.031-42 — Banco Nacional das Indústrias S. A., de Santo André, Estado de São Paulo, pedindo autorização para funcionar. — Satisfaca as exigências a que aludem os pareceres da Procuradoria Geral da Fazenda Pública.

D. Geral da Fazenda Nacional, em 9 de maio de 1942. — *Romero Estellita*.

Os pareceres são os seguintes:

I. O presente processo diz respeito à constituição do Banco Nacional das Indústrias S. A. que terá a sua sede na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, e filial na Capital do mesmo Estado.

II. Preliminarmente, cumpre verificar qual a forma por que se organizou a referida sociedade.

Dois são os processos de constituição de uma sociedade anônima: por subscrição pública, também denominada constituição sucessiva, e por subscrição particular ou constituição simultânea. "O desenvolvimento da economia capitalista", assevera Trajano de Miranda Valverde, "acentuou a sua preferência pelo sistema de constituição simultânea, que facilita numerosas combinações entre grupos de capitalistas, suprime formalidades próprias ao primeiro modo e assegura maiores vantagens aos funda-

dores, principalmente, na venda posterior dos seus títulos. A sociedade só aparece em público quando já definitivamente organizada, pois que todo o seu capital é subscrito pelas pessoas que tiveram a idéia de constituir a ou ainda por outras que se comprometeram a tomar um certo número de ações" (Sociedades por Ações, vol. I, pág. 200).

Na constituição da sociedade por subscrição pública, observa-se os preceitos contidos no art. 40 do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940, dentre os quais destacamos: "I. — Os fundadores publicarão pela imprensa, três vezes no mínimo, inclusive no jornal dos lugares onde pretenderem abrir a subscrição, o projeto dos estatutos, acompanhado de um prospecto, ambos por eles assinados..."

IV — O prospecto mencionará claramente:

h) o decreto de autorização do Governo para constituir-se a sociedade, se for o caso (artigo 63);...

Em se tratando de subscrição particular, o respectivo processo não se reveste de tantas formalidades, pois, uma vez satisfeitos os requisitos essenciais, a que alude o art. 38 do decreto-lei n. 2.627, bastará seguir as prescrições relativas à forma escolhida para a constituição da sociedade, seja a da assembléia geral ou a da escritura pública.

III. Depara-se na ata da assembléia de 21 de outubro de 1941 (fls. 19 a 21) com a afirmativa de que o capital do Banco Nacional das Indústrias, S.A., se formara por subscrição pública. Outro, aliás, não foi o pensamento dos fundadores, tanto que, de início, fizeram publicar o projeto dos estatutos e um prospecto, contendo as bases sociais em vista (fls. 10). Acresce que a assembléia seguinte, realizada a 20 de dezembro (fls. 113 a 123), em a qual se procedeu à reforma estatutária, ratificou as demais deliberações da reunião anterior, pelo que nelas implicitamente incluiu a da constituição do impetrante por subscrição pública.

É evidente, portanto, que os incorporadores do Banco Nacional das Indústrias, S.A., recorreram à constituição sucessiva. Acontece, porém, que esta se processou de maneira irregular. Assim é que a publicação do prospecto e do esboço dos estatutos sociais só se fêz, uma única vez, no órgão oficial do Estado de São Paulo (fls. 10) e no jornal "O São Bernardo", que se edita no Município de Santo André (fls. 136), quando a lei manda que tais documentos sejam publicados por três vezes, no mínimo, em cada um deles (N. 1 do art. 40 do decreto-lei n. 2.627). Ademais, não poderia o requerente, dado o seu caráter de estabelecimento de crédito e, por isso, dependente de autorização do Governo para funcionar, *ex-vi* do art. 4.º do decreto n. 14.728, de 16 de março de 1921, constituir-se, por subscrição pública de seu capital, sem prévia permissão, consoante dispõe o art. 63 da lei vigente sobre as sociedades por ações, medida preventiva ditada pela necessidade de defender a economia coletiva.

IV. Diante das considerações acima, opinamos no sentido de que seja o Banco Nacional das Indústrias, S.A., convidado a se adaptar aos imperativos da lei, de maneira a afastar os óbices impeditivos do deferimento do pedido de fls. 13ª a 131.

Procuradoria Geral da Fazenda Pública, em 22 de abril de 1942. — *Haroldo Renato Ascoli*, adjunto do procurador geral.

Estou de acordo.

Procuradoria Geral da Fazenda Pública, 24 de abril de 1942. — *Sá Filho*, procurador geral.

Serviço de Comunicações

EXPEDIENTE DO CARTÓRIO DO TESOURO NACIONAL
Em 12 de maio de 1942

As certidões constantes da presente relação acham-se prontas, no Cartório do Tesouro Nacional, sito à avenida Venezuela, aguardando o comparecimento dos respectivos interessados, para a competente entrega, mediante recibo, contra o pagamento do selo devido, cuja importância está indicada na relação abaixo.

Interessado — Processo número — Selo
Affonso Carvalho de Brito 4.858-42 9\$1

Amadeu da Cunha Laquintinie	18.938-42	42\$4
Amadeu da Cunha Laquintinie	18.936-42	3\$8
Arthur Marques Lins de Albuquerque	31.242-42	5\$8
Decio Cesario Alvim ..	23.868-42	6\$2
Ignês Rocha	23.866-42	7\$4
Italo Peterle	24.438-42	7\$0
Jacyra Guedes de Carvalho	23.864-42	7\$4
José Pedro Gil	25.826-42	7\$2
Joseph Maria Rosa ..	27.158-42	6\$4
Maria Eugenia Castro Menezes	29.690-42	13\$8
Maria Lima Torres ...	14.324-42	22\$2
Octacilio de Lucena Montenegro	31.362-42	7\$0
Pedro Antonio da Silva Culmant	28.542-42	6\$2
Pedro Celestino da Silva Silvestre Gomes de Araujo	105.146-41	20\$2
Waldemar Ferreira Maia	28.980-42	5\$8

Diretoria das Rendas Internas

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 4 de maio de 1942

Processo n. 24.588-42 — Jardim & Cia., solicitando autorização para negociar com minérios. — Satisfaca a exigência. — *Hortêncio de Alcantara Filho*, diretor.

Dia 5 de maio de 1942

Processo n. 27.266-42 — Companhia de Cristais do Brasil, "Cristab S/A", solicitando reconsideração de despacho. — Satisfaca a exigência. — *Hortêncio de Alcantara Filho*.

Processo n. 11.856-42 — Banco Irmãos Guimarães Ltda., solicitando aprovação da incorporação da "Casa Bancária Guimarães Ltda.", sediada em S. Salvador e com filial em Recife. — Satisfaca as exigências. — *Hortêncio de Alcantara Filho*, diretor.

Processo n. 21.690-42 — Casa Bancária Irmãos Lopes S/A., solicitando aprovação de reforma estatutária. — Cumpra-se a 2ª parte do despacho de fls. 53-53 v. do processo número 14.341-41, anexo. — *Hortêncio de Alcantara Filho*, diretor.

Diretoria das Rendas Aduaneiras

EXPEDIENTE DO EXMO. SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Processos despachados:

Dia 8-5-42

N. 23.454-42 (Tesouro) — De interesse da Sociedade Anônima Frigorífico Anglo. — Indeferido, de acordo com o parecer. O parecer aludido, prestado pelo Sr. ministro da Fazenda, consta da expedição de motivos número 796-G.

Ordem n. 260, de 8-5-42, à Alfândega do Rio de Janeiro.

N. 4.730-42 (Tesouro) — De interesse de John Lewis Brown. — Aprovado. Este superior despacho foi proferido à vista do parecer emitido pelo Sr. ministro da Fazenda e constante da exposição de motivos n. 757-G.

Ordem n. 261, de 8-5-42, à Alfândega do Rio de Janeiro.

N. 23.316-42 (Tesouro) — De interesse da Usina Paineira S. A. — Deferido.

Ordem n. 262, de 8-5-42, à Alfândega do Rio de Janeiro.

Dia 9-5-42

N. 16.013-42 (Tesouro) — Originário do Aviso n. C-115-533. 3 (22), de 18 de fevereiro último, do Ministério das Relações Exteriores. — Deferido.

Ordem n. 264, de 9-5-42, à Alfândega do Rio de Janeiro.

Ofício n. 130, de 9-5-42, ao Sr. secretário geral do Ministério das Relações Exteriores.

N. 18.825-42 (Tesouro) — Originário do Viso n. C-129-533. 3 (22), de 26 de fevereiro último, do Ministério das Relações Exteriores. — Deferido.

Ordem n. 265, de 9-5-42, à Alfândega do Rio de Janeiro. Ofício n. 131, de 9-5-42 ao secretário geral do Ministério das Relações Exteriores.

N. 6.224-42 (Tesouro) — De interesse de Armour of Brasil Corporation. — Indeferido, de acordo com o parecer. O parecer aludido, prestado pelo Sr. ministro da Fazenda, consta da exposição de motivos n. 805-G.

Ordem n. 42, de 9-5-42, à Alfândega de Livramento.

N. 7.803-42 (Tesouro) — Idem, idem. — Idêntico despacho.

Ordem n. 43, de 9-5-42, à Alfândega de Livramento.

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO DA FAZENDA

N. 26.278-42 (Tesouro) — De interesse de Gerardo de Lima e Silva. — Aprovo.

Ordem n. 263, de 8-5-42, à Alfândega do Rio de Janeiro.

Remessa de processos:

Gabinete do ministro da Fazenda:

N. 33.805-42. — Associação Comercial de São Paulo.

N. 33.945-42. — Aviso E. C. 267/503.245, de 23 de abril p. passado, do Ministério das Relações Exteriores.

Diretoria Geral:

N. 46.380-39. — Ofício 51, de 8 de junho de 1939, da Comissão de Similares junto à Alfândega do Rio.

N. 54.729-40. — Lamport Holt Line Limitada.

N. 33.872-42. — João Antonio Pinheiro.

N. 33.348-42. — Companhia Vidreira do Brasil.

N. 19.188-41. — Atílio Bisco.

Diretoria da Despesa:

N. 35.080-42. — Luiz Santa Izabel Assunção.

N. 35.078-42. — José Carneiro Fernandes.

Diretoria da Despesa Pública

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO DA FAZENDA

Processo 15.902-42 — José Alves e outros, sobre pagamento de abono provisório. — A vista dos pareceres e informações, arquivar-se. Rio, 6-5-42. — *A. de Souza Costa*.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR DA DESPESA PÚBLICA:

Ordens de 11 do corrente mês:

N. 46 — A Delegacia Fiscal em Alagoas, concedendo o crédito de 270:000\$, para atender às despesas com o prosseguimento dos serviços de profilaxia contra a malária, nesse Estado.

N. 121 — A Delegacia Fiscal no Estado do Rio de Janeiro, concedendo crédito para pagamento da pensionista D. Ethel May Valdettaro Corrêa de Sá Carvalho.

N. 273 — A Delegacia Fiscal em São Paulo, concedendo crédito para pagamento dos pensionistas Antonio Nerceu e Argeu Esperidião.

A Delegacia Fiscal no Rio Grande do Sul:

N. 187 — Concedendo o crédito de 295\$5, para pagamento à Companhia Swift do Brasil-S. A.

N. 188 — Concedendo o crédito de 475\$2, para pagamento a Carlos Lisboa Ribeiro.

N. 189 — Concedendo o crédito de 270:000\$, para atender às despesas com o prosseguimento dos serviços de profilaxia contra a malária, nesse Estado.

Processos despachados:

N. 98.646-40 — The Rio de Janeiro City Improvements Company, Limited. — Sele o documento de fls. 40 e 41.

N. 34.570-41 — Lucinda Gonçalves de Faria. — Satisfaca a exigência do parecer.

N. 27.058-42 — Thiers Marinho Coelho e outros. — Satisfaca a exigência do parecer.

N. 61.254-40 — Emilia Gomes dos Santos e outras. — Satisfacam as exigências.

N. 89.568-41 — Bazília Rodrigues da Conceição. — Satisfaca a exigência.

N. 32.766-42 — Virginia Ferreira Lessa. — Satisfaca a exigência do parecer.

N. 30.794-42 — Josino Reis e outros. — Satisfaca a exigência do parecer.

SECÇÃO DE PENSÕES

Títulos expedidos no dia 9 de maio de 1942

De aposentadoria

João Ramalho da Silva Xavier. Processo número 101.443-41.
Lourengo de Souza Lopes. Processo número 33.024-42.
Afonso de Araujo Junior. Processo número 90.545-41.
Manoel Daniel. Processo n. 29.880-42.
Armando Mario Rodrigues Dantas. Processo n. 61.787-40.

Apostilas feitas na mesma data

De retificação de título

Joana Maria da Conceição. Processo número 12.692-42.

De melhoria de pensão

Isaura de Souza Pereira Franco. Processo n. 87.576-39.

Recebedoria do Distrito Federal

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 12 de maio de 1942

processos:

N. 30.489-42 — Almir Pires de Castro Rebelo. — Deferido.
N. 77.736-41 — Ladrilhos Carioca Ltda. — idem.
N. 30.060-39 — D. Mazzilli. — Juntem-se as certidões solicitadas.
N. 70.252-38 — Mariano M. Torres. — Transfira-se quanto ao imposto de indústrias e profissionais para Mariano M. Torres a quem imponho a multa de 50\$0 mínimo da lei.
N. 30.217-399 — Vesçovi Raffaelli & Cia. — Deferido.
N. 16.944-42 — Andres Zeitune. — Proceda-se à inscrição nos termos do parecer. Imponho a multa de cem mil réis 100\$0 mínimo da lei.
N. 14.309-42 — Antonio de Britto. — Idem.
N. 14.367-42 — Joaquim da Silva. — idem.
N. 46.255-41 — Alfredo Scaramuzzi. — Transfira-se *ex-officio* quanto ao imposto de indústrias e profissões para Antonio Pereira Silvestre e em seguida para Alfredo Scaramuzzi. Imponho ao primeiro a multa de 125\$0 médio da lei.
N. 47.250-41 — S. A. du Gaz de Rio de Janeiro. — Em face do acima informada, e como tinha sido paga a dívida de que trata este processo exclua-se da lista de devedores remissos a firma Societé Anonime du Gaz de Rio de Janeiro.
N. 44.596-39 — F. Rodrigues & Santos. — Encaminhe-se à Procuradoria da Fazenda para que se digne inscrever a dívida.
N. 73.209-40 — Lejbis Czatekynski. — Declara a firma de que trata este processo — devedor remisso — aplicando-se-lhe as sanções do decreto-lei n. 5 de 13 de novembro de 1937, oficiando-se oportunamente às repartições públicas para os efeitos de inidoneidades estabelecida no respectivo decreto-lei.
N. 73.122-40 — A. O. Tavares. — Preliminarmente, prove a requerente, firma A. O. Tavares a sua legalidade.
N. 45.837-41 — J. W. Herszon. — Transfira-se. Imponho a multa de 50\$0 mínimo da lei e mais a de 30% sobre os emolumentos de registro.
N. 68.489-39 — M. Rosas da Costa. — idem.

Divisão do Imposto de Renda

PORTARIA N. 92

O diretor da Divisão do Imposto de Renda, usando de suas atribuições legais, resolve, em cumprimento ao despacho do Exmo. Sr. ministro da Fazenda de 30 de abril p. findo, exarado no processo fichado no Tesouro Nacional sob o número 23.960-42, designar o con-

tador da classe "23", Q. S., deste Ministério — Americo Celestino da Motta e o contador da classe "J" Q. P., deste Ministério — José Fragoço Vianna, ambos com exercício nesta Divisão, para procederem ao exame de escrita comercial da firma Pierri Sobrinho & Cia., da cidade de Santos, Estado de São Paulo, podendo efetuar também, em outras firmas ou sociedades daquela cidade, as diligências que julgarem necessárias ao bom desempenho nesta incumbência.

Outrossim, resolve arbitrar, de conformidade com o art. 3.º, do decreto-lei n. 1.628, de 26 de setembro de 1939, combinado com o art. 1.º, do decreto-lei n. 6.541, de 23 de novembro de 1940, a diária de 25\$0 (vinte e cinco mil réis) para cada um daqueles funcionários, devendo a despesa correr à conta da verba I, Consignação IV, Indenizações, Sub-consignação 23, Diárias, Inciso 27.

Dê-se ciência, faça-se o necessário expediente e cumpra-se.

Em 11 de maio de 1942

Divisão do Imposto de Renda

PORTARIA N. 93

O diretor da Divisão do Imposto de Renda, usando das atribuições que lhe são conferidas na legislação em vigor, e, de conformidade com a exposição de motivos n. 163, de 9 de fevereiro último do "D. A. S. P." — Resolve que o Auxiliar de Escritório da classe VIII — ex-tranumerário mensalista — Hilda Beatriz Bariga, atualmente servindo nesta Divisão, passe a ter exercício na Delegacia Regional do Imposto de Renda no Estado do Pará.

Dê-se ciência. Faça-se o expediente necessário, publique-se e cumpra-se.

Em 11 de maio de 1942. — Chianti Teixeira Nunes, no impedimento do diretor.

Segundo Conselho de Contribuintes

PAUTA PARA A SESSÃO ORDINÁRIA A REALIZAR-SE EM 15 DE MAIO DE 1942 (SEXTA-FEIRA) ÀS

14 HORAS

Recursos

Relator Sr. Carlos Braga:

N. 12.248 — João F. de Araujo — Imposto consumo — Delegacia Fiscal no Espírito Santo.

N. 12.283 — Pinto & Irmão — Imposto consumo — Recebedoria Distrito Federal.

N. 12.285 — Suissa Brasileira, Sociedade Importadora e Industrial Ltda. — Imposto de consumo — Recebedoria do Distrito Federal.

N. 12.287 — Miguel A. Damião — Imposto consumo — Delegacia Fiscal em São Paulo.

N. 12.289 — Deocleciano Martins de Oliveira — Imposto consumo — Delegacia Fiscal em São Paulo.

Relator Sr. Tobias Rios Filho:

N. 583-R — Theodor Wille & Cia. Ltda. — Imposto consumo — Pedido de reconsideração do ac. n. 9.470 — Alfândega de Santos.

N. 12.123 — Olimpio Correia de Miranda — Imposto consumo — Delegacia Fiscal no Espírito Santo, *ex-officio*.

N. 12.348 — Antonio Hissa — Imposto consumo — Delegacia Fiscal em Minas Gerais.

N. 12.353 — A. Sampaio & Cia. — Imposto consumo — Alfândega de Santos.

N. 12.376 — Massao Kato — Imposto consumo — Delegacia Fiscal em São Paulo.

Relator Sr. Magalhães Serejo:

N. 12.346 — Prado Aladim & Cia. — Imposto consumo — Delegacia Fiscal em Minas Gerais.

N. 12.366 — J. E. Carreiro & Cia. Ltda. — Imposto consumo — Recebedoria do Distrito Federal.

Relator Sr. Onaldo Machado:

N. 12.190 — M. F. de Carvalho Brito — Imposto consumo — Delegacia Fiscal no Espírito Santo.

N. 32.947-42 — Edith da Silva Caparica e outra. — Satisfacem a exigência d oparecer.

N. 32.752-42 — Lealdina Maria de Souza Pinto. — Satisfacem a exigência.

N. 13.123-42 — Dora Maria Moura de Freitas Noronha. — Satisfacem a exigência do parecer.

N. 29.722-42 — Jorge Augusto Xavier da Silva. — Em face do parecer, nada há que deferir. Arquite-se.

N. 34.266-42 — Isaura Colatino de Góes Trindade e outro. — Apresentem alvará de autorização.

N. 33.870-42 — Irene Jardim de Oliveira Borges. — Apresente alvará de autorização.

N. 5.414-42 — Maria Chichorro da Mota Chastinet. — Apresente seus títulos.

N. 12.764-42 — Arnaldo Alves Corrêa. — De acordo com a informação e parecer, nada há que deferir.

N. 26.118-42 — Maria Joana de Moraes Cony — Indefero o pedido, que não tem amparo em lei.

N. 19.531-42 — Laudelina Terra de Carvalho — Habilite-se na forma do decreto número 3.607, de 10 de fevereiro de 1866.

N. 28.860-42 — Nair Dória de Souza Castro. — Sele o título de fls. 2 e complete o selo da certidão de fls. 3, fazendo reconhecer a firma do oficial que a subscreveu.

N. 25.262-42 — Elza da Costa Campinas. — De acordo com o art. 2.º do decreto 22.414, de 30 de março de 1931, combinado com o artigo 1.º da lei 571, de 3 de novembro de 1937, nada há que deferir, porquanto a requerente perdeu o direito ao montepio que vinha percebendo. Cancele-se o título.

N. 32.190-42 — Alda dos Santos Jacinto Gomes Moreira. — Complete o selo da certidão de fls. 3.

N. 32.314-42 — Cherubina Emilia dos Santos Viana. — Dirija-se, querendo, ao Serviço de Comunicações deste Ministério.

N. 12.976-42 — Inah Lopes da Costa Augusto. — Satisfacem a exigência.

N. 52.072-40 — Umbelina Dalva Dias Cesar. — Satisfacem a exigência.

N. 19.025-40 — Celina da Fonseca Siqueira. — Satisfacem a exigência.

N. 19.362-39 — Maria Luiza de Barros. — Satisfacem a exigência.

N. 7.730-39 — Judith Lopes de Araujo. — Apresente seu título de pensionista.

N. 98.591-39 — Carlinda Rezende de Faria e Almeida. — Satisfacem a exigência.

N. 64.533-39 — Maria Castorina Cantuaria. — Satisfacem a exigência.

N. 65.937-39 — Noemi Mano Ayres. — Apresente o recibo do título que foi entregue no guichet.

N. 1.618-39 — Sebastião Ferreira Muniz. — Satisfacem a exigência.

N. 61.966-37 — Gabriela Conceição da Silva. — Satisfacem a exigência.

N. 39.096-38 — Alice de Menezes, pedindo reversão de pensão. — Indeferido, por não haver no montepio civil reversão de reversão.

N. 10.944-42 — Melania de Oliveira Silva, pedindo apostila no seu título de pensão por ter contraído núpcias — Convida-se a ex-pensionista a recolher a importância de 120\$5, que recebeu indevidamente após o seu casamento.

N. 103.956-38 — Jaime de Almeida. — Dirija-se, querendo, à secretaria geral do Ministério da Guerra.

N. 36.996-40 — Agenor Luiz Barbosa. — Arquite-se.

N. 29.115-42 — João Firmino Machado Junior. — De conformidade com o disposto no art. 222, alínea II, do decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, estando prescrito o direito de reclamação do interessado, indeferido.

N. 31.466-42 — Léa Valle Hehe. — Dirija-se, querendo, ao Ministério da Viação e Obras Públicas.

N. 71.649-38 — Viuva José Maria Duarte. — Restituam-se os documentos, de acordo com o parecer.

N. 12.293 — Primo Donini & Cia. — Imposto consumo — Delegacia Fiscal em São Paulo.

N. 12.337 — Paiva & Cia. — Imposto consumo — Delegacia Fiscal em São Paulo, *ex-officio*.

N. 12.338 — Empresa Agua, Luz e Força de Mogi Mirim — Taxa de energia hidráulica — Delegacia Fiscal em São Paulo.

N. 12.368 — Aliança Comercial de Anilinas Ltda. — Imposto consumo — Recebedoria do Distrito Federal.

Relator Sr. Marcondes da Luz:

N. 471-R — Antonio Novais — Imposto consumo — Pedindo reconsideração do acórdão n. 7.093 — Delegacia Fiscal em São Paulo.

N. 617-R — Augusto Wrasse — Imposto consumo — (Pedido de reconsideração de acórdão n. 9.010) — Delegacia Fiscal no Rio Grande do Sul.

N. 11.237 — Samuel Paciornick — Imposto consumo — Delegacia Fiscal no Paraná.

N. 11.908 — Marinho & Rodrigues — Imposto consumo — Delegacia Fiscal em São Paulo.

Secretaria do Segundo Conselho de Contribuintes, 12 de maio de 1942. — *Frederico Diniz Martins*, secretário.

Caixa de Amortização

Processo n. 27 R-942 — Representação do Sr. Chefe da Segunda Secção propondo seja antecipado de (1) uma hora e prorrogado de (2) duas horas o expediente da Secção e da Tesouraria do Papel Moeda, no período de 2 de fevereiro a 1.º de abril do corrente ano.

Despacho da Junta Administrativa. — Fica autorizada a prorrogação por trinta (30) dias e antecipação pelo mesmo prazo, na forma proposta, do expediente da 2.ª Secção e Tesouraria do Papel Moeda, obedecidas as normas legais que regem o assunto. O Sr. diretor marcará a data da prorrogação, de acordo com a necessidade do serviço. S. S., em 30 de janeiro de 1942. — *Joaquim Catramby, Albano Issler, Floriano Reis, Renato Campos, G. R. Flores*. — Concorde-Rio, em 30 de janeiro de 1942. — *A. de Souza Costa*.

Portaria n. 67, de 5 de maio de 1942

O diretor, tendo em vista a representação apenas do Sr. Chefe da 2.ª Secção, e utilizando a autorização que lhe foi dada pela Junta Administrativa, no processo 27-R-42, em sessão de 30 de abril último, resolve antecipar de uma hora e prorrogar por duas horas o expediente da 2.ª Secção, diariamente, durante

trinta dias uteis, a partir de amanhã, 6, para contagem, picotagem e conferência de cédulas novas e velhas. — *Gladstone Rodrigues Flores*, diretor.

Relação do pessoal da Segunda Secção e da Tesouraria do Papel Moeda que tomará parte na prorrogação do expediente para contagem, picotagem e conferência de cédulas novas e velhas.

Nome — Cargo	Vencimento	Gratificação
Afonso Ramos Gomes, oficial adm. L.	2:300\$0	766\$6
Stenio G. de Barros, idem. J.	1:500\$0	500\$0
João G. P. Aguiar, conf. val. J.	1:500\$0	500\$0
José de O. Teixeira, conferente val. J.	1:500\$0	500\$0
Jorge Corrêa P. Lacerda conf. val. J.	1:500\$0	500\$0
Renato P. L. Castro, conferente val. J.	1:500\$0	500\$0
Tamires S. I. Prolasio, conf. val. J.	1:500\$0	500\$0
Nair A. Moreira, conf. valores J.	1:500\$0	500\$0
Matusalem Cardoso, conferente val. J.	1:500\$0	500\$0
Julio J. de Magalhães, conferente val. J.	1:500\$0	600\$0
Pandiá B. Pires, conferente val. J.	1:500\$0	500\$0
José L. F. Mulatinho, carimbador I.	1:300\$0	433\$3
Carlos S. Camara, tesoureiro L.	2:300\$0	766\$6
Piro A. F. da Silva, ajudante do tes. J.	1:500\$0	500\$0
Artur de A. Costa, aj. de tesoureiro J.	1:500\$0	500\$0
Helena L. B. Brito, ajudante tes. J.	1:500\$0	500\$0
João A. Ribeiro, aj. tes. J.	1:500\$0	500\$0
João M. C. de Aragão, ajudante tes. J.	1:500\$0	500\$0
João M. D. de Oliveira, ajudante tes. J.	1:500\$0	500\$0
José A. G. de Oliveira, ajudante tes. J.	1:500\$0	500\$0
Filogonio da S. Vilório, servente E.	600\$0	200\$0
Manoel A. Machado, servente E.	600\$0	200\$0
Luís de O. Coelho, servente E.	600\$0	200\$0
Fernando de C. Vassal, servente E.	600\$0	200\$0

Caixa de Amortização, 2.ª Secção, 4 de maio de 1942. — *Afonso R. Gomes*, chefe.

como operários e haver sempre necessidade de vigilância nos mencionados estabelecimentos.

N. 1.175 — O subdiretor de Transmissões, em officio n. 17, de 15 de janeiro de 1941, consultou se o 1.º sargento Oscar Gonçalves de Lima Verde deve ser excluído das fileiras do Exército, por estar de tempo fiado, ou se deve ser reengajado, afim de poder saldar o seu débito com a Caixa Econômica do Rio de Janeiro.

Em solução, declara que o referido sargento deve ser licenciado, em face dos termos do aviso n. 3.940, de 22 de outubro de 1940, independente do pagamento do débito com aquele estabelecimento.

Ao Sr. ministro de Estado da Fazenda.

N. 1.150-194 — Comunica que fica sem efeito o pedido de pagamento, pela Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Amazonas, da quantia de 3:000\$0, ao 2.º tenente reformado Manoel Pereira do Nascimento, visto o despacho do Sr. Presidente da República, segundo o qual não cabe ao requerente direito ao acréscimo da quota de 20 % que motivou aquele pedido, constante do aviso n. 3.647-M. P. 1.603, de 26-9-40.

N. 1.151-195 — Comunicar que fica sem efeito o aviso n. 4.412-M. Faz. 8874, de 4 de dezembro de 1940, referente ao pedido de pagamento da quantia de 11:375\$0 ao 2.º tenente da reserva Vicente Januzzi Filho, visto o despacho do Sr. Presidente da República, segundo o qual não cabe ao requerente direito aos vencimentos atrasados.

N. 1.152-196 — Comunica que fica sem efeito o pedido de pagamento, constante do aviso n. 1.504-M. Faz. 825, de 15 de abril de 1940, referente à quantia de 4:418\$0 ao artilheiro de 3.ª classe Antonio Lopes Rabelo, visto se ter verificado que incorreu em prescrição o direito do suplicante ao pagamento de parte da dívida.

N. 1.153-197 — Comunica que fica sem efeito o pedido de pagamento da quantia de 3.330\$0 ao 3.º sargento Manoel José Dias, constante do aviso n. 3.232-M. Faz. 1.391, de 23 de agosto de 1940, visto se ter verificado que incorreu em prescrição o direito do suplicante ao pagamento de parte da dívida.

N. 1.154-198 — Comunica que fica sem efeito o pedido referente ao pagamento da quantia de 3:527\$9 ao 1.º sargento João Vieira de Almeida, constante do aviso n. 3.254-M. Faz. 1.406, de 26 de agosto de 1940, visto o despacho do Sr. Presidente da República, segundo o qual não cabe ao requerente direito ao acréscimo da quota de 20 % sobre seus vencimentos.

N. 1.155-199 — Comunica que fica sem efeito o pedido de pagamento da quantia de 410\$7 a Alcides de Sá Pereira, constante do aviso n. 3.515-M. Faz. 1.552, de 13 de setembro de 1940, visto o despacho do Sr. Presidente da República, segundo o qual não cabe ao requerente direito ao acréscimo de 20 % sobre seus vencimentos.

N. 1.156-200 — Comunica que fica sem efeito o pedido de pagamento da quantia de 3:987\$7 ao capitão Hildebrando Moreira, constante do aviso n. 3.670-M. Faz. 1.620, de 27 de novembro de 1940, visto se ter verificado que a dívida em apreço se acha prescrita.

N. 1.157-201 — Comunica que fica sem efeito o pedido de pagamento da quantia de 350\$0, ao 2.º sargento Carlos de Lapa Romano, constante do aviso n. 962, de 23 de maio de 1939, visto se ter verificado que o citado sargento já havia recebido uma ajuda de custo no ano de 1935.

Ao Sr. diretor de Fundos do Exército:

N. 1.161-199. — Manda distribuir ao agente diretor da 30.ª Circunscrição de Recrutamento, à conta da Verba 2 — Material — III Diversas despesas — S/c. 31-14 (Aluguel de casas, etc.), a quantia de 3:600\$0 (três contos e seiscentos mil réis), para atender a despesas com o pagamento do aluguel do prédio ocupado pela referida Circunscrição.

O respectivo pagamento deve ser efetuado pelo Serviço de Fundos da 9.ª Região Militar.

N. 1.165-200. — Manda distribuir ao agente diretor do Hospital Militar de Natal, à conta da Verba 2 — Material — III Diversas despesas — S/c. n. 31-14 (Aluguel de casas, etc.), a quantia de 96:000\$0 (noventa e seis contos

MINISTÉRIO DA GUERRA

Gabinete do Ministro

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 11 de maio de 1942

Avisos:

N. 1.148 — Consulta o comandante da 5.ª Região Militar, em rádio n. 61-S.I., de 2 de março findo se os oficiais da reserva de segunda classe, convocados para o serviço ativo, tem direito a ajuda de custo, quando classificados fora do local de residência.

Em solução, declara que, em face do que dispõe o art. 224 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares do Exército e o aviso n. 56-Trpt. 1, de 8 de janeiro último, os oficiais e aspirantes a oficiais da reserva de segunda classe, convocados para o serviço ativo do Exército e classificados fora da localidade da residência, tem direito somente às ajudas de custo previstas nas alíneas a e c do art. 97 do citado Código, observando-se para a sua concessão as mesmas normas estabelecidas para os oficiais e aspirantes a oficial da ativa.

N. 1.149 — I — O comandante da 1.ª Companhia do 5.º Batalhão de Engenharia, em officio n. 77-S, de 20 de janeiro do corrente ano,

consulta como proceder com relação ao licenciamento de desertores, no caso em que, ao concluírem o cumprimento da pena, já tiverem ultrapassado a idade de 30 anos.

II — Em solução, declara que os desertores absolvidos ou após haverem cumprido a pena, uma vez que não tenham ultrapassado a idade limite de permanência no serviço ativo (45 anos), só poderão ser licenciados depois de completado o tempo de serviço a que se obrigaram e, no final do período de instrução correspondente ao em que foram reincluídos, tudo consoante o disposto no art. 147, parágrafo único, combinado com as letras e do § 1.º dos arts. 149 e 152, do decreto-lei n. 1.187, de 14-4-39.

III — Em consequência fica sem efeito o disposto na letra f do aviso n. 437, de 23-5-39.

N. 1.163 — O comandante da 5.ª Região Militar consultou, em face do disposto no aviso n. 444-10-24, de 19 de fevereiro do corrente ano, se devem ser abertas vagas nos contingentes industriais da Diretoria de Material Bélico do Exército para a inclusão de diaristas atingidos pelo citado aviso, ou se devem ficar os mesmos excedendo do respectivo orçamento.

Em solução declara que os diaristas em apreço, quando incorporados, excederão do efetivo, em virtude de continuarem a trabalhar

de réis), para atender a despesas com aluguel do edifício onde funciona o referido Hospital.

O respectivo pagamento deve ser efetuado pelo Serviço de Fundos da 7.^a Região Militar.

N. 1.166-201. — Manda distribuir ao agente diretor do Depósito de material Sanitário da 7.^a Região Militar, à conta da Verba 2 — Material — III — Diversas despesas — S/c. número 31-14 (aluguel de casas, etc.), a quantia de 10:000\$0 (dez contos de réis), para atender a despesas com o pagamento do aluguel do prédio onde vai funcionar o referido Depósito.

O respectivo pagamento deve ser efetuado pelo Serviço de Fundos da 7.^a Região Militar.

N. 1.167-202. — Manda distribuir ao agente diretor da Escola Preparatória de Fortaleza, à conta da Verba 2 — Material — III — Diversas despesas — do atual orçamento deste Ministério, os quantitativos abaixo mencionados nas sub-consignações em seguida especificadas:

S/c. n. 37-14. — Iluminação, etc. — réis 30:000\$0.

S/c. n. 40-14. — Ligeiros reparos, etc. — 2:000\$0.

S/c. n. 42-14. — Telefones, etc. — réis 3:000\$0.

O respectivo pagamento deve ser efetuado pelo Serviço de Fundos da 7.^a Região Militar.

N. 1.168-203. — Manda distribuir ao agente diretor do 31.^o Batalhão de Caçadores, à conta da Verba 2 — Material — os quantitativos abaixo mencionados nas sub-consignações em seguida especificadas:

II Material de consumo:

S/c. n. 17-17. — Artigos de expediente, etc. — 10:000\$0.

S/c. n. 20-17. — Equipamento, etc. — 1:000\$0.

S/c. n. 28-17. — Ventuários, etc. — réis 3:000\$0.

III Diversas despesas:

S/c. n. 29-17. — Acondicionamento, etc. — 500\$0.

S/c. n. 30-17. — Água, asseio, etc. — réis 3:000\$0.

S/c. n. 32-17. — Assinaturas etc. — réis 140\$0.

S/c. n. 35-17. — Despesas miúdas, etc. — 1:000\$0.

S/c. n. 40-17. — Ligeiros reparos, etc. — 2:000\$0.

O respectivo pagamento deve ser efetuado pelo Serviço de Fundos da 7.^a Região Militar.

N. 1.169-204. — Manda distribuir ao agente diretor da 1.^a Comp. do 2.^o Batalhão de Caçadores, à conta da Verba 2 — Material — os quantitativos abaixo mencionados nas subconsignações em seguida especificadas:

II Material de consumo:

S/c. n. 17-17. — Artigos de expediente, etc. — 3:500\$0.

S/c. n. 20-17. — Equipamento e arreamento — 300\$0.

S/c. n. 28-17. — Vestuários, etc. — réis 1:000\$0.

III Diversas despesas:

S/c. n. 29-17. — Acondicionamento, etc. — 200\$0.

S/c. n. 30-17. — Água, asseio, etc. — réis 2:000\$0.

S/c. n. 32-17. — Assinatura, etc. — réis 70\$0.

S/c. n. 35-17. — Despesas miúdas, etc. — 800\$0.

S/c. n. 40-17. — Ligeiros reparos, etc. — 1:000\$0.

O respectivo pagamento deve ser efetuado pelo Serviço de Fundos da 1.^a Região Militar.

N. 1.170-205. — Manda distribuir ao agente diretor do Hospital Militar de Livramento, à conta da Verba 2 — Material — I Material Permanente — S/c. n. 13-17 (Moveis em geral, etc.), a quantia de 22:300\$0 (vinte e dois contos e trezentos mil réis), para atender a despesas decorrentes da mesma subconsignação.

O respectivo pagamento deve ser efetuado de uma só vez pelo Serviço de Fundos da 3.^a Região Militar.

N. 1.171-206. — Manda distribuir ao agente diretor do Centro de Instrução de Motorização e Mecanização, à conta da Verba 2 — Material — I Material Permanente — S/c. número 13-17 (Moveis em geral, etc.), a quantia de 11:369\$4 (onze contos trezentos e sessenta e nove mil e quatrocentos réis), para atender a despesas decorrentes da mesma subconsignação.

O respectivo pagamento deve ser efetuado de uma só vez pelo Serviço de Fundos da 1.^a Região Militar.

N. 1.172-207. — Manda distribuir ao agente diretor do Quartel General da 8.^a Região Militar, à conta da Verba 2 — Material — I Material Permanente — S/c. n. 13-17 (Moveis em geral, etc.), a quantia de 19:100\$0 (dezenove contos e cem mil réis), para atender a despesas decorrentes da mesma subconsignação.

O respectivo pagamento deve ser efetuado de uma só vez pelo Serviço de Fundos da 7.^a Região Militar.

N. 1.173-208 — Manda distribuir ao agente diretor do 23.^o Batalhão de Caçadores, à conta da Verba 2 — Material — I Material Permanente — S/c. n. 13-17 (Moveis em geral), a quantia de 50:000\$0 (cinquenta contos de réis), para atender a despesas decorrentes da mesma subconsignação.

O respectivo pagamento deve ser efetuado pelo Serviço de Fundos da 7.^a Região Militar.

Despachos:

E' designado o 1.^o tenente I. E. Francisco Mesquita Caldas Xexeu para professor, em comissão de "Escrituração das Unidades Administrativas" do 3.^o ano do Curso de Formação da Escola de Intendência do Exército, em substituição ao 1.^o tenente I. E. Alceu Jovino Marques, que continua como professor em comissão da mesma disciplina, no 2.^o ano da referida Escola.

E' nomeado ajudante de ordens do Sr. general Mario Xavier o capitão Paulo Xavier.

São transferidos, por necessidade de serviço, os capitães Jonatas Cunha — do 1.^o R. C. I. (Boqueirão) para o 1.^o R. C. D. — Dragões da Independência (Capital Federal) e Manoel Garcia de Souza — do Quadro Ordinário (2.^o R. C. I.) para o Quadro Suplementar Privativo.

E' transferido, por necessidade do serviço, o capitão Luiz Chaves Barlem do Quadro Ordinário — III/2.^o Regimento de Artilharia Mista — para o Quadro Suplementar Privativo.

E' nomeado encarregado da Secção Administrativa da Rede Elétrica Piquete-Itajubá — o 2.^o tenente da Reserva de 1.^a Classe Pedro Américo Raposo da Camara, correndo a despesa pela verba orçamentária. — A R. E. P. I.

E' permitido que continue no exercício do cargo de adjunto da 15.^a C. R. o 2.^o tenente da Reserva de 1.^a Linha Rizieri Gechele. A D. R., para os fins convenientes. (Reproduzido por ter sido publicado com incorreção).

E' transferido, por necessidade do serviço, o capitão Amauri Pereira Lima — do 1.^o Regimento de Artilharia Montada (Vila Militar) para o II/4.^o Regimento de Artilharia de Divisão de Cavalaria (Livramento).

São nomeados adjuntos da 17.^a Circunscrição de Recrutamento os 2os. tenentes da Reserva Euvaldo Arecio Dapucaia e Epifanio Vasco de Araujo.

E' transferido, por necessidade do serviço, do Quadro Suplementar Privativo para o Quadro Ordinário o capitão Mario Fonseca, que é classificado no 9.^o Batalhão de Caçadores.

São transferidos, por necessidade do serviço, os capitães Cassal Martins Brum e Rui Américo de Carvalho, do Quadro Ordinário (4.^o Regimento de Infantaria e 25.^o Batalhão de Caçadores, respectivamente), para o Quadro Suplementar Geral.

Dia 12 de maio de 1942

Portarias

N. 3.240 — Designa, por necessidade do serviço o major da Arma de Engenharia, Antonio Lopes Pereira, para servir na Comissão de Estudos da Rodovia São Paulo-Cuiabá, sendo dispensado do Serviço de Engenharia da Diretoria de Artilharia de Costa.

N. 3.241 — Aprova as instruções que com esta baixam, para cumprimento da circular n. 436, de 25-4-42, da Secretaria da Presidência da República.

INSTRUÇÕES PARA O CUMPRIMENTO DA CIRCULAR N. 436, DE 25-4-42, DA SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Afim de que se possa reduzir o consumo de gasolina pelas viaturas automoveis dependentes do Ministério da Guerra, de modo a realizar a economia recomendada na circular acima referida, determino as seguintes providências:

I. Restrição no uso das viaturas automoveis:

a) integral cumprimento das instruções baixadas em 21-3-41, publicadas no Boletim do Exército n. 13, de 29-3-41, e constantes do anexo;

b) os corpos e estabelecimentos devem limitar, ao máximo, o emprego dos automoveis de carga e de passageiros, bem como de embarcações movidas a gasolina, restringindo-o às estritas exigências do serviço e recorrendo o mais possível, para o serviço, às viaturas hipomoveis, às estradas de ferro, ou às companhias de transportes coletivos.

II. Racionamento do combustível fornecido pelo Ministério da Guerra.

A quantidade máxima de gasolina fornecida pelo Ministério da Guerra para os diversos usos será a seguinte:

a) veículos de propriedade particular (150 litros);

b) veículos dos corpos e estabelecimentos (inclusive para as necessidades da instrução) A média mensal, reduzida de 30%.

c) veículos privativos de autoridades? 200 litros, excetuados os casos especiais, decorrentes de imperiosas exigências de serviço, ou representação, a critério das respectivas autoridades.

Requerimentos

Afonso Ribeiro — Coronel da 1.^a classe da 1.^a linha da reserva — pedindo gratuidade na contribuição de seu filho Jorge de Almeida Ribeiro — aluno do Colégio Militar. — Concedo 50% de abatimento. Fica-lhe assegurada a 1.^a vaga de gratuito não orfão.

Alyx Ribeiro Moss — pedindo revisão das provas de português e matemática feitas por seu filho Alyx Duarte Moss, candidato à matrícula no Colégio Militar. — Indeferido em face das informações.

Alves & Reis — pedindo autorização para receber 5.000 (cinco mil) quilos de clorato de potássio, procedente da república Argentina e destinado à sua indústria. — De acordo.

Antonio Balbino do Nascimento — pedindo que lhe seja permitido voltar a ocupar terras da União, sob a jurisdição do Ministério da Guerra. — Arquivo-se, em vista das informações. Recorra ao Poder Judiciário, ao qual já se acha afeta a questão.

Anselmo Borges — 2.^o sargento do 8.^o R. I. — Pedindo licença especial — Concedo em prorrogação, de acordo com o art. 61, combinado com o art. 30, alínea a, do C. V. V. M. E.

Colin & Cia. Ltda. — pedindo reajustamento no preço de lona fornecida ao estabelecimento de intendência de São Paulo. — Indeferido, de acordo com as informações.

Emilio Antunes Gruber — pedindo que lhe seja fornecido, por certidão, o que constar a seu respeito na Junta de Alistamento de Santos. — A 4.^a C. R. para providenciar.

Francisco Luiz Santos Pereira — soldado do 10.^o Regimento de Infantaria — Pedindo matrícula como aluno do C. P. O. R. de Belo Horizonte. — Deferido.

Hugo Santos Pereira — soldado do 10.º Regimento de Infantaria — pedindo matrícula como aluno do C. P. O. R. de Belo Horizonte. — Deferido.

Jorge Marques de Azevedo — Engenheiro civil — pedindo matrícula no 2.º ano do curso de Aeronáutica da Escola Técnica do Exército. — Deferido, de acordo com o item III da Inspeção. — (O item a que se refere o despacho supra, diz: "...o requerente pode ser atendido, de acordo com a letra b, parágrafo único do art. 51, mas no próximo ano, como opina a Escola Técnica do Exército)."

Miguel Ferreira de Mendonça Junior — ex-1.º tenente I. E. — pedindo reconsideração do despacho que lhe negou transferência para a reserva remunerada. — Indeferido. Mesmo que houvesse logrado inclusão na reserva de 1.ª classe teria o requerente sua patente cassada, em face do art. 160, alínea b da Constituição Federal.

Miguel Luiz Flores da Cunha — Aspirante a oficial da reserva — pedindo fazer estágio num dos Corpos da Artilharia de Costa. — Indeferido. O requerente foi julgado incapaz temporariamente para o serviço militar.

Secretaria Geral do Ministério da Guerra

PRIMEIRA DIVISÃO

Em 8 de maio de 1942

Requerimentos despachados:

Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, por seu procurador, Francisco Lopes, pedindo indenização. — Arquite-se (D-1. Processo número 29.524-41);

Leopoldo Fiedler, versando sobre pagamento de requisições militares. — Arquite-se, em

face do disposto nos arts. 5.º e 9.º do decreto n. 20.910, de 6-1-32 (D-1. P. 19.948-41);

Manoel do Amaral Tucunduba, por seu procurador Carlos Garcia Guimarães, versando sobre pagamento de requisições militares. — Compareça a esta Secretaria (1.ª Divisão) para prestar esclarecimentos necessários ao prosseguimento do processo (D-1. P. 10.079-41);

Manoel Tavares Barradas, por sua procuradora The Goodyear Tire & Rubber Co., versando sobre pagamento de requisições militares. — Arquite-se, até que os herdeiros do de cujos se habilitem legalmente e satisfaçam as exigências de fls. 21 (D-1. P. 15.550-41);

Nicolau Kotovey, versando sobre pagamento de requisições militares. — Faça reconhecer por tabelião desta Capital a firma do notário de Itaiti, no documento de fls. 39 (D-1. Processo n. 12.400-39);

Osorio Machado de Souza, versando sobre pagamento de requisições militares. — Arquite-se até que seja feita prova da existência do mandato passado a João Alves em 1925 AD-1. P. n. 26.739-39);

Olga Freire Leite e Oiticica, pedindo declaração sobre aforamento de terreno de sua propriedade. Junte uma planta da situação do terreno e a escritura de aquisição do imóvel. (D-1. P. n. 9.527-42);

Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba, versando sobre autorização para pagamento de contas. — Arquite-se. Nada há que deferir. (D-1. P. n. 13.123-41);

Th. Marinho e Veloso, versando sobre pagamento de requisições militares. Satisfaca as exigências de fls. 9. O prazo para a prescrição corre a partir de 22-8-41 (D-1. Processo n. 9.549-41);

Valdomiro Castro Leal, pedindo indenização. Arquite-se por falta de fundamento legal (D-1. P. n. 18.017-41).

isenções especiais à Vila Residencial projetada, na quadra entre as ruas Dr. Nascimento, Barão do Cotegipe, Andrade Neves e Francisco Marques, por Abdala Nader (processo 551-42). — Aprovar o parecer do Sr. Otto Prazeres, contrário à aprovação;

10) Projeto de decreto-lei da Prefeitura de Rio Preto (São Paulo) autorizando-a a vender pequeno terreno do patrimônio municipal (processo n. 565-42). — Distribuir ao Sr. Leal Mascarenhas para dar nova redação ao projeto de acordo com o vencido;

11) Pedido do governador Oscar Passos, no sentido de ser tornado privativo do Governo do Território do Acre a capacidade de ministrar o ensino primário e normal (processo n. 65-42). — Opinar favoravelmente, em princípio, de acordo com o parecer do Sr. Abgar Renault e distribuir ao Sr. Otto Prazeres para examinar uma fórmula que consubstancie a medida, atendendo não só à legislação referente ao Território do Acre como à questão do custeio do serviço;

12) Projeto de decreto-lei da Prefeitura de Gravatá (Rio Grande do Sul), isentando de impostos os estabelecimentos de ensino em geral (processo n. 361-42). — Aprovar o parecer favorável com alterações, do Sr. Abgar Renault, contra os votos dos Srs. Sá Filho e Otto Prazeres;

13) Contrato de técnico estrangeiro para exercer as funções de cinegrafista da Divisão de Turismo e Diversões Públicas do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de São Paulo (processo n. 469-42). — Aconselhar a não autorização;

14) Recurso de Ana Luiza Prado Bastos (processo n. 956-40). — Aprovar parecer do Sr. Abgar Renault, no sentido de não se atender ao requerimento da suplicante de ser posta em disponibilidade remunerada ou aposentada desde a data da nomeação do seu substituto no Liceu Campograndense;

15) Projeto de decreto-lei da Prefeitura de Siqueira Campos (Paraná), autorizando-a a adquirir por permuta a área de terreno pertencente a Antonio Ferreira do Nascimento (processo n. 3.914-41). — Aprovar o parecer favorável do Sr. Abgar Renault, dando-se ao projeto nova redação;

16) Projeto de decreto-lei da interventoria no Estado do Rio de Janeiro isentando dos impostos que menciona J. Paparguerius, proprietários de jazidas de calcários, no 8.º distrito do município de Campos, ou a sociedade que organizar para a fábrica de cimento tipo Portland (processo n. 526-42). — Aprovar o parecer favorável do Sr. Waldyr Niemeyer, com alterações.

Encerrou-se a sessão às 12 horas e 30 minutos.

Eu, Floriano Augusto Ramos, chefe da secretaria, redigi a presente. — A. Junqueira Ayres — Otto Prazeres.

Polícia Civil do Distrito Federal

Compareça à 3.ª Seção do Serviço de Registro de Estrangeiros, das 13 às 15 horas.

Chefe: Walter de Castro Pinto.

Dia 7 de maio de 1942

Nome:

Pedro Pizarro Ramos.

Dia 8

Pedro Santibañez Parragué.

Imprensa Nacional

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 11 de maio de 1942

Despacho:

Olympio Ferreira Torres Filho. — Sim; mediante recibo. — Processo n. mestre 1.610 (6.197).

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Gabinete do Ministro

COMISSÃO DE ESTUDOS DOS NEGÓCIOS ESTADUAIS

ATA DA 18.ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 1942

As 11 horas de 8 de maio de 1942, reuniu-se, no Palácio Monroe, a Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais, sob a presidência do Sr. Adroaldo Junqueira Ayres.

Estiveram presentes os Srs. Waldyr Niemeyer, Cleveland Maciel, Antonio Contijo de Carvalho, Otto Prazeres, Francisco Sá Filho e Abgar Renault.

Tomaram parte também à mesa dos trabalhos, o Sr. José Leal de Mascarenhas, membro da Subcomissão de Terras, e Julio Neri, membro do Departamento Administrativo do Amazonas.

Aberta a sessão, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior.

No expediente, o Sr. secretário leu o ofício em que o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica oferece a publicação intitulada "Localidades servidas por energia elétrica".

O Sr. Sá Filho reprovou o procedimento da Secretaria encaminhando um projeto de decreto-lei da interventoria federal em Alagoas, dispondo sobre o financiamento da safra de açúcar de 1942 a 1943, por meio de empréstimo em dinheiro aos produtores de açúcar do Estado (processo n. 411-42), sem o definitivo pronunciamento da Comissão.

Na ordem do dia, resolveu-se:

1) Projeto de decreto-lei da Prefeitura de Santos (São Paulo), dispondo sobre isenção de impostos a vendedores ambulantes de frutas nacionais (processo n. 596-42). — Aconselhar a aprovação, de acordo com o parecer do Sr. Otto Prazeres;

2) Memorial de proprietários de auto escolas da capital de São Paulo relativo à criação da escola oficial de trânsito naquele Estado (processo n. 388-42). — Opinar pelo arquivamento, à vista do parecer do Sr. Abgar Renault;

3) Memorial de João Barra Medeiros, de Ourinhos, São Paulo (processo n. 585-42). — Encaminhar ao Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica de acordo com o voto do Sr. Waldyr Niemeyer;

4) Telegrama de moradores de Nova Dantzig (Paraná), solicitando a mudança do nome da vila e do distrito para Cairú (processo número 436-42). — Enviar aos signatários uma cópia do parecer a respeito do Conselho de Geografia e Estatística, à vista da proposta do senhor Waldyr Niemeyer;

5) Memorial da Florestal Brasileira S. A. (processo n. 113-42). — Reiterar o pedido de informações;

6) Recurso de Artur Soveral (processo número 2.657-41). — Propor ao Sr. Ministro o parecer do Departamento Administrativo competente dentro do prazo legal, de acordo com proposta do Sr. Cleveland Maciel;

7) Pedido de autorização da interventoria em São Paulo, para expedir título de domínio a favor do São Paulo Tramway, Light and Power Co. Ltd. sobre uma área de terras devolutas com superfície de 184.600 metros quadrados, onde se encontram localizadas as linhas de transmissão de energia elétrica, construídas pela mencionada companhia, no Município de Santo André (processo n. 458-42). — Aprovar parecer favorável do Sr. Leal Mascarenhas;

8) Requerimento de Salvador Darós no sentido de ser expedido em seu favor título definitivo de compra de pequeno lote de terras no núcleo Colonial de Crescuma, Santa Catarina (processo n. 491-42). — Aprovar parecer favorável do Sr. Leal Mascarenhas;

9) Projeto de decreto-lei da Prefeitura do Rio Grande (Rio Grande do Sul) concedendo

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Departamento de Administração

Serviço de Comunicações

Portaria ministerial n. SC-820, de 12 de maio de 1942

Fixa as regras necessárias ao cumprimento legal da prova de nacionalidade dos acionistas de companhias de seguros.

O ministro de Estado, considerando que há conveniência em serem fixadas, de modo uniforme, as regras necessárias ao cumprimento do art. 11, § 2.º, do decreto-lei n. 2.063, de 7 de março de 1940, e do art. 60, parágrafo único, do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940, no tocante à prova de nacionalidade dos acionistas de companhias de seguros, e

Atendendo ao que a respeito lhe expôs o Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização, resolve:

Art. 1.º A transferência das ações, nos livros das empresas de seguros, somente se fará depois de apresentada pela adquirente a prova da nacionalidade brasileira.

Parágrafo único. O documento comprobatório da nacionalidade, por meio da publicação, conferida e visada pelo fiscal do Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização junto à sociedade, ou em original, se assim preferir o interessado, ficará arquivado na respectiva sede.

Art. 2.º São admissíveis como prova de nacionalidade os documentos seguintes:

I — Para os nascidos antes do registro civil, instituído pelo regulamento aprovado pelo decreto n. 9.886, de 7 de março de 1888:

- a) certidão de batismo;
- d) justificação judicial;
- c) prova de nomeação e exercício de funções que exijam a nacionalidade brasileira.

II — Para os nascidos após a instituição do registro civil:

- a) certidão do registro civil, de nascimento ou de casamento;
- b) caderneta militar;
- c) carteira de identidade;
- d) prova de nomeação e exercício de cargo público.

III — Para os estrangeiros que tenham adquirido a nacionalidade brasileira, nos termos do art. 69, ns. 4 e 8, da Constituição Federal de 24 de fevereiro de 1891, o título declaratório.

IV — Para os estrangeiros naturalizados brasileiros, o título de naturalização.

Parágrafo único. A enumeração desses documentos não exclui outras provas que possam ser admitidas, em casos especiais, a juízo do diretor do Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização.

Art. 4.º A prova de nacionalidade brasileira perante o Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização, sempre que necessária, reger-se-á pelos mesmos princípios constantes da presente portaria.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 1942. — Alexandre Marcondes Filho.

Referência: Processo n. MTIC. 13.048 de 1942.

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 7 de maio de 1942

Milton Pelingeiro Gonçalves, solicitando permissão para efetuar o pagamento do 2.º triênio da patente de modelo industrial de "Um novo tipo de bilhete postal", pertencente a Adão Q. Vieira (MTIC 14.343-942). — Milton Pelingeiro Gonçalves solicitou per-

missão para efetuar, em nome e a requerimento de terceiro, o pagamento relativo ao 2.º triênio da patente de Modelo Industrial n. 155. Por proposta do diretor do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, devidamente justificada, foi ouvido o Departamento dos Correios e Telégrafos, que se manifestou contrário à prorrogação pleiteada. O diretor do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, tomando conhecimento do referido parecer, entende que o pedido em causa deve ser indeferido, pelos seguintes motivos: a) porque dito pedido não deu entrada no prazo legal; b) porque tal concessão, segundo esclarece o Departamento dos Correios e Telégrafos, colide com o interesse público. Indefiro o pedido de fls. 32, em face dos pareceres do Departamento dos Correios e Telégrafos e Departamento Nacional da Propriedade Industrial.

Companhia de Fiação e Tecidos Confiança Industrial, solicitando revisão do processo concernente à reclamação apresentada por sua operária Maria José da Conceição (MTIC 14.152-942). — A Companhia Fiação e Tecidos Confiança Industrial pleiteia novo exame de um processo já decidido em última instância. Realmente, com o indeferimento do primeiro pedido de reconsideração ficou encerrada a instância administrativa (decreto n. 20.848, de 23-12-31), nada mais havendo a decidir. Arquite-se, em consequência.

Deusderito Antunes Belmont, pedindo providências no sentido de ser solucionado o processo em que Waldemiro José Ribeiro reclama contra The Leopoldina Railway Company Limited, em virtude de não ter sido efetuado o pagamento de suas férias (MTIC 14.153-942). — Tendo a Constituição de 1937 consagrado a autonomia da Justiça do Trabalho, a quem cabe resolver os dissídios oriundos dos contratos de trabalho, nenhuma providência pode ser tomada em relação à hipótese, cabendo apenas informar que o processo relativo à indenização por férias não concedidas pende de solução do Conselho Regional do Trabalho da 1.ª região, em vista do recurso interposto pela "Leopoldina Railway". Transmite-se e archive-se.

Conselho Nacional do Trabalho, submetendo à deliberação o processo no qual a Caixa de Aposentadoria e Pensões de Serviços Urbanos, por concessão, em Salvador — Baía, pede seja aprovada a proposta de compra e venda de uma área de terreno, de propriedade

de da referida instituição, feita por Fernando Ballalai Alves (MTIC 24.441-941). — Autorizo a venda do terreno, solicitada pela Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços Urbanos, por concessão, em Salvador, nos termos da decisão da Junta Administrativa daquela Caixa, em 12 de abril de 1941, visto ser conveniente aos interesses daquela instituição a alienação do imóvel.

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 8 de maio de 1942

Avisos:

Ao Sr. Interventor Federal no Estado do Amazonas:

N. 1.230 — Em atenção ao ofício pelo qual solicita seja efetivada a construção do edifício sede da Delegacia do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, nessa capital, declara que já foram adotadas as medidas necessárias para o estudo de um projeto para construção do referido edifício.

Ao Sr. ministro de Estado dos Negócios da Fazenda:

N. 1.231 — Atendendo ao que pede o presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, à vista da exigência que vem sendo feita pela Fiscalização Bancária, no Estado de Santa Catarina, de retenção de 30 por cento sobre os cheques emitidos em favor daquela instituição, relativos ao pagamento de contribuições que lhe são devidas por firmas estrangeiras, atingidas pelo decreto-lei n. 4.166, de 11 de março de 1942, solicita determinar as urgentes medidas que o assunto reclama.

Ao Sr. ministro de Estado dos Negócios da Educação e Saúde:

N. 1.232 — Reiterando os termos do aviso anterior, encarecer o pronunciamento desse Ministério acerca da inclusão dos empregados e operários do Serviço da Febre Amarela (Fundação Rockefeller) no regime da legislação social brasileira, afim de que não fiquem privados aqueles que exercem atividade no referido Serviço, dos benefícios outorgados pelo Governo às classes proletárias do país.

EXPEDIENTE DO SENHOR DIRETOR
DO SERVIÇO

Dia 8 de maio de 1942

Ofícios:

Ao Sr. diretor do expediente do gabinete civil do Presidente da República:

Ns. 1.233 a 1.245 — Restituindo, devidamente informados os processos em que são interessados Judith Feitosa da Silva Borges,

I. N. — Divulgação n. 89

Código de Processo Civil

(Com índice alfabético e remissivo)

COBRANÇA DA DÍVIDA PÚBLICA

DESAPRÓPRIAÇÕES POR UTILIDADE PÚBLICA

Preço 8\$0

A' venda na Secção de Vendas da Imprensa Nacional e nas Agências n. 1 : Ministério do Trabalho, e n. 2 : Edifício do Pretório

Zaphira Maria da Conceição, Gilvan Esmeraldo Carlaxo, Percilio Nogueira da Silva, José Menezes de Araújo, Maria Walkiria Rio Mar, Mario Martins da Costa, Antonio Pereira Navarro de Andrade, Plinio Plácido Pereira, José Augusto Cardos Pinto, João Ligerio Pereira, Galvão Alvares Costa e Lausmarino Netto.

Ao Sr. presidente do Instituto de Aposentadoria do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários:

N. 1.246 — Comunica que o Sr. ministro, aprovando o parecer emitido pela Comissão Especial no processo relativo à dúvida suscitada quanto à filiação dos empregados da firma Maria Molinar, de Uberaba, Minas Gerais, resolveu que todos os empregados da aludida firma são segurados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes.

Ao Sr. presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes:

N. 1.247 — Comunica que o Sr. ministro, aprovando o parecer emitido pela Comissão Especial no processo relativo à filiação dos empregados da firma Olivio Kroeff & Cia., de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, resolveu que todos os empregados da firma aludida são segurados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, cabendo a esse Instituto atender ao pedido de transferência das contribuições aí recolhidas em nome do empregado Waldomiro Carvalho.

N. 1.248 — Comunica que o Sr. ministro, adotando o parecer emitido pela Comissão Especial no processo relativo à dúvida suscitada acerca da filiação dos empregados do Centro dos Exportadores Brasileiros de Erva Mate, Ltda., de Curitiba, Estado do Paraná, resolveu que os empregados aludidos são segurados desse Instituto, excetuados apenas os condutores de veículos, os quais, se houver, o são do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas.

Ao Sr. presidente do Sindicato dos Odontologistas de Pelotas, Rio Grande do Sul:

N. 1.249 — Em solução ao telegrama em que solicita a interferência do Sr. ministro da Fazenda, junto a este Ministério, no sentido de que esse Sindicato seja reconhecido com jurisdição em vinte e um municípios desse Estado, transmite o teor dos despachos pelos quais S. Excia. reconheceu esse Sindicato, bem como ao seu congêneres de Porto Alegre.

Divisão do Pessoal

Por portaria de 30 de abril de 1942, o presidente do Conselho Nacional do Trabalho, usando da atribuição que lhe confere o art. 2.º, alínea f, do decreto-lei n. 3.710, de 14 de outubro de 1941, resolveu designar Gaurino Alves Correia para servir como interventor na Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Leopoldina Railway, em substituição ao atuário, classe L, do Quadro único, Emilio de Souza Pereira, exonerado a pedido da referida comissão por ato daquela presidência, da mesma data. O interventor ora designado deverá, como o anterior, servir até ulterior deliberação, com o afastamento do presidente da Caixa e membros da antiga Junta Administrativa, observando as instruções que forem expedidas pelo Departamento de Previdência Social, com a aprovação daquela presidência. (MTIC 14.035-12).

Departamento Nacional do Trabalho

SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

DESPACHOS DO SR. DIRETOR

Dia 4 de maio de 1942

SIP. 1.465-41 — Antonio Dellatorre Filho, solicita registro de químico. — Em face dos termos peremptórios do § 2.º do art. 1.º do

decreto-lei n. 2.298, de 10 de junho de 1940, mantenho o meu despacho (de fls. 10), julgando improcedente o pedido de reconsideração (de fls. 16) do SIP.

EXPEDIENTE DO SR. INTENDENTE

Dia 6 de maio de 1942

Pedidos de registros de professores deferidos:

SIP. 10.149-41 — Heitor Marçal.
SIP. 52.611-41 — Clelia Medina Rocha.
SIP. 11.706-41 — Marinho Alagoas de Oliveira.
SIP. 11.617-41 — Celso Timponi.
SIP. 8.319-41 — José Galante de Souza.
SIP. 50.058-41 — Frances Summerell Stickney.
SIP. 50.776-41 — Maria de Lourdes Rocha.
SIP. 50.169-41 — Dinah Mello Soares.
SIP. 51.396-41 — Luiz Marzari.
SIP. 11.617-41 — Carlos de Almeida.
SIP. 7.886-42 — Antonio Alves Salgado.
SIP. 11.987-42 — Belarmino Belinho Baptista.
SIP. 11.826-42 — Helio de Araujo Vieira.
SIP. 9.520-41 — Elizabeth Moreira de Medeiros.

Pedidos de registros de livros, deferidos:

SIP. 12.204-42 — Lucas Soares.
SIP. 2.806-42 — Marc Ferrez Filhos Ltda.

Pedidos de registros de químicos, deferidos:

SIP. 34.291-40 — Carlos Alberto dos Santos.
SIP. 36.302-42 — Antonio Ebani.

Pedidos da emissão de carteiras, deferidos:

SIP. 8.814-42 — Valdemar Cuiyov.
SIP. 9.374-42 — Gustav August Hauff.
SIP. 9.943-42 — Rudolf Kosterlun.
SIP. 8.945-42 — Andreas Karl Friedrich.
SIP. 9.375-42 — Lizelotte Winzenski.

Pedidos de segundas vias de carteiras, deferidos:

SIP. 12.285-42 — Maria José Rodrigues dos Santos.
SIP. 12.259-42 — Nilo Alves de Mendonça.
SIP. 12.335-42 — Inocencio Pereira de Amorim.
SIP. 12.486-42 — Manoel Gomes.
SIP. 12.402-42 — Antonio Serqueira.
SIP. 12.036-42 — Lourenço Alves.
SIP. 12.412-42 — Aluizio Elias da Silva.
SIP. 12.431-42 — Encydes Pedro da Silva.
SIP. 12.040-42 — João Gonçalves Novo.

Pedidos de retificação de carteiras, deferidos:

SIP. 12.209-42 — Boruh Furar.
SIP. 12.265-42 — Aristides Gomes dos Santos.
SIP. 12.398-42 — Maria Wanda Araujo Macedo.
SIP. 12.873-42 — Euclides Teixeira.
SIP. 9.593-42 — Jorge Oswaldo Guilherme Hirth.
SIP. 12.238-42 — Synval da Silva.

Pedidos de emissão de novas carteiras, deferidos:

SIP. 17.858-38 — Zileth do Carmo Oliveira.

SIP. 12.496-42 — Izair de Barros Magalhães.

SIP. 12.505-42 — Geraldo Augusto Ribeiro.

SIP. 12.516-42 — Amarilo Martins Peçanha.

SIP. 10.672-42 — Reynaldo Costa.

SIP. 11.613-42 — Luiz Monteiro de Souza.

SIP. 12.520-42 — Nelson Pinto Guedes de Oliveira.

SIP. 9.692-42 — Manfredo Costa & Cia., solicita cancelamento do registro de livros: Deferido. Feitas as anotações, archive-se.

SIP. 42.518-41 — Walkyr Gonçalves Torres, solicita registro do corretor de seguros. — Fixado o critério a seguir, pelo citado despacho do Exmo. Sr. Ministro, defiro o pedido. A 1.ª Divisão, para os devidos fins.

SIP. 10.921-42 — Julio Tarnapolsky & Moscovici, solicita transferência de local. — Deferido. Feitas as anotações, archive-se.

SIP. 14.001-38 — Maria de Lourdes Thomaz, solicita certidão. — Certifique-se o que constar, arquivando-se, em seguida.

Processos arquivados:

SIP. 36.176-40 — José Soares Nogueira.
SIP. 26.944-41 — 12.ª Delegacia Regional.

SIP. 28.821-41 — Fernando Faria Azes.
SIP. 11.835-42 — Amelia da Silva.
SIP. 48.689-41 — Oclidyrior Loureiro.
SIP. 6.725-42 — Amílcar Constantino.
SIP. 48.226-41 — Henrique de Oliveira.
SIP. 11.427-42 — 20.ª Delegacia Regional.
SIP. 11.428-42 — 20.ª Delegacia Regional.
SIP. 11.430-42 — 20.ª Delegacia Regional.
SIP. 11.441-42 — 19.ª Delegacia Regional.
SIP. 11.505-42 — 18.ª Delegacia Regional.
SIP. 11.560-42 — 18.ª Delegacia Regional.
SIP. 10.620-42 — Antidio Souza Sathler.
SIP. 11.659-42 — 2.ª Delegacia Regional.
SIP. 11.662-42 — 2.ª Delegacia Regional.
SIP. 11.901-42 — 10.ª Delegacia Regional.
SIP. 11.904-42 — 10.ª Delegacia Regional.
SIP. 25.364-41 — Francisco Antonio Perez.

SIP. 25.273-41 — Alexandre Pinto de Souza.

SIP. 25.601-41 — Martinho Augusto.
SIP. 25.445-41 — Josef Moser.
SIP. 25.442-41 — Claudionor Tavares.
SIP. 25.438-41 — Alice Moura Braga.
SIP. 26.686-41 — Francisco Rodrigues de Carvalho.

SIP. 26.234-41 — Astor Moura.

SIP. 26.362-41 — Romeu Ribeiro de Souza.

SIP. 27.250-41 — Sebastião Lucio dos Santos.

SIP. 26.877-41 — Nair de Oliveira Silva.
SIP. 27.599-41 — Brazilino Augusto Mattos.

SIP. 27.716-41 — Oswaldo de Moraes Delphino.

SIP. 9.177-42 — 15.ª Delegacia Regional.

SIP. 9.171-42 — 5.ª Delegacia Regional.
SIP. 28.845-41 — Manoel da-Rocha Soares Filho.

SIP. 28.593-41 — José Ermenegildo do Nascimento.

SIP. 28.704-41 — Evangelino Alves da Silva.

SIP. 28.762-41 — Sebastião Macedo.

SIP. 8.839-42 — 15.ª Delegacia Regional.

SIP. 27.732-41 — José Morgado da Silva.

SIP. 11.941-42 — 18.ª Delegacia Regional.

SIP. 11.258-42 — 7.ª Delegacia Regional.
SIP. 11.220-42 — 8.ª Delegacia Regional.

SIP. 11.221-42 — 13.ª Delegacia Regional.

SIP. 11.222-42 — 13.^a Delegacia Regional.

SIP. 11.223-42 — 13.^a Delegacia Regional.

SIP. 11.224-42 — 13.^a Delegacia Regional.

SIP. 11.253-42 — 15.^a Delegacia Regional.

SIP. 11.254-42 — 7.^a Delegacia Regional.

SIP. 11.255-42 — 7.^a Delegacia Regional.

SIP. 11.257-42 — 7.^a Delegacia Regional.

SIP. 5.415-42 — Manoel Renato Moraes Balte.

SIP. 6.304-42 — Julio Nunes Moraes.

SIP. 27.715-41 — Sabino Nunes de Oliveira.

SIP. 27.399-41 — Geraldo Francisco Assis.

SIP. 28.235-41 — Arthur Ignacio Serpa.

SIP. 27.752-41 — Durval Laurindo.

SIP. 27.722-41 — Armindo Pereira.

SIP. 25.832-41 — Albertino de Oliveira Ramos.

SIP. 25.992-41 — Mario José Mendel.

Dia 7 de maio de 1942

SIP. 11.982-42 — Carvalho & Ribeiro Ltda., solicita registro de novas fichas em substituição às extraviadas. — Como norma de serviço cumpre-se o que sugere o chefe da Secretaria, fazendo-se, a respeito, comunicado à Imprensa, por conhecimento dos interessados de um modo geral. (O parecer a que se refere o despacho supra é o seguinte: Evidentemente, assiste toda razão ao Sr. chefe da Terceira Divisão quanto às substituições de registro de livros ou fichas, quando extraviados pelos empregadores, de vez que tais documentos constituem o verdadeiro contrato de trabalho.

A providência proposta pela Terceira Divisão, não resolve o assunto, além de ser de difícil execução, porque os Sindicatos são apenas órgão de colaboração com este Ministério, não lhes sendo lícito intervir em decisões de processos.

Assim, sugiro que, além da apresentação da última declaração relativa à lei dos dois terços, que, apesar de encerrar uma afirmativa unilateral do empregador, presume uma verdade e é objeto de verificação por parte da Inspeção do Trabalho, sejam, também, apresentadas as carteiras profissionais devidamente anotadas e exigido um termo de declaração da firma requerente, se responsabilizando por qualquer reclamação futura.

Dia 8 de maio de 1942

Ordem de serviço n. 400 — O intendente do Serviço de Identificação Profissional, usando das atribuições que lhe confere o disposto na alínea c, do art. 28, do Regulamento baixado pelo decreto n. 756, de 20 de abril de 1936, resolve dispensar, a pedido, Alcina O'Dwyer das funções de chefe da 5.^a Divisão, e designar o oficial administrativo "J", Rubens Prazeres, para substituí-la, até ulterior deliberação.

Dia 7 de maio de 1942

Pedidos de registros de livros, deferidos:

SIP. 52.307-41 — Joaquim A. de Almeida.

SIP. 1.577-42 — Julio Otéro.

SIP. 10.834-42 — M. J. Fagundes.

SIP. 10.927-42 — J. Queiroz Monteiro.

SIP. 11.529-42 — Companhia Imobiliária Metropolitana.

SIP. 6.861-42 — Assumpção Ribeiro & Ferreira.

SIP. 9.355-42 — Manufaturas Produtos King Ltda.

SIP. 12.339-42 — M. Nunes.

SIP. 12.340-42 — J. Palermo & Comp.

SIP. 12.342-42 — Navebras S. A.

SIP. 12.115-42 — S. A. Refinaria Magalhães.

SIP. 12.181-42 — Etelvino Ignacio Lored.

SIP. 12.425-42 — Baruch Herschberg.

SIP. 12.424-42 — José da Silva Azevedo Neto.

SIP. 8.024-42 — Antal Turcsány.

SIP. 12.349-42 — Alvarez & Alvarez.

SIP. 12.044-42 — Instituto Clínico de Madureira.

SIP. 10.723-42 — Albertino A. Vasconcelos.

SIP. 11.792-42 — Aldir Pereira Coutinho.

SIP. 6.184-42 — Amadeu da Silva Correia.

SIP. 2.325-42 — A. Costa & Ferreira.

SIP. 12.336-42 — Victor P. Alves.

SIP. 12.295-42 — Seabra & Peixoto Ltda.

SIP. 51.111-41 — Elly Glaser.

SIP. 48.667-41 — Joaquim Ribeiro & Irmão.

SIP. 9.565-42 — Confederação Nacional de Operários Católicos.

SIP. 9.494-42 — Companhia Ceramica Brasileira.

SIP. 12.500-42 — Americo Pereira dos Reis.

SIP. 12.338-42 — Nelsom dos Santos.

SIP. 12.417-42 — Sara Gomes Coelho.

SIP. 12.347-42 — Joaquim de Souza Gomes.

SIP. 12.360-42 — Dr. Ermiro Estevam de Lima.

SIP. 12.171-42 — José Maria da Costa e Silva.

SIP. 10.922-42 — Julo Tarnopolsky & Moscovici.

SIP. 12.251-42 — Norberto da Fonseca Santos.

SIP. 12.187-42 — Cleda Coelho.

SIP. 12.185-42 — Emilio Velho.

SIP. 3.179-42 — Francisco Ribeiro.

SIP. 49.944-41 — Sociedade Anonima

Imoveis Perseverança.

SIP. 44.146-41 — Ruy & Comp. Ltda.

SIP. 8.333-42 — Fábrica de Enceradeiras Lustrêne Ltda.

SIP. 49.261-41 — Faguinane Mario Ferreira.

SIP. 2.176-42 — Costa & Ferreira Ltda.

SIP. 4.192-42 — Hermann Hausinger.

Pedidos de substituição de livros:

SIP. 3.790-42 — S. Assumpção & Tavares.

SIP. 10.885-42 — Francisco Pereira da Silva.

SIP. 6.753-42 — Fábricas de Tintas Para Impressão B. Winstone S. A.

SIP. 10.102-42 — Smith Ribeiro & Comp.

SIP. 10.926-42 — Augusto da Silva Araujo Junior, solicita registro de livros. — Indefero o pedido, de acordo com o parecer retro. Arquite-se.

SIP. 12.764-42 — Emilio Palestiney Torres, solicita registro de professor. — Tendo sido satisfeitas as exigências legais, registre-se e archive-se, depois de entregues a carteira e os documentos de uso pessoal do requerente (fls. 4), mediante autuação e recibo, no processo.

Processos arquivados:

SIP. 45.103-39 — Daniel Moraes Sarmiento.

SIP. 11.385-42 — 13.^a Delegacia Regional.

SIP. 9.397-42 — 18.^a Delegacia Regional.

SIP. 9.393-42 — 18.^a Delegacia Regional.

SIP. 9.455-42 — 15.^a Delegacia Regional.

SIP. 31.998-41 — Agência de Representações Amendoira S/A.

SIP. 35.787-41 — Casa de Casemiras Duas Americas Ltda.

SIP. 9.458-42 — 18.^a Delegacia Regional.

SIP. 10.016-42 — 20.^a Delegacia Regional.

SIP. 16.215-41 — 18.^a Delegacia Regional.

SIP. 9.841-42 — 18.^a Delegacia Regional.

SIP. 9.883-42 — Manoel Mondim.

SIP. 10.004-42 — 20.^a Delegacia Regional.

SIP. 10.003-42 — 20.^a Delegacia Regional.

SIP. 10.002-42 — 20.^a Delegacia Regional.

SIP. 10.014-42 — 20.^a Delegacia Regional.

SIP. 10.260-42 — 20.^a Delegacia Regional.

SIP. 10.015-42 — 20.^a Delegacia Regional.

SIP. 10.266-42 — 20.^a Delegacia Regional.

SIP. 10.525-42 — Departamento Estadual do Trabalho.

SIP. 9.818-42 — 13.^a Delegacia Regional.

SIP. 9.822-42 — 18.^a Delegacia Regional.

SIP. 9.826-42 — 8.^a Delegacia Regional.

SIP. 38.011-40 — Afonso Martinelli.

SIP. 10.613-42 — 18.^a Delegacia Regional.

SIP. 10.599-42 — 13.^a Delegacia Regional.

SIP. 10.772-42 — 15.^a Delegacia Regional.

SIP. 10.765-42 — 15.^a Delegacia Regional.

SIP. 10.614-42 — 18.^a Delegacia Regional.

SIP. 10.775-42 — 15.^a Delegacia Regional.

SIP. 10.817-42 — 13.^a Delegacia Regional.

SIP. 10.821-42 — 13.^a Delegacia Regional.

SIP. 9.753-42 — 18.^a Delegacia Regional.

SIP. 9.752-42 — 18.^a Delegacia Regional.

SIP. 9.736-42 — 6.^a Delegacia Regional.

SIP. 10.503-42 — Departamento Estadual do Trabalho.

SIP. 10.493-42 — 18.^a Delegacia Regional.

SIP. 10.504-42 — Departamento Estadual do Trabalho.

SIP. 10.524-42 — Departamento Estadual do Trabalho.

SIP. 10.505-42 — Departamento Estadual do Trabalho.

SIP. 10.531-42 — Departamento Estadual do Trabalho.

SIP. 11.386-42 — 13.^a Delegacia Regional.

SIP. 48.090-41 — Maria Anunciada dos Santos.

SIP. 33.908-40 — José Lcurenço Maluceli.

SIP. 36.372-41 — Luiz de França Ventura.

SIP. 9.760-42 — 19.^a Delegacia Regional.

SIP. 10.335-42 — 15.^a Delegacia Regional.

SIP. 10.847-42 — 11.^a Delegacia Regional.

SIP. 10.346-42 — Departamento Estadual do Trabalho.

SIP. 18.950-41 — Max Wolfson.

SIP. 30.352-41 — Oliveira & Herculano.

SIP. 30.506-41 — Freitas Bastos & Pires

Rebello Ltda.

SIP. 30.730-41 — Banco Hollandez Unido.

SIP. 30.832-41 — Antonio F. Pinto.

SIP. 30.857-41 — Rio Elétrica Ltda.

SIP. 31.026-41 — Neves Arcos & Cia. Ltda.

SIP. 31.151-41 — M. Gonzalez & Domin-

guez.

SIP. 31.431-41 — Companhia Geral de

Obras e Construções, Sociedade Anônima, "Ge-

obra".

SIP. 31.862-41 — Electro Casa Pimentel

Ltda.

SIP. 9.466-42 — 19.^a Delegacia Regional.

SIP. 32.493-40 — Manoel Ferreira Berriel.

SIP. 32.732-40 — Anna Lorna Martins.

SIP. 10.262-42 — 20.^a Delegacia Regional.

SIP. 10.261-42 — 20.^a Delegacia Regional.

SIP. 10.018-42 — 20.^a Delegacia Regional.

SIP. 10.356-42 — 2.^a Delegacia Regional.

SIP. 9.466-42 — 18.^a Delegacia Regional.

SIP. 10.017-42 — 20.^a Delegacia Regional.

SIP. 10.019-42 — 20.^a Delegacia Regional.

SIP. 9.630-42 — 2.^a Delegacia Regional.

SIP. 11.405-42 — 2.^a Delegacia Regional.

SIP. 11.414-42 — 2.^a Delegacia Regional.

SIP. 11.420-42 — 2.^a Delegacia Regional.

SIP. 11.415-42 — 2.^a Delegacia Regional.

SIP. 12.242-42 — Rodrigo Villas Boas.
 SIP. 12.243-42 — Lucília da Conceição.
 SIP. 8.634-42 — Silvio Gomes de Oliveira.
 SIP. 3.054-42 — 9.^a Delegacia Regional.
 SIP. 7.301-42 — 15.^a Delegacia Regional.

Pedidos de segundas vias de Carteiras, deferidas:

SIP. 12.388-42 — Lourdes Avellar Suzano.
 SIP. 12.176-42 — Boanerges Salustiano Silva.
 SIP. 12.206-42 — Joana David.
 SIP. 12.151-42 — Julio Antunes da Silva.
 SIP. 12.153-42 — Wilson do Andrade.
 SIP. 12.101-42 — Olympio Ezebio dos Santos.
 SIP. 12.099-42 — Jayme de Almeida Peixoto.
 SIP. 12.021-42 — Luiz Biagem.
 SIP. 11.995-42 — Antonio Pereira.
 SIP. 11.989-42 — José Nerecciano dos Santos.
 SIP. 10.245-42 — Conceição Brandão Nascimento.
 SIP. 12.286-42 — Antonio Almeida de Azevedo.
 SIP. 12.418-42 — Francisco de Almeida.
 SIP. 12.256-42 — Juvenino Cordeiro da Cruz.
 SIP. 12.523-42 — Isaias Mendes de Gusmão.
 SIP. 12.491-42 — Mario San'Anna.
 SIP. 12.245-42 — Carolina Leite Pedroso.
 SIP. 12.608-42 — João Olympio da Silva.
 SIP. 12.577-42 — Francolino Vieira Franco.
 SIP. 12.582-42 — Benedita Maria da Penha.
 SIP. 12.574-42 — Luiz da Rocha.
 SIP. 12.580-42 — José de Almeida Torres.
 SIP. 12.590-42 — Minervino de Oliveira.
 SIP. 12.249-42 — Canuto José de Sena Ribeiro.
 SIP. 12.506-42 — Amaro Alves.
 SIP. 12.277-42 — Gustavo Lima.
 SIP. 12.224-42 — Candido Lopes Ferreira Rodrigues.
 SIP. 12.237-42 — Nilo Pereira.
 SIP. 12.253-42 — Francisco Costa.
 SIP. 12.274-42 — Walter Marchi.
 SIP. 12.170-42 — Jesuino Fernandes.
 SIP. 12.470-42 — Waldemar da Silva.
 SIP. 12.522-42 — Antonio Rodrigues.

Pedidos de emissão de novas carteiras, deferidos:

SIP. 12.403-42 — Waldemar Pereira da Silva.
 SIP. 12.491-42 — Erasmo Sergio de Oliveira.
 SIP. 12.283-42 — Etelvino de Farias.
 SIP. 12.288-42 — Sebastião Gervasio Filho.
 SIP. 12.446-42 — Joaquim dos Santos.
 SIP. 12.423-42 — Luiz Naques da Silva.
 Pedidos de retificação de carteiras, deferidos:
 SIP. 12.479-42 — José Symkha Chaovitch Rosenberg.
 SIP. 12.469-42 — Sebastião Tenorio dos Santos.
 SIP. 12.148-42 — Antonio Fernandes.
 SIP. 12.168-42 — Francisco Torres Medina.
 SIP. 12.201-42 — Walter Albertos Reis.
 SIP. 12.205-42 — José Ferreira.
 SIP. 12.384-42 — Franz Emil Voracek.
 SIP. 12.343-42 — Eduardo dos Santos Loureiro.
 SIP. 12.378-42 — Alberto Teixeira Vale Quaresma.

Departamento Nacional da Indústria e Comércio

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Em 7 de de maio de 1942

Requerimentos:

P. n. 6.593-42 — Laboratório Brasileiro de Quimioterapia Ltda., pedindo alteração de contrato, pela retirada dos sócios Carlos da Veiga Soares e José Alencar da Veiga Soares, os quais transferem as suas quotas aos sócios Dr. João Veiga Soares José da Cunha Campos, Dr. Didimo Napoleão da Costa e Silva e Gil Cunha Campos, sendo o capital aumentado para réis 1.000.000\$, e admitidos os sócios Dr. Didimo Napoleão da Costa e Silva e Gil da Cunha Campos, sendo feitas várias modificações — Deferido.

Em 9 de maio de 1942

Requerimentos:

P. n. 7.005-42 — de Prejawa & Cia. alteração de contrato, pelo falecimento do sócio Fritz Prejawa, sendo adjudicado os seus haveres ao sócio Eduardo Schmidt Mendes, cujo nome por extenso é Eduardo Prejawa Schmidt Mendes, retirando-se o sócio de indústria Nelson da Cruz Garcia e o sócio solidário Erich Perez, ficando o capital reduzido a 300.000\$, sendo feitas outras modificações. — Deferido.

P. n. 5.623-42 — de Gouveia & Braz, pela elevação do capital para 80.000\$, e declaração de que a presente alteração entra em vigor em 1 de janeiro de 1942. — Deferido.

Expediente em 11 de maio de 1942

Requerimentos:

P. n. 7.896-42 — de Companhia Predial, pedindo arquivamento de ata de assembléia geral extraordinária — Deferido.

P. n. 6.779-42 — de Colgate Palmolive Peet Co. Ltd., pedindo arquivamento de resolução de abertura de uma filial da Companhia no Estado de São Paulo. — Deferido.

Em 12 de maio de 1942.

P. n. 7.284-42 — de Sociedade Química Industrial Ltda., firma composta dos sócios químicos Georg Emilius Arnefelt, Georg Henrich Andreas Muelter e Rodolfo André Damm, para o comércio de produtos químicos, à rua Carlos Seidl, 36, com o capital de 100.000\$0 e prazo de 10 anos. — Deferido.

Série I. N. — Divulgação n. 37 — 2.^a edição

REGIMENTO DE CUSTAS

DA

Justiça do Distrito Federal

Decreto-lei n. 2.506 — 20-8-40

Decreto-lei n. 3.108 — 12-3-41

Exemplar 2\$0

A venda — Av. Rodrigues Alves n. 1 —
 Seção de Vendas — Agências ns. 1 e 2
 Ministério do Trabalho — Edifício
 do Pretório

JUSTIÇA DO TRABALHO

Conselho Nacional do Trabalho

ATOS DO SR. PRESIDENTE

(Em 8 de maio de 1942)

Portaria n. CNT 52-42 — Tendo em vista a conveniência de ser centralizado o serviço de publicidade do Conselho Nacional do Trabalho, sob a orientação desta Presidência, resolve, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2.^o, alinea a, do decreto-lei n. 3.710, de 14 de outubro de 1941, determinar aos diretores dos Departamentos de Previdência Social e Justiça do Trabalho e ao Chefe do Serviço Administrativo a remessa diária ao Gabinete desta Presidência, até às 17,00 horas, de notícias sobre as atividades dos aludidos órgãos, destacando os assuntos que devam merecer publicidade. — *Silvestre Péricles*.

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA DO TRABALHO

PROCESSOS ENCAMINHADOS AOS CONSELHOS REGIONAIS DO TRABALHO

Em 8 de maio de 1942

A Primeira Região, no Distrito Federal:
 CNT 18.849-38 — De João José Ribeiro Est. Ferro Central do Brasil.

Em 11

A Primeira Região, no Distrito Federal:
 CNT 6.329-42 — De Adrian Pieper e Cia. Carris, Força e Luz do Rio de Janeiro.
 CNT 8.714-42 — De Walter Gerard Canoniga e S. Carvalho & Cia.
 — A Segunda Região, em São Paulo:
 CNT 19.123-41 — De Maria Rimaldi e Hotel Deodoro.

CÂMARA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

PAUTA DE JULGAMENTO PARA A SESSÃO A REALIZAR-SE EM 15 DE MAIO DE 1942 (SEXTA-FEIRA)

Relator: conselheiro Luiz Augusto da Franca:

Processo n. PE-Recurso 4.309-40.
 Assunto: Silvia de Nova pede reconsideração do julgado da extinta Segunda Câmara, que não conheceu de seu recurso, e Esther Gomes Alves recorre do ato da C. A. P. dos Serviços Rbanois Oficiais, na cidade do Rio Grande, que lhe indeferiu o pedido de pensão.

Relator: conselheiro Luiz Augusto da Franca:

Processo n. P4-Recurso 4.412-40.

Assunto: Marieta Ferreira Gracio recorre do ato da C. A. P. dos Serviços Rbanois por Concessão, em Recife, que indeferiu o seu pedido de tratamento por médico especializado, sob a alegação de não possuir verba para custear tal despesa.

Relator: conselheiro Nelson Procopio de Souza:

Processo n. Recurso .996-39.

Assunto: Corato Possato recorre do ato da C. A. P. dos Ferroviários da Sorocabana, relativamente ao "quantum" da sua aposentadoria.

Relator: conselheiro Nelson Procopio de Souza:

Processo n. 11.474-39.

Assunto: Angelino Medeiros e outros, associados da C. A. P. dos Portuários do Rio de Janeiro, já incorporada ao I. A. P. dos Marítimos, pleiteam isenção do pagamento de juros de 1 % ao mês, contados durante a paralização dos descontos em folha no período de julho de 1938 a março de 1938.

Relator: conselheiro Salustiano do Lemos Lessa:

Processo n. 7.920-41.

Assunto: Alexandrino Martins da Silva recorre da decisão da C. A. P. dos Ferroviários

da Central do Brasil, que indeferiu o seu pedido de revisão de aposentadoria.

Relator: conselheiro Salustiano de Lemos Lessa.

Processo n. 10.147-41.

Assunto: José Martins Sima e Augusto Bernardino, membros da Junta Adm. da C. A. P. de Serviços de Mineração, em Morro Velho, recorrem da decisão da Junta da mesma Caixa, que concedeu auxílio para funeral a José Maria dos Santos.

Relator: conselheiro Djacir Lima Menezes. Processo n. P4-Proc. 12.432-41.

Assunto: Antonio Abrantes recorre da decisão do I. A. P. da Estiva, que lhe negou seguro-doença.

Relator: conselheiro Djacir Lima Menezes. Processo n. 20.974-41.

Assunto: Leonor Lopes da Rosa e Lucia Lopes da Rosa, herdeiras do Dionísio Lopes da Rosa, recorrem do ato do I. A. P. dos Marítimos, que lhes negou a pensão requerida.

Relator: conselheiro Percival Godoy Ilha. Processo n. rec. ob. 13.565-39.

Assunto: o presidente da C. A. P. dos Ferroviários da Leopoldina Railway recorre do ato da Junta respectiva, que concedeu aposentadoria por invalidez a Jovelino José de Oliveira.

Relator: conselheiro Percival Godoy Ilha.

Processo n. 13.084-41.

Assunto: Estael de Moura Marques recorre do ato da C. A. P. dos Ferroviários da Central do Brasil, no sentido de ser aumentada a quota mensal da sua pensão.

Relator: conselheiro Vicente de Paulo Galliez.

Processo n. rec. ob. 6.660-39.

Assunto: o presidente do I. A. P. dos Marítimos recorre da decisão da Junta Adm., que concede aposentadoria ordinária a José Pedro Dias.

Relator: conselheiro Vicente de Paulo Galliez. Processo n. 22.564-41.

Assunto: Wagner Moreira recorre do ato da C. A. P. de Serviços Urbanos por concessão, em Vitória, que lhe negou pagamento de despesas médicas.

Relator: conselheiro Luiz Augusto da França. Processo n. 7.963-41.

Assunto: A C. A. P. dos Ferroviários da Noroeste do Brasil recorre da decisão da Junta Administrativa da C. A. P. dos Ferroviários da Companhia Mogiana, que negou transferência de contribuições de diversos associados.

Relator: conselheiro Luiz Augusto da França. Processo n. 16.559-41.

Assunto: Demosthenes de Souza Siqueira recorre do ato da C. A. P. de Serviços de Mineração, em Tubarão, que indeferiu o seu pedido de restituição de jóias iniciais.

Relator: conselheiro Nelson Procopio de Souza.

Processo n. 3.640-40.

Assunto: Sylvestre Augusto de Matos Vieira recorre do ato da C. A. P. dos Ferroviários da Central do Brasil, que lhe concedeu aposentadoria por invalidez.

Relator: conselheiro Nelson Procopio de Souza.

Processo n. 5.039-40.

Assunto: Tereza Benvinda do Carmo Bastos recorre do ato da C. A. P. de Serviços Urbanos por concessão, em Recife, que lhe negou pensão.

Relator: conselheiro Salustiano de Lemos Lessa.

Processo n. 11.830-41.

Assunto: Silvino de Souza Negrão recorre do ato da C. A. P. dos Ferroviários da Central do Brasil, que lhe negou pagamento de despesas feitas com tratamento médico.

Relator: conselheiro Salustiano de Lemos Lessa.

Processo n. 3.262-42.

Assunto: Maria Alexandrina Fortunata recorre do ato da C. A. P. dos Ferroviários da Central do Brasil, que lhe negou pagamento de vencimentos deixados de receber pelo aposentado Paulo Fortunato.

Relator: conselheiro Djacir Lima Menezes. Processo n. 23.781-41.

Assunto: o Dr. Renato Vaz Cerqueira recorre do ato da C. A. P. dos Ferroviários da São Paulo Railway, que lhe negou aumento de gratificação.

Relator: conselheiro Djacir Lima Menezes. Processo n. 708-42.

Assunto: Desidério Zaneri recorre do ato do I. A. P. dos Industriários, que lhe aplicou multa por infração do art. 1.º do decreto-lei n. 65, de 14 de dezembro de 1937.

Relator: conselheiro Percival Godoy Ilha.

Processo n. 23.021-41.

Assunto: Orlandino Viana da Silva recorre do ato da C. A. P. da Companhia Cantareira e Viação Fluminense, que indeferiu o seu pedido de pagamento da gratificação de contador, função exercida cumulativamente com a gerente.

Relator: conselheiro Percival Godoy Ilha.

Processo n. 1.556-42.

Assunto: Raimundo Rodrigues da Silva, membro da extinta Junta da C. A. P. dos Serviços Urbanos Oficiais, em São Paulo, recorre do ato da referida Junta, que negou aposentadoria a Waldemar Pretini.

Relator: conselheiro Vicente de Paulo Galliez.

Processo n. 3.263-42.

Assunto: José Pinheiro da Silva, recorre do ato da C. A. P. dos Ferroviários da Central do Brasil, que lhe negou pagamento de despesas médicas hospitalares feitas com a sua esposa.

Relator: conselheiro Vicente de Paulo Galliez. Processo n. 4.808-42.

Assunto: Eliziário Pereira dos Santos recorre do ato da C. A. P. dos Serviços de Mineração, em Tubarão, que indeferiu o seu pedido de pagamento de despesas de transporte e estadia em São Paulo.

Relator: conselheiro Salustiano de Lemos Lessa.

Processo n. 4.719-42.

Assunto: André Nicolau Sobrinho recorre do ato da C. A. P. dos Ferroviários da Central do Brasil, que lhe negou pagamento de despesas médico-hospitalares feitas com Americo Apolinário.

Visto — Elisa Lispector, secretária.

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA DO TRABALHO

DIVISÃO DE PROCESSO

Seção de Dissídios Individuais

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE

Dia 5 de maio de 1942

Inquérito administrativo instaurado contra Antenor de Freitas pela The Leopoldina Railway Co. Ltd. (Proc. n. CNT-10.793-38).

"O documento de fls. 119, ainda que estivesse provada sua autenticidade, é nulo de pleno direito em face do que dispõe o art. 14 da lei n. 62, de 5 de junho de 1935, não tendo, assim, cabimento, como bem acentua o parecer de fls. 122, da Procuradoria da Justiça do Trabalho, a pretensão da empresa de ser reformado o despacho de fls. 112, pelo que indefiro o requerimento da mesma, de fls. 116 a 118.

2. Não tendo a empresa dado cumprimento ao referido despacho, de cujos termos foi notificada por ofício n. SDI-200-42, de 17 de março último, por cópia a fls. 114, no uso das atribuições que me confere a alínea f do artigo 2 do decreto-lei n. 3.710, de 14 de outubro de 1941, imponho à The Leopoldina Railway Company Limited, a multa de vinte mil réis (20\$0), por dia, nos termos do previsto no art. 217 do regulamento da Justiça do Trabalho, aprovado pelo decreto n. 6.596, de 12 de dezembro de 1940, até que seja devidamente cumprida a decisão de fls. 76 e 77, do Conselho Pleno.

3. Tendo sido o processo julgado originariamente por este Conselho, conforme se verifica do acórdão de fls. 54 e 55, a competência para a execução da decisão do Conselho Pleno é desta presidência, *ex-vi* do art. 179 do citado regulamento da Justiça do Trabalho, combinado com a alínea f do art. 2.º do decreto-lei n. 3.710, de 14 de outubro de 1941, pelo que, tendo em vista o que dispõe o art. 182 do mesmo regulamento, determino que se proceda à execução da mesma decisão, ouvidas as partes, previamente, no prazo comum de cinco dias, sobre o cálculo dos salários devidos ao empregado."

Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado

DEPARTAMENTO DE PREVIDÊNCIA

DESPACHOS DO SR. DIRETOR

Expediente do dia 9 de maio de 1942

B-7.051 — Ex-contribuinte Francisco Xavier dos Santos. — Autorizo o pagamento, de acordo com a conclusão.

B-5.505 — Ex-contribuinte Cláudio da Cunha. — Autorizo o pagamento.

H. B. P. n. 225 — Ex-contribuinte João Baptista de La Caille. — Autorizo o pagamento, de acordo com a conclusão.

H. B. P. n. 75 — Ex-contribuinte Thomaz Soares de Amorim. — Autorizo o pagamento das pensões, de acordo com a conclusão.

H. B. P. n. 273 — Ex-contribuinte João Paulo de Andrade. — Autorizo o pagamento das pensões, de acordo com a conclusão.

Série I. N. — Divulgação n. 12

Tarifa das Alfândegas

COM

Brochura..... 12\$0

ÍNDICE ALFABÉTICO E REMISSIVO

Encadernado..... 20\$0

A venda — Avenida Rodrigues Alves n. 1 — Seção de Vendas — Agências 1 e 2 — Ministério do Trabalho — Edifício do Pretório

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Departamento de Administração Serviço de Comunicações

ATOS DO SR. MINISTRO

Processos despachados:

N. 10.796-42 — Tobias Gomes de Menezes, escriturário, classe F, do extinto Quadro II; Aristides Ferraz Moreira Rabello, telegrafista, classe I; Renato do Valle, oficial administrativo da classe J, e Heracito Gomes Vianna, telegrafista da classe J, todos do Quadro III, deste Ministério, pleiteando a colocação de seus nomes, em lista de promoção por merecimento, à frente de todos os demais funcionários das respectivas classe, pela circunstância de estarem servindo na Secção de Segurança Nacional do Ministério. Despacho do Sr. ministro: "Já havendo deliberado sobre a matéria versada nas petições anexas, recomendo que se proceda como no caso resolvido, afim de haver uniformidade de critério. 9-5-42".

(A deliberação a que alude o despacho, foi proferida pelo Sr. ministro a 5 de dezembro do ano findo, no requerimento protocolado no S.C.V. sob n. 34.958-41, em que o engenheiro, classe I, (DNEF-DNER), do Quadro I, Vicente de Brito Pereira Filho, solicitou a inclusão de seu nome na lista triplíce para a promoção à classe M do mesmo Quadro, pelo fato de estar servindo na Secção de Segurança Nacional. Em virtude desse despacho ("Deferido, F. a inclusão"), foi feita no *Diário Oficial* de 12-12-41, a retificação da lista publicada no *Diário Oficial* de 26 do mês anterior).

N. 10.454-42 — João Netto, extranumerário diarista da E. F. Goiaz, solicitando sua readmissão. — Aguarde oportunidade. Atualmente existem excedentes na classe G da carreira de condutor de trem do Quadro VII. 11-5-42.

N. 11.131-42 — Odon França, postalista auxiliar, classe G, do DCT., pedindo aposentadoria. — O pedido não pode ser tomado em consideração, em face do que dispõe o art. 221, item I, alínea b, do decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939. 11-5-42.

N. 17.259-41 — José Coelho da Silva, extranumerário mensalista da E.F.C.B., pedindo pagamento por exercícios findos, de vencimentos referentes ao período de 25-6 a 31 de dezembro de 1938, durante o qual esteve afastado do serviço. "I — Mantenho o despacho anterior. II — Ao empregado readmitido não cabe direito ao recebimento de vencimentos correspondentes ao período em que esteve afastado do serviço público". 11 de maio de 1942.

Aviso de 11 de maio de 1942

N. 1.314 — Ao Ministério da Fazenda — Solicitando que, por conta da subconsignação 02-30, letras b, d e e — Consignação I da verba 5, do orçamento vigente deste Ministério, seja distribuída de uma só vez, à Tesouraria da D. R. C. T. do Distrito Federal, à disposição da Diretoria Geral a importância de 7.502.000\$0, para atender às despesas previstas naquelas rubricas, conforme a discriminação abaixo: Subconsignação 02-30 — Letra b, 2.000.000\$0 — Letra d, 2.000.000\$0 — Letra e, 3.502.000\$0, (Proc. n. 10.725-42).

ATOS DO SR. DIRETOR GERAL

Aviso de 11 de maio de 1942

N. 1.312 — Ao Ministério da Fazenda — Restituindo o processo em que D. Cecilia Martins dos Santos, viúva do ajudante de 1.ª classe, da E. F. Oeste de Minas, Carlos Martins dos Santos, pediu o pagamento de réis 3.513\$6, proveniente de vencimentos que o de cujus deixou de receber em 1936. Informando outrossim, que o pagamento das quantias relativas aos exercícios de 1931, 1932, 1933, 1934, 1935 e 1937, foi requisitado a esse Ministério com os avisos ns. 1.780, 1.781, 1.782, 1.783, 1.784 e 1.786, de 13 de junho de 1940. (Proc. n. 10.306-42).

Offício de 11 de maio de 1942

N. 2.423 — A Delegacia do Tribunal de Contas junto a este Departamento — Solicitando providências no sentido de ser paga, na Tesouraria deste Departamento, a conta da The Leopoldina Railway Company Ltd., na importância de 1.050\$7, proveniente de transportes em proveito do DNOS, no mês de março do corrente ano. (Proc. n. 10.781-42).

RETIFICAÇÃO

"*Diário Oficial*" do dia 11-5-42, pág. 7.723

Aviso n. 1.302 — Ao Ministério da Educação e Saúde — Esclarecendo que ainda são necessários a este Ministério os serviços do oficial administrativo, classe J, do Quadro Suplementar deste Ministério, Victorino de Brito Freire. (Proc. n. 10.801-42).

Divisão de Pessoal

ATOS DO SR. MINISTRO

PORTARIA N. 311, DE 12 DE MAIO DE 1942

O ministro de Estado, atendendo à proposta do Departamento Nacional de Obras de Saneamento e, de conformidade com o disposto no art. 4.º do decreto-lei n. 2.367, de 4 de julho de 1940, resolve:

I — Constituir, no Departamento Nacional de Obras de Saneamento, o Núcleo de Estudos e Obras do Paraíba, com sede na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, destinado a atender ao início das obras contra as inundações, naquela cidade, e estudos complementares;

II — Aprovar as instruções anexas, que baixam rubricadas pelo diretor geral do Departamento de Administração.

Rio de Janeiro, em 12 de maio de 1942. — *João de Mendonça Lima*.

INSTRUÇÕES PARA O NÚCLEO DE ESTUDOS E OBRAS DO PARAIBA

1. O Núcleo de Estudos e Obras do Paraíba, com sede na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, será constituído do seguinte pessoal técnico-administrativo, designado pelo diretor do Departamento Nacional de Obras de Saneamento dentre os serventuários do mesmo Departamento:

1 engenheiro-chefe;
1 engenheiro-ajudante;
1 auxiliar de escritório;
e de pessoal para obras cuja tabela é a seguinte:

1 auxiliar de engenheiro, com a diária de 30\$0;
1 topógrafo, com a diária de 28\$0;
2 motorista, com a diária de 20\$0;
2 feitores, com a diária de 16\$0;
4 trabalhadores, com a diária de 14\$0;
8 trabalhadores, com a diária de 12\$0.

2. As despesas com "Pessoal de Obras", correrão, no vigente exercício, à conta da verba 5, consignação I — Subconsignação 01-02 (33), alínea b, e, nos exercícios subsequentes, à conta das dotações orçamentárias próprias.

3. São atribuições do Núcleo:

a) completar os estudos relativos à regularização do Rio Paraíba e sua bacia hidrográfica;
b) fazer a locação das obras, de acordo com os respectivos projetos;
c) fiscalizar os trabalhos em andamento;
d) fiscalizar a conservação dos trabalhos realizados;
e) intervir na execução de obras e explorações industriais que possam prejudicar os trabalhos em andamento ou influir no regime dos cursos d'água, dando imediato conhecimento ao diretor do Departamento;
f) organizar e instalar, de acordo com as necessidades, postos de observações hidropluviométricas;

g) procurar melhorar as normas e processos de trabalho adotados, propondo ao diretor do Departamento as modificações que julgar convenientes;

h) comunicar, semanalmente, ao diretor as principais ocorrências, acompanhados de boletins com o andamento dos diferentes trabalhos de estudos e obras, e enviar, mensalmente, uma descrição geral da marcha dos serviços;

i) organizar e remeter à Administração Central os boletins de medição dos trabalhos executados pelos empreiteiros;

j) representar o Departamento Nacional de Obras de Saneamento, dentro dos limites de suas atribuições, junto aos governos estaduais, prefeituras municipais, empreiteiros e terceiros.

4. Quaisquer instruções complementares que se tornarem necessárias, para o perfeito desenvolvimento dos trabalhos, serão baixadas pelo diretor do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, observadas as disposições do decreto n. 5.915, de 4 de julho de 1940, no que forem aplicáveis.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 1942. — *Fernando Augusto de Almeida Brandão*, diretor geral.

Divisão de Orçamento

PORTARIA N. 318, DE 30 DE ABRIL DE 1942

O Sr. ministro de Estado, atendendo ao que requereu "The Great Western of Brazil Railway Company, Limited" e de acordo com o parecer do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, em ofício n. 452-DG, de 13 deste mês, resolve aprovar o orçamento, na importância de 12.911\$9 (doze contos novecentos e onze mil e novecentos réis), que com esta baixa, rubricado pelo diretor da Divisão de Orçamento do Departamento de Administração deste Ministério, para a aquisição de utensílios necessários a cada estação a inaugurar-se nos prolongamentos em construção das linhas da requerente.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1942. — *João de Mendonça Lima*.

(N. 7.678-12-5-942-20\$4).

PORTARIA N. 328, DE 6 DE MAIO DE 1942

O Sr. ministro de Estado, tendo em vista o que solicitaram as Empresas Ferroviárias no Estado de São Paulo em seus requerimentos ns. CT. 15-99 e CT. 15-101, ambos de 14 de novembro de 1941, e de acordo com os pareceres do Departamento Nacional de Estradas de Ferro em ofício n. 106-DG de 29 de janeiro último e do Conselho de Tarifas e Transportes em ofício C.T.T. 5-6, de 25 de março findo, resolve aprovar as seguintes modificações na pauta de classificação das mercadorias em vigor nas linhas das referidas empresas:

Acréscimos

Número da pauta — Designação — Tabela
1.101-S — Caixas apropriadas para o transporte de peixes frescos, vasia, em retorno — 2-A com 50 % de abatimento ou tabela 14.

2.135-L — óleo combustível, bruto, em vagão tanque — 14.

Alteração

Número da pauta — Designação — Em vez de:
2.097 — óleo combustível, bruto — Tabela 12 — óleo combustível, bruto (grosso) Tabela 11.

Rio de Janeiro, 6 de maio de 1942. — *João de Mendonça Lima*.

(N. 7.560-12-5-942-36\$7).

PORTARIA N. 321, DE 30 DE ABRIL DE 1942

O Sr. ministro de Estado, atendendo ao que requereu a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e tendo em vista o parecer do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, em ofício

cio n. 439-DG, de 11 de abril p. findo, resolve aprovar o projeto e orçamento, na importância de 4:442\$1 (quatro contos quatrocentos e quarenta e dois mil e cem réis), que com esta baixam, rubricados pelo diretor da Divisão de Orçamento do Departamento de Administração deste Ministério, para construção do passeio em frente ao edifício da estação de Serra Negra, correndo à conta de Capital a importância que for apurada como efetivamente dispendida até aquele limite.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1942. — *João de Mendonça Lima.*

(7.561—12-5-942—18\$4).

PORTARIA N. 322, DE 30 DE ABRIL DE 1942

O Sr. ministro de Estado, atendendo ao que requereu a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e tendo em vista o parecer do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, em ofício n. 447-DG, de 11 de abril p. findo, resolve aprovar o orçamento na importância de réis 9:827\$8 (nove contos oitocentos e vinte e sete mil e oitocentos réis), que com esta baixa, rubricado pelo diretor da Divisão de Orçamento do Departamento de Administração deste Ministério, para a construção de cercas marginais à linha tronco, entre os quilômetros 283,496 e 284,991 do lado direito, e entre os quilômetros 284,430 e 284,967 do lado esquerdo, correndo à conta de capital a importância que for apurada como efetivamente dispendida até aquele limite.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1942. — *João de Mendonça Lima.*

(7.562—12-5-942—19\$4).

ATOS DO SR. MINISTRO

PORTARIA N. 340, DE 12 DE MAIO DE 1942

O Sr. ministro de Estado, atendendo ao que solicitou o Ministério da Agricultura, e, tendo em vista o parecer n. 91, de 28 de abril findo, da Comissão Técnica de Rádio, resolve aprovar as plantas e especificações técnicas que com esta baixam, rubricadas pelo diretor da Divisão de Orçamento do Departamento de Administração deste Ministério, correspondentes às quatro estações de que trata a portaria n. 257, de 31 de março, último, bem como o local em que deverá funcionar a estação desta Capital, situado à avenida Graça Aranha n. 226, 12.º andar.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 1942. — *João de Mendonça Lima.*

ATOS DO SR. DIRETOR

Offícios do dia 9 de maio de 1942

N. 2.394 — Ao Departamento Nacional de Estradas de Ferro — Comunicando que o Senhor Presidente da República autorizou a E. F. de Goiaz, a conceder passagens e transportes com 30 % de abatimento, a todos aqueles que desejarem visitar a nova capital daquele Estado, durante as festas que se realizarão em julho próximo, a começar 10 dias antes e terminando 10 dias depois do período dessas comemorações. (Proc. n. 8.448-42).

N. 2.395 — A E. F. Central do Brasil — Comunicando que o Sr. Presidente da República autorizou essa Estrada a conceder passagens e transportes com 30 % de abatimento, a todos aqueles que desejarem visitar a nova capital daquele Estado, durante as festas que se realizarão em julho próximo, a começar 10 dias antes e terminando 10 dias depois do período próximo, dessas comemorações. (Processo n. 8.448-42).

N. 2.398 — Aos Srs. Barbosa & Lantyer, — Queimadas — Baía — Comunicando que em solução ao pedido feito por essa firma, foi expedida por este Ministério a Portaria n. 299, de 17-4-42, publicada no *Diário Oficial* de 18, concedendo redução de tarifas para o transporte de carvão bruto ou em folhas, na R. V. F. F. L. B. e demais estradas filiadas à Companhia Geral de Transportes. (Proc. número 7.967-42).

Offícios do dia 11 de maio de 1942

N. 2.414 — Ao Departamento Nacional de Estradas de Ferro — Comunicando, em aditamento ao aviso n. 2.005, de 30-6-41, que fica também suspensa a remessa das relações dos transportes efetuados pelas estradas de ferro à requisição dos Ministérios, que era feita em obediência ao decreto n. 20.055, de 29 de maio de 1931. (Proc. n. 4.317-42).

N. 2.421 — Ao Departamento Nacional de Portos e Navegação — Transmitindo cópia do aviso em que o Ministério da Fazenda comunica haver autorizado o Banco do Brasil a abrir em sua Agência de Parnaíba, E. do Piauí, uma conta de depósitos em nome do engenheiro desse Departamento — Roberto Sinay Neves, chefe da Comissão de Estudos e Melhoramentos do Rio Parnaíba. (Proc. n. 11.198-42).

Divisão de Material

ATOS DO SR. DIRETOR

Offícios do dia 8 de maio de 1942

N. 2.368 — A Delegacia do Tribunal de Contas no E. do Paraná — Remetendo cópia da Portaria n. 311, de 28-4-42, delegando competência ao engenheiro chefe da Fiscalização do Porto do Paranaguá e da Comissão de Estudos e Melhoramentos do Rio Iguaçu, engenheiro Eduardo Magalhães Gama, e no seu impedimento ao engenheiro interino Rubem Pereira Reis de Andrade, para movimentar os créditos subordinados à Verba 2 — Material, do orçamento vigente, distribuídos à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, nesse Estado, e destinados àquelas repartições. (Proc. n. 7.359, de 1942).

N. 2.369 — A Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Paraná — Idem, idem, idem. (Proc. n. 7.359-42).

N. 2.370 — Ao Departamento Nacional de Portos e Navegação — Idem, idem, idem. (Processo n. 7.359-42).

N. 2.389 — Ao Serviço do Material do Departamento dos Correios e Telégrafos — Remetendo os documentos no valor de 4:903\$9 provenientes de requisições de transportes feitos por esse Serviço à E. F. C. B., no corrente ano, e enviados a esta Divisão. (Processo n. 11.522-42).

Offícios do dia 9 de maio de 1942

N. 2.401 — Departamento Nacional de Portos e Navegação — Remetendo cópia da Portaria 312, de 28-4-42, delegando competência ao engenheiro chefe da Fiscalização do Porto de São Luiz do Maranhão, Luiz Palma Lima e, nos seus impedimentos, ao escrivão Alexandre de Lima Valente, para movimentar os créditos subordinados à Verba 2 — Material do orçamento vigente, nos limites das importâncias distribuídas ou a serem distribuídas às Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional nos Estados do Maranhão e Piauí e destinados àquela Fiscalização. (Proc. n. 2.404-42).

N. 2.402 — A Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Maranhão — Idem, idem, idem. (Proc. n. 2.404-42).

N. 2.403 — A Delegacia do Tribunal de Contas no Estado do Maranhão — Idem, idem, idem. (Proc. n. 2.404-42).

N. 2.404 — A Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Piauí — Idem, idem, idem. (Proc. n. 2.404-42).

N. 2.405 — A Delegacia do Tribunal de Contas no Estado do Piauí — Idem, idem, idem. (Proc. n. 2.404-42).

Offício do dia 11 de maio de 1942

N. 2.417 — Ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — Comunicando que foi solicitada ao Ministério da Fazenda a distribuição, à Tesouraria do Departamento de Administração deste Ministério, dos créditos "em ser" no Tribunal de Contas, discriminados no ofício G-916 desse Departamento. Solicitando, outrossim, sejam enviadas, diretamente a esta Divisão as terceiras vias dos empenhos de despesa, extraídos à conta da Verba 2 — Material. (Proc. n. 8.277-42).

Departamento dos Correios e Telégrafos

Folha de pagamento de gratificações relativa ao mês de maio corrente.

Verba 1.ª — Pessoal

Subconsignação n. 12 — Item 30 — Gratificação por serviço extraordinário.

Nome — Cargo A pagar

Francisco Targino de Oliveira, telegrafista G — 900\$0 — Número de horas prorrogados: 8 — Número de dias anteriores: — Portaria n. 317 — Empenho n. 56 — Teve o expediente prorrogado no período de 23 a 30 de abril, para atender ao extraordinário volume de serviço da Estação de São Bento. Gratificação arbitrada pelo Sr. diretor geral, na forma da alínea a e § 1.º do art. 122, do decreto-lei n. 1.713.....	300\$0 300\$0
---	------------------

Importa a presente folha em 300\$0 (trezentos mil réis).

Secção de Controle, em 11 de maio de 1942. Visto. — *Octavio de Souza Araujo*, chefe da Secção de Controle do SRP-2.

Folha de pagamento de diárias, relativa aos meses de maio do corrente ano.

Verba 1.ª — Pessoal

Subconsignação 23-30 — Diárias

Nomes — Cargos A pagar

Waldemar Sanches de Brito, telegrafista L — Vencimento: 2:300\$0 — Número de diárias: 30 — Diária: 30\$0.....	900\$0
Alvaro Marques da Silva, telegrafista J — Vencimento: 1:500\$0 — Número de diárias: 30 — Diária: 25.....	750\$0
Teotônio Lopes Falcão, telegrafista H — Vencimento: 1:100\$0 — Número de diárias 30 — Diária 18\$0.....	540\$0
Claudionor José Cabral, telegrafista G — Vencimento: 900\$0 — Número de diárias: 30 — Diária: 15\$0.....	450\$0
Antonio Arlindo Ferreira Bastos, inspetor de linhas, I — Vencimento: 1:300\$0 — Número de diárias: 30 — Diária: 22\$0.....	660\$0
Jorge Bilencourt Gomes Ribeiro, inspetor de linhas I — Vencimento: 1:300\$0 — Número de diárias: 30 — Diária: 22\$0.....	660\$0
Floriano Peixoto da Silva, inspetor de linhas I — Vencimento: 1:300\$0 — Número de diárias: 30 — Diária: 22\$0.....	660\$0
Soma.....	4:620\$0

Observações — Portaria n. 82 — Empenho n. 10 — Os funcionários constantes da presente folha, da Estação Telegráfica do Palácio do Catete, estiveram em Petrópolis, incumbidos dos serviços telegráficos e telefônicos da Estação Telegráfica do Palácio Rio Negro, durante todo o mês de abril. — *C.S. Corrêa.*

Importa a presente folha em quatro contos, seiscentos e vinte mil réis. (4:620\$0).

Secção de Controle, 11 de maio de 1942. — Visto. — *Octavio de Souza Araujo*, chefe da Secção de Controle do SRP-2.

Diretoria Regional do Distrito Federal

PORTARIA N. 462 DE 11 DE MAIO DE 1942

O chefe de Seção do Pessoal da Diretoria Regional do Distrito Federal, SRP. n. 13, na conformidade da circular n. 433 de 22 de agosto de 1939, do Sr. chefe do Serviço Regional do Pessoal. (SRP-2.)

Resolve, tendo em vista o despacho do Sr. diretor regional exarado o processo n. 17.196-42, dispensar a pedido, o guarda referência VI — Paulo Cardoso de Faria.

Rio de Janeiro, de maio de 1942. — *Jayme Marques de Oliveira*. (Chs. do SRP. n. 18)

(Proc. n. 17.196-420).

PORTARIA N. 463 DE 11 DE MAIO DE 1942

O chefe de Seção do Pessoal da Diretoria Regional do Distrito Federal, SRP. n. 18, na conformidade da Circular n. 433 de 22 de agosto de 1939, do Sr. chefe do Serviço Regional do Pessoal. (SRP-2)

Resolve, tendo em vista o despacho do Sr. diretor regional exarado o processo número 21.545-42, dispensar a pedido, o praticante de tráfego, referência IV — Alfredo Joaquim Balthazar.

Rio de Janeiro, de maio de 1942. — *Jayme Marques de Oliveira*. (Chs. do SRP. 18)

(Proc. n. 21.545-42).

Departamento Nacional de Estradas de Rodagem

Requerimentos despachados:

Dia 12 de maio de 1942.

ATOS DO SR. DIRETOR

N. 265 — Paulo Valério — Certifique-se.

N. 2.101 — Cia. Metropolitana de Construções — Certifique-se de acordo com a informação.

N. 4.034 — Cia. Metropolitana de Construções Ltda. — Deferido como se informa.

N. 4.251 — Prazeres Garcia Bianchi — Deferido.

N. 5.098 — Eduardo da Rocha Freitag — Aguarde.

— Armando Campello & Gentil Ltda. solicitando que lhes sejam adjudicadas, pelo regime de tarifas, as obras de construção dos prolongamentos ferroviários Pombal-Patos e Itapipoca-Sobral, na Rede de Viação Cearense: — Requeira de acordo com o edital de inscrição, deste Departamento, publicado no *Diário Oficial* de 6 do corrente. — 7-5-42 — *Waldemar Luz*, diretor geral".

Edição I. N — Divulgação n. 1

Código Penal

com índice alfabético e remissivo

3\$000

À venda — Avenida Rodrigues Alves
n. 1 — Seção de Vendas — Agências
ns. 1 e 2 — Ministério do Trabalho —
Edifício do Pretório

TRIBUNAL DE CONTAS

EXPEDIENTE DO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE

Dia 11 de maio de 1942

Portaria n. 97 — Recomendando à Primeira e Segunda Diretorias que, de acordo com o resolvido em sessão de 5 do corrente, submetam a esta Presidência, devidamente informados, todos os processos que se acham arquivados na Diretoria, em que haja o Tribunal deliberado negar autorização para restituição de cauções prestadas para garantia da execução de contratos, desde que tenha decorrido o prazo do pedido de reconsideração, afim de que possa a mesma Presidência determinar as providências sobre a reversão das referidas cauções aos cofres públicos, em face do julgado do Tribunal e que idêntico procedimento deverá ser observado nos casos futuros.

N. 98 — Designando o oficial administrativo da classe J, do Q. P. do Ministério da Fazenda, lotado no Tribunal, Antônio da Costa, para exercer as funções de delegado do mesmo Tribunal no Estado de Sergipe.

EXPEDIENTE DO PRESIDENTE

Mês de abril dia 22

N. 519 — Ao presidente o D.A.S.P.. Sobre admissão de extranumerários-mensalista.

Dia 23

N. 550 — Ao Ministério da Agricultura. Comunicando distribuição automática de crédito suplementar de 25.400\$0.

N. 551 — Ao Ministério da Fazenda. Pedindo esclarecimentos sobre admissão de extranumerários-mensalistas.

Dia 24

N. 552 — Ao Ministério da Guerra. Comunicando distribuição automática de crédito especial de 4.706.000\$0.

N. 553 — Ao diretor geral do Cons. Federal de Comércio Exterior. Diligência em ordem de pagamento.

Dia 25

N. 555 — Ao Ministério da Guerra. Comunicando distribuição automática de crédito especial de 4.500\$0.

N. 556 — Ao procurador. Remetendo cópia de acordão para cobrança executiva do alcance de 609\$0 acrescidos dos juros de mora, apurado contra o responsável Leopoldo Frederico Pereira.

Dia 27

N. 557 — Ao presidente do Cons. de Imigração e Colonização. Comunicando registro e distribuição de crédito especial de 2.000\$.

N. 558-A — Ao Ministério da Viação. Idem. idem. idem.

N. 559 — Ao mesmo. Diligência em contrato celebrado com Rodrigo D'Orsi Sobrinho.

N. 560 — Ao Ministério da Agricultura. Comunicando registro de termo de renovação de contrato celebrado com Celeste Gobato.

N. 561 — Ao Ministério da Justiça. Diligência em contratos.

N. 562 — Ao Ministério da Fazenda. Requisitando pagamento.

N. 563 — Ao mesmo. Idem. idem.

N. 564 — Ao Ministério da Viação. Diligência em contrato celebrado com Carlos Pereira Freitas.

N. 565 — Ao diretor da Diretoria de Tribunal de Contas. Comunicando exercício de funcionário.

N. 566 — Ao Ministério da Agricultura. Comunicando recusa de registro a contrato celebrado com o governo do Estado de São Paulo, por não ter sido satisfeito dentro do prazo regulamentar, a diligência anterior.

N. 567 — Ao Ministério da Guerra. Diligência em termos de renovação de contratos celebrados com Aluisio Moura Ferreira, Albericio Dias, Lucas Mayerhoffer, João Luiz Lopes Bentes, Chedid Malouf e Macus Mota Lima.

N. 568 — Ao Ministério da Viação. Comunicando registro de contrato celebrado com a Imobiliária Comercial S. A.

N. 569 — Ao Ministério da Agricultura. Comunicando recusa de registro a contrato celebrado com o Estado de Sergipe, por não ter sido cumprida dentro do prazo regulamentar a diligência de 1 de abril atual.

Dia 28

N. 570 — Ao diretor da Segunda Diretoria. Designação de funcionário.

N. 571 — Ao Ministério da Fazenda. Requisitando pagamento.

N. 572 — Ao Ministério da Marinha. Comunicando registro de termo de prorrogação de contrato celebrado com Ellen David Wratten.

N. 573 — Ao Ministério da Fazenda. Requisitando pagamento de 703\$2 à Companhia Nacional de Navegação Costeira, por exercícios findos.

N. 574 — Ao Ministério da Viação. Sobre tabelas de créditos.

N. 575 — Ao Ministério da Fazenda. Comunicando quitação ao responsável Leopoldo Frederico Pereira e solicitando levantamento de contas de Eugenio Frazão.

Dia 29

N. 576 — Ao Ministério da Fazenda. Sobre pagamento de diárias a funcionário.

N. 577 — Ao presidente do D.A.S.P.. Comunicando registro de contrato celebrado com José Augusto de Carvalho e Melo.

N. 578 — Ao Ministério da Marinha. Comunicando registro de termo de prorrogação de contrato celebrado com José de Lima Campelo.

N. 579 — Ao Ministério da Viação. Comunicando registro de crédito especial de 12.600\$0.

Dia 30

N. 580 — Ao governador do Território Federal do Acre. Comunicando baixa de responsabilidade.

N. 581 — Ao presidente da Comissão de Defesa da Economia Nacional. Comunicando recusa de registro em ordem de pagamento de 1.205\$6 à Cia. Nacional de Navegação Costeira.

EXPEDIENTE DO DIRETOR DA SECRETARIA

Mês de abril dia 22

N. 1.749 — Ao secretário geral do Ministério da Guerra. Comunicando distribuição de crédito.

Ns. 1.750-765 — Delegacia Fiscal da Baía, aos diretores regionais dos Correios e Telégrafos de Juiz de Fora, Campanha, Belo Horizonte, Delegacia Fiscal de Minas Gerais, diretor regional dos Correios e Telégrafos no Estado do Rio de Janeiro, Delegacia Fiscal do Rio de Janeiro, diretor regional dos Correios e Telégrafos, e Delegacia Fiscal de São Paulo, diretor da Estrada de Ferro Baurú, Delegacia Fiscal de Santa Catarina, diretor regional dos Correios e Telégrafos do Rio Grande do Sul, Delegacia Fiscal, inspetor da Alfândega do Rio Grande do Sul, e diretor dos Correios e Telégrafos em Campo Grande, Mato Grosso. Remetendo provisões.

N. 1.766 — Ao secretário geral do Ministério da Guerra. Comunicando registro de concessão de reforma a Manoel de Freitas Vale Aranha e recusa desse expediente a despesa classificada.

N. 1.767 — Ao mesmo. Idem, idem, a Rubens dos Santos Paiva, idem.

N. 1.768 — Ao delegado do Tribunal de Contas em São Paulo. Solicitando alienação administrativa de fiança de Tereza Xavier Ferreira da Silva.

N. 1.769 — Ao secretário do Conselho Nacional de Desportos. Sobre anulação de empenho.

N. 1.770 — Ao diretor do Pessoal da Fazenda. Comunicando comparecimento de extranumerário.

N. 1.771 — Ao diretor da Diretoria do Domínio da União. Comunicando registro de termo de constituição de aforamento assinado por Aurelio de Albuquerque Lima.

N. 1.772 — Ao diretor geral da Fazenda. Nacional. Acusando recebimento de formulário e respectivo material de instruções que deverão ser observadas, baixadas pelo presidente da Comissão de Orçamento do Ministério da Fazenda.

Dia 23

N. 1.773 — Ao delegado do Tribunal de Contas no Departamento Federal de Compras e Delegações nos 20 Estados. Declarando de acordo com a recomendação do Sr. ministro presidente, que deverá ser feita uma demonstração dos créditos especiais que, nos termos do art. 41, do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, deveriam passar para o exercício de 1942, discriminadamente por Ministério e por decreto-lei, assinalando os casos de créditos distribuídos em que haja necessidade de indagar das repartições competentes o saldo existente. Esse expediente independe do que haja sido feito no relatório referente ao exercício de 1941.

N. 1.774 — Aos delegados do Tribunal de Contas nos Ministérios da Viação, Trabalho e Agricultura, no Departamento dos Correios e Telégrafos, Polícia Civil e Polícia Militar e Corpo de Bombeiros. Idem, idem.

N. 1.775 — Ao delegado do Tribunal de Contas no D.F.C. Sobre anulação de crédito.

N. 1.776 — Ao diretor da Faculdade de Medicina. Devolvendo empenho.

N. 1.777 — Ao diretor da Escola Nacional de Engenharia. Idem, idem.

N. 1.778 — Ao delegado do Tribunal de Contas no M. da Viação. Sobre anulação de crédito.

N. 1.779 — Ao delegado do Tribunal de Contas no D.F.C. Idem, idem.

N. 1.780 — Ao diretor da Diretoria de Fundos do Exército. Comunicando registro de distribuição de crédito para inativos.

N. 1.781 — Ao contador geral da República. Comunicando registro de distribuição automática de crédito suplementar de 26:400\$0.

N. 1.782 — Ao diretor do Pessoal do Ministério da Agricultura. Comunicando remessa de segundas vias de empenhos.

N. 1.783 — Ao delegado do Tribunal de Contas no Ministério da Agricultura. Devolvendo empenho.

N. 1.784 — Ao diretor da Imprensa Nacional. Diligência em ordem de pagamento de 4:642\$6 a Nestor Rocha.

N. 1.785 — Ao diretor da Despesa Pública. Idem, idem, de 120\$0 a Maria Amélia Aragão.

N. 1.786 — Ao juiz auditor da Marinha. Remetendo processo.

N. 1.787 — Ao diretor do D.F.C. Requirendo adiantamento.

N. 1.788 — Ao diretor do Pessoal da Fazenda. Remetendo boletim de frequência.

N. 1.789 — Ao diretor da Divisão do Material do Ministério da Educação. Devolvendo empenho.

N. 1.790 — Ao diretor da Despesa Pública. Devolvendo processo.

N. 1.791 — Ao diretor do Instituto Oswaldo Cruz. Reiterando ofício.

Dia 24

N. 1.792 — Ao contador geral da República. Comunicando distribuição automática de créditos.

N. 1.793 — Ao diretor da Imprensa Nacional. Diligência em ordem de pagamento de 300\$0 a Alberto de Moraes e Castro Junior.

N. 1.794 — Ao diretor do Pessoal da Fazenda. Idem, idem de 1:631\$0 a Ruben de Souza Carvalho.

N. 1.795 — Ao diretor geral do Departamento de Administração do Ministério da Justiça. Encaminhando processo.

N. 1.796 — Ao diretor do Pessoal do Ministério da Fazenda. Comunicando desligamento de funcionário.

N. 1.797 — Ao mesmo. Sobre falta de funcionário.

N. 1.798 — Ao contador geral da República. Comunicando distribuição automática de crédito.

N. 1.799 — Ao diretor do Pessoal do Ministério da Fazenda. Sobre pagamento ao pessoal extranumerário mensalista.

Dia 25

N. 1.800 — Ao diretor da Despesa Pública. Comunicando restituição de processo.

N. 1.801 — Ao diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil. Sobre liquidação de dívida por exercícios findos.

N. 1.802 — Ao diretor da Despesa Pública. Diligência em ordem de pagamento de 43\$0 a Ema Pedone Salles.

N. 1.803 — Ao diretor da Divisão do Pessoal do Ministério da Educação. Reiterando ofício.

N. 1.804 — Ao diretor do Imposto de Renda. Remetendo relação de funcionários.

N. 1.805 — Ao diretor da Segunda Diretoria. Comunicando concessão de prorrogação de licença a funcionário.

N. 1.806 — Ao delegado fiscal em São Paulo. Remetendo cópia de ofício.

N. 1.807 — Ao diretor da Faculdade Nacional de Filosofia. Devolvendo empenho.

N. 1.808 — Ao diretor do Pessoal da Fazenda. Diligência em ordem de pagamento de 2:700\$0 a Adalberto Ferreira de Queiroz.

N. 1.809 — Ao diretor da Diretoria do Domínio da União. Comunicando distribuição de crédito.

N. 1.810 — Ao diretor do Pessoal da Fazenda. Devolvendo processo.

N. 1.811 — Ao diretor da Diretoria de Fundos do Exército. Comunicando distribuição de crédito.

N. 1.812 — Ao contador geral da República. Idem, idem.

N. 1.813 — Ao delegado do Tribunal de Contas em Minas Gerais. Pedindo informação.

N. 1.814 — Ao secretário geral do Ministério da Guerra. Comunicando registro de concessão de reforma a José João Correa da Silva e recusa desse expediente a despesa classificada em parte.

N. 1.815 — Ao mesmo. Idem, idem, a Sandoal Mendes, idem, idem.

N. 1.816 — Ao mesmo. Devolvendo processos.

N. 1.817 — Ao contador seccional do Ministério da Fazenda. Retificando empenho de despesa.

N. 1.818 — Ao contador geral da República. Comunicando registro e distribuição de crédito especial de 2.000:000\$0.

N. 1.819 — Ao diretor do Pessoal da Fazenda. Sobre falta de funcionário por motivo de moléstia.

N. 1.820 — Ao contador geral da República. Comunicando registro de crédito especial de 2.000:000\$0.

N. 1.821 — Ao diretor da Divisão do Pessoal do Ministério da Educação. Comunicando registro e diligência em contratos.

N. 1.822 — Ao mesmo. Comunicando registro de contrato e de termo de prorrogação celebrados com Guilherme Valente de Azevedo Ribeiro.

N. 1.823 — Ao diretor geral do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura. Reiterando pedido de esclarecimentos.

N. 1.824 — Ao diretor da Despesa Pública. Diligência em concessão de aposentadoria a Turibio Augusto Ferreira, no sentido de ser junto ao processo o laudo médico, pertinente à inspeção a que se submeteu o mesmo funcionário.

N. 1.825 — Ao diretor da Despesa Pública. Diligência em ordem de pagamento de 277\$3, a Octavio Prado Filho.

N. 1.826 — Ao contador geral da República. Retificando ofício.

N. 1.827 — Ao diretor geral do Departamento de Administração do Ministério da Justiça. Idem, idem.

N. 1.828 — Ao diretor da Despesa Pública. Diligência em ordem de pagamento de 277\$3 a Maria Guanabarrino.

N. 1.829 — Ao diretor do Departamento de Administração do Ministério da Justiça. Comunicando recusa de registro ao destaque de 100:000\$0 a conta da verba 3.^a.

N. 1.830 — Ao diretor do Pessoal da Fazenda. Remetendo requerimento de funcionário.

N. 1.831 — Ao mesmo. Idem, idem.

N. 1.832 — Ao diretor da Despesa Pública. Comunicando baixa de responsabilidade a Volmar Murgel.

N. 1.833 — Ao delegado do Tribunal de Contas no Rio Grande do Sul. Solicitando, em face da comprovação de despesa da Delegação, observância da circular 567 de 6 de fevereiro último.

N. 1.834 — Ao diretor da Divisão de Obras do Ministério da Educação. Comunicando registro de termo aditivo celebrado com a Companhia Brasileira de Construções.

N. 1.835 — Ao diretor da Divisão do Pessoal do Ministério da Educação. Comunicando registro de contratos.

N. 1.836 — Ao mesmo. Comunicando registro de termo de renovação de contrato celebrado com Heloisa da Silveira Ramos.

N. 1.837 — Ao mesmo. Comunicando registro de termo aditivo ao contrato celebrado com Dalberto Faggiani.

N. 1.838 — Ao diretor do Pessoal da Fazenda. Devolvendo processo.

N. 1.839 — Ao diretor da Divisão do Ensino Primário. Devolvendo empenhos de despesas.

N. 1.840 — Ao diretor da Universidade do Brasil. Idem, idem.

N. 1.841 — Ao diretor da Biblioteca Nacional. Idem, idem.

N. 1.842 — Ao delegado do Tribunal de Contas em Sergipe. Sobre inspeção de saúde do funcionários.

N. 1.843 — Ao diretor do Serviço Nacional de Cancer do Ministério da Educação. Devolvendo empenho.

N. 1.844 — Ao diretor da Despesa Pública. Comunicando baixa de responsabilidade a Silvio Soares de Sá.

N. 1.845 — Ao mesmo. Idem, idem, a José Vaz de Melo.

N. 1.846 — Ao mesmo. Idem, idem, a Savio Gasparini.

N. 1.847 — Ao delegado do Tribunal de Contas no Ministério do Trabalho. Comunicando anotação de destaque de verba para tarefeiros.

Dia 28

N. 1.848 — Ao diretor do pessoal da Fazenda. Remetendo requerimento de funcionário.

N. 1.849 — Ao diretor da Divisão do Pessoal do Ministério da Educação. Comunicando registro de termo de renovação de contrato celebrado com Sebastião Luiz de Abreu Lobo.

N. 1.850 — Ao delegado do Tribunal de Contas na P.M. e no C.B. do Distrito Federal. Acusando recebimento de livros.

N. 1.851 — Ao diretor geral da Diretoria da Fazenda do Ministério da Marinha. Comunicando baixa de responsabilidade a Osmundo do Monte Hannequim.

N. 1.852 — Ao diretor da Despesa Pública. Comunicando registro de concessão de aposentadoria a Raul José Vitoriano.

N. 1.853 — Ao diretor da Divisão de Obras do Ministério da Educação. Comunicando autorização para o levantamento de caução feita pela firma General Elétrica S. A.

N. 1.854 — Ao diretor do Pessoal da Fazenda. Comunicando prazo para embarque de funcionário.

N. 1.855 — Ao diretor da Divisão do Pessoal do Ministério da Educação. Comunicando recusa de registro a contrato celebrado com Mariana Wohlgenuth.

N. 1.856 — Ao mesmo. Idem, idem, e termo aditivo celebrado com Luigi Bogliolo.

N. 1.857 — Ao mesmo. Idem, idem, com Karl Arehs e Camillo Porlezza.

N. 1.858 — Ao diretor da Diretoria do Domínio da União — Comunicando recusa de registro a contratos.

N. 1.859 — Ao mesmo. — Requisitando processo.

N. 1.860 — Ao diretor do Pessoal da Fazenda — Restituindo processo.

N. 1.861 — Ao delegado do Tribunal de Contas no Rio Grande do Sul — Sobre documento que deixou de acompanhar officio.

N. 1.862 — Ao diretor da Despesa Pública — Diligência em concessão de aposentadoria a Ernesto Evangelista de Oliveira.

N. 1.863 — Ao mesmo — Idem, idem, de José Alfredo de Carvalho.

N. 1.864 — Ao mesmo — Idem, idem, com Genesio Sibaldo de Amorim.

N. 1.865 — Ao secretário geral do M. da Guerra — Devolvendo processos.

N. 1.866 — Ao diretor geral do Departamento de Administração do Ministério da Justiça — Comunicando registro de concessão de reforma a Otavio Francisco Mallet.

N. 1.867 — Ao diretor da Imprensa Nacional — Diligência em processo de pagamento.

N. 1.868 — Ao secretário geral do M. da Guerra — Comunicando registro de concessão de reforma a Raymundo Alves da Cunha e a Isauro Vieira, e recusa de despesa classificada.

N. 1.869 — Ao contador seccional do M. da Fazenda — Apresentando extranumerário.

N. 1.870 — Ao diretor do Serviço Nacional de Educação Sanitária — Remetendo relação de residência.

N. 1.871 — Ao secretário geral do M. da Guerra — Comunicando registro de concessão de reforma a Ananias Fernandes de Carvalho e recusa a despesa classificada.

N. 1.872 — Ao diretor do Serviço de Obras do M. Educação — Comunicando autorização para o levantamento de caução feita pela firma Santos & Gonçalves.

N. 1.873 — Ao diretor do Pessoal da Fazenda — Prestando esclarecimento sobre concessão de vantagens a funcionário.

N. 1.874 — Ao contador geral da República — Comunicando registro de crédito.

Dia 29

N. 1.875 — Ao delegado do Tribunal de Contas em Mato Grosso — Sobre observância ao recomendado em portarias.

N. 1.876 — Ao delegado fiscal no Rio Grande do Norte — Remetendo um volume.

N. 1.877 — Ao diretor do Pessoal da Fazenda — Remetendo folha de diárias para publicação.

N. 1.878 — Ao delegado do Tribunal de Contas no M. da Agricultura — Comunicando distribuição de crédito.

N. 1.879 — Ao delegado do Tribunal de Contas no D. F. C. — Comunicando distribuição de crédito.

N. 1.880 — Ao diretor do Pessoal da Fazenda — Sobre alteração em boletim de frequência.

N. 1.881 — Ao diretor da Despesa Pública — Diligência em ordem de pagamento de 3:310\$5 à firma Cortada & Cordoniz Limitada.

N. 1.882 — Ao delegado do Tribunal de Contas em Minas Gerais — Idem, idem, de 131\$0 à Estrada de Ferro Sorocabana.

N. 1.883 — Ao delegado do Tribunal de Contas no Ministério do Trabalho — Comunicando distribuição de crédito.

N. 1.884 — Ao delegado do Tribunal de Contas no D.F.C. — Idem, idem.

N. 1.885 — Ao delegado do Tribunal de Contas no M. da Agricultura — Idem, idem.

N. 1.886 — Ao diretor da Divisão do Orçamento do M. da Educação — Devolvendo empenho.

N. 1.887 — Ao diretor da Escola Nacional de Belas Artes — Idem, idem.

N. 1.888 — Ao diretor do Instituto Nacional de Cinema Educativo. — Idem, idem.

N. 1.889 — Ao contador geral da República — Comunicando escrituração de saldo de crédito especial.

N. 1.890 — Ao diretor da Despesa Pública. — Idem, idem.

N. 1.891 — Ao delegado do Tribunal de Contas no M. da Viação — Sobre anulação de crédito.

N. 1.892 — Ao diretor da Despesa Pública — Diligências sobre despesa.

N. 1.893 — Ao mesmo — Devolvendo processo.

N. 1.894 — Ao diretor da Divisão do Pessoal do M. da Educação — Comunicando registro de contrato celebrado com Aloisio Neiva Filho.

N. 1.895 — Ao mesmo — Comunicando anotação de recisão de contratos celebrados com Atilio Corrêa Lima e Helio Lage Uchôa Cavalcanti.

N. 1.896 — Ao diretor da Diretoria do Domínio da União — Comunicando registro de contrato celebrado com João Maria Teixeira.

N. 1.897 — Ao mesmo. — Idem, idem, com Lino de Melo Lima.

N. 1.898 — Ao mesmo — Idem, idem, com Fábrica de Linhas Búfalo S.A.

N. 1.899 — Ao mesmo. — Idem, assinado por Sefina Portugal Fontes.

N. 1.900 — Ao mesmo — Diligência em contrato assinado pela Fábrica de Linhas Búfalo S.A.

N. 1.901 — Ao diretor do Pessoal da Fazenda — Comunicando haver sido mantida recusa de registro a contratos celebrados com Fernando Pires Carvalho e Albuquerque, e outros.

N. 1.902 — Ao contador geral da República — Comunicando registro de crédito especial de 12:600\$0.

N. 1.903 — Ao diretor da Divisão do Pessoal do M. da Educação — Comunicando recusa de registro a termo de renovação de contrato celebrado com Alvaro Augusto de Andrade.

N. 1.904 — Ao mesmo — Comunicando registro de contratos celebrados com Nicomedes Luiz de Almeida e mais 45 outros.

N. 1.905 — Ao diretor da Companhia Nacional de Navegação Costeira — Sobre fornecimento de passagens.

N. 1.906 — Ao delegado do Tribunal de Contas na Baía — Sobre admissão de extranumerários.

N. 1.907 — Ao diretor da Diretoria do Domínio da União — Comunicando recusa de registro a contrato assinado por Hans Lowenthal, por ter sido o mesmo remetido fora do prazo legal.

N. 1.908 — Ao mesmo — Idem, idem, com Luiza Moreira Madeira.

N. 1.909 — Ao mesmo — Idem, idem, com Carlos Castrioto Pinheiro.

N. 1.910 — Ao contador geral da República — Comunicando registro de crédito especial de 350:000\$0.

N. 1.911 — Ao diretor da Divisão do Orçamento do M. da Educação — Idem, idem.

Dia 30

N. 1.912 — Ao diretor da Despesa Pública — Devolvendo processo.

N. 1.913 — Ao delegado do Tribunal de Contas em Santa Catarina — Restituindo comprovantes.

N. 1.914 — Ao diretor da Divisão de Obras do M. da Educação — Comunicando autorização para o levantamento de caução, em termos, feita pela firma Lucas Soares.

N. 1.915 — Ao diretor do Pessoal do M. da Educação — Comunicando prorrogação de contratos.

N. 1.916 — Ao secretário geral do M. da Guerra — Diligência em concessão de reforma e de despesa.

N. 1.917 — Ao diretor do Departamento de Administração do M. da Educação — Diligência em ordem de pagamento de 10:000\$0 à Elisabeth Maria Cavalcanti de Albuquerque.

N. 1.918 — Ao diretor da Despesa Pública — Encaminhando conhecimento de caução.

N. 1.919 — Ao diretor do Departamento Federal de Compras — Comunicando que o Tribunal negou assentimento ao levantamento da caução feita pela firma Fonseca, Almeida & Cia. Ltda., de vez que mesma reverteu aos cofres públicos.

N. 1.920 — Ao diretor da Despesa Pública — Comunicando recusa de registro a despesa de 238\$9 para pagamento à Navegação Baiana, por está classificada no exercício de 1941.

N. 1.921 — Ao delegado do Tribunal de Contas em Sergipe — Sobre officio não expedido.

N. 1.922 — Ao diretor do Pessoal da Fazenda — Remetendo portarias para fins de anotações.

N. 1.923 — Ao deleg. do T. Contas na Baía. — Sobre concessão de férias.

N. 1.924 — Ao diretor do Pessoal da Fazenda. — Comunicando exercício de funcionário.

N. 1.925 — Ao diretor do Instituto de Identificação da P.C. do D. Federal. — Prestando informações sobre funcionário.

N. 1.926 — Ao diretor da Despesa Pública. Diligência em concessão de aposentadoria a Orestes Ribeiro.

N. 1.927 — Ao diretor do Instituto de Identificação da P.C. do D. Federal. — Prestando informações sobre funcionário.

N. 1.928 — Ao diretor da Div. do Material do M. Educação. — Sobre retificação de publicação de expediente.

N. 1.929 — Ao diretor do Depart. Nac. de Portos e Navegação. — Sobre assistência a tomada de contas.

N. 1.930 — Ao delegado do T. Contas no Piauí. — Sobre observância ao recomendado em portarias.

N. 1.931 — Ao diretor da Imprensa Nacional. — Diligência em ordem de pagamento de 10:000\$0 a firma Santos Seabra & Cia. Ltda.

N. 1.932 — Ao deleg. do T. Contas em Goiás. — Sobre recomendação de circular.

N. 1.933 — Ao deleg. do T. Contas na Paraíba. — Sobre designação de representante para tomada de contas.

N. 1.934 — Ao diretor da Despesa Pública. — Solicitando remessa de processo.

N. 1.935 — Ao diretor geral da Fazenda. — Diligência em ordem de pagamento de réis 23:300\$2 a Société Anonyme du Gaz du Rio de Janeiro.

N. 1.936 — Ao mesmo. Idem, idem, réis 3:000\$0 a Antonio Figueiredo Reis.

N. 1.937 — Ao mesmo. — Idem, idem, 1:200\$0 a Paulo Hipacio da Silva.

N. 1.938 — Ao diretor da Despesa Pública. — Idem, idem, 919\$6 a Ruy Barbosa Gonçalves.

N. 1.939 — Ao diretor do Pessoal do M. Viação. — Reiterando diligência.

N. 1.940 — Ao deleg. do T. Contas no Amazonas. — Sobre comprovação de despesa.

N. 1.941 — Ao diretor da Despesa Pública. — Comunicando registro de concessão de montepio militar a Nair Cordeiro de Melo Garibaldi Pereira, e pedindo providências.

N. 1.942 — Ao diretor da Div. do Pessoal do M. Agricultura. — Sobre relevação de multa.

N. 1.943 — Ao diretor da Div. do Pessoal do M. Justiça. — Idem, idem.

N. 1.944 — Ao diretor geral do Depart. Nac. de Produção Mineral. — Diligência em processo de comprovação de adiantamento de Tasso Costa Rodrigues.

N. 1.945 — Ao diretor do Depart. de Adm. do M. Agricultura. — Comunicando distribuição de crédito.

N. 1.946 — Ao diretor do Depart. Nac. de Imigração. — Reiterando pedido de providências.

N. 1.947 — Ao diretor da Despesa Pública. — Comunicando o registro de concessão de montepio a Ismael da Silva, e pedindo providências.

N. 1.948 — Ao diretor do Pessoal da Fazenda. — Comunicando em resposta a circular n. 3, que no Tribunal não há extranumerários nas condições do decreto-lei número 3.768.

N. 1.949 — Ao diretor da Primeira Diretoria. — Comunicando concessão de licença a funcionário.

N. 1.950 — Ao diretor da Segunda Diretoria. — Sobre justificação de faltas de funcionário.

TERMOS DE CONTRATO

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Departamento Federal de Compras

Termo de contrato n. 4 — Requisições números 624.014 (Pedido n. 1) — 624.029 (Pedido n. 1) — 624.030 (Pedido n. 1) — 624.031 (Pedido n. 1) e 624.032 (Pedido n. 1).

Fornecedor: Murray, Simonsen & Cia. Ltda.
Repartição: Imprensa Nacional — Ministério da Justiça.

Aos cinco dias do mês de maio do ano de mil novecentos e quarenta e dois, nesta cidade do Rio de Janeiro, perante o Departamento Federal de Compras, representado por seu diretor Dr. Henrique Blanc de Freitas, que também se assina H. Blanc de Freitas, compareceu a firma Murray, Simonsen & Cia. Ltda., estabelecida nesta praça à rua da Quitanda número 143, inscrita no Registro de Fornecedores do Governo Federal sob n. 320, representada por seus procuradores Srs. Charles Edward Murray e Osvaldo Benjamin de Azevedo, e presentes também as testemunhas abaixo assinadas, declarou o mesmo diretor que devidamente autorizado e de acordo com o disposto no decreto-lei n. 2.206, de 20 de maio de 1940, contrata com a referida firma, o fornecimento do material descrito na cláusula primeira, mediante as condições seguintes:

Cláusula primeira:

A firma Murray, Simonsen & Cia. Ltda., obriga-se a fornecer ao Governo Federal, representado pelo Departamento Federal de Compras, de acordo com a sua proposta de 3 de fevereiro de 1942, completada pela carta de 24 de fevereiro de 1942, protocolada sob o número 931, dirigida a este Departamento, o seguinte material:

Item — Artigo — Unidade — Quantidade —

Preço — Importância

Nota de empenho n. 2.023

1 — Papel para impressão de jornais com as seguintes características:

- a) calandrado para jornal;
- b) massa clara;
- c) peso 54/56 g/m²;
- d) comprimento da bobina 6.000m aproximadamente e 1,02 de largura;
- e) peso médio da bobina 342,72 quilos, aproximadamente, (100 bobinas) kg, 34.272, 1\$599

54:800\$9

Nota de empenho n. 2.024

1 — Papel para impressão de jornais com as seguintes características:

- a) calandrado para jornal;
- b) massa clara;
- c) peso 54/56 g/m²;
- d) comprimento da bobina 6.000m aproximadamente e 0,68 m de largura;
- e) peso médio da bobina 228,48 quilos aproximadamente (1.200 bobinas) kg, 274.176, 1\$599

438:407\$4

Nota de empenho n. 2.025

1 — Papel para impressão de jornais com as seguintes características:

- a) calandrado para jornal;
- b) massa clara;
- c) peso 54/56 g/m²;
- d) comprimento da bobina 6.000m aproximadamente e 0,66 m de largura;
- e) peso médio da bobina 221,76 kg aproximadamente (700 bobinas), kg, 155.232, 1\$599

248:216\$0

(Continúa na pág. 7.837)

RENDAS PÚBLICAS

Recebedoria do Distrito Federal

COMPARAÇÃO DA RENDA

	Geral	Exclusive de depósitos
Arrecadada de 2 a 9 de maio de 1942.....	20.334:151\$300	18.369:376\$900
Arrecadada em 11 de maio de 1942..	1.499:342\$800	1.119:716\$200
Total.....	21.833:494\$100	19.489:593\$100
Em igual período de 1941.....	14.347:975\$000	13.707:233\$700
Diferença para mais em 1942....	7.545:519\$100	5.782:359\$400
Arrecadada de 2 de janeiro a 11 de maio de 1942....	296.072:749\$300	276.018:773\$400
Em igual período de 1941.....	239.425:957\$900	225.620:815\$000
Diferença para mais em 1942...	56.646:791\$400	50.397:958\$400

Recebedoria Federal em São Paulo

BOLETIM N. 7

COMPARAÇÃO DA ARRECADAÇÃO GERAL

Arrecadada de 1 a 8 de maio de 1942	12.449:913\$200
Arrecadada em 9 de maio de 1942..	465:230\$700
Total.....	12.915:143\$900
Em igual período de 1941.....	13.859:695\$100

Diferença para menos em 1942... 944:551\$200

Arrecadada de 1 de janeiro a 9 de maio de 1942.....	203.802:688\$300
Em igual período de 1941.....	169.500:416\$900

Diferença para mais em 1942.... 34.302:271\$400

COMPARAÇÃO DA RENDA EXCLUSIVE DEPÓSITOS

Arrecadada de 1 a 8 de maio de 1942.....	12.040:507\$300
Arrecadada em 9 de maio de 1942..	463:291\$700
Total.....	12.503:799\$000
Em igual período de 1941.....	13.794:617\$000

Diferença para menos em 1942... 1.290:818\$000

NOTICIÁRIO

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

DIVISÃO DE ÁGUAS

Secção de Pluviometria e Inundações

Estado e tendência das águas dos rios:
Bacia Amazônica. (Dia 10):
Em ascensão em S. Paulo de Olivença, Tefé, S. Gabriel, Manãos, Itacoatiara e Parintins e em declínio em Porto Velho.
Bacia Paraná-Paraguay. (Dia 10):
Estacionário em Jupiá e Cuiabá e em declínio em Tomazina, Tibagi, Jataí, S. Mateus, P. União e F. Iguassú.
Bacia S. Francisco. (Dia 11):
Continuará em declínio em todo o curso.
Bacia Itapicuru. (Baía dia 10):
Continuará mais ou menos estacionário em todo o curso.
Bacia Jequitinhonha e Pardo. (Dia 11):
Ficará mais ou menos estacionário em todo o curso.
Bacia Paraíba do Sul. (Dia 11):
Continuará em lento declínio em todo o curso.
Bacia Itajaí-Assú. (Dia 11):
Continuará em lento declínio em todo o curso.

PARTE COMERCIAL

Camara Sindical dos Corretores de Fundos Públicos do Rio de Janeiro

BOLETIM DE COTAÇÕES DO CAMBIO FIXADO EM 11 DE MAIO DE 1942

Praças	Mercados		
	Oficial	Livre	Livre Especial
Londres:			
Libras AREA..	—	79\$585	79\$589
Portugal	—	\$810	\$876
Suica	—	4\$630	4\$850
Suécia	—	4\$720	—
Nova York	16\$580	19\$643	20\$499
Argentina	—	4\$650	4\$907
Chile	—	\$643	—

COTAÇÕES OFICIAIS DE TÍTULOS EM 12 DE MAIO DE 1942

DÍVIDA EXTERNA

Empréstimo Federal de 1921, 8 % p/\$1.000 (Estabilização do Câmbio e outros fins) 5:650\$0

DÍVIDA INTERNA

Apólices e Obrigações

Uniformizadas de 1:000\$, 5 %	820\$0
Uniformizadas de 5 %, miudas	760\$0
Empréstimo Nacional de 1903, port. (Obras do Porto)	795\$0
Diversas Emissões de 1:000\$, 5 %, nom.	820\$0
Diversas Emissões de 1:000\$, 5 %, port.	805\$0
Diversas Emissões de 1:000\$, 5 %, port. (cauteladas)	786\$0
Reajustamento Econômico de 1:000\$, 5 %, port.	843\$0
Obrigações do Tesouro Nacional de 1:000\$, 7 % (1939)	1:010\$0
Empréstimo Municipal de 1917, port.	180\$0
Empréstimo Municipal de 1931, port.	216\$0
Prefeitura de B. Horizonte de 1:000\$, 7 %, port.	905\$0
Prefeitura de Porto Alegre de 50\$, 3 1/2 %, port.	30\$0
Espírito Santo de 500\$, 8 %, port. ...	500\$0
Minas Gerais de 200\$, 5 %, port.	175\$0
(1934), 1.ª série	176\$5
Minas Gerais de 200\$, 7 %, port.	190\$0
(1934), 2.ª série	97\$0
Minas Gerais de 200\$, 7 %, port.	219\$0
(1934), 3.ª série	1:105\$0
Pernambuco de 100\$, 5 %, port. ...	—
S. Paulo de 200\$, 5 %, port.	—
Uniformizadas de S. Paulo de 1:000\$, 8 %, port.	—

Ações de Companhias

Brasil Industrial	400\$0
Carbonífera Minas de Butiá	122\$0
Siderúrgica Belgo-Mineira, port. ...	738\$0

Debêntures

Banco Hipotecário "Lar Brasileiro", S. A. de Crédito Real	215\$0
Companhia Antártica Paulista	212\$0
Companhia Docas de Santos	209\$0

Secretaria da Câmara Sindical do Rio de Janeiro, em 12 de maio de 1942. — Juvenal de Queiroz Vieira, presidente.

(Continúa na pág. 7.837)

TERMS DE CONTRATO

(Continuação da pág. 7836)

Item — Artigo — Unidade — Quantidade —
Preço — Importância

Nota de empenho n. 2.026			
1	—	Papel para impressão de jornais com as seguintes características:	
a)	—	calandrado para jornal;	
b)	—	massa clara;	
c)	—	peso 54/56 g/m ² ;	
d)	—	comprimento da bobina 6.000 m aproximadamente, 0,56 m de largura;	
e)	—	peso médio da bobina 188,16 quilos aproximadamente (2.000 bobinas), kg, 376.320, 1\$599	601:735\$7

Nota de empenho n. 2.027			
1	—	Papel para impressão de jornais com as seguintes características:	
a)	—	calandrado para jornal;	
b)	—	massa clara;	
c)	—	peso 54/56 g/m ² ;	
d)	—	comprimento da bobina 6.000 m aproximadamente e 1,36 m de largura;	
e)	—	peso médio da bobina 456,96 quilos aproximadamente (3.000 bobinas), kg, 1.370.880, 1\$599	2.192:037\$1

Resumo

Requisição n. 624.014 —	
Pedido n. 1 — Empe-	
nho n. 2.023	54:800\$9
Requisição n. 624.029 —	
Pedido n. 1 — Empe-	
nho n. 2.024	438:407\$4
Requisição n. 624.030 —	
Pedido n. 1 — Empe-	
nho n. 2.025	218:216\$0
Requisição n. 624.031 —	
Pedido n. 1 — Empe-	
nho n. 2.026	601:735\$7
Requisição n. 624.032 —	
Pedido n. 1 — Empe-	
nho n. 2.027	2.192:037\$1
	3.535:197\$1

(Três mil quinhentos e trinta e cinco contos, cento e noventa e sete mil e cem réis).

Cláusula segunda:

Devido à situação internacional o preço do material ora contratado, referido na cláusula primeira, poderá ser excedido em consequência do aumento no custo do material e do seu transporte, taxas relativas a fretes, seguros de guerra e marítimo, etc. correndo, por esse motivo, por conta deste Departamento a despesa proveniente desse aumento. Por outro lado, obriga-se a firma Murray, Simonsen & Cia. Ltda., ora contratante a deduzir da importância total do presente contrato qualquer importância resultante de diferença verificada no preço do referido material, proveniente de diminuição ocorrida no custo e nas referidas taxas, devendo ser comprovado mediante o confronto dos respectivos documentos.

Cláusula terceira:

A entrega do material será feita parceladamente a partir da data da publicação do presente contrato no *Diário Oficial* até o dia 31 de dezembro de 1942, na Divisão do Material da Imprensa Nacional, sujeitando-se a firma Murray, Simonsen & Cia. Ltda., à multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do fornecimento não efetivado, por motivo de demora até 30 (trinta) dias após a data da terminação do prazo de entrega, elevando-se essa multa

ao dobro no caso da entrega ser feita depois da terminação desse novo prazo e dentro de 60 (sessenta) dias após a expiração do primeiro prazo, findo este último, ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados, reverterá aos cofres da Fazenda Nacional a importância da caução a que se refere a cláusula nona.

Cláusula quarta:

O material virá consignado ao Departamento Federal de Compras, em cujo nome virão todos os documentos de embarque, a saber: conhecimento de carga, fatura consular traduzida, fatura comercial estrangeira e lista de conteúdo em cinco vias. A consignação da mercadoria ao Departamento Federal de Compras, nos documentos de embarque, é convencionalizada apenas para efeito de desembaraço livre de direitos e taxas, mas os riscos da coisa expedida correm por conta da firma Murray, Simonsen & Cia. Ltda., até a sua entrega real no local indicado na cláusula terceira.

Cláusula quinta:

A presente aquisição é feita na base de isenção de direitos aduaneiros, ficando incluídas no preço constante da cláusula primeira todas as despesas até a colocação do material no local indicado na cláusula terceira.

Cláusula sexta:

Os pagamentos serão feitos na sede do Departamento Federal de Compras, a proporção que o material for sendo parceladamente entregue, mediante declaração de recebimento e aceitação, assinadas por autoridade competente em virtude de cargo ou delegação, e será efetuado em moeda corrente nacional por conta da verba 2, subconsignação 25 — inc. 24, do orçamento federal do Ministério da Justiça, para o exercício de 1942, tendo sido feita na verba a necessária dedução.

Cláusula sétima:

É eleito o foro do Distrito Federal para as ações que decorrerem do presente contrato.

Cláusula oitava:

A firma Murray, Simonsen & Cia. Ltda., dará preferência para o embarque do material, aos navios do Lloyd Brasileiro, desde que esta preferência não prejudique o cumprimento do contrato dentro do prazo.

Cláusula nona:

Em caução do fiel cumprimento de todas as cláusulas do presente contrato a firma Murray, Simonsen & Cia. Ltda., fez entrega ao Departamento Federal de Compras, de um certificado n. 200, do depósito feito no Tesouro Nacional, da importância de 354:000\$0 (trezentos e cinquenta e quatro contos de réis), representada por 3 (três) cautelas de apólices, ao portador, de ns. 009.139, 009.184 e 009.206, do valor nominal de 50:000\$0 (cinquenta contos de réis), 100:000\$0 (cem contos de réis) e 200:000\$0 (duzentos contos de réis), respectivamente, com juros pagos até janeiro do corrente ano e mais 4 (quatro) apólices da Dívida Pública, ao portador, de 1:000\$0 (um conto de réis) cada uma, de ns. 281.803-6, decreto número 15.723, de 1922, com os coupons de julho de 1942 e seguintes. O certificado acima referido foi relacionado na Ata n. 6, de 1942, de Recebimento e Arquivamento dos Conhecimentos de Cauções deste Departamento, ficando convenienciada a reversão da mesma à Fazenda Nacional em caso do não cumprimento de qualquer das cláusulas do presente contrato, ressalvado o motivo de força maior devidamente comprovado.

Por haverem assim acordado, foi lavrado o presente termo de contrato que tomou o n. 4, às folhas 117-120 do Livro n. 24 do Registro de Contratos do Departamento Federal de Compras, sendo assinado e rubricado pelas partes contratantes e testemunhas do ato.

Pelo Departamento Federal de Compras. — H. Blanc de Freitas, diretor da D. C. Pelo fornecedor: Murray, Simonsen & Cia. Ltda. p. p. Charles Edward Murray; p. p. Oswaldo Benjamin de Azevedo.

Testemunhas. — Nelson Berlinck. — Alcibíades Gonçalves Braga.

Aprovado. — Fernando Martins Pereira e Souza, diretor geral.

PARTE COMERCIAL

(Continuação da pág. 7836)

MOVIMENTO DA BOLSA DE VALORES.
EM 12 DE MAIO DE 1942

Quant.	Títulos	Preços
DÍVIDA EXTERNA		
\$10.000	Empréstimo Federal de 1921, 8 % p/\$1.000	5:650\$0
DÍVIDA INTERNA		
Apólices e Obrigações:		
União:		
42	Uniformizadas	820\$0
1	Idem de 500\$	380\$0
10	Obras do Porto	795\$0
45	Diversas Emissões, nom. ...	820\$0
1	Idem, port.	802\$0
10	Idem	803\$0
95	Idem	805\$0
10	Idem de 1917	780\$0
142	Diversas Emissões, portador, (cautelas)	786\$0
292	Reajustamento	843\$0
200	Obrigações do Tesouro, 1939	1:010\$0
Municipais:		
271	Empréstimo de 1917, port.	180\$0
57	Idem de 1931	216\$0
Prefeituras:		
75	Belo Horizonte	905\$0
101	Porto Alegre	30\$0
40	Idem	29\$5
Estaduais:		
40	Espírito Santo, 8 %, port.	500\$0
149	Minas, 1934, 1.ª série	174\$5
237	Idem	175\$0
1	Idem	175\$5
120	Idem, 2.ª série	176\$0
1.174	Idem	176\$5
1.045	Idem	177\$0
219	Idem, 3.ª série	179\$5
2.293	Idem	180\$0
26	Pernambuco	96\$5
228	Idem	97\$0
243	S. Paulo	219\$0
4	Idem	219\$5
16	Idem	220\$0
21	Idem (Uniformizadas)	1:105\$0
Ações de Bancos:		
10	Brasil	500\$0
Ações de Companhias:		
2	Brasil Industrial	400\$0
100	Butiá	122\$0
2	Belgo-Mineira, port.	725\$0
36	Idem	730\$0
168	Idem	740\$0
Debêntures:		
200	Banco "Lar Brasileiro" ...	215\$0
59	Companhia Antártica Paulista, Ex/Juros	212\$0
20	Companhia Docas de Santos	209\$0
200	Idem	208\$5

Juvenal de Queiroz Vieira, presidente.

Camara Sindical dos Corretores de
Fundos Públicos do Rio
de Janeiro

VENDAS JUDICIAIS

O corretor Antonio Bernardo Vaz de Carvalho, designado pela Câmara Sindical a dar cumprimento ao alvará do Dr. juiz da Primeira Vara de Orfãos e Sucessões, venderá em leilão,

na Bolsa do dia 14 do corrente, 10 ações da Companhia de Seguros União Comercial dos Varejistas, pertencentes ao espólio de Domingos José de Oliveira.

Secretaria da Câmara Sindical do Rio de Janeiro, em 5 de maio de 1942. — *Juvenal de Queiroz Vieira*, presidente.

(N. 7.581 — 12-5-42 — 12\$2.)

Camara Sindical dos Corretores de Fundos Públicos do Rio de Janeiro

VENDAS JUDICIAIS

O corretor Guilherme Lips da Cruz, designado pela Câmara Sindical para cumprir o alvará do Dr. juiz de direito da Terceira Vara de Orfãos e Sucessões, venderá em leilão, na Bolsa do dia 13 do corrente, 25 apólices da dívida pública federal, "Diversas Emissões", nominativas, de 1.000\$0, 5 %, pertencentes ao Sr. Carlos Braga Nielsen.

Secretaria da Câmara Sindical do Rio de Janeiro, em 6 de maio de 1942. — *Juvenal de Queiroz Vieira*, presidente.

(N. 7.580 — 12-5-42 — 13\$3.)

Junta de Corretores de Mercadorias do Distrito Federal

MERCADO DISPONIVEL

MOVIMENTO DO DIA 9

Café

	Sacas
Entradas	13.453
Saídas	23.643
Consumo local	600
Existência	382.024
Café retirado p/troca	1.633
Café bonificado	1.258
Mercado firme.	

Preços por
10 quilos

Tipo 3	29\$8
Tipo 4	29\$3
Tipo 5	28\$8
Tipo 6	28\$3
Tipo 7	27\$8
Tipo 8	27\$3

Açúcar.

	Sacas
Entradas	4.604
Saídas	5.084
Existência	39.024
Mercado firme.	

Preços por
saco

Branco cristal	67\$0 a 70\$0
C. amarelo	58\$0 a 60\$0
Mascavinho	Não há
Mascavo	53\$0 a 54\$0

Algodão

	Fardos
Entradas	184
Saídas	270
Existência	10.412
Mercado estavel.	

Preços por
10 quilos

Fibra longa:	
Tipo Seridó:	
Tipo 3	58\$0 a 59\$0
Tipo 4	55\$0 a 56\$0

Fibra média:

Sertões:	
Tipo 3	— —
Tipo 5	43\$0 a 44\$0
Ceará:	
Tipo 3	— —
Tipo 5	42\$0 a 43\$0

Fibra curta:

Matas:	
Tipo 3	— —
Tipo 5	— —
Paulista:	
Tipo 3	— —
Tipo 5	— —

Em 11 de maio de 1942. — O síndico, *Bento Dias Pereira*.

MOVIMENTO DO DIA 11

Café

	Sacas
Entradas	11.274
Saídas	300
Consumo local	1.200
Existência	394.823
Café doado	25
Café bonificado	—
Mercado sustentado.	

Preços por
10 quilos

Tipo 3	29\$8
Tipo 4	29\$3
Tipo 5	28\$8
Tipo 6	28\$3
Tipo 7	27\$8
Tipo 8	27\$3

Açúcar

	Sacos
Entradas	6.202
Saídas	6.267
Existência	38.959
Mercado firme.	

Preços por
saco

Branco cristal	67\$0 a 70\$0
C. amarelo	58\$0 a 60\$0
Mascavinho	Não há
Mascavo	53\$0 a 54\$0

Algodão

	Fardos
Entradas	—
Saídas	395
Existência	10.017
Mercado estavel.	

Preços por
10 quilos

Fibra longa:	
Tipo Seridó:	
Tipo 3	58\$0 a 59\$0
Tipo 4	55\$0 a 56\$0

Fibra média:

Sertões:	
Tipo 3	— —
Tipo 5	43\$0 a 44\$0
Ceará:	
Tipo 3	— —
Tipo 5	42\$0 a 43\$0

Fibra curta:

Matas:	
Tipo 3	— —
Tipo 5	— —
Paulista:	
Tipo 3	— —
Tipo 5	— —

Em 12 de maio de 1942. — O síndico, *Bento Dias Pereira*.

Série I. N. — Divulgação n. 46 — 2.ª Edição

O sentido da Pedagogia Moderna

Nos

PROGRAMAS MINIMOS

Plano de trabalho para determinação das possibilidades dos educandos dos estabelecimentos públicos de ensino primário do Distrito Federal.

EXEMPLAR 2\$0

A' venda — Avenida Rodrigues Alves n. 1 — Secção de Vendas — Agências ns. 1 e 2
Ministério do Trabalho — Edifício do Pretório

EDITAIS E AVISOS

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Divisão de Seleção

CONCURSO DE PROVAS PARA PROVIMENTO EM CARGOS DA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE INSPECTOR DE PREVIDÊNCIA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

C — 51

Faço público, para conhecimento dos interessados, que é o seguinte o resultado da prova de Matemática Comercial e Financeira e Estatística do concurso acima referido.

Número de insc.	Nome	Total de pontos
2.	Alberto Almada Rodrigues..	66
25.	Jair Pacheco.....	47
28.	Carlos Alberto Rizzo.....	47
43.	José Nobell Soller.....	81
55.	Vinicius Lustosa Cabral....	52
76.	Luciano Gomes Pinho.....	53
94.	Antonio Ribeiro Duarte.....	52
107.	Marius Clack Silva Costa....	35
120.	Cyrillo dos Santos Aquino...	55
154.	Egas Muniz Alcantara de Barros.....	49
155.	Seraphim Ferreira da Silva.	49
163.	Ernani da Costa Campos....	55
188.	Paulo da Silva Miranda....	90
203.	Grover Ferreira.....	45
224.	Haroldo de Seixas.....	86
227.	Robert Nicolaus Dannemann.	57
242.	Luiz Galli.....	34
255.	Antonio Barbosa.....	33
259.	Clary da Mota Vasconcellos..	45
263.	Carlos Vieira de Barros Leite.....	31
290.	Francisco Paulo Marques dos Santos.....	29
349.	Enrico Rodrigues de Barcelos	97
359.	Floriano Moinho Pêres.....	30
384.	Jayme Rocha Guimarães....	61
405.	Abelardo Sayão Continentino Cesar.....	26

D.S. do D.A.S.P., em 12 de maio de 1942.
— João Claudino de Oliveira e Cruz, secretário da Banca Examinadora.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Divisão de Seleção

CONCURSO DE PROVAS PARA PROVIMENTO EM CARGOS DA CARREIRA DE DATILÓGRAFO DO QUADRO PERMANENTE DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO.

C — 65

Faço público, para conhecimento dos interessados, que os candidatos classificados no concurso acima referido lograram habilitação na prova de sanidade e capacidade física a que se submeteram no Serviço de Biometria Médica.

D.S. do D.A.S.P., em 12 de maio de 1942.
— Mario Salema Teixeira Coelho, secretário da Banca Examinadora.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Divisão de Seleção

CONCURSO DE PROVAS PARA PROVIMENTO EM CARGOS DA CARREIRA DE DATILÓGRAFO DO QUADRO PERMANENTE DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO.

C — 65

Faço público, para conhecimento dos interessados, que o Senhor Presidente deste Depar-

tamento homologou, nesta data, a classificação do concurso de provas para provimento em cargos da carreira de Datilógrafo do Quadro Permanente do Departamento Administrativo do Serviço Público.

D.S. do D.A.S.P., em 11 de maio de 1942.
— Astério Dardeau Vieira, diretor substituto da Divisão.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Divisão de Seleção

PROVA DE HABILITAÇÃO PARA EXTRANUMERÁRIO MENSALISTA DO DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS: TELEGRAFISTA.

P.H. 146

Faço público, para conhecimento dos interessados, que é a seguinte a relação dos candidatos habilitados no exame de sanidade e capacidade física da prova de habilitação acima referida:

1. Cléria Miranda de Abreu.
5. Léda Pereira.
6. Waldyr Guaracy Pereira.
7. Ilka Silveira de Albuquerque Lima.
8. Maria Storino.
9. Yvonne Van-Erven.
10. Lucy Henley Lopes.
12. Léa Cunha Accioly.
13. Zuleika Gonçalves Machado.
14. Humberto do Amaral.
15. Liseth Mello Andrade.
17. Dinorah de Faria.
18. Alzis da Silva Aquino.
22. Marília Dias de Figueiredo.
23. Marina Dias de Figueiredo.
24. Ivan Severo de Souza Pereira.
25. Georgina Smith Moraes.
27. Sylvio Bertozzi.
31. Edeora Ferreira de Gouvêa.
32. Edelma Ferreira de Gouvêa.
34. Luzia Ribeiro.
38. Lucio Ferreira da Costa.
42. Edmundo Ferreira Galvão.
43. Narciso Rodrigues de Souza.
44. Maria de Lourdes Alves da Costa.
46. Fernando Cúrio de Carvalho.
47. Alzira Ramos.
48. Maria Helena Reis.
49. Nice de Saldanha da Gama.
50. Dinah Rosa.
51. Wilson Tavares de Souza.
55. Alexandre Carneiro de Almeida.
56. Luiz Flavio Lessa.
58. Ilka Miranda.
59. Azurêa Pereira.
61. Diva Pereira.
62. Geraldina Rodrigues de Paiva.
65. Iygia de Campos Lopes.
66. Solita de Campos Lopes.
67. Helio Rangel Moura.
69. Nancy Cunha.
72. Maria Lyrio dos Santos.
75. Eunice Lundes de Carvalho.
76. Maria de Lourdes Barbosa de Sá.
81. Americo ed Souza Fernandes.
96. Elizette Pereira de Melo.

D.S. do D.A.S.P., em 12 de maio de 1942.
— Astério Dardeau Vieira, diretor substituto da Divisão.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Divisão de Seleção

CONCURSO DE PROVAS PARA PROVIMENTO EM CARGOS DA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE QUÍMICO DE QUALQUER MINISTÉRIO

C. — 67

Faço público, para conhecimento dos interessados, que o Senhor Presidente deste Departamento homologou, nesta data, a classifi-

cação do concurso de provas para provimento em cargos da classe inicial da carreira de Químico de qualquer ministério.

D. S. do D. A. S. P., em 11 de maio de 1942. — Astério Dardeau Vieira, diretor substituto da Divisão.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Divisão de Seleção

PROVA DE HABILITAÇÃO PARA ADMISSÃO DE EXTRANUMERÁRIO-MENSALISTA DO LABORATÓRIO DA PRODUÇÃO MINERAL — TECNOLÓGISTA XVIII

P. H. — 164

Faço público, para conhecimento dos interessados, que os candidatos Esther Vaccani Levy e Maria Yelda Esteves, habilitados na prova para Tecnologista XVIII foram também considerados aptos na prova de sanidade e capacidade física a que se submeteram.

D. S. do D. A. S. P., em 12 de maio de 1942. — Astério Dardeau Vieira, diretor substituto da Divisão.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Divisão de Seleção

PROVA DE HABILITAÇÃO PARA ADMISSÃO DE EXTRANUMERÁRIO-MENSALISTA — DESENHISTA DO L. G. E. — EXAME DE SANIDADE E CAPACIDADE FÍSICA

P. H. — 148

Os candidatos abaixo relacionados estão convidados a comparecer ao Serviço de Biometria Médica do I. N. E. P. (praça Marechal Âncora), afim de se submeterem ao exame de sanidade e capacidade física.

Dia 15 do corrente às 11 horas — 7 — Diamor de Oliveira Ribeiro.

Dia 15 do corrente às 13 horas — 2 — Odete Bentes Miranda; 6 — Dolores Ribeiro Veiga; 8 — Leticia de Moraes Sarmento; 9 — Stela Reis de Mendonça; 10 — Elizabeth Fadel Salton; 13 — Helyette Salema Garção de Andrade; 14 — Edith Carlota Wightman de Oliveira; 15 — Ruth Cunha.

D. S. do D. A. S. P., em 12 de maio de 1942. — Astério Dardeau Vieira, diretor substituto da Divisão.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Divisão de Seleção

PROVA DE HABILITAÇÃO PARA ADMISSÃO DE EXTRANUMERÁRIO-MENSALISTA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE — SERVENTE — EXAME DE SANIDADE E CAPACIDADE FÍSICA

As candidatas abaixo relacionadas, inscrita na prova acima, deverão comparecer ao Serviço de Biometria Médica do I. N. E. P. (praça Marechal Âncora), afim de se submeterem ao exame de sanidade e capacidade física.

Dia 22 do corrente às 13 horas — 1 — Zilda Dias de Freitas; 2 — Carmen de Araujo Cruz; 3 — Noêmia Schmidt; 4 — Rosa dos Santos Lima; 5 — Guiomar Fernandes Peixoto; 6 — Yolanda Ferreira; 7 — Adail de Oliveira; 8 — Lucy de Carvalho Torres; 9 — Anesia Luiz de Oliveira; 10 Elza Marinho dos Santos; 11 — Maria José Cordeiro; 12 — Noêmia Lucia Ribeiro; 13 — Ruth Barbosa; 14 — Alina Maria

de Jesus; 15 — Gloria da Silva Ribeiro; 16 — Doryléa de Moura; 17 — Nascimento Castro; 18 — Maria de Lourdes Inacia; 20 — Filomena Signorelli Gravina; 21 — Aurea Pereira da Silva; 22 — Amelia Marques Magalhães; 23 — Yara Valente de Mello; 24 — Zila Valente de Mello; 25 — Dulcinéa Pereira; 26 Sylvia Pereira da Silva; 27 — Balbina Duarte Barrinha; 28 — Elisa Gonçalves Pinto.

D. S. do D. A. S. P., em 12 de maio de 1942. — *Astério Dardeau Vieira*, diretor substituto da Divisão.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Divisão de Seleção

PROVA DE HABILITAÇÃO PARA ADMISSÃO DE EXTRANUMERÁRIO-MENSALISTA — DESENHISTA DO D. A. C. — EXAME DE SANIDADE E CAPACIDADE FÍSICA

P. H. 145

Os candidatos abaixo relacionados estão convidados a comparecer ao Serviço de Biometria Médica do I. N. E. P. (praça Marechal Ancora), afim de se submeterem ao exame de sanidade e capacidade física.

Dia 15 do corrente às 11 horas — 2 — Ismar Geraldo Frota; 3 — Ordep de Oliveira Cruz; 6 — João Pereira Mattos; 10 — Heitor Bandeira Maia; 14 — Raul Detichevsky; 22 — Carloman Hollanda Cavalcanti; 23 — Aguinaldo Maranhão Cordeiro Falcão; 39 — Manoel Strosberg; 40 — Bernardo Samuel Manela; 41 — Helio Geraldino; 50 — Moacyr da Silva; 52 — João de Magalhães Filho; 57 — José Eduardo de Castro Portella Soares; 60 — Celio da Rocha Pitta; 63 — Oldemar Santos de Lemos; 65 — Moacyr Gomes Leal; 66 — Nelson Carlos de Lima e Cirne; 67 — Wilson Moreira da Costa; 86 — Alcyr Pinheiro Rangel.

D. S. do D. A. S. P., em 12 de maio de 1942. — *Astério Dardeau Vieira*, diretor substituto da Divisão.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Divisão de Seleção

TRANSFERÊNCIA DA CARREIRA DE CARTEIRO CLASSE E — PARTE SUPLEMENTAR DO QUADRO III DO MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS PARA IGUAL CLASSE DA CARREIRA DE ESCRITURÁRIO — PARTE PERMANENTE — DO MESMO MINISTÉRIO. — EXAME DE SANIDADE E CAPACIDADE FÍSICA.

O funcionário João Martinez, está convidado a comparecer no próximo dia 15 às 11 horas, ao Serviço de Biometria Médica do I. N. E. P. (praça Marechal Ancora), afim de se submeter ao exame de sanidade e capacidade física para efeito de transferência.

D. S. do D. A. S. P., em 12 de maio de 1942. — *Astério Dardeau Vieira*, diretor substituto da Divisão.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Divisão de Seleção

RETIFICAÇÃO

CONCURSO DE PROVAS PARA PROVIMENTO EM CARGOS DA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE ESCRIVÃO DE POLÍCIA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

C. — DG

No *Diário Oficial* de 29 de abril último, à esquerda, onde se lê:

"31. — 28.º — Joaquim Benvenuto da Silva 66,26";
Leia-se:

"31. — 28.º — Joaquim Benvenuto da Silva 66,26".

D. S. do D. A. S. P., em 11-5-42. — *Astério Dardeau Vieira*, diretor substituto da Divisão.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Divisão de Orientação e Fiscalização do Pessoal

EDITAL

Inquérito administrativo instaurado de ordem do Senhor Presidente da República, para apurar irregularidades na concessão de "vistos" consulares.

Processo n. 3.570-42.

Despacho do Senhor Presidente do D. A. S. P.

A vista da comunicação da Divisão de Pessoal do Departamento de Administração do Ministério das Relações Exteriores, relativa à ausência em lugar incerto do indiciado Antonio Porciuncula, ex-consul honorário do Brasil em Casablanca, cito o mesmo acusado, para o prazo de oito dias, a contar da primeira publicação deste edital, apresentar defesa, na conformidade do parágrafo único do art. 254 do Estatuto dos Funcionários Cíveis da União.

Em 9 de maio de 1942. — (Assinatura ilegível), presidente substituto.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Departamento Nacional da Produção Mineral

Nos termos do art. 15 do decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940, (Código de Minas) pelo presente fica interpelado o cidadão Kurt Horst von Zimmermann, manifestante da jazida de ouro existente na Fazenda do Dourado, no Distrito, Município e Comarca de Conceição, Estado de Minas Gerais, registrada, neste Departamento, sob o número de ordem 265, livro A n. 1, para, no prazo de noventa dias (90) a contar da data da publicação deste, usar do direito de preferência assegurado pelo artigo 7.º do citado Código, de vez que foi requerida por Adilia de Campos Jardim, autorização de pesquisa de ouro, quartzo e associados, em área que abrange a jazida manifestada.

Rio de Janeiro, 6 de maio de 1942. — *Luciano Jacques de Moraes*, diretor geral.

Departamento Nacional da Produção Mineral

Nos termos do art. 15 do decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940, (Código de Minas) pelo presente fica interpelada a Cia. Siderúrgica Belgo Mineira, manifestante da jazida de itabirito e canga existente no Fazenda da Ajuda, no local Serra do Batatal, Distrito de São Bartolomeu, Município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, registrada neste Departamento sob o número de ordem 297, para, no prazo de noventa (90) dias, a contar da data da publicação deste, usar do direito de preferência assegurado pelo art. 7.º do citado Código, de vez que foi requerida por Silvino Pacheco de Araújo, autorização de pesquisa em área que interfere com a das jazidas manifestadas.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 1942. — *Luciano Jacques de Moraes*, diretor geral.

Departamento Nacional da Produção Mineral

Pelo presente edital e nos termos do art. 15 do decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), fica interpelada a Brazilian Iron and Steel Cia., manifestante das jazidas de minérios de ferro e minérios metálicos existentes no lugar denominado Morro Agudo, situado no Distrito e Município de Rio Piracicaba, do Estado de Minas Gerais e registradas no livro A n. 1, sob número de ordem 309 a folha 122, em 6 de março de 1936, para usar do direito de preferência que lhe é assegurada pelo art. 7.º do Código de Minas, dentro do prazo de noventa dias, a partir da publicação do presente edital, em virtude de ter sido requerida por Amyntas Jacques de Moraes, autorização para pesquisar ferro, manganes e associados em área que abrange as jazidas manifestadas pela referida Companhia.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 1942. — *Luciano Jacques de Moraes*, diretor geral.

Departamento Nacional da Produção Animal

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de leilão de animais publicado no *Diário Oficial* de 4 do corrente, à página 7.338.

Aprendizado Agrícola "Visconde de Mauá"

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de concorrência administrativa publicado no *Diário Oficial* de 5 do corrente, à página 7.395.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Divisão de Material

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de concorrência administrativa n. 23 publicado no *Diário Oficial* de 12 do corrente à página n. 7.786.

Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz

ESCOLA TÉCNICA NACIONAL

INSPEÇÃO DE SAÚDE DE CANDIDATOS

Convido, de ordem superior, os candidatos inscritos para exames vestibulares à matrícula nesta Escola, abaixo discriminados, a comparecerem, no dia 13 do corrente, às 13 horas, afim de ser submetidos a inspeção de saúde:

Nilton de Araújo.
Nemá de Figueiredo.
José Barbosa Siqueira.
Nilton da Silva Rodrigues.
Ary Rangel de Salles Filho.
Nilza Loureiro da Costa.
Jacy da Costa.
Zacharias dos Santos Gonçalves.
Waldir Reis.
Walter Vieira.
Jorge da Conceição Alves.
Antonio Carlos de Carvalho.
Georgina Morrot Souto.
Orlando Ponciano, Morrot Souto.
Maria Helena Morrot Souto.
Aroldo de Oliveira Almeida.
Humberto Damázio de Araújo.
Helena Ormuzd Carneiro da Silva.
Sylvio Carneiro da Silva Filho.
Albertino Augusto da Cruz.
Dina Luiz Garcia.

José Caldas.
José Saraiva de Mattos.
João de Oliveira.

Secretaria da Escola Técnica Nacional, em 12 de maio de 1942. — *Augusto Caetano Avila*, secretário.

Faculdade Nacional de Odontologia

VALIDAÇÃO DE DIPLOMA

De ordem do Sr. professor Abelardo Aranda de Brito — Diretor desta Faculdade, faço público pelo presente edital que o Sr. Bernardo Pontes Ribeiro de Mello submeteu-se a exame de validação do seu diploma, sendo aprovado.

Secretaria da Faculdade Nacional de Odontologia da Universidade do Brasil, 12 de maio de 1942. — *Waldemar de Paula Domingues*, secretário.

Ministério da Fazenda

Diretoria do Domínio da União SERVIÇO REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE CONCORRÊNCIAS

Concorrência pública para alienação do direito preferencial ao aforamento do domínio útil de dois (2) lotes de terreno acrescido de marinha designados por lotes 401 e 402, da quadra 42 do Cais do Porto, distrito da Gamboa, nesta capital.

Chama-se a atenção dos interessados para o edital n. 14, de 24 de abril do corrente ano, publicado às páginas ns. 7.063 e 7.064, do *Diário Oficial* de 28 do mesmo mês e ano, relativo ao assunto acima mencionado. (Processo n. 13.386-41.)

Serviço Regional no Distrito Federal, em 4 de maio de 1942. — *Homero Duarte*, chefe do Serviço.

Diretoria do Domínio da União**COMISSÃO DE CONCORRÊNCIAS**

Edital n. 14, de 1942

Concorrência pública para alienação do direito preferencial ao aforamento do domínio útil de dois (2) lotes de terreno acrescidos de marinha designados por lotes 401 e 102, da quadra 42 do Cais do Porto, distrito da Gamboa, nesta capital.

De acordo com o resolvido por este Serviço fica prorrogada para o dia 2 de junho a concorrência que devia realizar-se no dia 15 do corrente mês, conforme publicação do *Diário Oficial*, de 28 de abril de 1942.

Serviço Regional, em 12 de maio de 1942. — *Homero Duarte*, chefe do serviço.

Caixa de Amortização

Faço público que tendo-se extraviado 1 (uma) apólice da Dívida Pública "Uniformizada", do valor de 1:000\$0, n. 274.805, averbada em nome de Mario Guimarães Reis, brasileiro, solteiro, será expedido novo título em substituição, se, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação deste edital, nenhuma reclamação for apresentada.

Rio, 11 de maio de 1942. — *Gladstone Rodrigues Flores*, diretor.

Departamento Federal de Compras

Comunico aos Srs. fornecedores que, no caso de estarem impossibilitados de cumprir os seus ajustes dentro dos prazos estabelecidos, devem comunicar a este Departamento, antes dos seus vencimentos, os motivos que determinaram a impossibilidade. Fica, entretanto, a critério do D. F. C. conceder ou não a prorrogação, por ventura solicitada, tendo em conta as razões apresentadas pelas firmas.

Comunico, outrossim, que uma vez vencidos os prazos de entrega aos quais se obrigaram em suas propostas, devem também notificar a este Departamento o motivo que ocasionou o não cumprimento da obrigação assumida, justificando-o plenamente.

A não observância destas instruções levará o D. F. C. a tomar as providências que julgar necessárias aos casos.

Rio de Janeiro, 2 de maio de 1942. — *Augusto Barata*, diretor da D. R. E.

Departamento Federal de Compras**MULTA**

Em virtude de despacho do Sr. diretor geral, foi imposta multa por inadimplemento de proposta de fornecimento, de acordo com o artigo 34, alínea "a" do decreto n. 5.873, de 26 de junho de 1940, à firma:

Firma — Requisição — Empenho — Multa
Papellaria Mascote Ltda. 418.001 507 5 %
Motivo da multa — Pelo fornecimento em desacordo com o especificado.

Rio de Janeiro, 9 de maio de 1942. — *Augusto Barata*, diretor da D. R. E.

Departamento Federal de Compras**CHEQUES EMITIDOS EM MAIO DE 1942****A DISPOSIÇÃO DAS SEGUINTE FIRMAS****Cheques — Firmas**

N. 16.673-B — Acessórios para Automoveis Casa Serafim Ferreira S. A.
N. 16.674-B — Antonini, Rubino Ltda.
N. 16.675-B — Atlantic Refining Co. of Brazil.

N. 16.676-B — Byington & Co.
N. 16.677-B — Alvaro P. Silva.
N. 16.678-B — Bernardino Gomes & Cia.
N. 16.679-B — Casa Souza Baptista & Cia.
N. 16.681-B — Ferreira, Filho & Cia.
N. 16.682-B — Cia. Usinas de Sergipe.
N. 16.683-B — Ferreira Agostinho & Cia.
N. 16.684-B — Fred. Figner & Cia. Ltda.
N. 16.685-B — Gonçalves Fonseca & Cia.
N. 16.686-B — Homero & Cia. Ltda.
N. 16.687-B — Irmãos Andrade & Cia. Limitada.

N. 16.688-B — Instrumental Otico Ltda.
N. 16.689-B — Irmãos Spina.
N. 16.690-B — J. R. Pires & Cia. Ltda.
N. 16.691-B — Jorge Pereira & Cia. Ltda.
N. 16.692-B — Lefebvre & Cia.
N. 16.693-B — Moreira Barbosa & Cia. Ltda.
N. 16.694-B — Moraes Alves & Cia.
N. 16.695-B — Mesbla S. A.
N. 16.696-B — Máquinas Importadora Ltda.
N. 16.697-B — Oscar Rudge.
N. 16.698-B — Pedro Succar.
N. 16.699-B — Pereira Junior & Cia.
N. 16.700-B — Papellaria Mascote Ltda.
N. 16.701-B — RCA Victor Brasileira, Inc.
N. 16.702-B — Souza, Vieira & Cia.
N. 16.703-B — S. A. "Casa Pratt".
N. 16.704-B — Sociedade Citrus Ltda.
N. 16.705-B — Sociedade Avícola Brasileira.
N. 16.706-B — Sociedade Mercantil Almeida Ribeiro Ltda.
N. 16.707-B — Sociedade Técnica "Bremensis Ltda."

N. 16.708-B — Santos & Ventura Ltda.
Cheques emitidos nesta data "35" correspondentes a "52" faturas no valor de 290:091\$3. — *Augusto Barata*, diretor da D. R. E.

Departamento Federal de Compras

O Departamento Federal de Compras leva ao conhecimento dos senhores interessados que, de acordo com o § 1.º do art. 31 do decreto n. 5.873, de 26 de junho de 1940, solicita, para o dia 18 de maio de 1942, ofertas de cotações para as requisições constantes da relação abaixo, cujas especificações se acham afixadas no local devido, na sede do Departamento, à avenida Graça Aranha n. 62: Requisições: Materiais:

107.086/8.	Livros.
107.089.	Glicerina, etc.
107.090/1.	Livros.
107.092/3.	Livros.
107.094/5.	Livros.
117.038.	Arame de ferro galvanizado, etc.
120.009.	Água rás e cola de baleia.
121.061.	Prods. farmacêuticos.
144.017.	Laboratório.
144.048.	Laboratório.
203.003.	Desenho.
206.002.	Elétrico.
217.056.	Prods. farmacêuticos.
229.030-A.	Platina universal.
236.012-A.	Tecido.
238.011.	Solda, etc.
240.001-R.	Prods. químicos.
243.026.	Ferragens.
252.023/4-A.	Talheres e panela.
252.045/6.	Elétrico.
252.050.	Filtro Senum, etc.
252.054.	Filtro Senum, etc.
413.092.	Espectrocomparador "Zeiss".
415.008.	Expediente.
428.007.	Cordel de algodão.
450.061.	Ferragens.
450.069.	Papel p/embrulho.
450.071.	Pasta de papelão, etc.
903.220/25-C.	Jogo de navalhas.
911.010-A.	Pasta de cartolina.

Em 12 de maio de 1942. — *Pericles Fabricio de Barros*, pelo diretor da Divisão Comercial.

Departamento Federal de Compras

O Departamento Federal de Compras leva ao conhecimento dos senhores interessados que, de acordo com o § 1.º do art. 31 do decreto n. 5.873, de 26 de junho de 1940, solicita, para o dia 20 de maio de 1942, ofertas de cotações para as requisições constantes da relação abaixo, cujas especificações se acham afixadas no local devido, na sede do Departamento, à avenida Graça Aranha n. 62: Requisições: Materiais:

113.089/91.	Revistas e jornais, etc.
113.104.	Livros.
115.013.	Livros.
145.062.	Livros.

150.005.	Livros.
250.013.	Motor de parede, etc.
250.016.	Aparelho p/fundição, etc.
251.072.	Retificadora Handee.
253.029.	Estufa do secagem.
253.063.	Aparelho de Orsat, etc.
601.186.	Ouro em folha p/douração.
801.004-S.	Fita para máquina de escrever, etc.
801.153/54.	Óleo de linhaça, etc.
801.161.	Globo leitoso, etc.
801.228.	Expediente.
801.007-S-A.	Expediente.
801.238.	Expediente.
801.240.	Expediente.
801.245.	Expediente.

Em 12 de maio de 1942. — *Pericles Fabricio de Barros*, pelo diretor da Divisão Comercial.

MINISTÉRIO DA GUERRA**Primeira Região Militar****PRIMEIRA CIRCUNSCRIÇÃO DE RECRUTAMENTO**

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de alistamento militar, do 3.º Distrito (Sacramento) publicado no *Diário Oficial* de 12 do corrente, às páginas 7:790-96.

Primeira Região Militar**PRIMEIRA CIRCUNSCRIÇÃO DE RECRUTAMENTO**

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de alistamento militar do 6.º Distrito (Santa Teresa) publicado no *Diário Oficial* de 12 do corrente, às páginas 7.789-90.

Depósito Central de Material Veterinário**EDITAL DE CONCORRÊNCIA**

Faço ciente aos interessados, de ordem do Sr. agente diretor, que, no próximo dia 25, às 14 horas, serão recebidas na sede deste Estabelecimento, à rua Dr. Garnier n. 186, em São Francisco Xavier, nesta Capital, propostas para venda em concorrência, na forma do § 1.º do art. 152 do Regulamento de Administração do Exército, dum refrigerador marca "Apex", julgado em mau estado e avaliado em 300\$0 (trezentos mil réis). O refrigerador em apreço poderá ser visto pelos interessados, diariamente, de 11 às 17 horas, no referido local.

Capital Federal, 9 de maio de 1942. — *Odo-rico Vitor do Espírito Santo*, capitão subchefe-fiscal.

MINISTÉRIO DA MARINHA**Diretoria do Pessoal**

Pelo presente, fica intimado o Arquivista, classe E, interino, do Quadro Permanente, deste Ministério, Alberto Francisco de Castro, a comparecer a esta Divisão, no prazo de oito dias, contados da data da presente publicação, a fim de recolher aos cofres da Diretoria de Fazenda a importância de duzentos e oitenta mil réis (280\$0), proveniente de faltas ao serviço, verificadas no mês de março próximo passado.

Divisão do Pessoal Civil (D.P.7), em 5 de maio de 1942. — *Carlos Cardoso de Paiva*, chefe da Divisão.

Diretoria do Ensino Naval**QUINTA DIVISÃO****EXAMES PARA O PESSOAL DA MARINHA MERCANTE**

1. As inscrições para exames de Capitães de Longo Curso, Primeiros e Segundos Pilotos, Primeiro e Segundos Comissários, Primeiros, Segundos e Terceiros Maquinistas, Primeiros, Segundos e Terceiros Motoristas, Primeiros, Segundos e Terceiros Maquinistas-Motoristas, estarão abertas na Escola de Marinha Mercante do Rio de Janeiro, até o dia 10 do próximo mês de julho, de acordo com as instruções baixadas com o Aviso n. 602, de 16-5-1940.

2. Os documentos apresentados para inscrições em 1940 e 1941, servirão para as inscrições da actual época.

3. As provas de exames terão início no dia 1 de agosto. — *Luiz Alencar de Oliveira Bello*, Capitão de Fragata reformado, chefe da Divisão.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Polícia Civil do Distrito Federal

INSPETORIA DO TRÁFEGO DO DISTRITO FEDERAL

Pelo presente edital ficam notificados a comparecer nesta Inspetoria dentro do prazo de 48 horas, para responder por infrações do Regulamento do Trânsito, os proprietários ou condutores de veículos abaixo discriminados:

Relevada de acordo com o art. 268 do R. V. (Elogio):

Passageio:

Waldir Rocha Pereira — 12.461 — Artigo 268.

Infrações cujas responsabilidades foram determinadas já na vigência do decreto-lei n. 3.651, de 25 de setembro de 1941 — C. N. T.:

Passageio:

Antar Padilha Gonçalves — 15.506 — Artigo 6.º, n. 4.

Itagyba Barçante — 27.151 — Art. 5.º número 4.

Rubens de Freitas Gonçalves — 27.318 — Art. 8.º.

Manoel Paiva Rabaca — 27.450 — Art. 8.º.

Lauro Henriques — 28.252 — Art. 8.º.

José Juliano Vanzoline — 29.330 — Artigo 8.º.

Milton Whately de Assumpção — 29.445 — Art. 5.º n. 2.

Equardo Soares de Sampaio — 30.228 — Art. 6.º n. 9-D.

João Biajuto — 31.160 — Art. 5.º n. 4.

José Elias Abrahão — 36.245 — Artigo 6.º n. 4.

Hélio Figueiredo Sardinha — 36.672 — Artigo 5.º n. 4.

Henrique Sérgio Lopes Cunha — 36.900 — Art. 6.º n. 14.

NOTA — A falta de pagamento das multas, importa na apreensão dos documentos do veículo ou de seu condutor ou ainda na do próprio veículo, de acordo com o previsto no art. 120 do regulamento em vigor. (C. N. T.).

Rio de Janeiro, 12 de maio de 1942. — *Edgard Pinto Estrella*, inspetor do Tráfego.

Resultado dos exames efetuados no dia 12 do corrente:

Aprovados — Roland von Varemberg D'Egmont, Eucilio de Mello, Ary Rocha, Aimberé Chaves, Antonio Monteiro da Silva, Osmar Barbin.

Reprovados — 6.

Resultado dos exames de motorneiros efetuados no dia 12 do corrente:

Aprovados — Antonio Luiz Pacheco, Moyses Marquesini, Luiz Farias, José Pinto Gervasio, Newton de Mattos, Antonio Pereira, Firmiano Barbosa de Oliveira, Rosivaldo da Silva Mourão, José Arcilio Custodio, Walter Lyrio, Fiel Pereira dos Santos.

Reprovado — 1.

Inspetoria do Tráfego, em 12 de maio de 1942. — O inspetor, *Edgard Pinto Estrella* (Dr.).

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Departamento Nacional do Trabalho INSPETORIA

Devem apresentar suas defesas no Protocolo do Departamento Nacional do Trabalho, 5.º andar do Palácio do Trabalho, sito à ave-

nida Aparício Borges, dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis após esta publicação, conforme preceitua o art. 14 do decreto n. 2.308, de 13-6-910, as seguintes firmas:

Autos:

N. 1.035 — Politécnica Engenheiros Limitada.

N. 1.349 — Insausti Ferreira & Comp.

N. 1.549 — B. Garcia & Comp.

N. 1.550 — Fernando J. Fernandes.

N. 1.602 — Salão Primor Ltda.

N. 1.603 — Alfredo Pinheiro Porto.

N. 1.617 — Bernardino Rodrigues do Nascimento.

N. 1.665 — Evangelho & Comp.

N. 1.666 — Valinsuela & Belmonte.

N. 1.718 — Domingos & Vicente de Stefano.

N. 1.730 — Manoel Gonçalves da Costa.

N. 1.760 — Carlos Carvalho.

N. 1.772 — The Royal Bank of Canada.

N. 1.773 — Sylvio Reis e Adalberto Nogueira Ltda.

N. 1.802 — Firmino Nonato Pereira.

N. 1.803 — Manoel de Jesus Lopes.

N. 1.804 — Sociedade Cooperativa dos Chauffeurs Proprietários.

N. 1.805 — Eljasz Lovenkron.

N. 1.806 — José A. da Costa.

N. 1.807 — José Machado Macedo.

N. 1.808 — Laticínios Estrela D'Alva Limitada.

N. 1.809 — Gaio Marti & Comp.

N. 1.820 — Oswaldo Crispim & Companhia Limitada.

N. 1.839 — Elias H. Nigri.

N. 1.865 — M. J. Bezerra Montenegro & Comp.

N. 1.866 — Irmãos Ferreira Pinto.

N. 1.867 — Manoel Alvarez Dourado.

N. 1.868 — Armando da Silva Carvalho.

N. 1.869 — J. J. F. Teixeira.

N. 1.870 — Oswaldo Baumgart.

N. 1.887 — Cardoso & Amado.

N. 1.888 — Lopes & Paiva Ltda.

N. 1.889 — Alvaro Lourenço Pais.

N. 1.904 — Muszynski Ferreira & Comp.

N. 1.905 — Raymond & Aron Ltda.

N. 1.923 — Rio Pinto & Irmão.

N. 1.924 — Geminiano Corrêa.

N. 1.925 — Petre & Ribeiro.

N. 1.926 — A. Figueiredo & Gomes Limitada.

N. 1.927 — Damião de Castro Nogueira.

N. 1.928 — Mario Bianchi.

N. 1.971 — Antonio Gonçalves III.

N. 1.972 — João Mendes.

N. 1.973 — João Leite Almeida.

N. 1.974 — Antonio Monteiro Fonseca.

N. 1.975 — Alves Pinto & Fernandes Limitada.

N. 1.980 — A. Rodrigues de Carvalho & Araujo Ltda.

N. 1.981 — Martinho Secrusi.

N. 1.982 — Alfredo Ramos Pereira.

N. 1.983 — Telmo Antonio Afonso.

N. 1.984 — Cotinho & Vilela.

N. 1.991 — Israel & Borgul.

N. 1.992 — Salin Nader & Comp. Ltda.

N. 1.993 — Grisolia Giuseppe.

N. 1.994 — I. Berechman.

N. 1.995 — Manoel Marques.

N. 1.996 — Guaraná Simões & Comp.

N. 1.997 — Bernardino Teixeira da Mota

N. 1.998 — Praia Bar Ltda.

N. 1.999 — Ferreira Borges.

N. 2.001 — Bernini & Comp.

N. 2.031 — João Eisenstadter.

N. 2.032 — Armando Basilio.

N. 2.033 — Gráfica Unica Ltda.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 1942. Visto.

— Dr. *Decio Parreiras*, inspetor chefe.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Estrada de Ferro Central do Brasil

Pelo presente edital fica citado, de acordo com o disposto no parágrafo único do artigo 251 do decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, o agente de estrada de ferro, classe E, desta Estrada, Sebastião Rodrigues Alves, para

no prazo de oito dias, a contar da data da publicação deste, apresentar defesa no processo relativo à sua demissão por abandono de cargo.

Rio de Janeiro, de maio de 1942. — *Arthur Araripe Junior*, CSRP-1.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Farmácia e Odontologia

CONCURSO PARA PROVIMENTO EFETIVO DO CARGO DE PROFESSOR CATEDRÁTICO DE QUÍMICA ORGÂNICA, 2.ª CADEIRA DO CURSO DE FARMÁCIA

Em nome do Sr. diretor e de acordo com a legislação vigente, faço público, para conhecimento dos interessados que, a partir do 8 do corrente, até o dia 6 de julho deste ano, às 16 horas, estarão abertas, na Secretaria da Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade de São Paulo, sito à rua Três Rios n. 363, as inscrições ao Concurso para professor catedrático de Química Orgânica, 2.ª cadeira do curso de Farmácia.

São as seguintes as exigências legais:

Só poderão inscrever-se em concurso, os brasileiros natos ou naturalizados, portadores, pelo menos, há cinco anos, de diploma profissional ou científico, de instituto oficialmente reconhecido pelo Governo Federal, onde se ministre ensino da disciplina a cujo concurso se propõe.

Os candidatos deverão apresentar no ato da inscrição:

1.º) Um requerimento com firma reconhecida, dirigida ao diretor da Faculdade, no qual será indicado o nome, filiação, nacionalidade, estado civil, idade, residência, profissão, tempo decorrido de sua formatura, fazendo-o acompanhar das provas competentes.

2.º) Diploma profissional, em original, devidamente registado no Departamento Nacional de Educação;

3.º) Prova que é brasileiro nato ou naturalizado;

4.º) Prova de sanidade e idoneidade moral;

5.º) Prova de quitação com o Serviço Militar;

6.º) 50 exemplares de uma tese original, ainda não publicada, com 50 páginas, no mínimo, sobre assunto de livre escolha do candidato e pertinente à disciplina em concurso;

7.º) Memorial com documentação da atividade profissional ou científica que tenha exercido e que se relacione com a disciplina em concurso.

O Memorial acima citado dirá respeito a tudo que se relacione com a formação intelectual do candidato e com a sua vida e atividade profissional ou científica e será dividido nas seguintes partes:

a) indicação pormenorizada de sua educação secundária, precisando as datas, lugares e instituição em que estudou e prêmios ou outras distinções conseguidas; descrição minuciosa do seu curso superior com a indicação da época e lugar em que foi feito e relação das notas obtidas em exame;

b) relatório de toda sua atividade científica, reportando-se às memórias e trabalhos de qualquer forma divulgados e que versem exclusivamente sobre a disciplina em concurso.

c) relação dos trabalhos científicos outros que haja divulgado não diretamente relacionados com a disciplina em concurso;

d) relação minuciosa de todas as funções públicas ou particulares de exclusivo interesse profissional, que tenha exercido.

Todas essas informações deverão ser acompanhadas de certidões originais ou reproduções devidamente autenticadas.

O Concurso constará de:

a) defesa de tese;

b) prova escrita;

c) prova prática;

d) prova didática.

São isentos de selo a tese e os trabalhos impressos apresentados como títulos, devendo os demais documentos serem estampilhados na forma da lei.

Secretaria da Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade de São Paulo, em 7 de abril de 1942. — O secretário, *A. Baillet*.

(N. 5.813 — 10-4-42 — 979\$2 — 12 vezes).

SOCIEDADES ANÔNIMAS

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

ATA DA PRIMEIRA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DOS ACIONISTAS DA COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

Aos vinte e oito dias do mês de abril de mil novecentos e quarenta e dois, na sede da Companhia Siderúrgica Nacional, à Avenida Nilo Peçanha número trinta e um, quarto andar, presentes acionistas representando oitocentos e vinte e sete mil novecentos e noventa e nove (827.999) ações ordinárias, conforme consta do livro de "Presença dos Acionistas", correspondentes a sessenta e seis e vinte e quatro centésimos por cento (66,24%) da totalidade dessas ações, o Senhor Doutor Guilherme Guinle, presidente da Companhia, declarou instalada a primeira Assembléia Geral Ordinária, convocada na forma da lei e dos estatutos, assumindo a presidência da Mesa, que ficou constituída, de acordo com o parágrafo único do artigo quarenta e três dos estatutos, pelo Senhor Doutor Daniel Serapião de Carvalho, diretor-secretário da Companhia, e pelos acionistas Senhores Juvenal de Queiroz Vieira e Fernando Machado Portela, convidados pelo Senhor presidente para comporem a Mesa. Dando início aos trabalhos da Assembléia, o Senhor Presidente declarou ter presente a Portaria número vinte e seis do Senhor Ministro da Fazenda, do seguinte teor:

"Portaria número vinte e seis, de vinte e cinco de abril de mil novecentos e quarenta e dois — O ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, de acordo com o deliberado no processo número trinta e um mil quinhentos e sete, de quarenta e dois, resolve designar o Procurador Geral da Fazenda Pública para representar o Tesouro Nacional na Assembléia Geral da Companhia Siderúrgica Nacional, convocada para o próximo dia vinte e oito, às dezesseis horas, na sede da referida Companhia (assinado) A. de Souza Costa". Lida essa Portaria, o Senhor presidente deu conhecimento à Assembléia do officio número duzentos e seis, da mesma data, em que o Ministério da Fazenda comunicou a designação do Senhor Doutor Francisco Sá Filho, Procurador Geral da Fazenda Pública, nos termos da Portaria que foi lida, congratulando-se o Senhor Presidente com os Senhores Acionistas pela designação do ilustre Procurador Geral, cuja presença é muito honrosa para a Assembléia. Em seguida o Senhor presidente mandou ler o convite de convocação, publicado no *Diário Oficial* dos dias dezoito, vinte e vinte e três, e no "Jornal do Comércio" dos dias dezoito, vinte e um e vinte e três do corrente mês, do seguinte teor: "Em nome da Diretoria convido os Senhores Acionistas, a reunir-se em Assembléia Geral Ordinária, na sede da Companhia, à Avenida Nilo Peçanha número trinta e um, quarto andar, no dia vinte oito do corrente mês, às dezesseis horas, para: a) tomar as contas da Diretoria, correspondentes ao ano de mil novecentos e quarenta e um, e examinar e discutir o balanço e o parecer do Conselho Fiscal, sobre estes deliberando; b) proceder à eleição da Diretoria, do Conselho Consultivo e dos membros e suplentes do Conselho Fiscal; c) fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal. Rio de Janeiro, dezesseis de abril de mil novecentos e quarenta e dois. — Guilherme Guinle, presidente". Lido esse convite pelo Senhor primeiro secretário, o Senhor presidente mandou que se procedesse à leitura do relatório da Diretoria e do Balanço Geral. Feita a leitura desses documentos, o Senhor presidente mandou, então, que se procedesse à leitura do parecer do Conselho Fiscal, do seguinte teor: "Senhores Acionistas: Em cumprimento do que dispõe a Lei das Sociedades anônimas (Decreto-lei n. 2.627, de 26-9-40), cabe a este Conselho Fiscal apresentar parecer sobre os negócios e as operações sociais do exercício de 1941 — exercício inicial — tomando por base "o inventário, o balanço e as contas dos diretores". Poderia ser redigido este parecer com as fórmulas sumárias em uso e a lei seria observada; mas, no presente caso, além de observar a lei, deseja este Conselho oferecer esclarecimentos, que o balanço geral, na sua síntese, não pode apresentar. O alto sentido econômico e brasileiro do empreendimento desta Companhia impele o Conselho Fiscal a comunicar o resultado de sua missão, deixando de lado formulas protocolares para atender de preferência ao seu modo de sentir. A começar de maio do ano passado, examinou este Conselho, mês por mês, a escrita e os balancetes, assim como os anexos destes e seus comprovantes, e tomou conhecimento das resoluções da Diretoria à vista das atas de suas reuniões ordinárias e extraordinárias. O balanço geral confere com a escrita e esta com os respectivos comprovantes. Os agrupamentos das parcelas ou contas do ativo e passivo observam o disposto no art. 135 da Lei vigente sobre sociedades anônimas. A nomenclatura dessas contas é clara, como deve ser, mas não será inútil prestar informações a respeito de algumas delas. A conta 1.150 "Estudo e prospecção do carvão" recebeu todas as despesas feitas no Brasil e nos Estados Unidos, relacionadas com o problema do carvão em que a Companhia está profundamente interessada. O próprio Governo Federal será beneficiado com os resultados já obtidos e o será com a solução que se espera próxima. A conta 1.180 "Construção e obras da usina em Volta Redonda" indica a importância de 19.114:893\$7 como valor dessas construções e obras. Conviém atentar, entretanto, que esse valor não é o das construções e obras físicas realizadas. Esse valor representa o custo das construções e obras físicas realizadas acrescido das despesas feitas com estudos, pesquisas, projetos e contratos, bem como das despesas realizadas com o escritório nos Estados Unidos, e a Administração Central, nesta cidade. Na conta 1.202 "Acionistas comuns, Conta Capital a realizar"

está incluída a quantia de 7.175:060\$0 que corresponde aos recibos da 2.ª entrada ainda não cobrados até 31 de dezembro último. A conta 1.301 representa os Almoxxarifados desta cidade e de Volta Redonda. O total de 3.470:829\$8 é demonstrado pelos inventários contábeis, extraídos das fichas da contabilidade, escrituradas à vista dos respectivos documentos de entrada e saída. A verificação do estoque de cada artigo é objeto de controle permanente. A conta 1.311 "Poderes Públicos" acusa um total de 9.782:127\$6, a débito do Governo Federal, proveniente de encontro de contas entre sua responsabilidade como acionista (ações comuns) e créditos que lhe pertenciam em virtude da incorporação do acervo da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional. Esta parcela do ativo foi coberta pelo Tesouro Nacional em janeiro último. A conta 1.312 "Export-Import Bank, conta de abertura de crédito" indica o crédito aberto, nos Estados Unidos, pelo Export-Import Bank a esta Companhia, na importância de 380.000:000\$0, da qual deve ser deduzida a de 1.204:268\$2 de adiantamentos avisados pelo referido Banco, como feitos a firmas americanas para a remessa de materiais. Feita a dedução tem-se a quantia de 378.795:731\$8, que consta do balanço. A conta 1.313 "Obras por conta do Governo Federal" registra o custo das obras feitas pela Companhia na construção da variante e do novo armazém de cargas da Central do Brasil, em Volta Redonda. A conta 1.506 "Export-Import Bank, conta de juros do empréstimo a amortizar" designa os juros já incluídos nas promissórias emitidas a favor do mencionado Banco, mas não vencidas. São juros que só representam uma diminuição da responsabilidade atual ou imediata contida nas promissórias. A conta 2.302 "Promissórias a prazo longo" representa o crédito do Export-Import Bank; mas negse crédito, de acordo com o contrato celebrado, aprovado pelo Governo Federal, estão incluídos juros que deixarão de ser cobrados sobre o saldo não utilizado do crédito aberto pelo citado Banco americano. Deduzindo da importância de 474.278:000\$0, indicado no balanço, a de 94.278:000\$0, correspondente, como se viu, a juros não vencidos, teremos a quantia de 380.000:000\$0 que, como se mostrou ao tratar da conta 1.312, representa o total do crédito aberto a esta Companhia pelo Export-Import Bank. De acordo com a lei, cabe aos conselhos fiscais pronunciar-se, também sobre a conta de lucros e perdas, ou, melhor, sobre a conta dos resultados do exercício. A atividade desta Companhia ainda não pode ser apreciada pelos seus resultados econômicos e financeiros, porque a Usina ainda não está funcionando. É verdade que há uma exploração agrícola e pastoril da fazenda que faz parte dos imóveis da Companhia, mas, verificada a necessidade dessa exploração, neste período inicial das construções, para controlar os preços dos gêneros destinados à alimentação dos empregados e trabalhadores da Companhia, evitando, assim, que sejam vítimas de uma elevação descabida nos preços desses gêneros, o resultado da referida exploração agrícola e pastoril deve ser apurado para ser incluído, antes do funcionamento da Usina, nas contas das construções iniciais, a seu débito ou a seu crédito, conforme sua natureza. Nestas contas, aliás, são incluídos, também, os juros das quantias que esta Companhia tem em depósito nos Bancos, porque tais juros, durante a construção, não representam lucro, mas diminuição do custo das obras. Além dessas informações sobre contas, apraz-me fazer referências especiais à organização dos serviços de contabilidade e técnicos. A organização contábil está em condições de assegurar o controle que se espera da contabilidade e apresentar demonstrações claras e exatas da vida econômico-financeira da Companhia; a organização técnica dos serviços, a cargo de engenheiros brasileiros, nesta fase inicial em que, antes da construção da Usina propriamente dita, é indispensável garantir, ao numeroso pessoal que nela trabalhará, condições imprescindíveis do salubridade, higiene, moradia, alimentação, etc., demonstra, como este Conselho teve oportunidade de ver *in loco*, em Volta Redonda, que ela obedece a um princípio de *ordem* digna de registro, porque baseada na previsão conciente de tudo o que vai fazer e na fiscalização da execução do previsto, quer quanto ao custo dos serviços, quer quanto aos prazos para sua terminação. A boa organização dos serviços técnicos e de contabilidade, numa empresa como esta, tem vantagens que não é preciso demonstrar, mas entre essas vantagens deve-se salientar a que infunde entusiasmo aos que trabalham como se verifica aqui, na sede, e em Volta Redonda, entusiasmo que é penhor certo de sucesso. A vista dessas considerações, este Conselho é de parecer que as contas dos senhores diretores desta Companhia, relativas a 1941, merecem a aprovação dessa assembléia. Rio de Janeiro, 14 de março de 1942. — General José Meira de Vasconcellos, Ubaldo Lobo, Paulo de Lira Tavares". Finda a leitura do parecer do Conselho Fiscal, o Senhor presidente pôs em discussão o relatório da Diretoria, o balanço geral e esse parecer, esclarecendo, como está assinalado no relatório, que a ausência da contr. de lucros e perdas decorre da inexistência da produção, por estar em construção a usina. Declarou também o Senhor presidente que os senhores acionistas poderiam obter quaisquer outros esclarecimentos dos senhores membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, que se achavam presentes à assembléia, tendo deixado de comparecer, por motivo de força maior, o Senhor vice-presidente da Companhia, doutor Ary Frederico Torres, que em telegrama de São Paulo, onde se encontra no momento, manifestou o seu pesar por estar impossibilitado de assistir à assembléia. Nenhum dos senhores acionistas tendo solicitado a palavra, o Senhor presidente submeteu à deliberação da assembléia os referidos documentos. Procedida a votação verificou-se terem sido aprovados, por unanimidade,

as contas da Diretoria, o balanço geral e o parecer do Conselho Fiscal, abstendo-se de votar os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal. O acionista senhor Manoel Gomes Moreira leu a seguinte proposta: "Proponho que a Mesa da assembléa officie ao Exmo. Sr. Presidente da República para levar ao conhecimento de S. Ex. a viva satisfação dos acionistas da Companhia Siderúrgica Nacional pela excepcional distinção conferida pelo governo ao Sr. Dr. Guilherme Guinle, escolhendo o seu nome por todos os títulos ilustre, para a primeira inscrição no Livro do Mérito. Estou certo de interpretar assim fielmente a sincera solidariedade de todos com a homenagem mui merecida de que foi alvo esse nosso digno concidadão, cuja personalidade se destaca de maneira invulgar no seio da grande família brasileira, por seu fecundo trabalho, sua energia inquebrantável, e grande generosidade". Uma salva de palmas acolheu as palavras finais dessa proposta e o senhor presidente agradeceu as expressões da mesma. Em seguida o senhor presidente declarou que, de acordo com a convocação da assembléa, ia se passar à eleição dos membros da Diretoria e do Conselho Consultivo para o período de quatro anos a se iniciar, e dos membros do Conselho Fiscal para o período de um ano. O senhor doutor Francisco Sá Filho, representante do Tesouro Nacional, depois de se referir ao cabal desempenho dado pela Diretoria, pelo Conselho Consultivo e pelo Conselho Fiscal aos mandatos recebidos na assembléa constitutiva, nesta fase difícil de organização dos serviços e construção da usina, propôs que se adotasse o critério da reeleição, assinalando que, de acordo com os estatutos, não cabia à assembléa a eleição do presidente da Companhia, que é de confiança e nomeação do Senhor Presidente da República, na forma do artigo quinze dos estatutos. Procedendo-se à eleição, o senhor presidente anunciou o seguinte resultado, que confirmou a adoção pela assembléa do critério da reeleição: para vice-presidente — Dr. Ary Frederico Torres; para diretor-técnico — Tenente-coronel Edmundo de Macedo Soares e Silva; para diretor-comercial — Dr. Oscar Weinschenck; para diretor-secretário — Dr. Daniel Serapião de Carvalho, todos brasileiros, residentes no Rio de Janeiro; para membros do Conselho Consultivo: engenheiro de minas José Carneiro Felipe; engenheiro de minas Sebastião Virgílio Ferreira, engenheiro de minas Luciano Jacques de Moraes, tenente-coronel Silvio Raulino de Oliveira, Ernesto Gardside Pontes e Fabio da Silva Prado; para membros efetivos do Conselho Fiscal: general José Meira de Vasconcellos, Paulo de Lira Tavares e Ubaldo Lobo; e para suplentes: Ovidio Paulo de Menezes Gil, João de Lourenço e João Ferreira de Moraes Junior. Findos os aplausos com que os senhores acionistas manifestaram a sua satisfação pelo resultado da eleição, por unanimidade, dos mencionados membros da Diretoria e do Conselho Consultivo por quatro anos e dos membros do Conselho Fiscal, por um ano, o senhor presidente declarou empossados. O acionista Dr. Octavio P. dos Santos propôs que a Assembléa fixasse a remuneração de quinhentos mil réis (500\$000) para os membros do Conselho Fiscal, tendo sido aprovada essa proposta. Nada mais havendo a deliberar, o Sr. presidente ofereceu a palavra aos que dela quizessem fazer uso, tendo o Sr. general José Meira de Vasconcellos agradecido à Assembléa, em seu nome e no dos seus colegas do Conselho Fiscal, a confiança neles depositada, renovando os seus mandatos, o que lhes proporcionava continuarem a colaborar para execução desse grandioso empreendimento, que assegurará ao Brasil a sua independência econômica. Em seguida o acionista Sr. Manoel Gomes Moreira leu a seguinte proposta: "Proponho que se lance em ata um voto de pesar pelo desaparecimento de Henrique Lage, cuja morte, estou certo, todos os bons brasileiros sinceramente deploram. Muito justo me parece registrar nos anais das assembléas da Companhia Siderúrgica Nacional este preito à memória do insigne patricio grande animador que foi de problemas vitais da nacionalidade. Realmente na navegação marítima e na aérea, nas construções naval, aeronáuticas e portuária, na exploração do combustível nacional e, por fim, na siderurgia deixou traços notáveis do seu devotado e infatigável labor pelo progresso do nosso Brasil". Submetida à Assembléa foi essa proposta unanimemente aprovada. A seguir o acionista Sr. Juvenal de Queiroz Vieira pediu a palavra para propôr que a Assembléa transmitisse a Sua Excelência o Senhor Presidente da República, por intermédio do Sr. presidente da Companhia, as expressões do seu entusiasmo e da sua confiança pela forma por que vem sendo executado o plano siderúrgico, que a visão e o alto descortino de sua Excelência tornaram realidade, e bem assim o reconhecimento da Assembléa pelo apoio que Sua Excelência e seus eminentes colaboradores vem dando à Companhia para vencer as dificuldades oriundas das atuais circunstâncias. Cesados os aplausos com que o Srs. acionistas aprovaram a proposta do Sr. presidente da Câmara Sindical dos Corretores de Fundos Públicos, o Sr. presidente mandou lavrar a presente ata, que, escrita sob meu ditado, lida e achada conforme, foi subscrita por mim, primeiro secretário, pelos membros da Mesa e pelos acionistas presentes. — Daniel Serapião de Carvalho, diretor-secretário e secretário da Assembléa. — Guilherme Guinle. — Juvenal de Queiroz Vieira. — Fernando Machado Portela. — Francisco Sá Filho. — Edmundo de Macedo Soares e Silva. — Oscar Weinschenck. — Pela Câmara Sindical de Corretores de Fundos Públicos do Rio de Janeiro, Juvenal de Queiroz Vieira, presidente. — Manoel Gomes Moreira. — Pela Cia. Docas de Santos, Octavio P. dos Santos, diretor-tesoureiro. — Adolpho Martins de Noronha Torrezão. — Pelo Banco Boavista S. A., F. Portela. — Jorge Tavares Guerra. — Trajano Furtado Reis. — Paulo Rodrigues Fragoso. — Frederico Herrmann Junior. — Pelo Banco Crédito Pessoal, J. T. Guerra. — José Chrysantho Scabar Fagundes. — Ceres Torres. — Julio Xavier da Silva Moura. — José Edwin Murray. — Isabel Scheliga. — Nahul Benevolo. — Celso Pinheiro Neto.

(N. 7.558 — 12-5-42 — 403\$9)

THE YOKOHAMA SPECIE BANK, LIMITED

CAPITAL	Yen 100.000.000,00
CAPITAL REALIZADO	Yen 100.000.000,00
FUNDO DE RESERVAS	Yen 115.900.000,00

BALANCETE DAS OPERAÇÕES NA PRAÇA DO RIO DE JANEIRO, EM 30 DE ABRIL DE 1942

Ativo

Letras descontadas	4.340:000\$000
Empréstimos em contas correntes	18.004:913\$600
Letras a receber por c/própria no exterior	235:307\$200
Letras a receber de c/alheia e em cobrança (exterior)	19.007:876\$700
Letras a receber de c/alheia e em cobrança (interior)	170:717\$700
Valores caucionados	159:717\$700
Empréstimos hipotecários	1.129:705\$502
Agências e filiais no exterior	38.193:213\$927
Correspondentes do interior	362:565\$600
Hipotecas	7.646:500\$000
Caixa em moeda corrente	57:208\$400
Caixa em moeda estrangeira	8:421\$000
Caixa em depósito no Banco do Brasil	20.630:958\$600
Estampilhas e selos	1:483\$500
Moveis e utensílios	42:213\$300
Desembolso e valores a receber	197:049\$589
Total do ativo	110.187:852\$318

Passivo

Capital	1.000:000\$000
Depósitos em c/c com juros	796:208\$200
Depósitos a prazo fixo	797:261\$500
Depósitos sem juros	2.623:912\$990
Depósitos em c/cobrança no exterior	19.007:876\$700
Depósitos em c/cobrança no interior	170:717\$700
Títulos em caução e em depósitos	159:717\$700
Valores hipotecários	7.646:500\$000
Agências e filiais no exterior	19.121:552\$449
Letras a pagar	7.023:883\$689
Lucros e perdas	156:005\$820
Caixa matriz	49.218:727\$812
Depósitos especiais	1.132:721\$402
Juros a pagar	315:000\$000
Fundos para remessas e liquidações	1.017:766\$326
Total do passivo	110.187:852\$318

Rio de Janeiro, 8 de maio de 1942. — F. Shiji, gerente. — Octavio Pacheco Coelho, guarda-livros.

(N. 7.567 — 12-5-42 — 95\$9)

THE BRITISH BANK OF SOUTH AMERICA, LTD.
(Em liquidação)

Estabelecido em 1863

Autorizado a funcionar no Brasil conforme carta patente n. 1.031, de 7 de novembro de 1932

Casa Matriz: Londres

BALANCETE ENCERRADO EM 30 DE ABRIL DE 1942

Compreendendo as filiais de Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Porto Alegre, Pernambuco e Bafá

Ativo

Letras e efeitos a receber:		
Letras do Exterior	12:037\$500	
Letras do Interior	109:524\$000	121:561\$500
Valores em liquidação		5.531:190\$100
Empréstimos em contas correntes		7.026:625\$100
Valores caucionados		29:932\$000
Valores depositados		151:226\$000
Perdas em diversos exercícios		4.391:120\$100
Agências e filiais		9:563\$100
Correspondentes do Estrangeiro		21:793\$600
Títulos e fundos pertencentes ao Banco		547:500\$000
Depósitos com aviso prévio em outros Bancos		10.379:039\$100
Moveis e utensílios		915\$600
Caixa:		
Em moeda corrente		9:431\$600
No Banco do Brasil		2.285:702\$200
Em outros Bancos		7:259\$300
Lucros e Perdas		85:672\$100
Total		30.604:564\$400

Passivo

Capital	20.000:000\$000
Fundo de reserva especial (contra valores em liquidação)	7.030:037\$000
Depósitos em contas correntes limitadas (sem juros)	374:188\$900
Depósitos em contas correntes (sem juros)	374:328\$100
Depósitos em conta de cobranças:	
Do Exterior	12:037\$500
Do Interior	109:524\$000
Títulos em caução e em depósito	181:158\$000
Casa Matriz	1.578:439\$000
Correspondentes do Estrangeiro	21:359\$500
Letras a pagar	3:978\$500
Cobranças em suspenso	700:411\$300
Diversas contas	219:102\$600
	30.604:564\$400

Rio de Janeiro, 12 de maio de 1942. — Pelo The British Bank of South America, Ltd. (em liquidação), C.L.P. Trapaud; Pp. Liquidantes, A.H. Clements.

(N. 7.568 — 12-5-42 — 133\$6).

LAGE & CIA LTDA

BANQUEIROS

BALANCETE EM 30 DE ABRIL DE 1942

Ativo

Moveis e utensílios	30:191\$200
Organização e instalação	35:753\$200
Títulos e valores	54:708\$400
Imoveis	11:149\$000
Empréstimos em contas correntes	753:883\$000
Títulos descontados	849:801\$600
Títulos em garantia	105:462\$700
Títulos em cobrança	235:525\$500
Devedores por títulos em cobrança	42:920\$200
Valores em custódia	2:100\$000
Caixa: Em dinheiro e Bancos	119:831\$400
Diversas contas	224:640\$800
	2.465:970\$000

Passivo

Capital	500:000\$000
Reserva especial	102:195\$300
Depósitos em contas correntes	279:312\$100
Depósitos a prazo fixo	350:282\$500
Credores por títulos em garantia	105:462\$700
Credores por títulos em cobrança	278:445\$700
Depositantes de valores	2:100\$000
Diversas contas	818:171\$700
	2.465:970\$000

Lage & Cia. Ltda. — Renaud Lage, pp. B. Barreto Filho. — José da Fonseca Rangel Junior, contador. — Reg. n. 32.423.

(N. 7.656 — 13-5-42 — 76\$5)

COMPANHIA INDUSTRIAL SÃO PAULO E RIO

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 1942

Aos vinte dias do mês de abril de mil novecentos e quarenta e dois, às quatorze horas, na sede da Companhia Industrial São Paulo e Rio, à rua Uruguaiana n. 104-3.º, reuniram-se os acionistas desta Companhia, de acordo com as convocações publicadas no *Diário Oficial* de 10, 11 e 13 do corrente e "Jornal do Comércio" de 10, 11 e 12, também do corrente. Aclamado o nome do Dr. Alberto Monteiro de Carvalho para dirigir os trabalhos da assembléia, assumiu este a presidência, convidando para primeiro e segundo secretários, respectivamente, os senhores Domingos Jansen Soares da Costa e Raul Araujo S. Costa, ficando assim constituída a mesa. Declarou o senhor presidente que achando-se presentes acionistas representando duas mil trezentas e oitenta e nove ações, número legal, como se verifica das assinaturas no livro de presenças, estavam abertos os trabalhos da assembléia, pedindo ao primeiro secretário que procedesse à leitura dos anúncios de convocação, o que foi feito, sendo do teor seguinte: "Companhia Industrial São Paulo e Rio. Assembléia Geral Ordinária. São convidados os senhores acionistas desta Companhia a se reunirem em assembléia geral ordinária, no dia 20 do corrente, às 14 horas, na sede social à rua Uruguaiana n. 104, 3.º, para tomarem conhecimento e deliberarem sobre o relatório da diretoria, balanço e contas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 1941, e respectivo parecer do Conselho Fiscal, bem como procederem à eleição dos membros efetivos e suplentes do mesmo conselho para o corrente exercício. Rio de Janeiro, 9 de abril de 1942. A. Monteiro de Carvalho Filho, diretor-presidente". Em seguida o mesmo secretário procede à leitura do relatório da diretoria,

balanço e demonstração da conta de Lucros e Perdas, também publicados no *Diário Oficial* e "Jornal do Comércio", de 14 do corrente. Postos estes documentos em discussão, bem como os atos administrativos relativos ao ano findo, e ninguém pedindo a palavra são submetidos à votação, sendo unanimemente aprovados, com as abstenções legais. O senhor presidente declarou então estarem aprovados os atos e contas da diretoria relativos ao exercício de 1941. Em seguida, disse o senhor presidente que ia proceder-se a eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal para o corrente exercício, convidando os senhores acionistas presentes a munirem-se das respectivas cédulas. Procedida a votação, verificou-se terem sido eleitos: — Para membros efetivos do Conselho Fiscal, os senhores Drs. Alfredo Egydio de Souza Aranha — Edgard Montauray Pimenta e Octavio Sousa Dantas. Para suplentes, os senhores Dr. José Soares Maciel Filho — Deodoro Perelli e Ruy Costa Gama, todos brasileiros e residentes nesta capital, com exceção do primeiro e quinto que residem na cidade de S. Paulo. O senhor presidente declara-os eleitos empossados nos respectivos cargos. Pedindo a palavra, o acionista Dr. Joaquim Monteiro de Carvalho propôs que a remuneração dos membros em exercício do Conselho Fiscal fosse de um conto de réis anual. Esta proposta foi unanimemente aprovada. Nada mais havendo a tratar, foi a sessão suspensa pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro próprio, por mim, 2.º secretário, e, reaberta a sessão, foi a mesma lida e sem discussão aprovada e vai ser assinada por todos os presentes. Rio de Janeiro, 20 de abril de 1942. — A. Monteiro de Carvalho. — Domingos Jansen S. da Costa. — Raul Araujo S. Costa. — O. E. de Souza Aranha. — Joaquim Monteiro de Carvalho. — A. Monteiro de Carvalho Filho. — Mario Simonsen.

(N. 7.570 — 12-5-42 — 81\$6)

BOOTH & CO. (LONDON) LTD.

Balanço geral de Booth & Co. (London) Ltd., da sua sucursal do Pará e filiais em Mandus, Maranhão, Parnaíba e Ceará, levantado em 31 de dezembro de 1941

Ativo

Materiais e mercadorias	714:086\$330	
Moveis e utensílios	66:218\$600	
Encerrados	32:338\$600	
Combustíveis	25:547\$300	
Ferramentas	2:964\$000	
Viveres	896\$350	842:051\$180
Valor dos existentes em stock e em uso:		
Viagens abertas de vapores	169:117\$500	
Contas a liquidar	116:636\$500	
Fianças de despachantes	11:757\$500	
Fianças de corretores	10:150\$000	
Automovel c/capital	10:000\$000	
I.A.P.M. joias empregados	1:941\$100	
Officinas c/aquisição	5:155\$600	
Rebocadores em consertos	46:631\$890	371:390\$090

Contas abertas:

Apólices federais	13:527\$500	
Apólices estaduais	3:556\$200	
Estampilhas e selos	783\$900	17:867\$600

Valor das existentes em mãos:

Contas inter agências	18:408\$700	
Devedores gerais	332:356\$670	
Empréstimos a empregados	46:490\$700	397:256\$070

Caixa:

Importância existente nos cofres	88:789\$500	
Importância depositadas nos Bancos	1.323:713\$800	1.412:503\$300
		3.041:068\$240

Passivo

The Booth Steamship Co. Ltd.	2.471:905\$030	
Booth American Shipping Corporation	162:488\$620	
Credores gerais	191:619\$700	
Comissões estivas em suspensão	95:377\$090	
Institutos de aposentadorias e pensões	46:574\$600	
Contas em suspensão	73:143\$200	3.041:068\$240
		3.041:068\$240

S.E.&O. — Pará, 31 de dezembro de 1941. — Pp. Booth & Cia. (Londres) Ltda.: Ataulpa Purcell, gerente. — Leonidas Sodré de Castro, guarda-livros.

Demonstração da conta englobada de Lucros e Perdas de Booth & Cia. (Londres), na sua sucursal no Pará e filiais em Mandus, Maranhão, Parnaíba e Ceará, relativa ao ano financeiro terminado

em 31 de dezembro de 1941

a Ordenados e salários.....	1.316:005\$100	
Despesas gerais	361:286\$200	
Aluguéis	92:908\$300	
Pensionistas	7:170\$000	
Bonus a empregados.....	36:850\$000	1.811:219\$600

a Prejuízos verificados nas contas de:

Alvarengas, lanchas e rebocadores.....	326:617\$450	
a Contas incobráveis	12:064\$300	
a Lucros auferidos durante o ano e transferidos para a casa matriz/em Londres.....	-200:388\$150	
		2.383:289\$500

Manipulação de vapores.....	160:533\$200	
Vendas locais.....	7:575\$300	
Comissões gerais	2.210:503\$800	
Juros e descontos	4:677\$500	2.383:289\$800
		2.383:289\$800

S.E.&O. — Pará, 31 de dezembro de 1941. — Pp. Booth & Co. (Londres) Limited. — Ataulpa Porcell, gerente — Leonidas Sodré de Castro, guarda-livros.

(N. 7.682 — 12-5-942 — 183\$6)

COMPANHIA TÉCNICA BRASILEIRA

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 1942

Aos vinte dias do mês de abril de mil novecentos e quarenta e dois, às dezesseis horas, na sede da Companhia Técnica Brasileira, à rua Uruguaiana n. 104-3.º, reuniram-se os acionistas desta Companhia, de acordo com as convocações publicadas no *Diário Oficial* de 10, 11 e 13 do corrente e *Jornal do Comércio* de 10, 11 e 12, também do corrente. Aclamado o nome do Dr. Alberto Monteiro de Carvalho para dirigir os trabalhos da assembléia, assumiu este a presidência, convidando para primeiro e segundo secretários, respectivamente, os senhores Domingos Jansen Soares da Costa e Raul Araújo Soares da Costa, ficando assim constituída a mesa. Declarou o Sr. presidente que achando-se presentes acionistas representando cento e noventa e oito ações, número legal, como se verifica das assinaturas no livro de presenças, estavam abertos os trabalhos da assembléia, pedindo ao primeiro secretário que procedesse à leitura dos anúncios de convocação, o que foi feito, sendo do teor seguinte: "Companhia Técnica Brasileira — Assembléia Geral Ordinária — São convidados os senhores acionistas desta Companhia a se reunirem em assembléia geral ordinária, no dia 20 do corrente, às 16 horas, na sede social à rua Uruguaiana n. 104-3.º, para tomarem conhecimento e deliberarem sobre o relatório da diretoria, balanço e contas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 1941, e respectivo parecer do conselho fiscal, bem como procederem à eleição de membros da diretoria e do conselho fiscal para o corrente exercício. Rio de Janeiro, 9 de abril de 1942. — Mario Simonsen. — Carlos da Costa Pereira, diretores. — Em seguida o mesmo secretário procede à leitura do relatório da diretoria, balanço e demonstração da conta de Lucros e Perdas, também publicados no *Diário Oficial* e *Jornal do Comércio* de 14 do corrente. Postos estes documentos em discussão, bem como os atos administrativos relativos ao ano findo, e ninguém pedindo a palavra, são submetidos à votação, sendo unanimemente aprovados, com as abstenções legais. O senhor presidente declarou estarem aprovados os atos e contas da diretoria relativos ao exercício de mil novecentos e quarenta e um. Em seguida pediu a palavra o presidente da Companhia, Dr. Jorge Bueno Monteiro, e disse que, como já é do conhecimento dos senhores acionistas, a diretoria e o conselho fiscal reunidos, acharam conveniente o preenchimento da vaga existente na diretoria, para o que, de acordo com os estatutos, foi convidado o doutor Oscar Machado da Costa. Assim, nesta assembléia devia proceder-se à eleição para preenchimento definitivo do referido cargo. Entretanto, já depois de publicadas as respectivas convocações, o Dr. Oscar Machado da Costa manifestara a impossibilidade de continuar desempenhando a Companhia a sua valiosa cooperação, devido aos seus muitos afazeres. Em virtude disso, e achando conveniente sustar por algum tempo o preenchimento da referida vaga de diretor, ele orador propunha que fosse adiada a eleição para outra oportunidade, continuando o vago o mencionado cargo. Esta proposta foi unanimemente aprovada. Disse então o senhor presidente da assembléia que, em vista do que acabava de ser resolvido, ia proceder à eleição dos membros efetivos e suplentes do conselho fiscal para o corrente exercício, convidando os senhores acionistas presentes a munirem-se das respectivas cédulas. Procedida a votação, verificou-se terem sido eleitos por unanimidade, para membros efetivos do conselho fiscal, os senhores doutores Alfredo Egydio de Souza Aranha, residente em S. Paulo; Edgard Montauray Pimenta e Octavio Souza Dantas, residentes nesta Capital. Para suplentes, os senhores Dr. José Soares Maciel Filho e Ruy Costa Gama, residentes nesta Capital e Deodoro Perrelli, residente em São

Paulo, todos brasileiros. O senhor presidente declara os eleitos empossados nos respectivos cargos. Pedindo a palavra o acionista Dr. Joaquim Monteiro de Carvalho propôs que a retribuição dos membros em exercício do conselho fiscal fosse de um conto de réis anual. Esta proposta foi unanimemente aprovada. Nada mais havendo a tratar, foi a sessão suspensa pelo tempo necessário à lavratura desta ata, no livro próprio, por mim segundo secretário, e reaberta a sessão, foi a mesma lida e sem discussão aprovada para ser assinada por todos os presentes. Rio de Janeiro, 20 de abril de 1942. — A. Monteiro de Carvalho. — Domingos Jansen S. da Costa. — Raul Araújo S. Costa. — O. E. de Souza Aranha. — A. Monteiro de Carvalho F.º. — Joaquim Monteiro de Carvalho. — Mario Simonsen.

(N. 7.571 — 12-5-1942 — 95\$9.)

COMPANHIA PREDIAL SÃO PAULO E RIO

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 1942

Aos vinte dias do mês de abril de mil novecentos e quarenta e dois, às quinze horas, na sede da Companhia Predial São Paulo e Rio, à rua Uruguaiana n. 104, 3.º, reuniram-se os acionistas desta Companhia, de acordo com as convocações publicadas no *Diário Oficial* de 10, 11 e 13 do corrente e "Jornal do Comércio" de 10, 11 e 12, também do corrente. Aclamado o nome do Dr. Alberto Monteiro de Carvalho para dirigir os trabalhos da assembléia, assumiu este a presidência, convidando para primeiro e segundo secretários, respectivamente, os senhores Domingos Jansen Soares da Costa e Raul Araújo S. Costa, ficando assim constituída a mesa. Declarou o senhor presidente que achando-se presentes acionistas representando a totalidade do capital social, como se verifica das assinaturas no livro de presenças, estavam abertos os trabalhos da assembléia, pedindo ao primeiro secretário que procedesse à leitura dos anúncios de convocação, o que foi feito, sendo do teor seguinte: "Companhia Predial São Paulo e Rio. Assembléia Geral Ordinária. São convidados os senhores acionistas desta Companhia a se reunirem em assembléia geral ordinária, no dia 20 do corrente, às 15 horas, na sede social à rua Uruguaiana n. 104, 3.º, para tomarem conhecimento e deliberarem sobre o relatório da diretoria, balanço e contas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 1941, e respectivo parecer do conselho fiscal, e bem assim, procederem à eleição dos novos membros efetivos e suplentes do mesmo conselho e da diretoria. Rio de Janeiro, 9 de abril de 1942. — Joaquim Monteiro de Carvalho, diretor-presidente". Em seguida, o mesmo secretário procede à leitura do relatório da diretoria, balanço e demonstração da conta de Lucros e Perdas, também publicados no *Diário Oficial* e "Jornal do Comércio" de 14 do corrente. Postos estes documentos em discussão, bem como os atos administrativos relativos ao ano findo, e ninguém pedindo a palavra são submetidos à votação, sendo unanimemente aprovados, com as abstenções legais. O senhor presidente declarou então, estarem aprovados os atos e contas da diretoria relativos ao exercício de 1941. Em seguida, disse o senhor presidente que ia proceder-se à eleição da nova diretoria e dos membros efetivos e suplentes do conselho fiscal para o corrente exercício, convidando os senhores acionistas presentes a munirem-se das respectivas cédulas. Procedida a votação, verificou-se terem sido reeleitos por unanimidade: Diretoria: diretor-presidente, Dr. Joaquim Monteiro de Carvalho, brasileiro, casado, residente à rua Almirante Alexandrino número 687; diretor-vice-presidente, Dr. Alberto Monteiro de Carvalho, brasileiro, casado, residente à rua Almirante Alexandrino n. 687; diretor-técnico, Dr. Raul Araújo Soares Costa, brasileiro, casado, residente à rua 5 de Julho n. 87 e diretor, Dr. Mario Simonsen, brasileiro, casado, residente à avenida Portugal n. 32, todos nesta capital. Conselho Fiscal: Drs. Alfredo Egydio de Souza Aranha, Edgard Montauray Pimenta e Octavio Souza Dantas. Suplentes: Dr. José Soares Maciel Filho, Deodoro Perrelli e Ruy Costa Gama, todos brasileiros e residentes nesta Capital, com exceção do primeiro e quinto que residem na cidade de S. Paulo. O senhor presidente declara os eleitos empossados nos respectivos cargos. Pedindo a palavra o acionista Dr. Alberto Monteiro de Carvalho Filho, propôs que a remuneração dos membros em exercício do conselho fiscal fosse de um conto de réis anual. Esta proposta foi unanimemente aprovada. Nada mais havendo a tratar, foi a sessão suspensa pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro próprio, por mim 2.º secretário, e, reaberta a sessão, foi a mesma lida e sem discussão aprovada e vai ser assinada por todos os presentes. Rio de Janeiro, 20 de abril de 1942. — A. Monteiro de Carvalho. — Domingos Jansen S. da Costa. — Raul Araújo S. Costa. — O. E. de Souza Aranha. — Joaquim Monteiro de Carvalho. — A. Monteiro de Carvalho Filho. — Mario Simonsen.

(N. 7.572 — 12-5-42 — 96\$9.)

COMPANHIA CIRRUS S. A.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA GERAL REALIZADA NO DIA 13 DE ABRIL DE 1942

No dia 13 de abril de 1942, às 14 horas, reuniram-se na sede social da Companhia Cirrus S. A., 9 acionistas da mesma, representando a totalidade do capital social, como ficou constando do livro de presença. Constituída a mesa, pelos Srs. Dr. João Antonio de Almeida Gonzaga Junior, presidente, e Dr. João Novais de Souza Junior e Pedro Raggio, secretários, foi aberta a sessão da assembléia geral ordinária,

regularmente convocada, a qual, sem debates e por unanimidade de votos, resolveu o seguinte:

I — Aprovar, sem reserva, todos os atos da Diretoria, suas contas, balanço e também parecer do Conselho Fiscal, não tendo votado os membros desse Conselho e os da Diretoria.

II — Reeleger os atuais diretores, ficando, pois, constituída a seguinte diretoria, para um novo biênio:

Diretor-presidente — Dr. Antonio Joaquim Peixoto de Castro Junior.

Diretor-comercial — José Eugenio Villar.

Diretor-tesoureiro — Heitor Dias Palhares.

III — Eleger, membros do do Conselho Fiscal, os senhores Domingos Demarchi, Pedro Raggio e Dr. Arthur Machado de Castro, e suplentes do mesmo Conselho os senhores Drs. João Novaes de Souza Junior, Pedro Carvalho e Moacyr Sá, para servirem, sem remuneração, no exercício a seguir.

Encerrada a sessão, foi lavrada esta ata, para ser assinada pela mesa e acionistas presentes.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 1942. — João Antonio de Almeida Gonzaga Junior, presidente. — João Novaes de Souza Junior, 1.º secretário. — Pedro Raggio, 2.º secretário. — Dr. Antonio Joaquim Peixoto de Castro Junior. — José Eugenio Villar. — Heitor Dias Palhares. — Domingos Demarchi. — Pedro Carvalho. — Moacyr Sá.

(N. 7.681 — 12-5-42 — 49\$0)

"A RURAL" S. A.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA "A RURAL" SOCIEDADE ANÔNIMA, REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 1942

Aos quinze dias do mês de abril do ano de mil novecentos e quarenta e dois, às quatorze horas, na sede social, à avenida Graça Aranha n. 39-A, 11.º, os acionistas da "A Rural" sociedade anônima, reunidos em assembléia geral ordinária, convocada pela diretoria, conforme publicações feitas no *Diário Oficial* e "*Jornal do Brasil*", o Dr. João Pinheiro Filho, diretor-presidente, verificando pelo respectivo livro a presente de acionistas em número legal, declarou aberta a sessão, solicitando aos presentes que indicassem um de seus pares para presidir os trabalhos da assembléia.

Aclamado o Dr. João Pinheiro Filho, convidou este para secretário o Dr. José Pereira de Faria. Constituída assim a mesa, procedeu o Sr. secretário à leitura do anúncio de convocação, concebido nos termos seguintes: "A Rural" sociedade anônima — Assembléia geral ordinária — São convidados os senhores acionistas da "A Rural" sociedade anônima a se reunir em assembléia geral ordinária no dia 15 de abril próximo futuro, às quatorze horas, na sede social, à avenida Graça Aranha n. 39-A, 11.º, afim de tratarem e resolverem sobre as seguintes matérias: a) discussão e aprovação do balanço, contas e atos da diretoria, relativos ao exercício de 1941; b) eleição da diretoria e seus suplentes, membros do conselho fiscal e seus suplentes; c) interesses sociais. Rio de Janeiro, 26 de março de 1942. — João Pinheiro Filho, diretor".

Em seguida o Sr. presidente solicitou ao Sr. secretário que procedesse à leitura do relatório da diretoria, balanço, conta de "lucros e perdas" e parecer do conselho fiscal, documentos esses que foram publicados na pág. 5.347 do *Diário Oficial* de 1 de abril corrente e "*Jornal do Brasil*" de 3 do mesmo mês.

Finda a leitura, declarou o Sr. presidente que estavam em discussão os referidos documentos e não tendo havido quem sobre os mesmos quizesse falar, foram submetidos à votação, tendo sido aprovados por unanimidade, abstendo-se de votar os membros da diretoria e conselho fiscal.

Passando à segunda parte da ordem do dia, declarou o Sr. presidente que se ia proceder à eleição da diretoria, conselho fiscal e respectivos suplentes. Corrido o escrutínio, contadas e apuradas as cédulas, verificou-se o seguinte resultado:

Diretor-presidente: Dr. João Pinheiro Filho, brasileiro, residente à rua Joana Angélica n. 260, nesta.

Diretor-gerente: Dr. João Vieira de Macedo, brasileiro, residente à rua Gomes Carneiro n. 55, nesta.

Diretor-tesoureiro: Sr. Petar P. Stanojevic, iugoslavo, residente à avenida Atlântica n. 24, apartamento 102, nesta, e portador da carteira de identidade de estrangeiro (permanência definitiva), n. 710.221.

Suplente do diretor-presidente: Dr. Mario Kroeff, brasileiro, residente à avenida Atlântica n. 240, nesta.

Suplente do diretor-gerente: Dr. Dario Pinto, brasileiro, residente à rua Eduardo Guinle n. 48, nesta.

Suplente do diretor-tesoureiro: Dr. Helio Varella Jacob, brasileiro, residente à avenida Rainha Elizabeth n. 233, apartamento 8, nesta.

Conselho Fiscal:

Dr. Jayme Tigre de Oliveira.

Dr. Jorge Jabour.

Dr. João Jacques Dornelles.

Suplentes:

Dr. Anibal Monteiro Machado.

Dr. José Pereira de Faria.

Dr. Fernando Sebastião Pereira de Faria.

O Sr. presidente dá os eleitos por empossados nos seus respectivos cargos, solicitando ao Sr. secretário que providencie para que

no devido tempo sejam feitas pelos diretores eleitos suas respectivas cauções.

A seguir a assembléia decidiu por unanimidade que os cargos de diretor-presidente e diretor-tesoureiro sejam remunerados com um conto de réis mensais cada um, até nova deliberação da assembléia geral, continuando sem remuneração o cargo de diretor-gerente.

E por nada mais haver a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que é lida e posta em discussão, foi aprovada por unanimidade e assinada por todos os presentes. — João Pinheiro Filho. — José Pereira de Faria. — Mario Kroeff. — Petar P. Stanojevic. — Helio Varella Jacob. — P. p. de Simon Marcavici-Cleja, Helio Varella Jacob. — Dr. João Vieira de Macedo.

A presente é cópia fiel do original constante a fls. 41, 41 VR. e 42, do livro de "Atas das Assembléias Gerais" da "A Rural" S. A. Rio de Janeiro, 12 de maio de 1942. — Pela "A Rural" Sociedade Anônima, João Pinheiro Filho.

(N. 7.683 — 12-5-42 — 110\$2).

COMPANHIA FABRICA DE VIDROS E CRISTAIS DO BRASIL "ESBERARD"

DEPARTAMENTO NACIONAL DA INDÚSTRIA E COMERCIO

Primeira Secção

CERTIDÃO

Em cumprimento ao despacho exarado no requerimento da Companhia Fábrica de Vidros e Cristais do Brasil "Esberard", em 24 de abril de 1942, pelo senhor diretor deste Departamento, Certifico que se acha devidamente arquivada nesta Repartição sob o n. 17.387, a ata da assembléia geral ordinária, realizada em 6 de abril de 1942, que aprovou contas relativas ao exercício de 1941, elegeu os membros do conselho fiscal bem como fixou os seus honorários. Departamento Nacional da Indústria e Comércio. Primeira Secção. Eu, Carmen Cruz, auxiliar de escritório VIII, passei a presente certidão.

Rio de Janeiro 11 de maio de 1942. — Carmen Cruz, estavam devidamente inutilizadas estampilhas no valor de 20\$200. Visto. Pires Ferreira, diretor da Secção.

(N. 7.657 — 12-5-42 24\$5).

S. A. UNIAO MANUFATORA DE ROUPAS

DEPARTAMENTO NACIONAL DA INDÚSTRIA E COMERCIO

Primeira Secção

CERTIDÃO

Em cumprimento ao despacho exarado no requerimento de Sociedade Anônima União Manufatora de Roupas, em 11 de março de 1942, pelo senhor diretor deste Departamento, Certifico que se acham devidamente arquivados nesta Repartição sob o n. 17.168, os seguintes documentos: a) ata da assembléia geral extraordinária, realizada em 23 de maio de 1941, que aprovou a reforma dos seus estatutos afim de adaptá-los à legislação vigente; b) — atas das assembléias gerais extraordinárias, realizadas em 12 de dezembro de 1941, e 26 de fevereiro de 1942, que aprovaram alterações estatutárias afim de cumprir exigências feitas por este Departamento. Departamento Nacional da Indústria e Comércio. Primeira Secção. Eu, Lia Baena Machado Silva, escriturária da classe F, passei a presente certidão.

Rio de Janeiro, 18 de abril de 1942. — Lia Baena Machado Silva. Visto. — Celso Esteves.

(N. 7.569 — 12-5-42 — 30\$6).

PERFUMES MYRURGIA SOCIEDADE ANÔNIMA

DEPARTAMENTO NACIONAL DA INDÚSTRIA E COMERCIO

Primeira Secção

CERTIDÃO

Em cumprimento ao despacho exarado no requerimento de Perfumes Myrurgia Sociedade Anônima, em 2 de maio de 1942, pelo senhor diretor deste Departamento, Certifico que se acha devidamente arquivada nesta Repartição sob o n. 17.445, a ata da assembléia geral ordinária, realizada em 19 de março de 1942, que aprovou contas relativas ao exercício de 1941, elegeu os membros do conselho fiscal e consultivo e deliberou sobre interesses gerais. Departamento Nacional da Indústria e Comércio, Primeira Secção. Eu, Carmen Cruz, auxiliar de escritório VIII, passei a presente certidão.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 1942. — Carmen Cruz. Estavam devidamente inutilizadas estampilhas no valor de 20\$200. Visto. — Pires Ferreira, diretor da Secção.

(N. 7.565 — 12-5-42 — 27\$5).

CRÉDITO COMERCIAL S. A.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA CRÉDITO COMERCIAL, S. A.,
REALIZADA AOS 31 DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 1941

Aos trinta e um dias do mês de março de 1941, às 14 horas, reunidos, na sede social, à rua do Ouvidor n. 79-1.º andar, todos os acionistas da sociedade, conforme as suas assinaturas, lançadas no "Livro de Presença dos Acionistas", representando, portanto, todas as ações, em número de 1.500 (mil e quinhentas), em que se divide o capital social, o Sr. presidente da Sociedade declarou aberta a sessão e pediu fosse indicado, na forma dos estatutos, um dos presentes para presidir aos trabalhos da assembleia.

Por aclamação, foi indicado o acionista Sr. Francisco Antunes Guimarães, que, tomando assento à mesa convidou para 1.º e 2.º secretários, respectivamente, os acionistas Srs. Leopoldo Pereira do Sá e Luciano José de Macedo. A seguir, solicitou ao Sr. 1.º secretário procedesse à leitura do edital de convocação da assembleia, publicado no *Diário Oficial* de 19, 20 e 21 de março do ano corrente e no "Jornal do Comércio", de 19, 20 e 21 de março do ano corrente, o que foi feito, sendo este o seu teor: "São convidados os senhores acionistas a se reunirem em assembleia geral ordinária, no dia 31 de março do corrente ano, às 14 horas, na sede social à rua do Ouvidor n. 79-1.º andar, afim de tomarem conhecimento do inventário, balanço e contas da administração, relativos ao exercício social de 1940, e do parecer do Conselho Fiscal deliberarem a respeito e procederem à eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal, nos termos dos estatutos. Outrossim, para conhecerem de uma proposta da Diretoria para a transformação da sociedade em sociedade limitada (sociedade por quotas de responsabilidade limitada), seguida da respectiva escritura, atos esses que obtiveram parecer favorável do Conselho Fiscal. Ficam suspensas as transferências das ações até a realização da assembleia. Rio de Janeiro, 18 de março de 1941. — Carlos Ignacio Coelho, gerente". Lido o edital, disse o Sr. presidente que ia ser feita a leitura do relatório, balanço e contas da administração, relativos ao exercício social findo, de 1940, assim como a do parecer do Conselho Fiscal. Pediu a palavra, o acionista Sr. Joaquim Marques Guimarães e propôs fosse dispensada a leitura do relatório, balanço e contas, por terem sido publicados no *Diário Oficial* de 25 de março de 1941 e no "Jornal do Comércio", de 25 de março de 1941 e serem, pois, do conhecimento de todos os senhores acionistas, o que, sem discussão, foi aprovado pela assembleia. Solicitou, então, o Sr. presidente ao Sr. Manoel Antunes de Macedo, membro do Conselho Fiscal, fizesse a leitura do parecer do mesmo Conselho, sobre os documentos em questão, o qual, lido, estava assim redigido: "Os membros do Conselho Fiscal, tendo examinado o inventário, balanço e contas de administração, relativos ao ano social findo, opinam favoravelmente à sua aprovação. Outrossim, tendo tomado conhecimento da proposta da Diretoria para a transformação da sociedade em sociedade limitada e da respectiva escritura de transformação, nada tem a opor a esses atos. Rio de Janeiro, 22 de março de 1941. — Alvaro da Costa Marques Guimarães — Manoel Antunes de Macedo. — Tito Soares de Miranda". Postos em discussão, em seguida, o relatório, balanço e contas da administração, relativos ao exercício social de 1940, e o parecer do Conselho Fiscal, na parte que diz respeito às contas da administração, como ninguém usasse da palavra, foram essas peças submetidas, separadamente, à votação, sendo unanimemente aprovadas, com as abstenções legais. Continuando com a palavra, disse o Sr. presidente, que nos termos do edital de convocação da assembleia, a matéria a seguir era a eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal para o ano social seguinte. Porém, como a convocação era, também, para que os Srs. acionistas conhecessem e deliberassem sobre uma proposta da Diretoria para a transformação da sociedade em sociedade limitada (sociedade por quotas, de responsabilidade limitada), a qual, se aprovada, traria como consequência ficar prejudicada a eleição, invertia a ordem do dia, submetendo, previamente à eleição, ao pronunciamento da assembleia, a referida proposta. De acordo todos os presentes, com a providência sugerida pelo Sr. presidente, solicitou este ao 1.º secretário, fizesse a leitura da proposta em apreço, da escritura de transformação da sociedade e do parecer que proferira, a respeito, o Conselho Fiscal, o que foi feito. Em discussão esses documentos, pediu a palavra o acionista Sr. David Antunes de Oliveira Guimarães, que, abundando nas considerações formuladas pela Diretoria, opinou pela aprovação, sem restrições, da proposta, das cláusulas da escritura de transformação e do parecer do Conselho Fiscal, quanto a este na parte que atenda com a mesma proposta.

Ainda em discussão, a matéria, como não houvesse mais quem quisesse fazer uso da palavra, o Sr. presidente submeteu à votação a proposta da Diretoria, a escritura de transformação e o parecer do Conselho Fiscal, na parte útil ao assunto, sendo essas peças aprovadas, separadamente, por unanimidade. Convidou, então, o Sr. presidente os Srs. acionistas a assinarem a escritura de transformação da sociedade anônima Crédito Comercial, S. A., em sociedade limitada (sociedade por quotas, de responsabilidade limitada), sob a denominação "Crédito Comercial, Ltda.", a qual estava sobre a mesa. Assinada a referida escritura, disse o Sr. presidente estar prejudicada a matéria da ordem do dia relativa à eleição em virtude da transformação operada, e determinou fosse a proposta de transformação da sociedade, a respectiva escritura e o parecer transcritos na ata dos trabalhos desta assembleia, sendo esses documentos do teor seguinte: "Srs. acionistas — A sociedade anônima, como sabem, é o tipo de sociedade mais conveniente às grandes empresas industriais, que demandam grande capital e cuja duração deve exceder ao prazo normal da vida humana. Daí, quer-nos parecer que, com o capital em giro na nossa sociedade

e para a consecução do objetivo social, a forma anônima não nos parece ser, na verdade, principalmente agora, com a atual legislação sobre as sociedades por ações, que acarreta grandes despesas para a vida das sociedades anônimas, a que convém à nossa organização. Inclino-nos, por isso, para a forma sociedade limitada, propondo a transformação da nossa sociedade anônima em sociedade limitada (sociedade por quotas, de responsabilidade limitada). Também, para desenvolver os nossos negócios, sentimos que é necessário alterar o objeto da sociedade, o qual deve objetivar, mais do perto, as operações que digam respeito à organização, administração e financiamento de empresas industriais e de serviços públicos em geral. Nesta ordem de idéias, redigimos a escritura de transformação da sociedade, em anexo, a qual, juntamente com esta proposta, obteve parecer favorável do Conselho Fiscal. Caso os Srs. Acionistas aproveem a proposta que lhes apresentamos, aceitem e assinem a suprarreferida escritura, ter-se-á operada, desde então, a transformação da sociedade, para todos os fins de direito, devendo a sua gerência ficar investida de plenos poderes para promover, perante as competentes autoridades públicas, a aprovação da mesma transformação; à apostila da carta patente da sociedade e a todos os atos necessários ao regular funcionamento desta. Aguardamos, pois, a respeito, o pronunciamento dos Srs. acionistas. Rio de Janeiro, 14 de março de 1941. — João Alves de Moura, presidente. — Carlos Ignacio Coelho, gerente."

"Escritura de transformação da sociedade anônima "Crédito Comercial, S. A.", em sociedade limitada (sociedade por quotas, de responsabilidade limitada), sob a denominação Crédito Comercial Ltda., na forma abaixo: David Antunes de Oliveira Guimarães, Francisco Antunes Guimarães, João Alves de Moura, Leopoldo Pereira de Sá, Luciano José de Macedo, Joaquim Marques Guimarães e Carlos Ignacio Coelho, brasileiros, casados, residentes nesta Capital, na qualidade de únicos acionistas da sociedade anônima "Crédito Comercial S. A.", com sede nesta Capital, organizada por assembleia geral constituída de 8 de agosto de 1935, devidamente autorizada a funcionar como casa bancária, pela Carta Patente n. 1.280, de 2 de outubro do mesmo ano, e cujos atos constitutivos foram arquivados no Departamento Nacional da Indústria e Comércio, em 11 de novembro de 1935, sob o n. 12.407, tem justo e contratado transformar a referida sociedade em sociedade limitada (sociedade por quotas, de responsabilidade limitada), a qual reger-se-á pelas cláusulas seguintes: Primeira — O objeto da sociedade é a organização, a administração e o financiamento de empresas industriais e de serviços públicos em geral, mediante contratos, e a participação, como associada, em contratos da mesma natureza. Segunda — A denominação da sociedade é "Crédito Comercial, Ltda." — Terceira — O capital é de 300:000\$000 (trezentos contos de réis), importância esta a que é limitada a responsabilidade dos sócios e dividida em 1.500 (mil e quinhentas) quotas do valor de 200\$000 (duzentos mil réis) cada uma, cabendo ao sócio Sr. David Antunes de quotas; ao sócio Sr. João Alves de Moura, 3 (três) quotas; ao sócio Sr. Francisco Antunes Guimarães, 645 (seiscentas e quarenta e cinco) quotas; ao sócio Sr. João Alves de Moura, 3 (três) quotas; ao sócio Sr. Leopoldo Pereira de Sá, 3 (três) quotas; ao sócio Sr. Luciano José de Macedo, 3 (três) quotas; ao sócio Sr. Joaquim Marques Guimarães, 3 (três) quotas; ao sócio Sr. Carlos Ignacio Coelho, 3 (três) quotas, as quais correspondem às ações integradas que cada um possui, nesta data, na sociedade anônima que se transforma. Nenhum dos sócios poderá ceder a estranhos as suas quotas, no todo ou em parte, sem a anuência dos demais sócios e sem lhes dar preferência para a aquisição. — Quarta — A sede da sociedade é a rua do Ouvidor, n. 79, 1.º andar, enquanto convier. A sociedade poderá instalar filiais dentro ou fora do país, observadas as determinações legais. — Quinta — A duração da sociedade é pelo prazo de vinte anos, a contar de 8 de agosto de 1935, data em que se constituiu a sociedade anônima ora transformada em sociedade limitada, o qual poderá ser prorrogado. — Sexta — A gerência da sociedade será exercida pelo sócio Sr. João Alves de Moura, que terá a seu cargo a caixa da sociedade, incumbindo ao sócio Sr. Carlos Ignacio Coelho auxiliar aquele sócio e substituí-lo nas suas ausências ou impedimentos.

O sócio gerente pratica todos os atos em benefício da sociedade, como a assinatura de contratos, por escritura pública ou particular, documentos, títulos, recibos e quitações, usando de todos os poderes permitidos em direito, inerentes ao exercício da gerência, em juízo ou fora dele. — Sétima — Em 31 de dezembro de cada ano, proceder-se-á a balanço geral, demonstrativo do estado financeiro da sociedade, o qual será acompanhado de um extrato da conta de lucros e perdas. Os lucros líquidos anuais, depois de separadas as verbas que os sócios entenderem distribuir em recompensas e gratificações aos seus auxiliares, assim como os prejuízos, se houver, serão partilhados entre os sócios, na proporção das quotas que cada um possuir. Para a apuração dos lucros líquidos anuais, far-se-á a dedução dos estipêndios dos sócios, das despesas gerais e dos juros sobre qualquer quantia que a sociedade levantar por empréstimo. — Oitava — As importâncias que constituírem os saldos, credores ou devedores, nas contas correntes dos sócios, na sociedade, vencerão o juro anual de 5%, os saldos credores e 9%, os saldos devedores. — Nona — Todas as deliberações sociais que, por si, não necessitem do consentimento unânime dos sócios, serão tomadas pelo voto de maioria, cabendo um voto a cada dez quotas. — Décima — A morte ou retirada de qualquer dos sócios, não acarretará a dissolução da sociedade, que continuará com os demais sócios. Em qualquer desses casos, a sociedade pagará aos herdeiros do sócio premorto ou ao que se retirar, ou a seus representantes legais, os seus haveres, segundo o último balanço, pelo qual serão regulados os lucros ou prejuízos do tempo decorrido da data desse balanço até a morte do sócio ou retirada, dentro do prazo

de dois anos, a contar da data do falecimento ou retirada, em prestações trimestrais, acrescidas dos juros à razão de 6% ao ano. Todavia, fica salvo à sociedade o direito de realizar o pagamento em mais curto prazo ou à vista, se assim deliberar os sócios com os quais continuar.

— Décima primeira — A sociedade, como continuadora, que é da sociedade anônima "Crédito Comercial, S. A.", pela transformação operada, assume o ativo e passivo desta, segundo o balanço encerrado em 31 de dezembro de 1940, assim como todos os direitos e obrigações decorrentes das suas operações até esta data. — Décima segunda — A sociedade transformada reger-se-á pelo decreto n. 3.708, de 19 de janeiro de 1919, pelas disposições da lei das sociedades anônimas, na parte aplicável às sociedades limitadas, e pela legislação especial sobre bancos e casas bancárias. E, por estarem de acordo, aceitam e assinam a presente, com as testemunhas abaixo, em duas vias, não sendo devido o selo proporcional, por se tratar de transformação que não importa em constituição de nova sociedade. Rio de Janeiro, 31 de março de 1941. — David Antunes de Oliveira Guimarães. — Francisco Antunes Guimarães. — João Alves de Moura. — Leopoldo Pereira de Sá. — Luciano José de Macedo. — Joaquim Marques Guimarães. — Carlos Ignacio Coelho. — Testemunhas: Benjamim Antunes de Oliveira Guimarães. — Manuel Nunes Gaio. — "Os membros do Conselho Fiscal, tendo examinado o inventário, balanço e contas da administração, relativos ao ano social findo, opinam favoravelmente a sua aprovação. Outrossim, tendo tomado conhecimento da proposta da Diretoria para a transformação da sociedade em sociedade limitada e da respectiva escritura de transformação, nada tem a opor a esses atos".

Em seguida, disse o Sr. presidente que congratulava-se com todos os presentes pelo ato realizado, por acreditar que, com a nova forma de sociedade, mais fácil seria a consecução dos fins sociais, e que, nos termos da proposta aprovada para a transformação, ficava a gerência da sociedade limitada "Crédito Comercial, Ltda.", em que se transformou a sociedade anônima "Crédito Comercial, S. A.", investida de plenos poderes para promover, perante as competentes autoridades públicas, a aprovação da transformação, à apostila da carta patente da sociedade e a todos os atos necessários ao regular funcionamento da sociedade. Por fim, agradeceu o Sr. presidente o comparecimento dos Srs. acionistas e suspendeu a sessão, por meia hora, para a lavratura desta ata, o que foi feito em quatro vias. Reaberta a sessão, foi essa ata lida, conferidos os seus exemplares e posta em discussão. Como ninguém pedisse a palavra para discutí-la, foi submetida à votação, sendo aprovada a sua redação, por todos os presentes, que a assinam, comigo, Leopoldo Pereira de Sá, primeiro secretário da mesa, em quatro vias, uma lavrada no livro próprio de atas das assembleias gerais, e três, em avulso, com todas as suas folhas devidamente rubricadas. Rio de Janeiro, 31 de março de 1941. — David A. O. Guimarães. — Carlos Ignacio Coelho. — Francisco Antunes Guimarães. — João Alves de Moura. — Leopoldo Pereira de Sá. — Luciano José de Macedo. — Joaquim Marques Guimarães.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Primeira Secção

CERTIDÃO

Em cumprimento ao despacho exarado no requerimento de Crédito Comercial S. A., em 27 de abril de 1942, pelo Sr. diretor deste Departamento, certifico que se acham devidamente arquivados nesta repartição sob o n. 153.361, os seguintes documentos: a) Ata da assembleia geral ordinária, realizada em 31 de março de 1941, que aprovou a sua transformação em sociedade por quotas de responsabilidade limitada, para o comércio de organização, administração e financiamento de empresas industriais, pelo prazo de 20 anos, sob a denominação de Crédito Comercial Limitada; b) Carta Patente. — Departamento Nacional da Indústria e Comércio, Primeira Secção. Eu, *Carmen Cruz*, auxiliar de escritório VIII, passei a presente certidão. Rio de Janeiro, 29 de abril de 1942. — *Carmen Cruz*. Estavam devidamente inutilizadas estampilhas no valor de 20\$200. — Visto: *Celso Esteves*, diretor da Secção.

(N. 7.574 — 12-5-42 — 408\$0)

COMPANHIA FERRO CARRIL CARIÓCA

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DOS SRS. ACIONISTAS DA COMPANHIA FERRO CARRIL CARIÓCA, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 1942

Aos vinte e oito dias do mês de abril de mil novecentos e quarenta e dois, reunidos, às quatorze horas na sede social da Companhia Ferro Carril Carioca, à rua de Santo Antônio, na estação dos Arcos, compareceram dez acionistas da mesma Companhia, representando quatorze mil trezentas e cinquenta e cinco ações ou seja mais da metade do capital social.

O presidente da Companhia, Sr. Alfred Hutt, verificando haver número legal para o funcionamento da assembleia, abriu a sessão, passando a presidência de acordo com as determinações dos estatutos sociais, convidando para exercer as funções de primeiro e segundo secretários, respectivamente os Srs. Manoel Moreira da Silva e Dr. Armando Furtado da Rocha.

Instalada a mesa, foi pedida a dispensa da leitura da ata anterior e do relatório da diretoria, balanço e conta de lucros e perdas do exercício de 1941 por proposta do acionista Sr. Juvenal Mur-

tinho Nobre, em virtude de terem sido esses documentos publicados em tempo oportuno no *Diário Oficial* e "Jornal do Comércio", tendo sido aprovada, por unanimidade de votos, a proposta daquela acionista.

Em seguida, o acionista Sr. Nilo Jayme Pereira, membro efetivo do Conselho Fiscal, leu o seguinte parecer desse Conselho:

"O Conselho Fiscal da Companhia Ferro Carril Carioca no desempenho de suas atribuições, examinou o relatório da diretoria, o balanço e as contas da referida Companhia, relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 1941 e tendo encontrado tudo em ordem e de acordo com a escrituração e de parecer sejam aprovados. Rio de Janeiro, 25 de março de 1942. — Andrew Jeffrey Royal, E. S. Paterson e Nilo Jayme Pereira".

Terminada a leitura do parecer do Conselho Fiscal, o Sr. presidente submeteu à discussão e aprovação o relatório e o balanço geral encerrado em 31 de dezembro de 1941, a conta de Lucros e Perdas do ano de 1941, bem como o parecer do Conselho Fiscal, pedindo que fosse aprovado pelos Srs. acionistas a continuação na conta de Lucros e Perdas do saldo disponível do exercício de 1941. Esses documentos foram aprovados unanimemente, como também foi aprovada manter-se em Lucros e Perdas o saldo disponível do exercício de 1941.

Absteram-se de votar os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Não havendo nenhum outro assunto a tratar, o Sr. presidente comunicou que, conforme fora publicado, ia proceder à eleição dos novos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes.

Feita a chamada dos Srs. acionistas foram recolhidas dez cédulas que apuradas deram o seguinte resultado:

Para Membros Efetivos do Conselho Fiscal:

Sr. Nilo Jayme Pereira — com 9.818 votos.

Sr. E. S. Patersons — com 13.080 votos.

Sr. Andrew Jeffrey Royal — com 13.080 votos.

Para Membros Suplentes do Conselho Fiscal:

Sr. George Murchie — por unanimidade.

Sr. A. Paixão — Idem.

Sr. Tulio N. de Avila — Idem.

Verificada a apuração, o Sr. presidente proclamou eleitos os Srs. acima citados, declarando-os desde logo empossados nos seus cargos, com a aprovação unânime da assembleia. O Sr. presidente pediu mais que fosse fixada a remuneração a ser paga aos Membros do Conselho Fiscal, recomendando que a mesma fosse à razão de 500\$0 por trimestre para cada membro, o que foi aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente, agradeceu a presença dos Srs. acionistas e encerrou a sessão mandando lavrar a presente ata que depois de lida vai assinada por todos os Srs. acionistas presentes.

E eu, *Manoel Moreira da Silva*, primeiro secretário, a escrevi e assino. Rio de Janeiro, 28 de abril de 1942. — *Manoel Moreira da Silva*. — *Armando Furtado da Rocha*. — *Alfred Hutt*. — *Alfredo Maia Junior*. — *Juvenal Murtinho Nobre*. — *José Antunes Gonçalves*. p.p. *C. A. Sylvester*, *J. A. Walsh*. — *Nilo Jayme Pereira*. — *A. Monteiro Barbosa*. — *Euclides Moreira Leal*.

(N. 7.577 — 12-5-42 — 112\$2)

EMPRESA SANEADORA TERRITORIAL AGRÍCOLA S. A.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Primeira Secção

CERTIDÃO

Em cumprimento ao despacho exarado no requerimento da Empresa Saneadora Territorial Agrícola S. A., em 17 de abril de 1942, pelo senhor diretor deste Departamento, certifico que se acham devidamente arquivados nesta repartição, sob o n. 17.377, os seguintes documentos: a) ata da assembleia geral ordinária, realizada em 12 de março de 1941, que aprovou contas relativas ao exercício de 1940, elegu os membros do Conselho Fiscal; b) ata da assembleia geral extraordinária, realizada em 28 de maio de 1941, que aprovou alterações estatutárias afim de se adaptar aos dispositivos do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940; c) ata da assembleia geral extraordinária, realizada em 26 de fevereiro de 1942, que aprovou alterações estatutárias. Departamento Nacional da Indústria e Comércio, Primeira Secção. Eu, *Carmen Cruz*, auxiliar de escritório VIII, passei a presente certidão. Rio de Janeiro, 4 de maio de 1942. — *Carmen Cruz*. Estavam devidamente inutilizadas estampilhas no valor de 40\$2. Visto: *Pires Ferreira*, diretor da Secção.

(N. 7.690 — 12-5-42 — 30\$0.)

BANCO DE CRÉDITO PESSOAL S. A.

Carta Patente n. 1.692 — Rua Buenos Aires n. 55, Rio de Janeiro

BALANCETE EM 30 DE ABRIL DE 1942

Ativo

Imobilizado:			
Móveis, utensílios e instalações		185.031\$500	
Depósitos diversos		6.588\$000	191.619\$500
Disponível:			
Em caixa	7.390\$800		
No Banco do Brasil	2.138.390\$200		
Em outros Bancos	145.251\$500		2.291.035\$500
Realizável:			
Títulos descontados		11.044.260\$800	
Empréstimos em C/correntes	1.090.206\$900		
Empréstimos em consignação	4.688\$500		
Empréstimos em conta garantida	321.201\$100	1.419.099\$500	
Títulos de propriedade do Banco		30.000\$000	
Acionistas (aumento de capital)		1.500.000\$000	13.993.360\$300
Contas de resultados pendentes			217.717\$500
Contas de Compensação:			
Ações caucionadas		80.000\$000	
Cobrança no interior		314.055\$900	
Efeitos à cobrança		928.731\$000	
Valores depositados		801.950\$000	
Valores em administração		9.983.650\$000	12.108.389\$900
			28.802.122\$700

Passivo

Exigível:			
Depósitos a prazo fixo		2.613.316\$600	
Depósitos em conta de movimento		2.531.022\$100	5.174.339\$000
Redescontos			2.403.750\$000
Dividendos e bonificações a distribuir		24.490\$000	
Dividendos não reclamados		4.555\$300	29.045\$300
Consignações a restituir		3.656\$100	
Imposto de Renda		43.519\$100	47.175\$800
Não exigível:			
Capital		8.000.000\$000	
Fundo Reserva		48.773\$200	
Fundo de previsão		101.226\$800	8.150.000\$000
Contas de resultados pendentes			889.122\$700
Contas de Compensação:			
Caução da Diretoria		80.000\$000	
Cobrança caucionada		510.143\$300	
Cobrança conta alheia		716.281\$100	
Cobrança conta própria		16.362\$500	
Credores por valores em administração		9.983.650\$000	
Depositantes de títulos e valores		801.950\$000	12.108.389\$900
			28.802.122\$700

Rio de Janeiro, 8 de maio de 1942. — Aloysio Russo, presidente. — Lindolfo Xavier, vice-presidente. — João Francisco Coelho Lima, diretor-gerente. — Tito Bezerra de Menezes, gerente. — Jorge Tavares Guerra, diretor. — Benjamin Blume, contador. (N. 7.578 — 12-5-42 — 259\$1)

BANCO SUL DO BRASIL

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 1942

As quatorze horas do dia treze de abril do ano de mil novecentos e quarenta e dois reuniram-se em Assembléia Geral Ordinária, na sua sede social à avenida Rodrigues Alves números 303 a 331, sobrado, os senhores acionistas do Banco Sul do Brasil. O Sr. Fausto Werneck Corrêa e Castro, diretor presidente do Banco, verificando pelas assinaturas no livro de presença haver acionistas presentes representando número legal de ações, declarou aberta a sessão e pediu aos senhores acionistas para indicarem um dos presentes para presidir os trabalhos da Assembléia. Os senhores acionistas indicaram por aclamação o Sr. Pedro Brando que, assumindo a presidência agradeceu a sua escolha e convidou os Srs. Alfredo Luiz Greve e Arthur Rocha para, respectivamente, primeiro e segundo secretários. Dando início aos trabalhos o Sr. presidente da Assembléia manda que o primeiro secretário proceda à leitura do edital de convocação publicado no *Diário Oficial* dos dias primeiro, sete e oito do corrente, e no *Jornal do Comércio* dos mesmos dias, e redigido nos seguintes termos: "Banco Sul do Brasil" — Assembléia Geral Ordinária. — São convidados os senhores acionistas para se reunirem em Assem-

bléia Geral Ordinária no prédio à avenida Rodrigues Alves números 303 a 331, sobrado, no próximo dia 13 de abril, às quatorze horas, afim de deliberarem sobre o relatório da Diretoria, balanço, demonstração da conta de Lucros e Perdas e demais documentos referentes ao exercício de mil novecentos e quarenta e um, fixarem os honorários da Diretoria e elegerem os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, para servirem no exercício de mil novecentos e quarenta e dois. Rio de Janeiro, 28 de março de 1942. — Banco Sul do Brasil. — F. W. C. e Castro, diretor presidente — Alvaro Dias da Rocha, diretor gerente." Em seguida o primeiro secretário, de ordem do presidente da Assembléia, procedeu, ainda, à leitura do relatório da Diretoria, do Balanço, da demonstração da conta de Lucros e Perdas e do parecer do Conselho Fiscal, documentos esses publicados no *Diário Oficial* e no *Jornal do Comércio* dos dias três de fevereiro e dezoito de março do corrente ano. Terminada a leitura o Sr. presidente da Assembléia declara encontrarem-se em discussão os referidos documentos, e, não havendo quem desejasse tomar a palavra põe-nos em votação, sendo todos eles unanimemente aprovados, inclusive os atos administrativos praticados pela Diretoria no decorrer do exercício em questão, tendo se absteido de votar os membros da mesma e do Conselho Fiscal. O Sr. presidente da Assembléia comunica, então, que, de acordo também com o edital de convocação de-

verão ser ainda fixados os honorários da Diretoria e eleitos os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes para servirem no exercício de mil novecentos e quarenta e dois. O acionista Dr. Cicero Nobre Machado propõe que os honorários fixados pelo Conselho Administrativo, em reunião realizada em vinte e oito de março de mil novecentos e vinte e três, sejam divididos em partes iguais entre os dois atuais diretores, e a partir da data da Assembléa Geral Extraordinária realizada em quinze de agosto de mil novecentos e quarenta e um, e, que sejam fixados em cem mil réis os honorários mensais de cada membro efetivo do Conselho Fiscal. Essa proposta foi unanimemente aprovada. O Sr. presidente da Assembléa suspende, então, a sessão por três minutos, afim dos senhores acionistas se munirem das suas cédulas para a eleição a se realizar. Reaberta a mesma são recolhidos os votos e procedida à competente apuração, verificando-se terem sido eleitos para membros efetivos do Conselho Fiscal os senhores: Enéas Galvão do Rio Apa, brasileiro, casado, do comércio, e residente à rua Fagundes Varela n. 323, em Niterói, Eduardo Rodrigues Ferreira, casado, do comércio, e residente à rua Belisario Augusto n. 47, em Niterói, e Alvaro de Faro Lage, brasileiro, casado, do comércio, e residente à rua Jardim Botânico n. 55, nesta Capital, e, para suplentes os senhores: Alberto Lage, brasileiro, casado do comércio, e residente à rua Miguel Lemos n. 63, nesta Capital, Dr. Domingos de Souza Leite, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente à rua Barão de Itapagipe n. 27, nesta Capital, e João Gentil de Mello Araujo, brasileiro, viúvo, do comércio, e residente à rua Silveira Martins n. 163, nesta Capital. O Sr. presidente declara empossados todos os eleitos, os quais se achavam presentes. Nada mais havendo a tratar e ninguém desejando fazer uso da palavra o Sr. presidente declara encerrada a sessão, solicitando dos presentes que aguardassem no recinto a lavratura da ata, a qual depois de lida, é aprovada e assinada por todos os acionistas presentes. (Assinados). — *Pedro Brando*, presidente da Assembléa. — *Alfredo Luiz Greve*, primeiro secretário. — *Arthur Rocha*, segundo secretário. — *Fonsto Werneck Corrêa e Castro*. — *Alvaro de Faro Lage*. — *Gabriella Besanconi Lage*, inventariante e representante do espólio de Henrique Lage. — *Alvaro Dias da Rocha*. — *Antonio Tavares Leite*. — *Osvaldo Werneck da Rocha*. — *Cicero Nobre Machado*. — *Alberto Lage*. (N. 7.686—12-942—10781).

COMPANHIA BANCÁRIA AUREA BRASILEIRA

Carta Patente n. 2.389, de 16-4-41

BALANCETE EM 30 DE ABRIL DE 1942

Ativo

Imobilizado:		
Benfeitorias e instalações	322:705\$300	
Móveis e Utensílios	95:435\$000	418:140\$300
Disponível:		
Caixa em moeda corrente	321:434\$500	
Caixa no Banco do Brasil	40:000\$000	
Caixa em outros Bancos	718:066\$800	1.079:501\$300
Realizável a curto prazo:		
Letras descontadas	890:448\$100	
Empréstimos em conta corrente ..	137:487\$900	
Empréstimos em conta caução ...	1.180:744\$000	
Apólices sorteáveis (disponíveis)	858:744\$300	
Títulos e valores	297:224\$000	
Apólices a receber e coupons de apólices	176:881\$600	
Correspondentes do interior	96:359\$100	3.637:889\$000
Realizável a longo prazo:		
Apólices a prazo	670:672\$600	
Apólices sorteáveis (compromissadas)	10.581:243\$900	
Títulos e valores (compromissados)	80:100\$000	11.332:016\$500
Contas de resultado pendente:		
Honorários, ordenados e gratificações	181:750\$000	
Despesas gerais, estampilhas, propaganda e alugueis	155:982\$300	
Suprimentos a empregados	20:783\$000	
Comitentes em liquidação	461\$800	
Juros	63:740\$000	422:717\$100
De Compensação:		
Valores caucionados	1.535:270\$000	
Valores depositados	294:850\$000	
Efeitos em cobrança	23:103\$000	
Devedores por títulos depositados	978:800\$000	
Devedores por títulos caucionados	516:556\$000	
Tesouro Nacional c/Depósito	100:000\$000	3.448:579\$000
Secção Comercial		1.559:725\$000
		21.898:568\$200

Passivo

Não Exigível:		
Capital: Operações bancária.	500:000\$000	
Operações sobre apólices	250:000\$000	
Comercial	750:000\$000	1.500:000\$000
Fundo de reserva		1.192:771\$900
Exigível a curto prazo:		
Depósitos em c/c com juros	986:444\$600	
Depósitos em c/c limitada	1.228:228\$600	
Depósitos em c/c popular	1.453:096\$500	
Depósitos sem juros	53:229\$800	
Dividendo	105\$000	
Salos compromissários	89:902\$900	
Sindicatos	30\$000	3.811:037\$400
Exigível a longo prazo:		
Depósitos a prazo fixo	2.255:475\$700	
Conta corrente especial	712:333\$600	
Letras e obrigações a pagar	2.200:000\$000	
Compromissários	5.532:650\$000	10.700:459\$300
Contas de resultado pendente:		
Correspondentes em liquidação ...	26:000\$000	
Comitentes em liquidação	1:044\$700	
Comissões, descontos e juros de apólices	349:384\$100	
Rendas gerais	77:889\$700	
Lucros e perdas	24:197\$500	478:516\$000
De Compensação:		
Depósitos em cobrança	23:103\$000	
Caução da Diretoria	30:000\$000	
Títulos em caução e em depósito	1.000:120\$000	
Valores em depósito e em caução	1.595:356\$000	3.448:579\$000
Secção Comercial ...		767:201\$600
		21.898:568\$200

Rio de Janeiro, 12 de maio de 1942. — *Jair Fomm de Oliveira Roxo*, presidente. — *Alberto Mattos*, contador.

(N. 7.579 — 12-5-42 — 193\$8).

COMP. CONSTRUTORA E TÉCNICA KOTEC S. A.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, REALIZADA A 15 DE ABRIL DE 1942.

Aos quinze dias do mês de abril de 1942, nesta cidade do Rio de Janeiro, às dezenove horas na sede social, à avenida Erasmo Braga n. 12, 3.º andar, sala 35, atendendo a convocação pela imprensa, publicada por três vezes no *Diário Oficial*, Secção I e "Diário de Notícias" nos dias 10, 11 e 12 de março, reuniram-se em Assembléa Geral ordinária os acionistas da Companhia Construtora e Técnica, Koteca S. A., Assumiu a presidência dos trabalhos nos termos do estatuto em vigor, o engenheiro Washington Rodrigues Pereira de Proença, que convidou para secretário o engenheiro Manoel Vivacqua Vieira. Procedida a chamada pelo livro de presença responderam à mesma acionistas representando duzentos e quarenta e seis (246) ações, ou sejam 98,4% do capital social. Verificada assim a existência do "quorum" exigido pela lei e pelos estatutos sociais, o Sr. presidente declarou instalada a assembléa. Procedeu então o Sr. secretário a leitura do edital de convocação, relatório da Diretoria, balanço, contas e parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício de 1941 e que foram publicados na íntegra pelo *Diário Oficial* e "Diário de Notícias" em número de 9 do corrente. Declarada aberta a discussão, pede a palavra o acionista Manoel Pestana da Silva Junior e propõe sejam aprovados todos os atos praticados pela Diretoria e bem assim o balanço, contas, inventário e parecer do Conselho Fiscal, ora em discussão. Submetida a votos foi a proposta aprovada, com a abstenção dos legalmente impedidos. Continuando com a palavra o acionista Manoel Pestana da Silva Junior, propõe à Assembléa um voto de louvor à Diretoria que imprimiu uma ação vigilante e acauteladora dos interesses sociais, no exercício de 1941. Consultada a casa foi a proposta aprovada, abstendo-se de voto os acionistas que exercem cargos de administração. Anuncia o Dr. presidente a eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal para o exercício de 1942. Procedida a chamada e recolhidas as cédulas foi apurado o seguinte resultado: para membros efetivos, engenheiros Armando Masson Jacques, Dr. Arthur Martins Sampaio e Jayme Martins Sampaio e para suplentes Rufino Paulo Santos, Alberto Carvalho Filho e Poty Machado. Pelo Dr. presidente foram declarados reeleitos os Srs. engenheiro Armando Masson Jacques, Dr. Alberto Martins Sampaio e Jayme Martins Sampaio, membros efetivos e igual-

mente reeleitos Rufino Paulo Santos e Poty Machado, membros suplentes do Conselho Fiscal e eleito o Sr. Alberto Carvalho Filho. Franqueada a palavra o acionista Wilson Vivacqua propõe sejam fixados em 100\$0 (cem mil réis) mensais os honorários de cada membro efetivo do Conselho Fiscal. Aprovada a proposta, prossegue com a palavra o acionista Wilson Vivacqua e propõe seja fixada em 5:000\$0 (cinco contos de réis) a remuneração mensal de cada diretor. Submetida à discussão e votação foi a proposta aprovada, não tomando parte na votação os diretores. Novamente franqueada a palavra não havendo quem dela quisesse se utilizar, o Sr. presidente suspendeu a sessão para que se lavrasse a presente ata, e isto feito, foi a mesma lida em sessão reaberta e unanimemente aprovada, sendo encerrada por mim Manoel Vivacqua Vieira e assinada com o Sr. presidente e demais acionistas presentes.

Eu Manoel Vivacqua Vieira a escrevi no livro competente, e mandei datilografar, subscrevo e assino. — Manoel Vivacqua Vieira. — Washington Rodrigues Pereira de Proença. — José d'Almeida Vieira. — Wilson Vivacqua. — Manoel Pestana da Silva Junior. — Poty Machado. — José Alves de Proença.

(N. 7.583 — 12-5-42 — 97\$9).

BANCO HOLANDES UNIDO

Cartas patentes ns. 1.519, de 31-5-37 (Rio), 1.520, de 31-5-37 (São Paulo), 1.521, de 31-5-37 (Santos)

BALANCETE COMBINADO DAS SUCURSAIS EM RIO DE JANEIRO, SANTOS E SÃO PAULO, EM 30 DE ABRIL DE 1942

Ativo

Capital a realizar	2.000:000\$000
Letras descontadas	18.405:305\$700
Letras a receber de C/Alheia e em cobrança (Exterior)	36.481:494\$900
Letras a receber de C/Alheia e em cobrança (Interior)	35.781:322\$750
Empréstimos em contas correntes	57.272:330\$770
Valores caucionados	39.688:077\$600
Valores depositados	37.014:401\$800
Agências e filiais no exterior	4.703:122\$800
Agências e filiais no interior	11.190:586\$500
Correspondentes no exterior	5.740:715\$900
Correspondentes no interior	1.732:068\$070
Títulos e fundos pertencentes ao Banco	2.365:006\$000
Prédios de propriedade do Banco	4.650:000\$000
Caixa:	
Em moeda corrente no Banco, em outras espécies, no Banco do Brasil e em outros bancos	19.652:519\$000
Diversas contas	143.482:978\$050
	420.189:929\$810

Passivo

Capital	9.000:000\$000
Fundo de reserva	3.000:000\$000
Depósitos em contas correntes com juros	40.963:795\$200
Depósitos sem juros	17.117:958\$200
Depósitos em contas correntes limitadas	1.922:301\$100
Depósitos a prazo fixo	13.062:302\$700
Depósitos em cobrança exterior	36.481:494\$900
Depósitos em cobrança interior	35.781:322\$750
Títulos em caução e em depósitos	76.732:479\$400
Agências e filiais no exterior	11.359:368\$900
Agências e filiais no interior	6.639:448\$000
Correspondentes no exterior	9.729:491\$680
Correspondentes no interior	1.314:374\$100
Caixa Matriz	18.716:183\$500
Diversas contas	138.339:417\$410
	420.189:929\$810

Rio de Janeiro, 9 de maio de 1942. Banco Holandês Unido. Sucursal Rio de Janeiro. — H. W. J. de la Fontaine Verwey, gerente. — R. H. Scholte, contador.

(N. 7.685 — 12-5-42 — 95\$9)

'COFERMAT'

Companhia Brasileira de Ferro e Materiais de Construção S. A.
ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, REALIZADA EM SETE DE MAIO DE MIL NOVECENTOS E QUARENTA E DOIS

Aos sete dias do mês de maio de mil novecentos e quarenta e dois, às quatorze horas, nesta cidade, na sede da "Cofermat" Companhia Brasileira de Ferro e Materiais de Construção, S. A., à rua Buenos Aires n. 154, reunidos em assembleia geral ordinária, sendo verificado pelo livro de presença que os acionistas participantes da reunião representavam número legal para que a assem-

bléia pudesse validamente deliberar, foi indicado por aclamação o Sr. Dr. José Marcello Moreira para assumir a presidência da mesa que ia dirigir os trabalhos. O Sr. Dr. José Marcello Moreira aceitou, agradecendo, e convidou para secretário o Sr. José Nunes Leite. Constituída a mesa o Sr. presidente expôs os motivos da assembleia constantes dos anúncios de segunda convocação publicados no *Diário Oficial* de 29 de abril, 30 de abril e 2 de maio de 1942 e "Diário de Notícias" de 29 de abril, 30 de abril e 1 de maio de 1942, com a antecedência determinada nos estatutos, uma vez que não houve número legal na assembleia precedentemente convocada para o dia 27 de abril p.p.. O Sr. presidente declarou a seguir que ia passar à ordem do dia e solicitou ao Sr. secretário que procedesse a leitura do seguinte relatório da Diretoria: "Cofermat" Companhia Brasileira de Ferro e Materiais de Construção, S. A. — Relatório da Diretoria a ser apresentado aos Srs. acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 7 de maio de 1942. — Srs. Acionistas: — Em cumprimento a determinações legais e estatutárias, cabe-nos apresentar-vos o Relatório correspondente ao exercício findo em 1941. Em virtude de deliberações das Assembleias Gerais Extraordinárias de 24 de maio e 26 de novembro de 1941, foram alterados os nossos estatutos afim de adaptá-los à Legislação em vigor; também foi elevado o capital social para 2.000:000\$000 (dois mil contos de réis). Essas alterações foram homologadas no Departamento Nacional de Indústria e Comércio sob o número 16.761 em 22 de dezembro de 1941, cuja certidão juntamente com os Estatutos modificados foram publicados no *Diário Oficial* de 23 de janeiro do corrente ano. Persistindo os mesmos fatores que determinaram no ano passado a criação de um Fundo Especial de Provisão, para amparar os riscos de flutuação de preços e desvalorização das mercadorias existentes em depósito ou encomendadas, propomos aos Srs. acionistas que esse Fundo Especial seja mantido, e seu valor retificado de acordo com a situação existente em 31 de dezembro do ano findo e que também sejam compreendidos os riscos eventuais de flutuações de câmbio. Lembremos aos Srs. acionistas que de acordo com as leis em vigor e os Estatutos Sociais, a Assembleia Geral deverá decidir sobre a distribuição de dividendos, destino do saldo da conta de Lucros e Perdas, proceder a eleição da nova Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal fixando os respectivos honorários e remunerações. A continuação, apresentamos o nosso Balanço Geral e a Conta de Lucros e Perdas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 1941, assim como o parecer do Conselho Fiscal, ficando ao vosso inteiro dispor para quaisquer esclarecimentos que vos pareçam necessários. Rio de Janeiro, 25 de março de 1942. — Henry Albauz, diretor. — José Somaglino, diretor, e do seguinte Parecer do Conselho Fiscal: "Parecer do Conselho Fiscal — Parecer sobre os negócios e operações sociais da "Cofermat" Companhia Brasileira de Ferro e Materiais de Construção, S. A., no exercício de mil novecentos e quarenta e um. — Nós abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal da "Cofermat" Companhia Brasileira de Ferro e Materiais de Construção, S. A., após um exame delido e minucioso de todas as contas, documentos, inventário e balanço geral do exercício de mil novecentos e quarenta e um, da referida Companhia, opinamos pela sua aprovação em virtude da regularidade e boa ordem encontradas. Rio de Janeiro, 20 de março de 1942. — Mauricio Francfort. — Renato Cunha. — José Marcello Moreira". O Sr. presidente submeteu à discussão e votação o relatório, o parecer do Conselho Fiscal que foram lidos e bem assim o balanço e as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 1941, em anexo ao dito relatório. O Sr. Pierre Jean Faure, fazendo uso da palavra, propôs o seguinte: 1º — aprovar o balanço, contas da Diretoria e o parecer do Conselho Fiscal. 2º — dar ao resultado o destino seguinte: a) 220:000\$000 (duzentos e vinte contos de réis) para remuneração da Diretoria; b) 2.717:400\$000 (dois mil setecentos e dezessete contos e quatrocentos mil réis) para distribuição de dividendos; c) passar a "Lucros em Suspensão" o saldo, ou seja 47:600\$000 (quarenta e sete contos e seiscentos mil réis). Submetida a proposta à votação, na qual deixaram de tomar parte os diretores presentes, verificou-se que a mesma havia sido aprovada por unanimidade. Declarou o Sr. presidente que tendo terminado o mandato dos diretores cabia a Assembleia proceder a eleição da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal e seus suplentes, para o exercício de 1942. Passando à votação, apurou-se o seguinte resultado: Para diretores foram reeleitos por unanimidade os Srs. Henry Albauz e José Somaglino e para membros do Conselho Fiscal eleitos também por unanimidade os Srs. Leopoldo Thion, Mauricio Francfort e Renato Cunha e para suplentes os Srs. Dr. José Marcello Moreira, Rodolpho de Barros e Alfredo Doneux. Por proposta do Sr. Aristides Carlos Iannarelli, aprovada unanimemente, foi resolvido que para os senhores diretores sejam mantidos os mesmos honorários do exercício anterior e para cada um dos membros do Conselho Fiscal fixada uma retribuição anual de 1:000\$000 (um conto de réis). O Sr. presidente declara que achando-se presentes os eleitos, os convida a tomar posse, o que se realiza logo a seguir. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente agradece aos presentes o seu comparecimento e suspende a sessão para ser lavrada a presente ata. Reaberta a sessão foi a mesma lida e aprovada unanimemente, sendo assinada por todos os acionistas presentes. Rio de Janeiro, 7 de maio de 1942. Eu, José Nunes Leite, secretário subscrevo a presente ata que mandei lavrar. — José Nunes Leite, secretário. — José Marcello Moreira, presid. etc. — Henry Albauz. — Aristides Carlos Iannarelli. — José Somaglino. — J. Faure.

(N. 7.687 — 12-5-42 — 148\$9)

BIOTHERAPIA ASEPS S. A.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRA-ORDINÁRIA

Aos dois de maio de mil novecentos e quarenta e dois, na sede social, à rua Teófilo Dias, vinte e nove, às treze horas, presentes os acionistas abaixo assinados, representando mais de dois terços das ações comuns, realiza-se a assembléia geral extraordinária convocada pela diretoria, conforme publicações motivadas inseridas no *Diário Oficial* de 23, 27 e 29 de abril e *Jornal do Comércio* de 23, 26 e 29 de abril do corrente ano.

Assumindo a presidência o Sr. Benjamin da Fonseca Rangel, presidente da sociedade, convida para secretários da mesa os Srs. Jonas Dias de Oliveira e Roberto Brisa, diretores da sociedade, o depois de verificado o quorum legal, abre os trabalhos, declarando, que a presente reunião foi convocada para os fins que serão expostos pelo diretor Roberto Brisa, a quem concede a palavra. Começa este, então, por dizer que a firma Alvaro Bustamante & Cia. entaboulo negócio com uma firma desta Capital para a venda de uma vultosa partida de produtos de fabricação própria da Biotherapia Aseps S. A., ficando estipulado que a firma compradora adiantará à Biotherapia Aseps S. A., e à Alvaro Bustamante & Cia., as matérias primas necessárias ou meios para adquiri-las, e outras facilidades, que lhes permitam intensificar a sua produção, devendo a mercadoria ser entregue à proporção que for fabricada. Para a ultimação do negócio, faz-se necessário, entretanto, que a Biotherapia Aseps S. A. forneça à compradora uma garantia real e efetiva de que tal mercadoria será pontualmente entregue e que qualquer débito da Biotherapia Aseps S. A. e de Alvaro Bustamante & Cia. para com a firma compradora e proveniente da fabricação de tal mercadoria será totalmente pago, exigência esta justificada pelo vulto do negócio. Tratando-se, porém, de ato que envolverá compromissos para a sociedade, entendeu a diretoria que deveria previamente consultar os Srs. acionistas sobre se lhe autoriza ou não a praticá-lo. Esclarece o Sr. Roberto Brisa que a garantia em questão incidirá sobre os bens que possui a sociedade e termina propondo, em nome da diretoria, que o plenário conceda autorização em questão. O Sr. presidente põe em discussão a proposta, franqueando os debates. Com a palavra o acionista Lambert Pulinek, declara que a proposta é sob todos os pontos de vista aceitável, porque o negócio interessa diretamente a sociedade. Assim, e considerando que o assunto já é conhecido em todas as suas minúcias pelo plenário, propõe que se dispensem maiores debates e se vote desde logo uma resolução, concedendo a diretoria da sociedade amplos e irrestritos poderes para entrar em inteiro entendimento para a realização do negócio, dar a garantia que for necessária à firma compradora, garantia esta de qualquer natureza e incidindo sobre todos os bens que constituem o acervo da sociedade. E ninguém mais reclamando a palavra, põe o Sr. presidente em votação a proposta, que é aprovada unanimemente. O Sr. presidente agradece o voto de confiança que esta resolução significa e declara que os seus consócios não se arrependem desse gesto, que é convenientemente apreciado por seus colegas. E nada mais havendo a tratar, encerra a sessão da qual eu, Roberto Brisa lavei esta ata, em duplicata, que lida e aprovada vai por todos assinada.

Rio de Janeiro, 2 de maio de 1942. — Roberto Brisa. — Benjamin Rangel. — Jonas Dias de Oliveira. — Lambert Pulinek. — José Calvino Filho. — Luiz Lipiani.

(N. 7.689 — 12-5-42 — 7655).

BANCO NACIONAL DO TRABALHO S. A.

ATA DA PRIMEIRA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS DO BANCO NACIONAL DO TRABALHO S. A.

Aos onze de maio de mil novecentos e quarenta e dois, nesta cidade do Rio de Janeiro, na sede do Banco Nacional do Trabalho S. A., à rua 1.º de Março, trinta e sete (37), presentes os acionistas do Banco Nacional do Trabalho que assinaram a lista de presença em papel separado, por não estar ainda autenticado o livro próprio, assumiu a presidência, especialmente aclamado, o acionista Dr. Abdias Pinho Borges, que convidou para secretário o acionista Dr. José Ferreira de Souza. Constituída a mesa diretora, declarou o presidente instalados os trabalhos da primeira assembléia geral extraordinária do Banco Nacional do Trabalho S. A., após verificar a presença de acionistas representando sete mil oitocentos e cincoenta das dez mil ações do capital social. A seguir, declarou o mesmo presidente ser fim especial desta assembléia, convocada por editais publicados no *Diário Oficial* de 30 de abril, 2 e 4 de maio e "*Jornal do Comércio*" de 30 de abril, 1.º e 3 de maio, eleger um diretor, na vaga aberta com a renúncia do Dr. Alberto Pires Amarante, que, em virtude de proibição do Estatuto dos Funcionários Públicos, não pode assumir o seu lugar. Referindo-se às qualidades intelectuais e morais do renunciante, lamentou ainda ver-se o Banco privado da sua atividade diretora, na qual tanta confiança depositavam os acionistas. Imediatamente lido pelo secretário o edital, passou-se à eleição em cédulas previamente preenchidas, apurando-se a escolha unânime do acionista Mario Mendonça, que foi imediatamente empossado, depois de prestar a caução legal e estatutária. Proclamado o resultado do pleito e investindo o novo diretor no seu posto, congratulou-se o presidente com a assembléia pelo acerto da sua escolha e pela união de vistas em torno da empresa. Após haver o acionista Mario Mendonça agradecido a confiança da assembléia e prometido não poupar esforços no desempenho do novo

cargo, suspendeu o presidente os trabalhos, afim de ser lavrada a presente ata, que, lida e aprovada, vai assinada pela maioria dos acionistas, encerrando-se os trabalhos. Eu, José Ferreira de Souza, secretário, a subscrevo e assino. Abdias Pinho Borges (presidente). — Alde Feijó Sampaio. — Mario Mendonça. — José Ferreira de Souza. — pp. Decio P. Cleto. — Dr. José Mendonça Carneiro da Cunha. — Adauto Faria de Miranda. — João Baylongue. — pp. Dr. José Ribeiro Monteiro da Silva. — José Monteiro de Rezende. — José Monteiro de Rezende. — José da Silva Oliveira. — Humberto Menescal. — José Cândido Francisco Moreira. — Antonio Bezerra Cavalcanti. — Alberto Pires Amarante. — pp. Caetano Torres Lima e Alberto Pires Amarante.

Está conforme com o original de que foi fielmente copiado. — Abdias Pinho Borges, presidente. — J. Ferreira de Souza, secretário.

(N. 7.692 — 12-5-42 — 6753).

COMPANHIA CALÇADO BORDALLO S. A.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de maio de mil novecentos e quarenta e dois, pelas treze horas, na sede social, à rua do Núncio, número sessenta e um, presentes nove acionistas, representando quatro mil quinhentas e noventa e sete ações, com direito a igual número de votos, o senhor Belmiro Mendes de Vasconcellos, presidente da Sociedade, verificando haver número legal, indica para presidir aos trabalhos da assembléia o senhor doutor Armando Augusto Bordallo, cuja indicação foi aceita por unanimidade. Assume então a presidência o senhor doutor Armando Augusto Bordallo, que convida para secretários os senhores Antonio Bordallo e doutor Francisco de Paula Cossenza. Constituída assim a mesa, o senhor presidente declara aberta a sessão e convida o senhor primeiro secretário a proceder à leitura dos anúncios de convocação que foram publicados no *Diário Oficial* de dezoito de abril e *Jornal do Comércio* de dezessete e dezoito do mesmo mês, o primeiro anúncio, e *Diário Oficial* de vinte, vinte e dois e vinte e três do referido mês de abril e *Jornal do Comércio* de dezanove, vinte e dois e vinte e três, ainda desse mês, o segundo anúncio e que são do teor seguinte: "Companhia Calçado Bordallo Sociedade Anônima — Assembléia Geral Extraordinária — De acordo com o artigo vigésimo segundo dos estatutos, são convidados os senhores acionistas a se reunirem em assembléia geral extraordinária no dia vinte e sete do corrente mês de abril, às treze horas, na sede social, à rua do Núncio, sessenta e um, nesta Capital, afim de tomarem conhecimento e deliberarem sobre a desapropriação dos prédios números quarenta e sete, sessenta e um e sessenta e três da rua do Núncio, já feita pela Prefeitura Municipal do Distrito Federal, por decreto número sete mil e sessenta e quatro de trinta e um de julho de mil novecentos e quarenta e um, publicado na Secção II do *Diário Oficial* de vinte de dezembro do mesmo ano. Rio de Janeiro, dezesseis de abril de mil novecentos e quarenta e dois. — A Diretoria". "Companhia Calçado Bordallo Sociedade Anônima — Assembléia Geral Extraordinária — Ratificando e retificando, em observância ao que preceitua o artigo cento e setenta e três e seu parágrafo único, do decreto-lei número 2.627, de vinte e seis de setembro de mil novecentos e quarenta, o anúncio de convocação da assembléia geral extraordinária a se reunir em vinte e sete do corrente mês de abril, na sede social, à rua do Núncio, sessenta e um, às treze horas, publicado no *Diário Oficial* de dezoito e *Jornal do Comércio* de dezessete e dezoito, do corrente mês, afim dos senhores acionistas tomarem conhecimento e deliberarem sobre a desapropriação dos prédios números quarenta e sete, sessenta e um e sessenta e três da rua do Núncio, já feita pela Prefeitura Municipal do Distrito Federal, por decreto número 7.064, de trinta e um de julho de mil novecentos e quarenta e um, publicado na Secção II do *Diário Oficial* de vinte de dezembro do mesmo ano, os diretores desta Sociedade, senhores Belmiro Mendes de Vasconcellos, Armando Augusto Bordallo, Augusto Conrado Bordallo e Antonio Bordallo, comunicam aos senhores acionistas que a assembléia geral extraordinária se reunirá no próximo dia dois de maio, no mesmo local, dia e hora e para tratar do mesmo assunto que deu motivo ao anúncio em questão. Rio de Janeiro, dezoito de abril de mil novecentos e quarenta e dois. — Belmiro Mendes de Vasconcellos, Armando Augusto Bordallo, Augusto Conrado Bordallo e Antonio Bordallo, diretores". Em seguida, o senhor presidente mandou proceder à leitura de uma proposta da Diretoria, que se achava sobre a mesa, acerca da desapropriação dos prédios em que funcionam os escritórios, fábrica, depósitos, armazéns, etc., da sociedade, feita pela Prefeitura do Distrito Federal, a qual está concebida nos seguintes termos: "Proposta — Tendo sido desapropriados, pelo decreto número 7.064, de trinta e um de julho de mil novecentos e quarenta e um, do excelentíssimo senhor prefeito do Distrito Federal, publicado na Secção II do *Diário Oficial* de vinte de dezembro do mesmo ano, os prédios números quarenta e sete, sessenta e um e sessenta e três da rua do Núncio, de propriedade e aonde funcionam os escritórios, fábrica, depósitos, armazéns, etc., desta Sociedade, fica a diretoria autorizada, não obstante os prejuízos inevitáveis e incalculáveis dessa desapropriação, a entrar em entendimentos com a Prefeitura do Distrito Federal, no sentido de obter o máximo preço pelos prédios desapropriados e bem assim o prazo máximo para a remoção das máquinas, instalações, etc. e respectiva demolição dos prédios, ficando

a Diretoria, desde já, com plenos poderes para assinar, junto à Prefeitura do Distrito Federal, o que for necessário para o bom desempenho desta missão, com poderes para outorgar a escritura respectiva e para representar a Sociedade em Juízo, no processo de desapropriação, caso a oferta não seja considerada aceitável, bem como para receber o preço da desapropriação e fazer tudo o que for preciso até final liquidação. — *Belmiro Mendes de Vasconcellos, Armando Augusto Bordallo, Augusto Conrado Bordallo e Antonio Bordallo, diretores.*

Finda a leitura desse documento, o senhor presidente submeteu-o à discussão. Pediu, então a palavra, o acionista senhor Celestino Claro que iniciou fazendo considerações a respeito das "inevitáveis consequências enormemente prejudiciais quer aos senhores acionistas, empregados e operários, quer ao próprio Fisco, decorrentes da desapropriação dos imóveis ocupados pelas instalações fabris e comerciais da Sociedade porquanto poderá ela determinar até mesmo a extinção da vida da Sociedade. Assim, achava que a assembléia ora reunida deveria conceder amplos poderes à Diretoria para tratar do assunto, junto à Comissão designada pelo excelentíssimo senhor prefeito do Distrito Federal encarregada das desapropriações, encarecendo junto à mesma o quanto o ato em questão será danoso para aqueles que empregam seu capital e sua atividade nos negócios sociais, assim como para os empregados e operários da Sociedade e a própria Fazenda Pública, que ficará privada de uma fonte farta de múltiplas contribuições fiscais. Frustrada a tentativa da Diretoria para evitar essa desapropriação, deverá a mesma iniciar entendimentos para resolver a questão das indenizações devidas, para o que lhe seriam desde logo conferidos pela assembléia plenos e irrestritos poderes." Postas em discussão as propostas da Diretoria e a do acionista senhor Celestino Claro e, não havendo quem mais pedisse a palavra, o senhor presidente submeteu-as à votação, apurando terem sido aprovadas por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente pede uma pequena espera para a redação da presente ata, a qual, lavrada, lida e submetida à discussão, foi por todos os presentes aprovada e assinada. Rio de Janeiro, dois de maio de mil novecentos e quarenta e dois. — *Antonio Bordallo.* — *Dr. Francisco de Paula Cossenza.* — *Belmiro Mendes de Vasconcellos.* — *Dr. Armando Augusto Bordallo.* — *Dr. Gastão de Figueiredo.* — *Augusto Conrado Bordallo.* — Por procuração de José Augusto Bordallo, *Belmiro Mendes de Vasconcellos.* — Por procuração de Luiz Candido Bordallo, *Belmiro Mendes de Vasconcellos.* — Por procuração de José Frias Barbosa, *Frias Barbosa & Cia.* — *Dr. Joaquim José Fernandes Couto.* — *Celestino Claro.*

Declaro que a presente ata é a cópia fiel da constante do livro respectivo. Rio de Janeiro, 9 de maio de 1942. — *Antonio Bordallo,* o secretário da mesa.

(N. 1.149 — 12-5-42 — 14088)

COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL DO BRASIL

(Tecidos)

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 1942

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de mil novecentos e quarenta e dois, reunidos, em primeira convocação, às quatorze e trinta horas, na sede social, à rua Theophilo Ottoni número dezoito, segundo andar, sessenta acionistas da Companhia Progresso Industrial do Brasil (Tecidos), representando por si ou por procurador quarenta e seis mil quatrocentos e dezoito ações, portanto mais de um quarto do capital social, todo ele com direito de voto, como se verifica de suas assinaturas no Livro de Presença, o diretor-presidente, Sr. doutor Manoel Guilherme da Silveira Filho, declarando haver número legal, instalou a assembléia e pediu aos presentes que indicassem o nome de um acionista para presidir-la. Por indicação do Sr. Manoel Gomes Moreira, unanimemente aprovada pelos senhores acionistas, assumiu a presidência o Sr. Dr. José Pires do Rio que, após agradecer o gesto de delicadeza da assembléia, convidou os Srs. Francisco Gonçalves Ferreira e José Ramos da Cunha Braz para desempenharem, respectivamente, as funções de primeiro e segundo secretários. Constituída, assim, a Mesa, o Sr. presidente declarou que dava início aos trabalhos da assembléia geral ordinária, a qual fora regularmente convocada por anúncios publicados no "Jornal do Comércio" e no *Diário Oficial* dos dias dezessete, vinte e três e vinte e sete do mês de abril do corrente ano, e cujo teor é o que se segue: "Companhia Progresso Industrial do Brasil (Tecidos). Assembléia Geral Ordinária. Convidado os Srs. acionistas a se reunirem, na sede da Companhia, à rua Theophilo Ottoni n. 18, às 14,30 horas do dia 28 de abril corrente, em assembléia geral ordinária, para tomar conhecimento do parecer do Conselho Fiscal e deliberar sobre o relatório, balanço e contas referentes ao exercício de 1941. Nesta assembléia se procederá a eleição dos membros do Conselho Fiscal e seus suplentes. Ficam suspensas as transferências de ações até o dia em que se realizar a assembléia. Rio de Janeiro, 16 de abril de 1942. Manoel Guilherme da Silveira Filho, presidente. "Em seguida, convidou o Sr. primeiro secretário a proceder a leitura do relatório, balanço, conta de lucros e perdas e parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício de mil novecentos e quarenta e um, os quais, na forma da lei, haviam sido publicados no "Jornal do Comércio" e no *Diário Oficial* do dia vinte e três de abril do corrente ano. Finda a leitura, o Sr. presidente declarou aberta a discussão sobre esses documentos. Pedindo a palavra,

o presidente da Companhia, Sr. Dr. Manoel Guilherme da Silveira Filho, fez pormenorizada exposição acerca dos negócios sociais, apresentando à assembléia detalhados esclarecimentos sobre o balanço e também minuciosas e interessantes informações sobre todos os serviços da fábrica. Não havendo mais quem quizesse usar da palavra, o senhor presidente, a seguir, submeteu à votação o relatório, o balanço, a conta de lucros e perdas e o parecer do Conselho Fiscal. A assembléia aprovou por unanimidade esses documentos, tendo se absteido de votar os diretores e os membros do Conselho Fiscal, e por proposta do acionista Sr. Martin Adolpho Koch dispensou a transcrição dos mesmos na presente ata, visto já terem sido anteriormente publicados. Em seguida, pedindo a palavra, o acionista senhor Jayme Lino da Cunha Sotto Maior manifestou-se nestes termos: "Embora sabendo como todos os senhores acionistas que a situação atual favoreceu a indústria nacional de tecidos de algodão, nem por isso deixo de reconhecer que se não fosse a boa orientação da diretoria da Bangú, que a preparou de uma forma notável para esta mesma situação, os resultados não seriam absolutamente aqueles que verificamos pelo balanço apresentado e pelos esclarecimentos tão completos que nos acabam de ser fornecidos pelo digno presidente, o Sr. Dr. Guilherme da Silveira, e nenhuma dúvida pode subsistir quanto à situação invulgar que o diretor superintendente Dr. Guilherme da Silveira Filho e o diretor comercial Dr. Joaquim Guilherme da Silveira têm tido para que tão acentuado progresso se tenha verificado nos negócios desta Companhia. Relembrando a assembléia na qual o Sr. Dr. Guilherme da Silveira indicou os nomes deste dois senhores e o fez tão constrangido por se tratar de dois filhos seus, eu disse que era um ato de justiça, pois já tinham demonstrado à evidência o seu valor para os cargos que iriam ocupar e assim a escolha nada mais era que um prêmio ao mérito. Venho agora, verificada a razão daquelas minhas palavras, propor um voto de congratulações com o Dr. Guilherme da Silveira, pela feliz indicação destes dois diretores, e com os senhores acionistas pela acertada escolha, elegendo-os unanimemente." A seguir, o acionista Sr. Manoel Gomes Moreira proferiu as seguintes palavras: "Era meu intuito dirigir à assembléia algumas considerações referentes à personalidade do nosso presidente; entretanto, este meu desejo se transforma agora em dever, depois que ouvi suas palavras sobre a situação financeira e de ordem da nossa Companhia. Ninguém melhor do que eu pode avaliar os serviços prestados na alta direção da nossa Companhia e que em tão boa hora lhe confiamos. Sou testemunha do interesse que dispensou em fase cruel e desanimadora por que passou, anos atrás, a nossa hoje muito próspera Companhia. A vida do nosso presidente correu mesmo perigo, e, se não fosse a sua habilidade, tenacidade e inteligência, possivelmente teríamos sido vencidos. Assim pois, pensando bem interpretar os sentimentos dos meus colegas acionistas, proponho seja consignado em ata um voto de grande satisfação e agradecimento ao presidente Dr. Manoel Guilherme da Silveira Filho, manifestando deste modo o nosso reconhecimento pelo muito que tem feito para que a Companhia Progresso Industrial do Brasil atinxisse a situação invejável que hoje desfruta. Esta manifestação deverá ser extensiva aos demais diretores, que também contribuíram para o progresso da Companhia". Submetidas, em seguida, à deliberação da Assembléia, tanto a proposta do Sr. Jayme Lino da Cunha Sotto Maio como a do Sr. Manoel Gomes Moreira, foram ambas aprovadas por unanimidade. Pedindo, então, a palavra o Sr. Dr. Guilherme da Silveira agradeceu a manifestação bondosa da Assembléia e salientou que os resultados dos seus esforços na direção da Companhia tem provindo da cooperação dedicada que lhe vem prestando os seus colegas de diretoria e os demais auxiliares da Fábrica. Em prosseguimento, procedeu-se a eleição do Conselho Fiscal e seus suplentes para o exercício de mil novecentos e quarenta e dois. Colhidas as cédulas e apurados os votos, o presidente proclamou o seguinte resultado: para membros efetivos os Srs. Dr. José Mendes de Oliveira Castro, Barão de Saavedra e Jayme Lino da Cunha Sotto Maior, para suplentes os Srs. José Ramos da Cunha Braz, Ricardo Seabra Moura e Manoel Gomes Moreira, todos residentes no país. Por proposta do acionista Sr. Martin Adolpho Koch, a assembléia aprovou a remuneração dos membros efetivos do Conselho Fiscal, que foi fixada em trezentos mil réis, por mês, para cada um deles, a lhes ser paga semestralmente. Nada mais havendo a tratar, e encerrada a folha número dezoito do "Livro de Presença" com as assinaturas do presidente e a minha, a sessão foi suspensa pelo tempo necessário para se lavrar esta ata, que eu, Francisco Gonçalves Ferreira, primeiro secretário, redigi e mandei transcrever no livro próprio. Reaberta a sessão, foi a mesma ata lida e aprovada e vai assinada pela Mesa e os acionistas presentes. Deda mandei tirar duas cópias datilografadas, devidamente conferidas, para os fins legais. — *Francisco Gonçalves Ferreira*, 1.º secretário. — *José Pires do Rio*, presidente. — *Francisco Gonçalves Ferreira.* — *José Ramos da Cunha Braz*, 2.º secretário. — *Pp. de D. Maria da Soledade Ribeiro Placido, José Ramos da Cunha Braz.* — *Manoel Gomes Moreira.* — *José Mendes de Oliveira Castro.* — *Barão de Saavedra.* — *Jayme Lino da Cunha Sotto Maior.* — *Martin Adolpho Koch.* — *Adolpho Koch.* — *Antonio Ferreira Gonçalves Braga.* — *José Gonçalves Ferreira.* — *Manoel Guilherme da Silveira Filho*, por si e por sua mulher D. Leopoldina de Castro Barbosa da Silveira. — *João Gonçalves Mattoso.* — *Joaquim Guilherme da Silveira.* — *Guilherme da Silveira Filho.* — *Tito Del Soldato*, por si e por sua mulher D. Elsa Del Soldato Buzzi. — *Benjamin da Costa Faria.* — *Pp. Alda Braga Medeiros Saraiva, pp. Baroneza de Oliveira Castro, pp. Castorina Mendes de Oliveira Castro, pp. Domingos da Silva Pinho, pp. Elvira Lopes Bastos, pp. Elisa Mendes de Oliveira Castro, pp. Dr. Elysio Mendes de Oliveira Castro, Benjamin da Costa Faria.* — *Sotto Maior & Comp.* — *Pp. Abilio Brenha Fontoura, pp. Alberto da Cunha Sotto Maior, pp. Ame-*

lia de Souza Carneiro Pacheco, pp. Andréa Albertá Alice Thereza Rios, pp. Anna da Cunha Sotto Maior de Macedo, pp. Antonio Joaquim Mourão, pp. Dr. Antonio de Souza Campos Junior, pp. Dr. Candido Sotto Maior Junior, pp. Carlos Antonio de Souza, pp. Elvira Gomes Barroso dos Santos Pereira, pp. Emma Luizello Alves Moreira, pp. Esther Luizello Alves Moreira, pp. Eugenio de Araujo Moreira, pp. Hilda Rios, pp. Joaquim Duarte de Oliveira, pp. Julia Luizello Alves Moreira, pp. Lola Ribeiro de Souza, pp. Maria Magdalena da Cunha Sotto Maior Pinto Basto, pp. Maria do Pilar da Cunha Sotto Maior Pinto Basto, pp. Rachel Luizello Alves Moreira, pp. Santa Casa de Misericórdia da Cidade do Porto, pp. Thereza Julia David, *Sotto Maior & Comp. — Caldeira & Comp.* por si e pp. de Antonio Duarte Martins. — *Americo Mendes de Oliveira Castro. — Ildefonso Pereira Leite. — Alberto Flores. — Edmundo de Faria Leuzinger* — Pp. Antoine Charles Kiefer, pp. João Nepomuceno Costa, *Martin Adolpho Koch. — João Abranches Gonçalves Mattoso. — L. M. de Barros Roxo.*

(N. 7.694—12-5-942—220\$3)

BANCO BRASILEIRO DO COMÉRCIO S. A.

BALANCETE EM 30 DE ABRIL DE 1942

Matriz e Filial

Ativo

Imobilizado:

Moveis e utensílios	647:073\$560	
Material de escritório	86:661\$680	
Imoveis	5.816:046\$300	6.549:784\$540

Disponível:

Caixa:

Em moeda corrente	2.259:964\$457	
No Banco do Brasil	1.778:565\$600	
Em outros bancos	411:924\$700	
Nos correspondentes bancários ...	56:564\$300	4.507:019\$057

Realizável:

Títulos descontados	23.975:481\$900	
Empréstimos em c/corrente	12.026:939\$000	
Empréstimos hipotecários	3.258:595\$857	
Mutuários c/ de empréstimos ...	5.549:705\$424	
Mutuários c/Gar. hipotecária ...	1.295:343\$010	
Obrigações a receber	89:387\$800	
Devedores diversos	81:820\$800	
Títulos de propriedade do banco.	140:539\$044	
Filial	1.892:679\$150	48.310:491\$985

De resultado pendente:

Prêmios	3.450:999\$555	
Diversas contas	2.346:272\$828	5.797:272\$383

De compensação:

Hipotecas	4.817:748\$957	
Títulos em cobrança	8.793:285\$125	
Cobranças nos Estados	2.478:187\$100	
Valores caucionados	2.459:700\$000	
Valores depositados	1.132:300\$000	
Ações caucionadas	150:000\$000	
Crédito a utilizar	3.300:000\$000	
Garantias especiais	645:576\$200	23.776:797\$382

88.941:365\$347

Passivo

Exigível:

Depósitos:

Prazo fixo	26.062:455\$775	
Movimento	10.201:816\$498	36.264:272\$273
Obrigações a pagar	442:000\$000	
Dividendos	82:209\$650	
Banco do Brasil — C/ do Em- préstimo (decreto-lei número 1.096 de 4-2-1939)	3.061:234\$600	
Títulos redescontados	9.453:988\$200	
Créditos diversos	23:165\$900	
Ordens de pagamento	5:353\$100	
Filial	1.967:080\$450	51.299:310\$173

Não exigível:

Capital	10.000:000\$000	
Fundo de reserva	867:755\$796	10.867:755\$796

De resultado pendente:

Juros a receber	1.912:574\$300	
Diversas contas	1.084:927\$696	2.997:501\$996

De compensação:

Valores hipotecários	4.817:748\$957	
Cobrança caucionada	9.671:166\$125	
Créditos por títulos em cobrança ..	1.022:388\$700	
Cobrança de conta própria	577:917\$400	
Créditos por depósitos e cauções ..	3.592:000\$000	
Caução da Diretoria	150:000\$000	
Garantias diversas	3.300:000\$000	
Mandatos	645:576\$200	23.776:797\$382
		88.941:365\$347

Rio de Janeiro, 11 de maio de 1942. — José Bellens de Almeida, diretor-presidente. — Augusto Ignacio Espirito Santo Cardoso, diretor-secretário. — Matheus Martins Noronha, diretor-gerente. — Moacyr Martins Camara, contador.

(N. 7.691—12-5-42—165\$2)

COMPANHIA DE MINERAÇÃO E METALURGIA SÃO PAULO-PARANA

Srs. acionistas:

Cumprindo as disposições de nossos estatutos, bem como o que determina a legislação vigente, vimos apresentar-vos um relato sucinto dos principais fatos administrativos ocorridos durante o exercício de 1941.

Assim, além das contas e balanço referentes ao período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 1941, que submetemos à vossa apreciação, vimos comunicar-vos haver prosseguido auspiciosamente, em nosso Departamento de Barbosas, o desenvolvimento da extração de carvão de nossas minas, conforme bem demonstra a parte do nosso balanço referente àquele Departamento.

No Departamento de Antonina, prosseguimos nos serviços de fornecimento de luz à cidade e conservação de todo o material da Companhia, nada havendo de especial a assinalar.

Finalizando este relatório, não podíamos deixar de render um preito de saudade à memória do saudoso patrício e nosso maior acionista e diretor-presidente, Sr. Henrique Lage, a cuja visão, patriotismo e tenacidade tanto deve a nossa Companhia. Ao mesmo tempo, permitimo-nos, pois, lembrar aos Srs. acionistas a necessidade de procederem à eleição para preenchimento do cargo vago com o falecimento daquele nosso amigo e chefe.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1942. — Cícero Nobre Machado, diretor-secretário. — Henrique Victor Lage, diretor-tesoureiro.

BALANÇO GERAL REALIZADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1941

Ativo

Imobilizado:

Bens, Causas e Direitos — Rio		22:300\$000	
Biblioteca:			
Rio	221\$000		
Barbosas	1:569\$000	1:790\$000	

Moveis e Utensílios:

Rio	12:854\$300		
Antonina	26:588\$340		
Barbosas	9:666\$940	49:109\$580	

Propriedades		431:065\$100	
Apólices — Antonina		400\$000	

Aparelhos Engenharia:

Antonina	33:361\$060		
Barbosas	9:757\$000	43:121\$050	

Estação Rádio-Telegráfica		18:973\$700	
---------------------------------	--	-------------	--

Ferramentas:

Antonina	3:275\$916		
Barbosas	433\$079	3:708\$991	

Imoveis — Antonina		225:657\$251	
--------------------------	--	--------------	--

Maquinismos — Antonina		939:896\$790	
------------------------------	--	--------------	--

Material rodante ferroviário — Antonina		328:445\$540	
---	--	--------------	--

Semoventes:

Antonina	10:520\$000		
Barbosas	700\$000	11:220\$000	

Obras — Antonina:

Colônia Zulmira	393:213\$599		
Ponta do Felix	3:230:768\$749		
São João Feliz	751:915\$188	4:375:897\$536	

Pontes:

Costeira	229:729\$100		
Edgard Withers	161:202\$640	390:932\$040	

Arreios e Pertences — Barbosas		115\$000	
--------------------------------------	--	----------	--

Veículos:

Antonina	113:496\$250		
Barbosas	35:547\$200	149:043\$450	

Instalações — Barbosas:

Linhas Telefônicas:	4:732\$257		
Armazem	146\$800		
Avenida	5:426\$345		
Engenharia	10:117\$222		
Abastecimento d'água	4:111\$774		
Agricultura	13:630\$082		
Depósito Madeira Mina do Pinhal	1:233\$290		
Instalações elétricas	27:987\$170	67:684\$940	

Camara Fotográfica — Barbosas		234\$000	
-------------------------------------	--	----------	--

Carpintaria — Barbosas		26:305\$659	
------------------------------	--	-------------	--

Construções — Barbosas		167:474\$645	
------------------------------	--	--------------	--

Depósito Luz e Força — Barbosas		822\$000	
---------------------------------------	--	----------	--

Despiritador — Barbosas		1:237\$050	
-------------------------------	--	------------	--

Estrada do Pinhal — Barbosas		7:259\$120	
------------------------------------	--	------------	--

Ferraria — Barbosas		18:447\$021	
---------------------------	--	-------------	--

Laboratório — Barbosas		3:344\$818	
------------------------------	--	------------	--

Mina do Pinhal — Barbosas		90:483\$995	
---------------------------------	--	-------------	--

Terras Salto Cavalcanti — Barbosas		4:289\$060	
--	--	------------	--

Fazenda Mato Preto — Barbosas		840\$000	
-------------------------------------	--	----------	--

Usina Elétrica — Antonina:			
----------------------------	--	--	--

Ferramentas	569\$160		
-------------------	----------	--	--

Imoveis	6:531\$110		
---------------	------------	--	--

Máquinas	11:915\$810		
----------------	-------------	--	--

Rede Elétrica	5:632\$640		
---------------------	------------	--	--

Usina Elétrica	532:511\$363	557:163\$713	7:935:262\$009
----------------------	--------------	--------------	----------------

Disponível:

Caixa — Rio		4:560\$000	
-------------------	--	------------	--

Caixa — Antonina		4:265\$000	
------------------------	--	------------	--

Caixa — Barbosas		51\$786	8:876\$786
------------------------	--	---------	------------

Realizável:

Devedores Carvão — Barbosas		508:214\$630	
-----------------------------------	--	--------------	--

Contas Correntes — Antonina		11:671\$200	
-----------------------------------	--	-------------	--

Almoxarifado:

Antonina	239:761\$350		
----------------	--------------	--	--

Barbosas	41:089\$842		
----------------	-------------	--	--

Usina Elétrica	60:487\$170	341:338\$362	861:224\$193
----------------------	-------------	--------------	--------------

Pendente:

Antonina:

Contas Correntes	82:298\$840	
Adiantamentos	4:725\$100	
Cauções e Depósitos	7:080\$000	
Lançamentos em Trânsito	1.641:920\$904	
Levantamento Cachoeira	86:699\$695	
Escritório Barbosas	305\$600	
Materiais Diversos	258:122\$800	2.081:150\$998

Barbosas:

Departamento Antonina	2:977\$420	
Legitimação Terras	7:000\$000	
Mineiros	1:348\$700	
Pesquisas	115:837\$153	
Serviços Gerais	9:059\$603	
Contas Correntes	3.879:453\$180	4.015:678\$056

Rio:

Contas Correntes	210:651\$800	6.387:478\$795
------------------------	--------------	----------------

Compensação:

Caução da Diretoria	200:000\$000
---------------------------	--------------

Lucros e Perdas:

Saldo para 1942	1.875:745\$829
	<u>17.221:587\$610</u>

Passivo

Exigível:

Curto prazo:

Contas a pagar — Rio	80:000\$000	
Contas Correntes:		
Rio	174:559\$200	
Antonina	130:462\$325	
Barbosas	326:346\$592	631:365\$117
Obrigações a Pagar — Rio	98:347\$700	
Obrigações Sindical — Rio	165\$000	
Títulos a Pagar — Antonina	40:468\$100	
Duplicatas a Pagar — Barbosas	3:534\$998	
Salários a Pagar:		
Antonina	27:872\$975	
Barbosas	8:783\$925	36:656\$900
Ordenados a Pagar — Antonina	13:987\$200	
Usina Elétrica:		
Depositantes, Valores, Caução, Antonina	5.140\$000	909:668\$015

Longo prazo:

Contas Correntes:		
Rio	10.241:981\$890	
Barbosas	3:651\$800	10.245:633\$690
Obrigações a Pagar — Rio	15:757\$000	10.261:390\$690
		11.171:058\$705

Não exigível:

Capital	1.000:000\$000
---------------	----------------

Pendente

Contas Correntes:		
Rio	102:678\$800	
Barbosas	3.758:105\$000	3.860:783\$800
Material sem fatura:		
Antonina	675:884\$297	
Barbosas	14:255\$238	690:139\$535
Lançamentos em Trânsito — Barbosas	298:423\$978	
Escritório — Antonina	1:181\$592	4.850:528\$905

Compensação:

Ações em Caução	200:000\$000
	<u>17.221:587\$610</u>

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E PERDAS" EM 31 DE DEZEMBRO DE 1941

Débito

Saldo anterior	1.443:142\$838
Rio:	
Comissões	2:032\$000
Departamento Técnico	24:000\$000
Despesas Gerais	28:748\$100
Despesas de Viagem	3:000\$000
Férias	375\$000
Gratificações	11:710\$000
Honorários Conselho Fiscal	1:000\$000
Honorários Diretoria	66:000\$000
Impostos	1:232\$500
Juros e Descontos	11:824\$500
Ordenados	60:515\$300
Seguros Acidentes Trabalho	14:952\$000
Selos e Estampilhas	2:884\$100
Telegramas	383\$700
	228:657\$200

Antonina:

Armazem	26:930\$608
---------------	-------------

Barbosas:

Aluguéis	6:000\$000
Chefia	43:800\$000
Consumo Força Elétrica	6:884\$200
Consumo Luz Elétrica	6:530\$500
Despesas para Compra de Terras	2:560\$700
Despesas Gerais	45:222\$063
Despesas de Viagem	24:288\$500
Escritório Geral e Almoxarifado	9:603\$800
Eventuais	3:578\$500
Farmácia	5:386\$600
Farmácia e Ambulatório	771\$000
Férias	6:667\$500
Fretes Ferroviários	49\$900
Impostos	1:317\$000
Juros e Descontos	652\$091
Médico	1:440\$000
Pensões	1:200\$000
Reparação nos Carros da Sorocabana	61\$830
Residência Chefia	4:443\$900
Telegramas	2:115\$600
Transportes	17:769\$143
	190:402\$827
	1.889:133\$473

Crédito

Antonina:

Conservação Rede Elétrica	1:674\$900	
Energia Elétrica	1:555\$700	3:230\$600

Barbosas:

Carvão		10:157\$015
Saldo anterior	1.443:142\$838	
Prejuízo neste exercício	432:602\$990	1.875:745\$828
		1.889:133\$473

Cícero Nobre Machado, diretor-secretário. — Henrique Victor Lage, diretor-tesoureiro. — Jorge de Menezes Moreira, contador, n. 33.608.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Companhia de Mineração e Metalurgia São Paulo-Paraná, tendo examinado minuciosamente o relatório da diretoria, balanço, demonstração da conta "Lucros e perdas" e demais documentos correspondentes ao exercício de 1941 verificando sua perfeita exatidão em face da escrita encerrada em 31 de dezembro de 1941, são de parecer que devem estes documentos ser aprovados pela assembléia geral, bem como os atos administrativos praticados pela diretoria no aludido exercício.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1942. — Fausto Werneck Corrêa e Castro. — Alfredo Luiz Greve. — Augusto de Brito Belford Roxo. (N. 7.584—12-5-42—1:050\$6.)

SOCIEDADES CIVIS

CRUZADA SOCIAL DE S. PEDRO DO CAJÁ

EXTRATO DOS ESTATUTOS

Fundada nesta Capital, onde tem sua sede e foro, em 1 de março de 1941, destina-se a promover entre todos os que necessitarem o amparo espiritual, moral e material, de acordo com suas possibilidades e finanças, sem distinção de raças, classes ou religião. Compõe-se de ilimitado número de sócios, que não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais. Será administrada por uma Diretoria composta de 1.ª e 2.ª presidentes; 1.ª e 2.ª secretárias; 1.ª e 2.ª tesoureiras, 12 zeladoras administrativas, 1 médico e 1 advogado, cabendo à 1.ª presidente representá-la em Juízo e fora dele. De duração indeterminada, só poderá ser dissolvida quando se tornar impossível o preenchimento dos fins a que se propõe, em assembléia geral, sendo o remanescente de seu patrimônio, no caso de dissolução, distribuído às Amas das Irmãs de Caridade, para ser empregado em obras idênticas às dos seus estatutos. Os estatutos só poderão ser reformados por deliberação da assembléia geral extraordinária. A Diretoria atual sua fundadora, consta de relação anexa aos Estatutos. — A Diretoria. (N. 7.576 — 12-5-42 — 27\$5)

I. N. — Divulgação n. 75

CÓDIGO

NACIONAL

DE TRÂNSITO

COM

Índice alfabético e analítico

PREÇO: 2\$500

A' venda — Avenida Rodrigues Alves, Secção de Vendas — Agencias — 1 e 2 — Ministério do Trabalho — Edifício do Pretório

BANCO DO BRASIL S. A. **Carteira de Exportação e Importação**

AVISO N. 19

Materiais e produtos sujeitos, nos Estados Unidos da América ao regime de quotas:

Ferro e aço
Em aditamento ao aviso n. 17, publicado na imprensa de todo o país, a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil comunica aos interessados que a quota de Ferro e aço, relativa ao segundo trimestre do corrente ano, foi fixada pelas autoridades americanas em 23.319 toneladas, assim distribuídas:

	Ton.
Barras e vergalhões, que não sejam para armadura de concreto	731
Chapas	91
Folhas e tiras pretas	1.278
Folhas e tiras galvanizadas	726
Trilhos	12.171
Outros materiais para linhas de estradas de ferro	1.701
Tubos de ferro fundido	1.201
Tubos de aço costurados (soldados)	1.651
Tubos de aço semi costura (sem junta)	785
Acessório para tubos	225
Arame simples (nô)	401
Arame farpado	586
Outros fios e manufaturas	295
Pecas fundidas	55
Rodas e eixos	503
Pecas forjadas (ferro batido)	57
Perfis para estrutura de edificações	762
Total	23.319

Foram excluídos da quota: ferro suado, lingotes, lupas, bilhetes, barras e vergalhões, para armadura de concreto.
Em 7 de maio de 1942.

Declaração

Francisco Alcides Ribeiro Filho, formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1935, comunica o desamparamento do seu diploma de médico.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 1942.
— Francisco Alcides Ribeiro Filho.
Reconheço a firma de Francisco Alcides Ribeiro Filho.
Rio de Janeiro, 11 de maio de 1942.
— Em testemunho (sinal público da verdade), Leal de Souza.
(N. 7.734—11-5-42—3036—3 vezes).

Companhia Melhoramentos da Gávea (Em liquidação)

ATA DA SÉTIMA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS.

Ficam convidados os senhores acionistas a comparecerem no dia 25 do corrente mês e ano, às 14 horas, à rua do Ouvidor n. 76, loja, afim de tomarem conhecimento dos atos praticados pelo liquidante nos seis últimos meses, bem como autorizarem uma prorrogação de mais seis meses.
Rio de Janeiro, 11 de maio de 1942. — Cia Melhoramentos da Gávea (em liquidação). — V. R. Kerschner, liquidante.
(N. 7.731—11-5-42—5250—3 vezes).

Caixa Econômica Federal do Estado do Rio

De ordem do Sr. Presidente, convido o servente de primeira, Haroldo Monteiro do Barros a apresentar defesa, dentro do prazo de dez dias, no processo administrativo que está correndo, nesta Caixa, para sua demissão por abandono do emprego.

Niterói, aos 13 de maio de 1942. — Henrique G. de Serpa Pinto, secretário.
(N. 7.563—12-5-42—1433)

Companhia Territorial Inhauma S.A. **ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**

Afim de tomarem conhecimento e deliberarem sobre o parecer do conselho fiscal relativamente ao balanço e conta dos administradores referentes ao ano social, findo em 31 de dezembro de 1941, ficam os Srs. acionistas convidados para a assembleia geral ordinária que se realizará no dia 30 do corrente mês, às 15 horas, no escritório desta Companhia, à rua da Quitanda n. 111, 4.º andar, sala 48. Tratando-se de ações ao portador ficam os Srs. acionistas convidados a depositar as suas ações 3 dias antes nos cofres sociais, afim de poderem tomar parte nos trabalhos da referida assembleia.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 1942.
— Armando Lobo, diretor-presidente.
— Pedro Henrique Garcia, diretor-gerente.
(N. 7.649—9-5-42—5040—3 vezes).

Companhia Imobiliária Astória S. A.

Assembleia geral extraordinária
São convidados os senhores acionistas da Companhia Imobiliária Astória S. A., a se reunir em assembleia geral extraordinária, no dia 18 de maio corrente, na sede da Companhia, à Avenida Presidente Wilson n. 164, às 15 horas, para tomarem conhecimento e deliberarem sobre uma proposta da Diretoria para a venda total ou parcial dum terreno de propriedade da Companhia e construção respectiva, assinando escrituras de venda total ou parcial ou de hipoteca e respectivo parecer do Conselho Fiscal; e tomar conhecimento das alterações dos estatutos da sociedade aprovados na assembleia geral extraordinária de 24 de maio de 1941, cumprindo exigências feitas no competente processo de arquivamento.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 1942.
— Victor Fernandes Alonzo, presidente.
(N. 7.631—9-5-42—5541—3 vezes)

Bordallo, Brenha S. A.

Casa Bancária
A partir de 15 de maio em curso, se pagará, na sede desta Casa Bancária, a avenida Rio Branco n. 89, loja, o 3.º dividendo, relativo ao exercício de 1941, à razão de 14% a.a.
Rio de Janeiro, 11 de maio de 1942.
— Pela diretoria, Ventura Brenha.
(N. 7.450—11-5-42—3357—3 vezes).

Companhia Moraes Rego S. A.

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
São convidados os Srs. acionistas a se reunirem em assembleia geral extraordinária, no dia 25 do corrente, às 14 horas, na sede social à Rua Sete de Setembro n. 65, 2.º pavimento, para o fim de ser cumprida a exigência feita pelo Departamento Nacional da Indústria e Comércio, no processo número 9.225-41.
Rio de Janeiro, 12 de maio de 1942.
— Pela Diretoria, Olavo Leme, presidente.
(N. 7.573—12-5-42—3358—3 vezes)

Panair do Brasil, S. A.

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
Segunda convocação
Convindam-se os senhores acionistas da sociedade a comparecer à assembleia geral ordinária a se realizar no dia 18 de maio corrente, às 14 horas, na sede social, à Ponta do Calabouço, para o fim especial de tomarem conhecimento do relatório da Diretoria, balanço social, conta de lucros e perdas e parecer do conselho fiscal, sobre eles deliberando, bem como procederem à eleição dos novos Diretores, membros e suplentes do Conselho Fiscal, para o corrente exercício, visto não ter havido número legal para a 1.ª convocação.
Rio de Janeiro, 2 de maio de 1942.
— Culy C. Araújo, diretor presidente.
N. (7.432—8-5-42—5531—3 vezes).

ANÚNCIOS

Companhia Siderúrgica Brasileira

Assembleia geral extraordinária
1.ª convocação
São convidados os senhores acionistas a se reunirem em assembleia geral extraordinária no dia 19 do corrente, às 14 horas, na sede da Companhia, à rua Teófilo Otoni, 96-3.º andar, afim de deliberarem sobre a reforma dos arts. 1.º, 2.º, 9.º, 11, 12 e 13 dos estatutos, inclusive a mudança de nome, por conveniências sociais e em virtude do exigências do Departamento Nacional de Indústria e Comércio e do Departamento Nacional da Produção Mineral.
Rio de Janeiro, 8 de maio de 1942.
— Salvador Pinto Junior, presidente.
(N. 7.537—8-5-42—6182—3 vezes)

S. A. Tecidos Industriais Khair

Assembleia geral extraordinária
Convindam-se os Srs. acionistas a se reunirem em assembleia geral extraordinária, na sede social, à rua da Alfândega n. 84, no dia 26 do corrente mês, às 15 horas, afim de serem reformados os Estatutos sociais, e deliberado a venda dum terreno de propriedade da Sociedade, sito em Petrópolis, à rua Duque de Caxias.
Rio de Janeiro, 12 de maio de 1942.
— Khalil José Khair, presidente. — Nagib Youssef Khair, gerente. — Ibrahim José Khair, diretor. — Fouad José Khair, diretor.
(N. 7.557—12-5-42—4930—3 vezes)

Declaração

Antonio Luiz Lucas, sucessor de Antonio Lucas, estabelecido à rua Fernandes Fonseca n. 156, comunica que se extraviou o cartão de Vendas Mercantis n. 38.187 e pede a quem o tenha encontrado o obséquio de o entregar no local acima, que será indenizado das despesas. — Antonio Luiz Lucas.

Reconheço a firma Antonio Luiz Lucas.
Rio de Janeiro, 12 de maio de 1942.
Em testemunho (sinal público) de verdade. — José de Alencar Tostes.
(N. 7.559—12-5-42—1433)

Empresa Gráfica "O Cruzeiro" S. A.

Assembleia geral ordinária
2.ª convocação
Não tendo havido número legal para a realização da assembleia geral ordinária convocada para o dia 30 de abril próximo passado, são convocados novamente os Srs. acionistas para a assembleia a reunir-se em 16 de maio corrente, às 15 horas, na sede desta Empresa, à rua do Livramento n. 191, afim de tomar conhecimento do relatório e contas da Diretoria, referentes ao exercício de 1941, eleger o Conselho Fiscal e seus suplentes e prover cargos vagos na Diretoria.
Rio de Janeiro, 8 de maio de 1942.
— A Diretoria.
(N. 7.640—9-5-42—5891—3 vezes)

Companhia Territorial Inhauma S.A.

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede desta companhia, à rua da Quitanda n. 111, 4.º andar, sala 48, o balanço e demais documentos a que se refere o art. 99, do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940.
Rio de Janeiro, 7 de maio de 1942.
— Armando Lobo, diretor-presidente. — Pedro Henrique Garcia, diretor-gerente.
(N. 7.648—9-5-42—3357—3 vezes).

Extravio de Caução

Beatriz Rebelo Antunes, viúva de José Fernandes Antunes, comunica que se extraviou o conhecimento de depósito n. 42 do Tesouro Nacional, emitido em 23 de janeiro de 1925, em favor de seu falecido marido.
Rio de Janeiro, 12 de maio de 1942.
— P. P., Alcides Pessoa.

Reconheço a firma Alcides Pessoa.
Rio de Janeiro, 12 de maio de 1942.
Em testemunho (sinal público) de verdade. — Sebastião Tobias de Moraes.
(N. 7.658—12-5-42—1232)

Cia. Cervejaria Lusitana S. A.

Comunicamos aos Srs. acionistas que, a partir de 20 do corrente, será pago na sede da Companhia, à rua Teodoro da Silva ns. 749/753, a primeira prestação dos dividendos, correspondentes ao ano de 1941.
Rio de Janeiro, 11 de maio de 1942.
Companhia Cervejaria Lusitana S/A.
Martinho José Paredes, presidente.
(N. 7.659—12-5-42—2435—3 vezes)

Companhia Jardins Gávea

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, à rua do Ouvidor, número 76, loja, os documentos de que trata o art. 99 do decreto-lei número 2.627, de 26 de setembro de 1940.
Rio de Janeiro, 11 de maio de 1942.
— Cia. Jardim Gávea. — V. R. Kerschner.
(N. 7.730—11-5-42—2535—3 vezes).

Companhia Territorial Inhauma S.A.

Assembleia geral extraordinária
Ficam os Srs. acionistas convidados a se reunirem em assembleia geral extraordinária, que se realizará no dia 30 do corrente mês, às 15 horas, no escritório desta Companhia, à rua da Quitanda n. 111-4.º andar, sala 48, afim de resolverem sobre a liquidação da sociedade. Tratando-se de ações ao portador ficam os Srs. acionistas convidados a depositar as suas ações 3 dias antes, nos cofres sociais, afim de poderem tomar parte nos trabalhos da referida assembleia.
Rio de Janeiro, 7 de maio de 1942.
— Armando Lobo, diretor-presidente. — Pedro Henrique Garcia, diretor-gerente.
(N. 7.650—9-5-42—5040—3 vezes)

Companhia Carbonífera Metropolitana

Assembleia geral extraordinária
São convidados os senhores acionistas a se reunirem em assembleia geral extraordinária a realizar-se no dia 27 do corrente, às 14 horas, na sede social, à rua do Rosário n. 116, 1.º andar, nesta Capital, afim de deliberarem sobre uma proposta da Diretoria com parecer do Conselho Fiscal para aumento do capital social e consequente reforma de estatutos.
Rio de Janeiro, 12 de maio de 1942.
— José Eugênio Muller, Diretor-Presidente. — José Eugênio Muller Filho, Diretor-Secretário.
(N. 7.566—12-5-42—4539—3 vezes)

Técnica Auxiliar de Construções **"Tenax S. A."**

Convocação
Estando integralmente subscrito o capital da Sociedade, e efetuado o depósito legal de 10 %, ficam convocados os Senhores subscritores, para se reunirem no dia 23 de maio próximo, às 16 horas, à Avenida Nilo Pecanha número 38-D, 2.º andar, sala 207, afim de, em assembleia, deliberarem sobre o laudo dos peritos de avaliação dos bens que deverão entrar para a formação de parte do capital social, e sobre a constituição definitiva da Sociedade. — Aldo Garcia Roza. — J. W. Martynus, fundadores.
(N. 7.658—12-5-42—4258—3 vezes)

Companhia Ferro Carril Carioca

Terceira convocação
Não tendo comparecido número legal de acionistas à reunião convocada para o dia 13 deste mês, são convidados novamente, os senhores acionistas em terceira convocação, a se reunirem em assembleia geral extraordinária, no dia 20 deste mês, na sede da Companhia, à rua de Santo Antônio s/n, às 14 horas, para deliberarem sobre a exigência feita pelo Departamento Nacional da Indústria e Comércio, referente a ser introduzido nos Estatutos "O Capítulo VII — Disposição Geral, art. 26 — O ano social coincidirá com o ano civil".
Sendo esta a última convocação, de acordo com a lei, a assembleia funcionará com qualquer número de acionistas presentes.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 1942.
— Alfred Hutt, diretor presidente.
(N. 7.575—12-5-42—6733—3 vezes)

Casa Bancária Irmãos Lopes S. A.

AVISO AOS ACIONISTAS
São convidados os Srs. acionistas da Casa Bancária Irmãos Lopes S. A., a se reunirem na sede social da mesma, à rua da Quitanda n. 79, para uma Assembleia Geral Ordinária, com o fim de tomada de contas da Diretoria, discussão do Balanço, parecer do Conselho Fiscal e assuntos gerais.
O aviso a que se refere o art. 99 das leis das Sociedades Anônimas já foi devidamente publicado e o prazo nele consignado já se esgotou.
A Assembleia se realizará no próximo dia 25 de maio às 16 horas.
Rio de Janeiro, 12 de maio de 1942.
— Casa Bancária Irmãos Lopes S. A. — Lourival Lopes Ferreira, diretor presidente.
(N. 7.582—12-5-42—2144)

Companhia Territorial da Ilha do Governador (Em liquidação)

São convidados os Srs. acionistas da Companhia Territorial da Ilha do Governador a se reunirem em assembleia geral ordinária, na sede social, à rua Camerino n. 82, 1.º andar, nesta cidade, no dia 30 de maio de 1942, às 15 horas, para tomarem conhecimento do relatório e balanço do estado da liquidação e da prestação de contas dos atos e operações praticadas no semestre, bem como procederem à eleição do Conselho Fiscal. — A. Elisário Barbosa, diretor-liquidante.
(N. 7.688—12-5-42—4258—3 vezes)

Companhia Imobiliária Previnhal S. A.

São convidados os Srs. acionistas da Companhia Imobiliária Previnhal S. A. para se reunirem em Assembleia Geral extraordinária, no dia 25 do corrente, às 16 horas, em sua sede social à Rua São José n. 85, 3.º andar, salas 302 e 303, afim de deliberarem sobre a introdução nos Estatutos de dispositivos que regulem a composição da mesa dirigente dos trabalhos das Assembleias Gerais e o modo de substituição dos Diretores em impedimentos temporários, satisfazendo, assim, exigências para aprovação dos seus Estatutos sociais.
Rio de Janeiro, 12 de maio de 1942.
— João Lyra Filho. — Elzemann de Freitas. — Otávio Evertson Pinto.
(N. 7.693—12-5-42—5531—3 vezes)

INSUBMISSO !

Leia ! — é uma oportunidade —

Art. 1.º É concedido indulto aos insubmissos que se apresentarem ás autoridades militares, ou que, sendo maiores de 30 anos, requererem a expedição de certificado de reservista, numa e noutra hipótese dentro do prazo de 180 dias, contados da data da publicação do presente decreto-lei, bem como áqueles que estejam presos, aguardando julgamento ou cumprindo condenação por esse crime.

Decreto-lei n. 4.223, de 2 de abril de 1942 — Edição
de 6 de abril de 1942, Secção I, "Diário Oficial"

AVULSO. — \$1, Á VENDA NA SECÇÃO DE VENDAS DA I. N. A AVENIDA RODRIGUES
ALVES E NAS AGÊNCIAS 1 E 2 — MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMERCIO E
EDIFÍCIO DO PRETÓRIO

PREÇO DO NÚMERO DE HOJE \$400